

IARA SOARES DE FRANÇA

**A CIDADE MÉDIA E SUAS CENTRALIDADES:
O EXEMPLO DE MONTES CLAROS NO NORTE DE MINAS
GERAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Beatriz Ribeiro Soares.

Uberlândia/MG

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

IARA SOARES DE FRANÇA

**A CIDADE MÉDIA E SUAS CENTRALIDADES:
O EXEMPLO DE MONTES CLAROS NO
NORTE DE MINAS GERAIS**

**Profª. Drª. Beatriz Ribeiro Soares
Orientadora**

Prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho

Prof. Dr. Vítor Ribeiro Filho

Data: _____ / _____ de 2007
Resultado: _____

Para Rômulo,
Que por seu exemplo e estímulo
inspirou esse trabalho,
e por sua colaboração e sugestões
se fez verdadeiramente co-autor.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pela tolerância, paciência, por acreditar na importância desse estudo e por todos os esforços para contribuir com o processo de escrita da dissertação.

À Profª. Beatriz Ribeiro Soares, pela orientação precisa e sempre oportuna, pela disponibilidade, atenção e amizade.

A Rômulo, que se fez co-orientador desse trabalho, e o mais importante – companheiro de todos os momentos.

Aos professores Rosselvelt José Santos, Willian Rodrigues Ferreira, Júlio César de Lima Ramires, Victor Ribeiro Filho e Oswaldo Bueno Amorim pelos diálogos que foram fundamentais e que viabilizaram a defesa da dissertação.

À Profª. Anete Marília Pereira, pela contribuição e diálogos.

À Profª. Maria Ivete Soares de Almeida, pelo apoio e confiança desde a graduação.

A todos os professores do Instituto de Geografia/UFU.

Aos professores do Departamento de Geo-Ciências da Unimontes, pela motivação e incentivo.

Aos amigos e colegas de curso que conquistei durante a estadia em Uberlândia, em especial Rejane, Francine, Nágela, Marcelo, Joelma, Edione e Roberto.

A Ricardo, pela contribuição na geração de alguns mapas e pela imprescindível amizade, carinho e compreensão, à Walfrido, Díndia, Lisa e Edvânea.

A Abraão Abiachell Medeiros, Marcos Paulo e o Prof. Marcos Esdras Leite pelo apoio e elaboração dos mapas.

Aos funcionários do Instituto de Geografia/UFU, em especial à Dilsa e Cinara, pela paciência e atenção.

Ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos.

A todos que de alguma forma contribuíram para que esse estudo fosse realizado.

Não raro, as grandes coisas têm origem humilde. O Amazonas, o maior rio da Terra em volume de água, nasce de uma insignificante fonte entre duas montanhas de mais de cinco mil metros de altura ao sul de Cuzcu, no Peru. O São Francisco, o rio da unidade nacional, se origina de uma pequeníssima fonte no alto da Serra da Canastra em Minas Gerais. Lentamente as águas vão se formando a outras águas até formarem rios caudalosos que desaguam no vasto mar.

Leonardo Boff – A oração de São Francisco

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as novas centralidades da cidade média de Montes Claros/MG que foram criadas a partir da formação de subcentros na referida cidade. Montes Claros é considerada a única cidade média do Norte de Minas Gerais, com uma população superior a 350 mil habitantes e apresenta alterações no seu espaço intra-urbano, a saber: aumento populacional, crescimento e dinamização dos setores de comércio e prestação de serviços e necessidade de atendimento de demandas de consumo, entre outros fatores que impulsionaram o surgimento de novas formas comerciais em áreas não restritas ao núcleo central. Mesmo assim, permanece sendo a principal área econômica da cidade tendo em vista a concentração de atividades de consumo imediato, secundárias e especialização funcional. Tal espaço abriga tanto ramos de comércio e prestação de serviços diversos, como residências antigas – denotando a origem da cidade, com prédios residenciais, comerciais e mistos. Tendo em vista as importantes transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas em Montes Claros após a segunda metade do século XX, têm-se novas modalidades de comércio e consumo instaladas em espaços considerados periféricos. Esses espaços comerciais criam novas centralidades que condicionam o desenvolvimento de bairros e ao mesmo tempo promovem a valorização de espaços, bem como, um maior atendimento às populações. Os subcentros Major Prates e Esplanada ilustram essas novas centralidades. O estudo está estruturado em três partes. A primeira discute o processo de urbanização brasileira e a emergência das cidades médias como importantes espaços na economia do país e temática de estudo de alguns pesquisadores pós década de 1970 por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – II PND e do Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio – o PNCCPM, parte integrante do II PND. Com isso, procurou-se identificar e problematizar a situação de Montes Claros enquanto cidade média por meio de estudo de alguns parâmetros como aspectos demográficos, serviços e infra-estrutura urbana, PIB e IDH. A segunda parte analisa a expansão urbana de Montes Claros a partir do núcleo central associada ao processo de descentralização. Com isso, núcleo central deixa de ser o espaço único e monopolizador da produção e reprodução da atividade econômica para atendimento das demandas populacionais. A terceira parte examina a formação de novos núcleos comerciais, ou seja, novas centralidades por meio da configuração dos subcentros Major Prates e Esplanada, dois espaços econômicos peculiares que polarizam as regiões Sul e Nordeste da cidade, respectivamente, produzindo novas espacialidades no espaço intra-urbano de Montes Claros/MG.

Palavras-chave: cidades médias, urbanização, centralidades, subcentros, Montes Claros (MG).

ABSTRACT

This work has as its aim to analyze the new centralizations in the middle size City of Montes Claros / MG , that were created after the sub-centers constitutions in that city. Montes Claros is the only one middle size city in the north region of Minas Gerais, with more than 350 thousands inhabitants and shows alterations in its intra-urban space, like: population growth, enhancement and activity of its retail and services sectors, and its need to fulfill the market demands, among other reasons that revamped the installation of new commercial centers in areas outside the central nucleus of the city. However, it still is the main economic area of the city, due to the concentration of the immediate and secondary consumer activities, and functional specialization. Such a place holds retail and services as well as old houses – that shows the city origins, like residential, commercial and mixed buildings. From the broad economic, political and social changes that took place in Montes Claros after the second half of the XX century, there are new ways of trade and consumption that set place in the so called peripheral areas. Those commercial spaces start new centralizations that allow district development and at the same time improve the market value of real state, as well as better services to its population. The sub-centers Major Prates and Esplanada are vivid examples of such centralizations. This work has three parts. The first one analyses the Brazilian urbanization process and the emerging of middle size cities as important spaces in the country economy and subject of study for some researchers after the 1970' by means of the II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, called II PND, and the Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio, called PNCCPM (belonged to the II PND). Hence, we identified and questioned Montes Claros situation as a middle city through the study of some demographic characteristics, services, urban infrastructure, PIBm, and IDH. The second part analyses the urban grow of Montes Claros from the central nucleus associated to the process of decentralization. Thus, the central nucleus loses its uniqueness and production and reproduction monopolizing space in the fulfillment of the population demands. The third and last part deals with the instauration of new commercial nucleus, it means, new centralizations by the means of the configuration of the Major Prates and Esplanada sub centers, two particular economic spaces that polarized the South and Northeast city regions, respectively, producing new environments in the intra-urban space of Montes Claros.

Key-words: Middle size cities, urbanization, centralizations, sub-centers, Montes Claros (MG).

LISTA DE FIGURAS

1.	Cidades mineiras com mais de 100 mil habitantes em 2005, exceto a capital.....	57
2.	Evolução demográfica de Montes Claros/MG: 1960-2000.....	73
3.	Vista Parcial do Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira, localizado na praça Dr. Carlos Versiani.....	Dr. 112
4.	Vista Parcial da Praça Dr. Carlos Versiani, recentemente reformada.....	120
5.	Avenidas Mestra Fininha e Coronel Prates, reformas recentes visando ampliação das pistas.....	121
6.	Opinião de especialistas e moradores sobre a Área Central de Montes Claros/MG, 2006	124
7.	Área comercial central - Praça Doutor Carlos Versiani.....	126
8.	Verticalização e diversidade de uso e ocupação da área central: residências, serviços, comércio.....	129
9.	Rua Simeão Ribeiro, área comercial central conhecida como Quarteirão do Povo.....	133
10.	Vista Parcial da Área Central – intercessão entre as ruas Carlos Gomes e Lafetá.....	133
11.	Processo de verticalização nos bairros da zona sul de Montes Claros/MG.....	137
12.	Área central: verticalização.....	138
13.	Comércio e serviços, Avenida Francisco Gaetani, Major Prates.....	167
14.	Feira Livre, Subcentro Major Prates.....	170
15.	Intercessão entre as Avenidas Francisco Gaetani e Castelar Prates.....	171
16.	Vista parcial do Montes Claros Shopping, próximo ao subcentro Major Prates.....	173
17.	Parque Municipal Milton Lopes e Zoológico Municipal, subcentro Major Prates.....	176
18.	Percepção dos Empreendedores sobre a Área Central e o subcentro Major Prates.....	180
19.	Av.Geraldo Athayde e adjacências, via especializada de peças para motocicletas.....	187
20.	Hospital Universitário Clemente Faria, Avenida Cula Mangabeira.....	194

21.Vista parcial de empreendimentos na Avenida Deputado Plínio Ribeiro, subcentro Esplanada.....	197
22. Av. Dep. Plínio Ribeiro, subcentro Esplanada, via especializada automóveis, tratores, peças automotivas.....	201
23. Estabelecimentos comerciais nas avenidas Deputado Plínio Ribeiro e Coronel Coelho, subcentro Esplanada.....	202
24. Vista parcial da Lagoa Interlagos, subcentro Esplanada.....	207
25. Bares, restaurantes e casa de shows, Lagoa Interlagos, subcentro Esplanada.....	209
26 . Importância da Lagoa Interlagos para o Morador e sua Família.....	211
27 . Principais Causas das Modificações Negativas observadas na Lagoa Interlagos.....	214
28 . Importância da Lagoa Interlagos para os Empreendedores.....	215

LISTA DE MAPAS

1. Montes Claros - Localização no Brasil e em Minas Gerais, 2006.....	72
2. Montes Claros/MG: Entroncamento Rodoviário, 2006.....	90
3. Montes Claros/MG: Delimitação do Núcleo Central, 2006.....	116
4. Montes Claros/MG: Delimitação do Núcleo Central e Zona Periférica, 2006.....	117
5. Montes Claros/MG: Uso e Ocupação do Solo da Área Central, 2006 (por unidade de quarteirão térreo).....	128
6. Malha Urbana de Montes Claros/MG:1970.....	140
7. Malha Urbana de Montes Claros/MG:1980.....	141
8. Malha Urbana de Montes Claros/MG:1990.....	142
9. Malha Urbana de Montes Claros/MG:2000.....	143
10. Subcentros comerciais da cidade de Montes Claros/MG	154
11. Montes Claros/MG: localização da área da pesquisa.....	163
12. Montes Claros/MG - Subcentro Major Prates Mapeamento do Uso do Solo, Conforme Pesquisas Empíricas 2006.....	168
13. Destaque dos Municípios do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Distritos que o subcentro Major Prates polariza.....	174
14. Montes Claros/MG - Subcentro Esplanada Mapeamento do Uso do Solo, Conforme Pesquisas Empíricas 2006.....	199
15. Destaque dos Municípios do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Distritos que o subcentro Esplanada polariza.....	203

LISTA DE QUADROS

1. Cidades Médias Brasileiras Beneficiadas pelo PNCCPM em 1974.....	45
2. Montes Claros/MG - População ocupada por setores econômicos, ano 2000.....	95
3. Levantamento do Ensino Superior em Montes Claros/MG por Instituição, Área do Conhecimento Científico e Cursos – 2006.....	98
4. Subcentro Major Prates: Filiais de Estabelecimentos Comerciais e Serviços existentes no Núcleo Central – 2006.....	179

LISTA DE TABELAS

1. Brasil: taxas regionais de urbanização de 1940 a 2000 (anos selecionados).....	30
2. Crescimento das Cidades Médias (população entre 100.000 a 500.000 habitantes) no Brasil, 1940 – 2000.....	47
3. Estrutura Etária: Montes Claros/MG, 1991 e 2000.....	77
4. Municípios Mineiros com mais de 100 Mil Habitantes ordenados pelo I.D.H. – ano 2000.....	78
5. Produto Interno Bruto (PIB) por setores a preços correntes 1998 a 2003, Município: Montes Claros/MG.....	80
6. Municípios Mineiros com mais de 100 Mil Habitantes, ordenados pelos indicadores: População, Produto Interno Bruto a Preço de Mercado (PIBpm) E PIBpm por Habitante Ano: 2003.....	83
7. Indicadores de Saneamento Básico: percentual dos domicílios atendidos, ano 2000.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADENE – Agencia de Desenvolvimento do Nordeste
ASCOM - Assessoria de Comunicação
BPM – Batalhão da Policia Militar
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
CNPU - Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais
COTEMINAS – Companhia de Tecidos de Minas Gerais
DAC - Departamento de Aviação Civil
DER - Departamento Estadual de Rodagem
DRSP - Delegacia Regional de Segurança Pública
DIT – Divisão Internacional do Trabalho
DNER - Departamento Nacional de Estrada e Rodagem
ESURB - Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização
FACIT – Faculdade de Ciência e Tecnologia de Montes Claros
FACOMP – Faculdade de Computação
FCA - Ferrovia Centro-Atlântica
FJP – Fundação João Pinheiro
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
FUNORTE – Faculdades Unidas do Norte de Minas
FUNM - Fundação Norte Mineira de Ensino Superior
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA-UFMG - Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH – M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IES – Instituição de Ensino Superior

IG – Instituto de Geografia

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MG – Minas Gerais

MOC – Montes Claros

NESUR – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PMMC – Prefeitura Municipal de Montes Claros

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNCCPM - Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROCAD - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

RUB – Rede Urbana Brasileira

SE – Sudeste

SP – São Paulo

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUS - Sistema Único de Saúde

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UIA - União dos Arquitetos Internacionais

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná

UNIPAC – Universidade Presidente Antonio Carlos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – CIDADES MÉDIAS E CENTRALIDADES.....	15
1.1 . Urbanização e Cidades.....	15
1.1.1 . Características da Urbanização Moderna: as aglomerações urbanas.....	18
1.2 . A Urbanização Brasileira: características, tendências e atualidades	26
1.2.1 . Urbanização e Industrialização no Brasil: impactos para a organização territorial	29
1.3 . Urbanização e Cidades Médias	35
1. 4 . A Temática das Cidades Médias no Brasil	41
1.4.1. A Expansão das Cidades Médias no Contexto Nacional	46
1.5 . Cidades Médias: definindo ou classificando?	49
1.6 . Cidades Médias Mineiras: introdução ao tema	55
1.7. Montes Claros: uma cidade média norte-mineira	60
1. 8 . Caracterizando Montes Claros/MG	70
1.8.1. Transição Demográfica em Montes Claros/MG	73
1.8.2 . Os indicadores sócio-econômicos de Montes Claros	77
1.8.3. Infra-estrutura e Mobilidade Urbana em Montes Claros/MG	86
1.8.4. Serviços	94
CAPÍTULO II – NÚCLEO CENTRAL, ÁREA CENTRAL E NOVAS CENTRALIDADES EM MONTES CLAROS/MG: Redefinições do Espaço Intra-Urbano.....	106

2.1. O núcleo central de Montes Claros: notas históricas e características gerais.....	111
2.2. A relevância do comércio no núcleo central de Montes Claros.....	125
2.3. A transitoriedade da centralidade.....	132
2.4. Expansão urbana em Montes Claros.....	135
CAPÍTULO III - NOVAS CENTRALIDADES EM MONTES CLAROS/MG: OS SUBCENTROS MAJOR PRATES E ESPLANADA.....	147
3.1. A descentralização da área central em Montes Claros e a emergência de novas centralidades.....	147
3.2. Novas Configurações do Espaço Intra-Urbano: a formação dos subcentros em Montes Claros/MG.....	150
3.2.1. Os Subcentros Major Prates e Esplanada.....	159
3.2.1.1. O Major Prates.....	164
3.2.1.2. A complementariedade da relação entre a Área Central e o Major Prates.....	177
3.2.2. O Esplanada.....	195
3.2.2.1. A Lagoa Interlagos no subcentro Esplanada: potencialidades turísticas e econômicas.....	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
REFERÊNCIAS.....	228
ANEXOS.....	238

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

INTRODUÇÃO

Foi por meio do processo de urbanização que a cidade encontrou sua maior expressão e desenvolvimento, a ponto de se consolidar como o espaço “privilegiado e adequado” para abrigar um contingente populacional expressivo em todo o mundo. Nesse sentido, a relação cidade-urbanização emerge e se intensifica gradativamente.

A segunda metade do século XX é marcada por alterações muito significativas no caráter da urbanização brasileira, e a principal razão para esse fato é a lógica da industrialização e o seu desenvolvimento pós décadas de 1940-1950, denotando o crescimento da urbanização via desenvolvimento da indústria. Desde então, o processo de urbanização no país consolidou-se, apresentando os maiores índices no final desse período, quando a população urbana foi expressivamente superior, em todas as regiões brasileiras.

As desigualdades econômicas e sociais existentes no Brasil demonstram o caráter capitalista da urbanização, que, assim como esse sistema econômico, carrega, em sua essência e na condição de sua reprodução, a desigualdade. Observa-se, desse modo, uma urbanização marcada por fortes desigualdades sócio-espaciais e econômicas, com crescente heterogeneidade interna.

Novas tendências relativas à Divisão Internacional do Trabalho – DIT, à modernização do campo, à reestruturação das redes urbanas, ao crescimento econômico e demográfico das cidades apresentam-se como aspectos marcantes para a reestruturação urbana e apontam o significado dos papéis das cidades diante da urbanização atual.

Na primeira metade do século XX, as pessoas tinham como destino migratório as grandes cidades, que eram aquelas que ofereciam maiores oportunidades de trabalho e

melhores condições de vida. Foi nesse contexto que São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, dentre outras capitais, aumentaram de forma acelerada suas populações.

Ao assumir elevados contingentes populacionais, no entanto, as grandes cidades não têm conseguido oferecer, satisfatoriamente, condições dignas de vida aos seus moradores. Sendo assim, o desemprego, a ineficácia no oferecimento de serviços básicos, como moradia, saúde e educação, os altos índices de violência e a desigualdade social são características marcantes dessas cidades.

Em decorrência dessa realidade, em que as grandes cidades e metrópoles crescem, aceleradamente, com infra-estrutura urbana inadequada ao atendimento de toda a população residente, assiste-se a uma perda expressiva da qualidade de vida de seus moradores.

Nesse contexto, ganham importância política, econômica e demográfica as cidades pequenas e médias. Verifica-se que essas cidades têm atraído indústrias, gerado comércio e prestação de serviços e, por conseguinte, atraído expressivos contingentes populacionais.

No Brasil, a preocupação com as cidades de porte médio remonta à década de 1970, a partir da formulação e implementação de programas governamentais direcionados a este segmento da rede urbana, através da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que compunha o II Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil (II PND). O PNDU surge da necessidade de conter a população que migrava para as grandes metrópoles brasileiras, bem como de compreender a forma como as mesmas se inserem na dinâmica intra e inter-regional.

A dinâmica socioeconômica das cidades identificadas como médias tem sido tema de estudos na ciência geográfica, principalmente pós década de 1970. A partir de 1990, verifica-se uma nova retomada nesses estudos, que apresentam, como referência teórica, novos critérios, além do tamanho demográfico, como ocorria nos primeiros trabalhos.

As cidades médias, de acordo com estudos de diversos geógrafos, dentre eles Amorim Filho (2001), Soares (2001) e Spósito (2001), despontam-se como importantes áreas potenciais na rede urbana brasileira e na economia do país.

Nesse sentido, o aumento populacional dessas cidades, bem como a maior participação desempenhada por elas na economia nacional evidenciam sua importância na atualidade. Ao recepcionar um número relevante de população, as cidades médias vão se tornando complexas e dinâmicas, inovando-se constantemente. Elas disponibilizam serviços e comércio e possuem moderno aparato industrial, além de forte produção agrícola e dinâmico setor terciário. Ademais, essas cidades têm conseguido oferecer relativa qualidade de vida aos seus habitantes, se comparadas às metrópoles. (SOARES; BESSA, 2000).

Nessa perspectiva, essas cidades são concebidas pelos empreendedores econômicos (comerciantes, agricultores, empresários e industriais) como áreas potenciais à circulação de capital, posto que possuem um amplo mercado consumidor. Tais fatos as tornam alvo de investimentos de grupos privados, estatais e públicos. Elas dispõem de boas condições materiais, como, por exemplo, infra-estrutura: água, luz, energia e esgoto, entre outros equipamentos urbanos, e oferecem condições para uma boa qualidade de vida.

O censo do IBGE do ano 2000 divulgou que as cidades médias foram as que mais cresceram nos últimos anos. Aproximadamente 80% da população brasileira vive em cidades, sendo que 40% desse total mora em cidades médias e pequenas. Assim, esses dados refletem o crescimento da população interiorana, denotando um processo de descoberta de novos espaços não restritos à faixa litorânea do país e de desconcentração populacional nas metrópoles e nas grandes cidades.

No interior dessas cidades, as áreas centrais expressam espaços onde coexistem usos comerciais e residenciais, com uma organização sócio-espacial bastante complexa. Não obstante, existe uma tendência de as áreas centrais se firmarem como espaços quase que

exclusivamente comerciais, com o afastamento de famílias que vendem as suas habitações e vão residir em outras regiões das cidades. Com isso, a área central passa pela valorização e consequente especulação imobiliária, transformando-se num espaço dotado de estabelecimentos comerciais, prestação de serviços e boa infra-estrutura urbana. As áreas centrais recebem grande circulação e fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, que possibilitam o consumo e a dinâmica econômica desses espaços.

Um fenômeno importante na configuração atual das cidades médias é a descentralização da área central, apontando novas centralidades. A partir da expansão territorial das cidades médias, que viabiliza a expansão urbana para bairros e novos loteamentos em regiões distantes da área central, aponta-se o surgimento de novas formas comerciais.

Os subcentros de comércio e serviços, os shopping-centers, os supermercados e as vias especializadas, entre outros, são exemplos de novas centralidades que tendem a configurar o espaço atual dessas cidades. Essas novas formas comerciais são resultantes do crescimento demográfico e territorial das cidades, que impõe a necessidade de satisfação de consumo básico da população residente em espaços distantes, física e geograficamente, do núcleo central. Demais, a própria lógica de reprodução e maximização do capital responde a essa tendência.

Nos últimos anos, o aumento considerável do número de cidades com mais de 100.000 habitantes, bem como o crescimento demográfico gradativo dessas cidades no Brasil vêm chamando a atenção de gestores públicos e de alguns estudiosos.

Spósito (2001) e Soares (1988) estudaram as cidades médias de Presidente Prudente, no oeste de São Paulo, e Uberlândia, no Triângulo Mineiro, respectivamente, demonstrando a necessidade de se refletir acerca das cidades médias brasileiras, no contexto em que se inserem, e do seu papel econômico no âmbito interno e inter-regional. Amorim Filho (2005)

analisa a organização morfológico-funcional do espaço intra-urbano das cidades médias por meio de quadros de zoneamento por ele desenvolvidos, de forma que tal modelo pode ser aplicado nas cidades médias mineiras, brasileiras e de outros países.

Dentre os estudos que analisam subcentros em cidades médias, podem-se destacar “Hospital de Base a Formação de Subcentros na Zona Sul de São José do Rio Preto (SP – 1950-2000)”, de autoria de Nayara Alves Navarro (2005), e “Subcentros e Condições de Vida no Jardim Bongiovani e Conjunto Habitacional Ana Jacinta – Presidente Prudente/SP”, de Sílvia Regina Pereira (2001).

Tais pesquisas revelam a importância de os estudiosos da geografia urbana e de outras ciências repensarem sobre as cidades médias e o papel que elas exercem no país e no entorno da região onde se inserem, considerando a importância socioeconômica, cultural e política que elas têm assumido nos últimos tempos.

Desta maneira, esta pesquisa tem como tema e objeto de estudo A Cidade Média e suas Centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Objetiva-se, assim, compreender o surgimento de novas centralidades em cidades médias a partir da descentralização do núcleo central, que viabiliza a formação de subcentros e vias especializadas em Montes Claros/MG, notadamente a partir do final do século XX e início do atual século.

A referida pesquisa discute a posição de Montes Claros enquanto cidade média, dialogando com as definições de núcleo central, área central e centralidades e suas inter-relações. Analisou-se a expansão urbana de Montes Claros, mediante os processos de centralização e descentralização econômica, bem como a funcionalidade do núcleo central, atrelada à formação de novas centralidades via subcentros de comércio e serviços.

A dinâmica atual e a produção do espaço urbano de Montes Claros é um tema que inquieta e estimula o pesquisador. Além disso, o vínculo afetivo com a cidade, por parte da mestrandona, contribuiu para a idealização e realização desse estudo.

A análise das cidades médias e de seu contexto econômico, para além de sua importância acadêmico-científica, pode contribuir para a mitigação de problemas relacionados à falta ou ineficácia de políticas de planejamento urbano, além de sugerir ações relacionadas à melhor organização e gestão dessas cidades.

Montes Claros (MG) possui 342.586 habitantes, conforme Estimativa Populacional do IBGE, e ocupa a posição de quinta maior cidade em população do Estado. Em relação ao Norte do Estado, Pereira (2004) informa que a população de Montes Claros equivalia, no ano 2000, a 20,83% do total verificado pelo IBGE na região. “É o único município com população superior a 100 mil habitantes no norte de Minas Gerais, o que permite classificá-lo como um município de médio porte, segundo critérios do IBGE”. (PEREIRA, 2004, p.15).

Essa cidade teve seu processo de crescimento viabilizado por fatores políticos, econômicos e demográficos. Dentre eles, destacam-se a instalação da estação ferroviária, na década de 1920, e a inclusão da região norte-mineira na área de atuação da SUDENE, pós década de 1960, que escolhe essa cidade para sediar a instalação de indústrias.

Em razão da industrialização, Montes Claros começa a receber um grande contingente migratório interessado em emprego, motivando uma urbanização cada vez mais crescente. Dados do IBGE (2000) demonstram que Montes Claros possui um índice de urbanização equivalente a 94%, superando a média nacional, que se aproxima de 85%.

Com a industrialização e a urbanização, as atividades terciárias se dinamizaram e a cidade passou a desempenhar novas funções e novos papéis no âmbito intra-urbano, ao potencializar o oferecimento de serviços importantes para o bem estar e qualidade de vida da população, como saúde e educação, notadamente.

A expansão e diversificação do comércio e da prestação de serviços representam as atividades mais importantes na composição da economia montesclarense, sendo, também, onde se insere a maior parte da PEA - População Economicamente Ativa da cidade.

Desse modo, o comércio é variado com atacadistas, predominando o comércio de varejo, com vários supermercados de pequeno, médio e grande porte, além das mercearias de bairros, que “vendem de tudo”. Lojas de confecções, vestuários, bares, restaurantes, o shopping popular e o shopping center reforçam esse papel comercial da cidade, que, além de seus moradores, atende também ao mercado consumidor das cidades mais próximas, notadamente no setor de supermercado, pela variedade de produtos e de preços.

Dentre os principais serviços desenvolvidos, merecem destaque aqueles relacionados à saúde e à educação. A polarização de Montes Claros em relação à região em que se insere é visível, com destaque, sobretudo, para o setor educacional, marcado pela presença da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, pelo núcleo da UFMG e, nos últimos anos, por inúmeras faculdades particulares. Além de Cursos preparatórios para vestibulares, colégios de ensino médio e fundamental e cursos técnicos e profissionalizantes, que atraem jovens de cidades vizinhas e de outras regiões para Montes Claros.

O setor de saúde também possui um importante papel na posição de pólo regional da cidade. Esse setor dispõe de grande número de estabelecimentos de saúde de caráter filantrópico, público e privado, como hospitais, policlínicas, postos de saúde e inúmeras clínicas especializadas. O Hospital Santa Casa, localizado na área central, é o mais antigo da cidade e o Hospital Universitário Clemente Faria é uma das extensões da Unimontes.

A população que chega à cidade atraída pelos setores de educação e saúde permite a ampliação e diversificação do setor terciário, como o comércio e a prestação de serviços, motivando muitas mudanças internas na cidade, como seu crescimento territorial, expansão urbana e as novas centralidades.

A partir do crescimento de Montes Claros, sua área central transformou-se profundamente, a ponto de deixar de ser o lócus de consumo exclusivo da população e de reprodução da atividade econômica. Tal fator vem provocando a descentralização da área central de Montes Claros. Esse espaço abrigou, tradicionalmente, grande contingente demográfico e parte expressiva e importante do comércio e prestação de serviços que atendem à população.

O processo de descentralização foi viabilizado pela expansão territorial da cidade, somada aos novos padrões espaciais que motivaram atividades industriais e econômicas, circulação de mercadorias e pessoas, fluxos de capitais, tecnologias e infra-estruturas. Todo esse incremento segue obedecendo à lógica do sistema capitalista que, para a sua reprodução e funcionamento, impõe necessidades de consumo, crescimento e novas estruturas comerciais nos espaços diversos.

As cidades médias crescem e se expandem obedecendo a uma dinâmica intensa de trocas e fluxos de mercadorias, capitais e usos. Nesse sentido, transformam-se espaços, deslocam-se ou expandem-se atividades. A área central das cidades tem-se transformado, em função, sobretudo, da expansão urbana, que acarreta novas centralidades.

Em Montes Claros, o crescimento da cidade, resultante do aumento demográfico e da expansão do tecido urbano, tem ocasionado seu alargamento, com a abertura de novos bairros e loteamentos para áreas periféricas. Nessas circunstâncias, a área central da cidade vai perdendo seu caráter residencial e passa a assumir, demasiadamente, diversos tipos de funções relacionadas à prestação de serviços e ao comércio. Com isso, esse espaço sofre importantes transformações, ao concentrar inúmeras atividades, apontando problemas, a saber: hipertrófia, degradação e deterioração da paisagem urbana, problemas referentes ao trânsito, altos custos para manutenção na área central, em virtude de elevados preços de aluguéis e impostos em geral.

Em decorrência desses fatores, criam-se em Montes Claros (MG) novas centralidades, com a formação de subcentros em regiões distantes da área central, embora a ela ligadas por meio de trocas que são estabelecidas de maneira complementar.

Os subcentros, expressão direta e miniatura da área central, desenvolvem-se próximo ou a partir de uma grande instituição ou de um importante empreendimento. Conjuntos habitacionais, faculdades, hospitais, shopping-centers e postos de saúde são exemplos de empreendimentos que podem levar à formação dos subcentros. Autores como Soares (1987), Pereira (1998), Spósito (2001), Pintaudi (2002), Mendes e Grzegorczyk (2003) e Navarro (2005) estudaram a temática dos subcentros.

Em Montes Claros, a ocorrência dos subcentros nos bairros Major Prates (Zona S), Santos Reis (Zona N), Esplanada (Zona NE) e Maracanã (Zona S) está ligada, sobretudo, à presença de postos de saúde criados pela administração pública municipal. No espaço intra-urbano, pode ser observado o surgimento de novas centralidades a partir da presença de empreendimentos econômicos, como o Montes Claros Shopping-Center e Shopping Popular.

Para a consecução do estudo, estruturou-se a pesquisa em três etapas básicas. A primeira consistiu em revisão da literatura existente sobre a temática: cidades médias, núcleo central, áreas centrais, novas centralidades e subcentros, com o objetivo de delinear caminhos ou aportes teóricos que servissem de base para elucidações e diálogos engendrados durante a construção da pesquisa.

Analisaram-se dados secundários, produzidos pelo IBGE, Fundação João Pinheiro, Atlas de Desenvolvimento Humano, Assembléia Legislativa de Minas Gerais e Prefeitura Municipal de Montes Claros. A partir desses dados, enfatizaram-se indicadores sociais e econômicos, como o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e o Produto Interno Bruto – PIB de Montes Claros, no intuito de problematizar a posição dessa cidade média e analisar suas transformações econômicas, viabilizadas, sobretudo, pelo incremento do setor de

serviços, especificamente, a educação superior e a saúde. Foram produzidas tabelas, gráficos e mapas, para ilustrar essa caracterização geral de Montes Claros. Nos trabalhos e observações de campo, organizou-se material fotográfico referente ao núcleo central e aos subcentros.

Deve-se, neste momento, atentar para o que Bourdieu (1978) denomina “vigilância epistemológica e ruptura com o senso comum”, ou seja, buscar a origem e o potencial explicativo de cada conceito, categoria ou noção utilizada, sem transportá-los, inadequadamente, para realidades teóricas que possam perder poder ou mesmo não fazer sentido (DURHAM, 1988). Deve-se, ainda, atentar para o rompimento com noções e juízos típicos do senso comum. O que não significa uma visão cientificista ou ignorar os inputs dados pela experiência do senso comum. Trata-se de ser capaz de diferenciá-los.

No segundo momento, foi realizado o trabalho de campo, com a utilização de fontes primárias (entrevistas) e secundárias (dados históricos e estatísticos), sendo que essas últimas tiveram como bases principais informações produzidas pela instituição IBGE, por arquivos públicos e de universidades que retratam a cidade de Montes Claros e seu processo de crescimento urbano, notadamente pós década de 1960.

Realizaram-se entrevistas com pessoas chaves, como os donos de empreendimentos comerciais e de serviços localizados no subcentro Major Prates que possuem filial no núcleo central da cidade. Também foram entrevistados alguns representantes do poder público municipal e pesquisadores, a fim de compreender e esclarecer questões relacionadas à descentralização da área central da cidade, o papel do núcleo central, suas potencialidades e limitações, bem como para obterem-se sugestões de medidas de melhorias nessa área da cidade. Para isso, foi utilizado um roteiro de questões, para nortear as observações e os registros. As entrevistas objetivaram elucidar questões e enriquecer a análise dos documentos. Também aqui, é preciso estar atento às precauções anteriormente citadas.

Tendo como recorte espacial o núcleo central de Montes Claros e os subcentros Major Prates e Esplanada, foram realizados trabalhos de campo nesses espaços e aplicadas entrevistas para alguns pesquisadores da cidade e moradores do núcleo central, a fim de apresentar suas impressões sobre o papel do núcleo central no interior da cidade, seus aspectos positivos e negativos. Também foram entrevistados empreendedores ou gerentes de estabelecimentos comerciais e serviços que possuem a sede de seus negócios no núcleo central e filiais no subcentro Major Prates, a fim de compreender as razões da expansão de seus negócios para determinadas áreas da cidade.

A partir do levantamento de atividades econômicas no núcleo central e nos subcentros Major Prates e Esplanada, foram confeccionados diversos mapas de localização, de uso e ocupação do solo para identificar os tipos de atividades desenvolvidas nesses espaços. Com isso, percebeu-se grande concentração de comércio e serviços, alguns especializados, no núcleo central e sua zona periférica, nas avenidas Francisco Gaetani e Castelar Prates, no subcentro Major Prates e nas avenidas Deputado Plínio Ribeiro, Governador Magalhães Pinto e Coronel Coelho, sob a influência do subcentro Esplanada.

Em seguida, foram analisadas as informações secundárias, sobretudo aquelas relacionadas ao processo de transformação do município de Montes Claros e à descentralização do núcleo central, atrelada ao processo de emergência de subcentros. Além disso, foram examinados os instrumentos de gestão e planejamento do ordenamento espacial da cidade, como o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, e a forma com os subcentros são tratados nesses instrumentos. No âmbito do núcleo central, realizou-se uma breve análise de um dos projetos da prefeitura municipal, intitulado Centro Vivo, que visa a sua revitalização.

Certamente, nesses momentos, deve-se atentar para o risco inerente à análise de documentos, no sentido de procurar localizar as informações no seu contexto econômico,

histórico e político, associando a elas o autor e seu lugar econômico, social e institucional e os objetivos envolvidos naquela comunicação, em suma, buscando identificar para quem, para que, como e de onde se fala.

A questão metodológica fundamental é a necessidade de consorciação entre fontes escritas - análises já produzidas por especialistas e documentação primária - e a observação e interpretação dos relatos das pessoas entrevistadas.

Essa metodologia propiciou conhecer o objeto de estudo da pesquisa e problematizá-lo a partir de observação, pesquisa empírica, aporte teórico, entrevistas e informações obtidas em órgãos e entidades diversas. Tudo isso deu suporte para a confecção dos mapas e escrita do trabalho, sendo essa a última etapa da pesquisa.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo discute o processo de urbanização contemporâneo no Brasil. A urbanização brasileira ocorreu pós década de 1940, período em que o país deixava de ser predominantemente rural-agrícola, incorporando um padrão urbano-industrial. A exemplo de outros países, o crescimento das cidades brasileiras não veio acompanhado de serviços e infra-estrutura urbana adequada à qualidade de vida da população, como moradia, emprego, lazer, dentre outros. Ao contrário, as cidades brasileiras são marcadas por intensas desigualdades sociais e econômicas entre seus moradores, além de graves problemas ambientais.

O forte processo de urbanização vivenciado pelas cidades apontou a necessidade de políticas de planejamento que objetivassem a redução paulatina da migração direcionada aos grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Foi nesse contexto que, na década de 1970, o governo federal, por meio de políticas públicas de ordenamento territorial, começou a incentivar a criação de novos pólos de desenvolvimento em regiões periféricas, como o desenvolvimento de cidades de porte médio.

Com isso, as cidades médias cresceram econômica e demograficamente, daí a necessidade de compreender a dinâmica dessas cidades e sua importância na região em que se inserem e na economia e participação da RUB – Rede Urbana Brasileira. Em seguida, fez-se uma discussão acerca do seu conceito e classificação.

No final desse capítulo, consta um estudo de caso detalhado da cidade média de Montes Claros/MG, feito a partir do levantamento de indicadores demográficos, econômicos (PIBm, setores econômicos, serviços de educação e saúde), infra-estruturais (saneamento básico, energia, lazer) e de condições de vida da população (IDH). Para dar suporte a essa discussão, utilizaram-se fontes secundárias (documentos, dados estatísticos e pesquisas), com informações produzidas pelo IBGE, Atlas de Desenvolvimento Humano, Assembléia Legislativa, Fundação João Pinheiro e por arquivos públicos – prefeituras e universidades, e fontes científicas.

O segundo capítulo trata da expansão urbana de Montes Claros a partir do seu núcleo central, que teve sua origem no século XVIII, quando a cidade comercializava produtos diversificados com municípios e estados vizinhos. Atualmente, esse espaço desempenha uma forte função comercial, que foi demonstrada por meio de levantamento de atividades econômicas ali desenvolvidas, e, posteriormente, através da confecção de mapas de uso e ocupação de solo. O material fotográfico produzido ilustrou o núcleo central de Montes Claros a partir de sua área comercial, notadamente. Por meio da intensificação da atividade econômica no núcleo central e da expansão territorial da cidade, surgem subcentros de comércio e serviços em regiões afastadas do centro tradicional com grandes potencialidades econômicas.

No terceiro capítulo, são analisados os casos dos subcentros Major Prates e Esplanada, localizados nas regiões Sul e Nordeste de Montes Claros, respectivamente. Para a escrita desse capítulo, realizou-se levantamento parcial dos comércios e prestações de serviços

desenvolvidos nesses bairros, bem como entrevistas com pessoas responsáveis por estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que possuem sedes no núcleo central e filiais nos subcentros analisados. Também já foi elaborado um mapa de localização do núcleo central de Montes Claros e dos subcentros Major Prates e Esplanada, objetos de estudo dessa pesquisa. Foram confeccionados mapas de uso e ocupação do solo nas áreas de maior potencialidade econômica dos subcentros Major Prates e Esplanada. A grande concentração de atividades econômicas desses locais aponta fortes centralidades em áreas distantes do núcleo central e a polarização dos subcentros nas regiões da cidade em que estão inseridos. O material fotográfico deu suporte a ilustrações nesse momento. Por fim, teceram-se as considerações finais, buscando estabelecer relações entre as proposições da literatura especializada e os casos estudados, com vistas à contribuição para a compreensão da dinâmica de produção do espaço urbano da cidade média Montes Claros/MG.

CAPÍTULO 1

URBANIZAÇÃO E CIDADES MÉDIAS: Montes Claros/MG e o contexto brasileiro

1.1 – Urbanização e Cidades

Entre cidade e urbanização há intensas relações. Não obstante, qual é a natureza dessa relação? E quais são os reflexos da industrialização e do fenômeno de urbanização para o homem e sua organização sócio-espacial? Tal reflexão pode ser realizada a partir da compreensão de que a urbanização é um

[...] processo de larga amplitude histórica, devendo-se considerar que, mesmo tendo se iniciado na Antigüidade, com a origem das primeiras cidades, esse processo tomou novos rumos com o desenvolvimento do capitalismo e seu padrão correlato de produção e consumo – o industrialismo. (SPÓSITO, 1999, p.86).

Nesse sentido, a cidade pode ser interpretada “como uma forma espacial que expressa a dinâmica e a acumulação de tempos engendrados por esse processo, sendo assim não se pode deixar de considerá-la expressão material da urbanização”. (SPÓSITO, 1999, p.86).

Spósito (1999, p.86) adverte para a essência real da relação “cidade – urbanização” e para o perigo de interpretações e reflexões vazias a esse respeito, quando dispõe que:

[...] o fato de que a urbanização é um processo e a cidade, uma forma espacial não deve nos levar à concepção estatística da realidade urbana, a partir da qual a leitura da cidade deve ser feita através de sua morfologia, e a da urbanização através de seu processo. É apenas na relação entre o processo e a forma engendrada que podemos compreender como um dado arranjo sócio-espacial é, ao mesmo tempo, produto e produtor da realidade.

Nessa ordem de idéias, verifica-se que:

No plano da materialidade, tem-se a cidade como uma forma espacial que podemos cartografar, medir, percorrer e fotografar. No plano processual, tem-se a urbanização como dinâmica através da qual se podem compreender as mudanças

mais significativas do mundo industrial (e pós-industrial). (SPÓSITO, 1999, p.86).

A análise da relação existente entre urbanização e cidade permite a compreensão do espaço urbano enquanto forma e processo, simultaneamente, posto que expressa a realidade urbana dinâmica em sua totalidade, organização e reorganização.

Podem-se apontar, a partir da concepção de Spósito (2001), ruas, prédios, casas e praças como “formas” que emergem nas cidades e os “usos e não usos”, representados pelos fluxos diversos (mercadorias, pessoas, idéias e capitais, dentre outros) que se estabelecem no espaço; ambos como uma maneira, às vezes contraditória, de a sociedade apropriar e construir suas representações no espaço urbano.

A urbanização é um fenômeno histórico de concentração de população nas cidades. Essa definição, no entanto, permite qualificá-la apenas do ponto de vista estatístico e demográfico. Dessa forma, esse critério afigura-se como antigo e insuficiente para a abordagem da urbanização contemporânea. Tal visão ainda prevalece nas análises da arquitetura, embora os próprios arquitetos reconheçam que a urbanização é um fenômeno de muita complexidade e que, para efeito de análise, “os antigos critérios demográfico-econômicos são, no mínimo, insuficientes”. (VILLAÇA, 2003, p.29).

Spósito (1999) descreve elementos de caráter estatístico-demográfico, econômico e outros relacionados aos “modos de vida” (estilo de vida, cultura e valores urbanos) que caracterizam a urbanização contemporânea e que devem ser considerados nas análises dos estudiosos interessados por essa temática. Conforme a autora,

[...] uma urbanização que se reconstrói, também, como espacialidade que se redesenha a partir da fragmentação do tecido urbano e da intensificação da circulação de pessoas, mercadorias, informações, idéias e símbolos. A urbanização da sociedade não comprehende, portanto, apenas a dinâmica demográfica de concentração de homens, ou a dinâmica econômica de concentração das riquezas, nem as formas concretas que expressam ou determinam essas dinâmicas, mas seu conteúdo social e cultural. (SPÓSITO, 1999, p.84).

Ademais, não é apenas o aumento do número de habitantes e do tamanho das cidades que caracteriza e/ou explica o processo de urbanização, mas, também, os papéis que as cidades vão desempenhar na divisão social do trabalho; manifestada por meio da criação de consumo, produção, ocupação de espaços vazios e reestruturação da rede urbana, entre outros condicionantes.

Entre outros aspectos, a urbanização é derivada da migração da população do campo, que se fixa em demasia nas cidades. A população rural migra para as cidades, na maioria das vezes, devido à pobreza, à desestabilização da economia local e à degradação das condições de vida no campo, tal como é descrito por Costa (1999):

A estrutura fundiária concentradora contribui para a expulsão do homem do campo. Os equipamentos urbanos, a infra-estrutura, os serviços e a possibilidade de emprego também são fatores atraentes, que levaram a população do campo para a cidade. Numa sociedade rural, o surgimento desse fenômeno urbano explica-se pela degradação das condições de vida no campo. (COSTA, 1999, p.101).

Destarte, como resultado da migração, as cidades aumentam seu número populacional, crescem e se expandem. Contudo, como já tratado anteriormente, o fenômeno da urbanização não se restringe somente ao acréscimo da população urbana como resultado da transferência populacional campo-cidade.

No que se refere aos aspectos sócio-culturais, o processo de urbanização resulta em mudanças no modo de vida, nos hábitos e comportamentos. Nesse sentido, a pessoa ou grupo que migra do campo em direção à cidade vai assumindo, gradativamente, características de cidadão, tanto em relação ao comportamento e modos de vida como em relação à civilidade, à produção e à reprodução do espaço urbano, bem como seu uso e ocupação.

A partir do momento em que as pessoas passam a morar nas cidades, elas alteram relações consigo próprias e com outros habitantes urbanos. Registra-se, por exemplo, a perda gradativa do contato informal entre moradores de bairro, das conversas entre vizinhos, configurando um estilo de vida marcado pelo afastamento entre as pessoas. Sobre esse

assunto, Costa (1999) resgata os pressupostos da urbanização ao longo dos tempos, destacando que a forte característica que a urbanização possui de impor o modo de vida urbano não é peculiar à modernidade.

O processo de urbanização manifesta-se através de mudanças de comportamento, de hábitos, do modo de vida. No passado, o imperador mandava vir da Europa, profissionais habilitados, escritores, artistas com o objetivo de “civilizar” [...]. E “civilizar” significa vestir-se, pensar, ler, falar de acordo com o modelo europeu. Depois da Segunda Guerra Mundial, outro modelo se impõe – *way of life*. O mundo passa a guiar-se pelo modo de vida dos Estados Unidos. Hoje, na era da globalização, com os rápidos meios de comunicação, busca-se uma linguagem universal, um modo de vida global [...]. (COSTA, 1999, p.115). (grifo do autor).

Observa-se, portanto, que a urbanização, em sua essência, não significa somente aumento da concentração da população nas cidades, pois implica, ainda, mudanças complexas e profundas de estilo de vida, que decorrem do impacto da cidade sobre a sociedade.

1.1.1 - Características da Urbanização Moderna: as aglomerações urbanas

O desenrolar do século XIX foi marcado pela intensificação do processo de urbanização nas grandes cidades e pelo nascimento de grandes aglomerações urbanas, como Tóquio, Nova York, Paris e São Paulo, dentre outras. Nesse contexto, as grandes cidades tornam-se o alvo das populações migrantes do campo, que vão em busca de melhores condições de vida, empregos e “modernidade”. Conseqüentemente, essas cidades passam a exibir taxas elevadíssimas de urbanização, sendo, cada vez mais, imbuídas de valores urbanos, como o distanciamento entre as pessoas, ao passo que, cada vez menos, demonstram ser expressão cultural da origem de seus habitantes e referência de solidariedade entre os mesmos.

Com a elevada taxa de urbanização, grandes cidades do mundo inteiro começam a apresentar graves problemas urbanos, dentre esses, é de se destacar a degradação do meio ambiente. Assim, observam-se, nas grandes cidades, a deterioração e a crise do meio ambiente

urbano; realidade que fica evidente por meio da queda significativa da qualidade de vida¹ dos seus moradores e pelo afastamento das condições ecológicas do ambiente urbano. Sendo este último resultado da maneira como o homem se apropria do espaço em que vive ou dele é apropriado.

O meio ambiente urbano é resultado da soma das condições de vida materiais e imateriais nas cidades, juntamente com a qualidade de vida dos seus moradores. Em outros termos, é o ambiente natural, atualmente transformado e construído, onde se localizam, concomitantemente, homem e natureza em sua totalidade e complexidade.

Esse meio ambiente constitui, ao mesmo tempo, um resultado material, territorial e histórico das modalidades de como são produzidos e construídos os bens comuns². Para Rodrigues (1999, p.105), o meio ambiente urbano diz respeito:

Ao conjunto de atividades exercidas na cidade, o que significa que compreende a dinâmica da própria sociedade. Nesse sentido, o meio ambiente urbano ou o ambiente construído mostra, de forma clara, a diversidade da riqueza e de pobreza, a produção e reprodução de objetos e de cultura, enfim, a vida cotidiana.

Nota-se que a realidade exposta por Rodrigues (1999) tem como causa processos determinantes da atual conjuntura da sociedade capitalista, como a industrialização, o fenômeno de urbanização e o processo de globalização. Todos esses processos são fundados em um modelo de desenvolvimento consumista que, além de insustentável ecologicamente e

¹ A qualidade de vida do ser humano é totalmente dependente da condição ou qualidade ambiental do meio em que ele se insere, pois os danos à qualidade ambiental, provocados pela ação antrópica, afetam a qualidade de vida das populações. GALLOPÍN (1986) apud BARBOSA (1995, p.205), ao discutir o conceito de qualidade de vida, reconhece a importância do “meio” na vida das pessoas. Nas palavras desse autor, “as condições ambientais a que estão expostas as pessoas relacionam intimamente à qualidade de vida. [...] Assim as condições do ambiente de uma sociedade, são os fatores principais que incidem sobre a qualidade de vidas pessoas. [...] Uma alta qualidade ambiental está associada àquelas situações do ambiente que favorecem a melhor qualidade de vida das pessoas”. Percebe-se que, para a construção de um ambiente urbano saudável, é fundamental a satisfação de necessidades básicas do ser humano, no tocante às condições sócio-econômicas, bem como, infra-estrutura pública.

² A noção de bem comum aqui mencionada se relaciona à transmissão de qualquer bem natural (água, por exemplo) para as gerações futuras – essa noção não significa aqui propriedade de algo.

de alto impacto ambiental, gera problemas sociais como desemprego, miséria, pobreza, violência e desigualdades.

Dessa forma, as cidades, notadamente as grandes e médias, começam a ser lócus de desigualdades e degradação ambiental cuja expressão se dá por meio dos problemas ambientais que vivenciam, tais como: poluições diversas, morte de fauna e flora urbana, microclima, dentre outros. Além disso, o surgimento de favelas, o desemprego urbano e a falta de habitação nas grandes cidades são alguns exemplos de problemas sócio-econômicos que emergem do crescimento populacional com ausência de planejamento e de infra-estrutura.

Prosseguindo nesse viés, nesta parte do trabalho, serão destacados alguns dos principais problemas de ordem social, econômica e ecológica vivenciados pelas grandes e médias cidades, no intuito de abordar a realidade urbana contemporânea desses centros bem como os reflexos dos problemas que passam para a emergência de novas configurações na dinâmica intra-urbana e territorial.

Um grave problema enfrentado pelos centros urbanos é o crescimento desordenado, isto é, sem infra-estrutura adequada. Essa é uma questão que afeta diretamente a qualidade de vida nas cidades, posto que o adensamento populacional elevado com intensificação do uso e ocupação do solo faz surgir problemas como a má qualidade da água para abastecimento e a precariedade ou ausência de saneamento básico, decorrentes da falta de equipamentos urbanos, como rede de abastecimento de água, esgoto e calçamento. Essas questões comprometem, sobremaneira, a qualidade de vida dos moradores. Ademais, a ausência e/ou ineficácia de serviços públicos, como escolas, creches, postos de saúde e áreas de lazer, agravam ainda mais o quadro urbano.

Santos (1982) constata que, para se compreender as razões do crescimento urbano, tanto do ponto de vista geral quanto de um caso específico, “torna-se necessário apreender a

natureza dos fenômenos mundiais ligados ao processo de urbanização e, ao mesmo tempo, interpretar os seus fatores locais, regionais e nacionais”.

Os principais problemas do crescimento urbano [...] são problemas relativos à moradia, aos serviços públicos, ao emprego e ao desenvolvimento nacional. Também os problemas da paisagem estão aí relacionados à problemática urbana. (SANTOS, 1982, p.20).

O crescimento urbano tem ocorrido, sobretudo, a partir da expansão populacional das grandes cidades para áreas periféricas (crescimento horizontal). Essas áreas apresentam-se como espaços de baixo valor econômico, ocupados geralmente pela população de menor poder aquisitivo. Nota-se, contudo, que as periferias urbanas, especialmente as das grandes cidades, carecem de condições de infra-estrutura e apresentam dificuldade de acesso aos serviços públicos, sendo, consequentemente, marcadas por grande exclusão social e marginalização.

Rodrigues (1988, p.11) remete à noção de segregação espacial urbana quando afirma que:

Há espaços densamente ocupados e outros com rarefação de ocupação. Amplos espaços servidos de infra-estrutura e outros com grande densidade de ocupação, mas com rarefação de serviços. Isto significa que a diversidade não se refere apenas ao tamanho e características das casas e terrenos, mas à própria cidade.

Isto posto, verifica-se que as periferias não apresentam condições infra-estruturais e suporte adequado para atender à massa intensa de população que a elas se direciona em virtude de não possuir condições materiais para residir em áreas dotadas de acessibilidades urbanas. Em relação às condições de vida nessas áreas, Macedo (2001) apud Nucci (2001, p.97) reitera que:

Ao adensamento construído e demográfico correspondem: congestionamento das ruas, escassez real de espaços livres para lazer, obsolescência da infra-estrutura: água, luz e esgoto, dentre outros, que deve ser recomposta a altos custos, destruição de tecidos e modos de vida urbanos significativos e a destruição ou emparedamento de situações de relevo importantes na caracterização da paisagem da cidade.

Disso decorre que, com o adensamento, as cidades ficam degradadas e desorganizadas, transformando-se num ambiente esteticamente feio, com interferência na qualidade de vida do cidadão. Além disso, os desmoronamentos de barracos em favelas, as poluições diversas, os problemas de trânsito, o desemprego e a marginalidade são, também, resultados da expansão das cidades. Esses fatores têm gerado cidades precárias e caóticas, apontando uma problemática econômica, ambiental e social cujos reflexos interferem na qualidade ambiental urbana³.

A realidade aqui exposta, referente à qualidade de vida nas grandes e nas médias cidades bem como à sua degradação, tem inúmeras razões⁴. Nesse sentido, enfatizar-se-á, neste trabalho, o processo de urbanização que ocorreu de maneira acelerada e sem suporte econômico, ecológico e social. Constatou-se que o impacto da urbanização sobre a cidade e a sociedade se dá sob a forma de problemas de superlotação, déficit habitacional, infra-estrutura urbana, saneamento e falta de segurança. O caos urbano e a crise nas cidades culminam em fome, miséria, violência, desemprego, trabalho informal e esvaziamento das relações sociais.

A urbanização, experimentada pela maioria das médias e grandes cidades, veio acompanhada do fenômeno da “favelização”, uma vez que as cidades foram incapazes de absorver o grande contingente populacional que migrou do campo em direção a elas. Na maioria das vezes, sem habitação adequada, as pessoas ocupam áreas de riscos, como pontes, túneis, viadutos, encostas, terrenos de terceiros e propriedades ilegais, dando origem às favelas. Em relação ao problema de habitação nas cidades, Spósito (2004) destaca que:

³ Qualidade Ambiental Urbana é o predicado do meio urbano que garante a vida dos cidadãos dentro de padrões de qualidade, tanto nos aspectos biológicos (saneamento urbano, qualidade do ar, conforto a ambiental, condições habitacionais, condições de trabalho, sistemas de transporte e alimentação, dentre outros), quanto nos aspectos sócio-culturais (percepção ambiental, preservação do patrimônio cultural e natural, recreação, educação, dentre outros). (KLIASS, 2002). OLIVEIRA E HERRMANN (2001) discutem a questão da qualidade ambiental no âmbito urbano, salientando que a expressão qualidade ambiental significa: qualidade do habitat; qualidade da infra-estrutura à disposição do cidadão; qualidade do ar e das águas usadas e qualidade da paisagem.

⁴ Outros elementos baseados em paradigmas econômicos (mercantilização da natureza pelo homem...), ideológicos, (o peso de se tornar urbano, ser habitante da cidade que é sinônimo de civilização, progresso e modernidade... e o campo interpretado como local de atraso que deve ser superado...) políticos (ausência e/ou ineficácia de planejamento e gestão urbana) e culturais (movida pelos valores do mundo urbano, dentre eles, o consumismo exacerbado).

[...] existem alguns que possuem grandes mansões, [...] outros com muita dificuldade possuem sua casa própria, até, às vezes, dependendo de empréstimo do governo; e, finalmente, existem também aqueles que nem têm onde morar, dependendo de favores ou perambulando pelas ruas da cidade em busca de qualquer abrigo, ocupando áreas em baixo de pontes ou proximidades de córregos, onde constroem com restos de materiais de construção seus barracos. [...] A habitação aparece como um problema, então, para aquelas pessoas que não ganham muito dinheiro, ou porque são analfabetos, ou porque não possuem empregos com altos salários... enfim, são trabalhadores que, muitas vezes, não tem sequer um emprego! Sendo um problema, é necessário se pensar numa solução. (SPÓSITO, 2004, p. 38-40).

Percebe-se, então, um processo de urbanização insustentável economicamente, excludente, predatório e depredador de recursos naturais. Assim, as grandes cidades de países do mundo inteiro, inclusive do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, que foram as pioneiras na urbanização, refletem bem esse processo. De forma semelhante, embora em menor escala, as cidades médias apresentam um processo de urbanização marcado por desigualdades, percebidas a partir de indicadores de renda, educação e longevidade, dentre outros. Essas cidades vivenciam condições de pobreza, exclusão e desigualdade social, bem como de informalidade no setor de serviços, favelização, marginalidade, segregação sócio-espacial, degradação ambiental e violência. Não obstante, é de se destacar que esses índices são menos significativos quando comparadas às grandes cidades.

A crise urbana verificada nessas cidades não se relaciona somente à falta de investimentos e de planejamento por parte do poder público em suas escalas federal, estadual e municipal. Relaciona-se, ainda, com os valores sócio-culturais dos indivíduos sobre seus níveis de consumo e estilos de vida.

Outro aspecto próprio da cidade é a contradição espacial, uma vez que ela concentra, simultaneamente, riqueza e pobreza, aproopia e desapropria grupos humanos, assim como centraliza e descentraliza atividades econômicas, políticas e administrativas. Esse paradoxo também apresenta, em sua natureza, a organização e reorganização espacial em função das classes ou grupos sociais que ali vivem e se reproduzem.

Com a urbanização, a cidade encontra sua expressão maior e se consolida como o espaço “privilegiado e adequado” para abrigar um contingente populacional expressivo em todo o mundo. Assim também a urbanização encontra na cidade o lócus ideal para o seu desenvolvimento. Dessa maneira, a relação cidade-urbanização emerge e se intensifica gradativamente, pois ambas são complementares.

A ocupação do espaço geográfico - ambiente natural e cultural, seja rural ou urbano, é expressão material visível das relações econômicas, da intervenção humana em detrimento da natureza e da configuração do território. Em sua essência, a cidade é, ao mesmo tempo, produto e condição de reprodução da sociedade. (PINTAUDI, 1999, p.134).

As possibilidades de mudanças da realidade econômica, social e ambiental das cidades, aqui expostas, passam pela ação política, pela sensibilização e/ou conscientização humana, não podendo ser dissociadas do contexto atual das tecnologias, da permanência dos interesses políticos e econômicos vigentes nas cidades, bem como, também, daqueles interessados na realidade social urbana (moradores, planejadores e administradores, dentre outros).

O planejamento das cidades e a gestão territorial são uma necessidade, e é inevitável que ocorram. Na maioria das vezes, contudo, o problema não é a ausência de planejamento, mas o modelo excludente de planejamento adotado pelas cidades, que tende a concentrar investimentos públicos e infra-estrutura em áreas de classe média e alta, prejudicando a população pobre.

Dessa forma, aos governantes cabe a busca pela diminuição das desigualdades sociais e regionais dos países, com prioridade para os investimentos públicos nas periferias das cidades e em locais de baixa renda.

A discussão aqui exposta sobre a degradação ecológica urbana, a qualidade de vida e os aspectos socioeconômicos nas grandes e nas médias cidades é oportuna, visto que se

relaciona diretamente com uma nova configuração urbana que tem acontecido no Brasil pós década de 1970, quando as cidades médias ganham importância econômica e demográfica.

A partir de então, fluxos migratórios das grandes e pequenas cidades para as cidades médias vão se tornando cada vez mais intensos no país. As cidades médias são procuradas por apresentarem melhores condições de vida se comparadas às grandes, além de possibilidades de emprego. Outro fator importante para a existência dessa nova dinâmica, além da deterioração da qualidade de vida, é o processo de descentralização da atividade industrial e comercial que ocorre nas grandes cidades, resultando na emergência das cidades médias como espaços sociais, culturais, econômicos e políticos importantes.

Nas cidades médias, assiste-se à descentralização da área central, apontando novas centralidades via subcentros de comércio e serviços. Tal fato denota a importante dinâmica econômica e territorial desses espaços e a necessidade de sua valorização e de realização de estudos relacionados ao planejamento regional e à configuração da rede urbana brasileira.

Certamente, a degradação ambiental urbana é um processo que também ocorre nas cidades médias, entretanto em níveis menores e com possibilidades mais concretas de evitar sua expansão acirrada.

Isto posto, depreende-se que o processo de urbanização brasileiro está atrelado, desde os seus primórdios, ao desenvolvimento e reprodução do capital industrial, atendendo à lógica concentradora e desigual do sistema capitalista e, consequentemente, acarretando expressivas transformações no modo de vida urbano, na estrutura, dinâmica interna e conteúdo das cidades, bem como nas funções por elas desempenhadas.

1.2 - A Urbanização Brasileira: características, tendências e atualidades

Milton Santos, em sua obra “A urbanização Brasileira” (1993), distinguiu quatro períodos que marcaram o processo de urbanização no país: o período colonial, o final do século XIX e primeira metade do século XX, o período compreendido entre as décadas de 1940 a 1970 e o pós década de 1970.

No período colonial brasileiro, a região Nordeste, notadamente o Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata, foi aquela que ensaiou as primeiras manifestações de urbanização em relação ao restante do território nacional. Reis (1968, p.61) inclui como elementos explicativos da urbanização nesta fase os seguintes elementos:

[...] a organização político-administrativa, consideradas, de um lado, as capitâncias e o governo geral e de outro a organização municipal; as atividades econômicas rurais (agricultura de exportação e de subsistência) e as camadas sociais correspondentes, a começar pelos proprietários rurais; as atividades econômicas urbanas e seus atores (comércio, ofícios mecânicos, funcionalismo, mineração).

Esses elementos foram importantes colaboradores na caracterização da urbanização brasileira no período colonial. Como observa Santos (1993), esse período é marcado por uma “urbanização pretérita”, ou seja, naquele momento não estava consolidado um processo de urbanização propriamente dito (em sua essência), com características de aumento de população, de incremento econômico e adoção de estilos, cultura, valores e modos urbanos. “Tratava-se muito mais de geração de cidades, que mesmo de um processo de urbanização. Subordinadas a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais”. (SANTOS, 1993, p19-20).

Ainda assim, a exploração da cana-de-açúcar e do cacau contribuiu para a expressividade de cidades litorâneas, como, por exemplo, Salvador, cuja população na passagem do século XVII para o século XVIII era de 100.000 moradores. (Santos, 1993, p.20).

Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram as bases de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior. A mecanização da produção (no caso da cana-de-açúcar) e do território (não apenas no caso da cana) vem trazer novo impulso e nova lógica ao processo. (SANTOS, 1993, p.19-20).

Foi no final do século XIX, no entanto, que a urbanização brasileira sofreu sua primeira aceleração: em 1872 os urbanos correspondiam a 5,9% da população (900.000 da população total do país), enquanto que em 1900 eles somavam 9,4% (1.200.000 da população total do país). Considerando-se o total da população brasileira, houve uma elevação de “9,9 milhões para 14,3 milhões, aumentando mais de 40% em apenas quinze anos. (IBGE, 2005; SANTOS, 1993, p.21).

Nesse momento, nos primórdios da urbanização, o país mostra uma fase de amadurecimento do processo, já contando com a existência de relativa infra-estrutura, presença de capitais locais, serviços (telefone, meio de transporte, bancos e instituições de ensino, dentre outros) e também exclusão social.

Nesse contexto, Montes Claros, cidade média localizada no Norte de Minas Gerais, em meados do século XIX, em 03 de julho de 1857, alcançou a emancipação político-administrativa. Nessa época, o município não exibia modernidade e possuía na agricultura sua base econômica. Foi a partir do início do século XX que essa cidade começou a mostrar um novo padrão sócio-espacial, com a abertura e melhoria das estradas, construção de hidrelétricas, ampliação e melhoria dos serviços de telefone, água e esgoto, dentre outras melhorias. Somente a partir da segunda metade do século XX, porém, a cidade teve o seu processo de urbanização acelerado, graças à industrialização induzida pelo Estado e ao incentivo da União, que projetou Montes Claros como cidade sede desse processo na região do Norte de Minas Gerais.

De acordo com Santos (1993, p.22-23), o primeiro avanço do fenômeno da urbanização registrado no fim do século XIX teve reflexos na ocupação econômica do país na

primeira metade do século XX quando: “A concentração populacional nas cidades assusta, revelando que é maior o número da população ocupada em serviços do que o total da população economicamente ativa”.

No início do século XX, o Estado de São Paulo exibiu marcante expansão de sua taxa de urbanização, “com um crescimento da população urbana da ordem de 43% [...]”, tal fato se deu, sobretudo, quando, a partir da produção de café com mão de obra européia: “[...] o Estado de São Paulo se torna o pólo dinâmico de vasta área que abrange os estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais”. (SANTOS, 1993, p.24-26). A implantação de redes ferroviárias e de comunicação na região Sudeste foi também importante elemento que viabilizou a emergência de São Paulo como pólo dinâmico nacional.

É dentro desse contexto que a industrialização no país se desenvolve, tendo como espaço privilegiado para sua dinâmica e reprodução a região Sudeste, especialmente o Estado de São Paulo. Na década de 1930, a industrialização ganha um novo impulso, decorrente da ação do poder público, que confere ao país uma nova lógica econômica e territorial. “Já a partir dos anos 1940-1950, como o termo industrialização se torna um processo social complexo (formando um mercado nacional e integrando-o), o processo de urbanização é ativado, passando a ser mais envolvente e mais presente no território”. (SANTOS, 1993, p.27).

1.2.1 - Urbanização e Industrialização no Brasil: impactos para a organização territorial

A segunda metade do século XX é marcada por alterações muito significativas no caráter da urbanização brasileira, e a principal razão para esse fato é a lógica da industrialização e o seu desenvolvimento pós décadas de 1940-1950, denotando no crescimento da urbanização via desenvolvimento da indústria.

Spósito (2001, p.49) comunga dessa idéia quando argumenta que “a partir da intensificação da produção industrial, tornada viável tanto graças ao capital acumulado, como pelo desenvolvimento técnico científico a que se denomina Revolução Industrial, a urbanização tomou ritmos muito acentuados”.

Sobre a relação existente entre o processo industrial e a urbanização, Santos (1993, p.27) observa que:

Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluindo, naturalmente, as capitais de estados.

Nessa ordem de idéias, sendo a urbanização uma realidade incontestável no mundo contemporâneo, apesar de ser um fenômeno mundial, ela ocorre de forma diferenciada nos diferentes espaços nacionais e regionais. No caso brasileiro, considerando-se uma população aproximada de 186.015.853 de habitantes, 81,23% desse total vive em áreas urbanas (IBGE, 2006).

São Paulo encontra-se entre as maiores cidades do mundo, possuindo 10.927.985 milhões de habitantes (IBGE, 2006). As quinze maiores cidades brasileiras representam 21% da população total do país. Além disso, há no Brasil treze cidades, sobretudo capitais, com mais de um milhão de habitantes. Logo, verifica-se que em todas as regiões brasileiras e em

todos os seus estados a população urbana é predominantemente superior à população rural (IBGE, 2006).

A urbanização no país tem apresentado peculiaridades e taxas regionais diferenciadas, como se pode observar nos dados apresentados na tabela 1.

Tabela 1 – Brasil: taxas regionais de urbanização de 1940 a 2000 (anos selecionados)

Regiões	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Norte	27,75	29,64	37,80	45,13	51,63	59,05	69,87
Nordeste	23,42	26,40	34,24	41,82	50,46	60,65	69,07
Sul	27,73	29,50	37,58	44,29	62,40	74,12	80,94
Sudeste	39,42	47,55	57,36	72,70	82,81	88,02	90,52
Centro-Oeste	21,52	25,91	35,02	42,17	62,20	80,81	81,23

Fonte: SANTOS, 1996; IBGE, 2006

Org. FRANÇA, I. S., 2006

Percebe-se que, a partir da segunda metade do século XX⁵, o processo de urbanização no país consolidou-se, apresentando os maiores índices no final desse período, quando a população urbana foi expressivamente superior em todas as regiões brasileiras. Essa interpretação aponta para a persistência da urbanização no Brasil, alcançando o século XXI. Registra-se que, das regiões brasileiras, aquela que se urbanizou de maneira mais rápida foi a Sudeste, por outro lado, aquela onde o processo de urbanização ocorreu de forma mais lenta foi a região Nordeste. Em 1991, as regiões Norte e Nordeste apresentavam as menores taxas regionais de urbanização do país e o Sudeste manteve, no início do século XXI, predominância de população urbana em relação à totalidade do país. (IBGE, 1940-2000).

⁵ Em relação à população total do Brasil na década de 1960, a região Nordeste apresentou uma população urbana referente a 34,24% - a menor taxa dentre as demais regiões brasileiras. Já a região Sudeste possuía naquele período o maior número de residentes urbanos em relação às outras regiões brasileiras: 57,36%. Em 1970 e 1980, essas duas regiões continuaram sendo as primeiras do Brasil, respectivamente, em número menor e maior de população urbana, em que o Nordeste apresentou uma taxa de urbanização equivalente a 50,44% e o Sudeste 82,79%. Para maior detalhamento desses dados e sobre outros das Regiões Norte, Sul e Centro-Oeste ver IBGE, 2005; Taxas Regionais de Urbanização Brasileira. (IBGE, 2005).

A região sudeste dinamiza [...] seus subespaços, com o objetivo de expansão econômica, contribuindo, desse modo, para uma maior divisão do trabalho e um processo intenso de urbanização que se expressou entre os anos de 1960 e 2002 no aumento da população urbana e consequente elevação da taxa de urbanização [...]. (NAVARRO, 2005, p.11).

Mais importante que apresentar o avanço do processo de urbanização brasileiro é discutir como esse processo se define na atualidade diante de tantas mudanças de ordem econômica, política e social que ocorrem no Brasil e no mundo.

Concomitante à acelerada urbanização, as cidades brasileiras vão se transformar também em função do capital proveniente das indústrias e, com isso, um grande número de pessoas vão se dirigir aos centros urbanos, estimulando, assim, a urbanização. Desse modo, as mudanças urbanas serão sustentadas pela lógica de reprodução do sistema capitalista, que acarreta inúmeras transformações na função, estrutura e dinâmica das cidades, bem como no modo de vida urbano. Todos esses fatores irão motivar a transformação do conteúdo das cidades e da vida de seus habitantes.

A forma como os indivíduos se apropriam das cidades e usufruem os seus bens tem sido objeto de pesquisa das ciências humanas. Nota-se que a questão urbana manifesta-se no desenvolvimento desigual do espaço, isto é, nas desigualdades intra-urbanas. Ademais, a concentração de renda e a ineficácia da ação do poder político, somadas aos grandes contingentes populacionais existentes nas cidades, têm gerado problemas urbanos cada vez mais complexos.

A apropriação dos ambientes urbanos ocorre de maneira desigual, visto que às elites conservadoras estão reservadas áreas bem dotadas de infra-estrutura, enquanto a maioria da população trabalhadora sobrevive em áreas carentes de serviços essenciais.

É patente, portanto, a existência de uma relação direta entre a infra-estrutura espacial e o nível econômico populacional no tocante à ocupação de áreas urbanas. Vale dizer, a riqueza ou a pobreza de um grupo humano serão definidoras da presença ou não de elementos

importantes para o seu bem-estar. Além disso, essa relação vai trazer à tona a forma como os grupos humanos se apropriam do espaço ou dele é apropriado.

Destarte, os detentores de capital, interessados em lucros, ocupam espaços urbanos de maior porte e valorização. Os empreendimentos onde residem e gozam de requinte os grandes capitalistas são objeto de uma forte dinâmica imobiliária; uma ocupação altamente cara, e, por vezes, degradante do ponto de vista ambiental. Desse modo, um grave problema enfrentado pelas cidades, no tocante ao seu desenvolvimento, é a ideologia do crescimento, defendida por empreendedores, por grupos econômicos, pelo governo e por aqueles que compram lotes para especulação. Infelizmente, os planejadores têm encontrado dificuldades em considerar nos seus trabalhos os limites de crescimento ou capacidade de suporte das cidades. Na prática, isso tem resultado em cidades caóticas e desorganizadas.

Em meio a essa ideologia capitalista, aos segmentos de menor poder aquisitivo restam os assentamentos em áreas de risco que apresentam sérios problemas ambientais, como, por exemplo, deslizamentos de encostas e proximidade de nascentes de rios. Considerando-se que muitas nascentes localizadas em cidades já estão poluídas, o estabelecimento em suas adjacências é fator que compromete a saúde do grupo que ali faz moradia. Nessa perspectiva, à população marginalizada restam áreas pobres de infra-estrutura, perigosas e insalubres, onde estarão expostas a doenças respiratórias, parasitárias e infecciosas, cujas ocorrências estão associadas a condições ambientais. (HOGAN, 1995).

Essa realidade tem se reproduzido nas cidades brasileiras com um modelo de ocupação territorial que é carregado de uma função segregadora de camadas. De um lado, a população pobre, que não consegue se estabelecer em áreas de maior acessibilidade urbana e é empurrada para áreas desprezadas pelos agentes imobiliários, como encostas e beiras de rio. Nesses espaços, a cidade apresenta-se feia, clandestina, insalubre e indesejada. Por outro lado, reservada à população de médio e alto poder econômico, surge uma cidade organizada,

equipada, planejada, constituindo alvo e prioridade de serviços sociais básicos disponíveis pelo poder público municipal e encontrando-se entre as prioridades de administradores públicos.

Nesse contexto, a cidade se apresenta como mercadoria que irá resultar em duas cidades dentro de uma única: uma que vive com qualidade de vida e outra que sobrevive com o desemprego, o crime, o tráfico e as infrações, dentre outros. A lógica perversa da formação das cidades brasileiras contribui para a coexistência e desenvolvimento dessas duas cidades.

No interior das cidades, as áreas centrais expressam espaços onde coexistem usos comerciais e residenciais, o que denota uma organização sócio-espacial bastante complexa. Existe uma tendência de as áreas centrais se firmarem como espaço quase que exclusivamente comercial, com a retirada de famílias que vendem suas habitações para residir em outras regiões das cidades. Em razão disso, a área central é valorizada, gerando, por conseguinte, a especulação imobiliária e a transformação em um espaço dotado de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, marcado pela boa infra-estrutura urbana. As áreas centrais recebem grande circulação de pessoas, mercadorias e capitais, que possibilitam o consumo e a dinâmica econômica desses espaços.

As desigualdades econômicas e sociais existentes no Brasil revelam o caráter capitalista da urbanização que, assim como esse sistema econômico, tem em sua essência e na condição de sua reprodução a desigualdade. Assim, configura-se uma urbanização marcada por fortes desigualdades sócio-espaciais e econômicas, com crescente heterogeneidade interna. Nessa perspectiva, Santos aponta essa forte característica da urbanização quando preceitua que Schvasberg (1986, p. 55-56) considera que o processo brasileiro de urbanização configura um padrão “[...] definido pela baixa qualidade de vida urbana e pelo comprometimento efetivo de desenvolvimento [...]”. Em outros termos, o traço marcante desse processo define-se como uma “urbanização sem urbanidade”, isto é, sem as condições

necessárias e estimuladoras do amadurecimento das relações políticas e sócio-culturais na cidade, compatíveis com o agudo grau de urbanização alcançado pelos países nas últimas décadas.

Verifica-se, então, que países como o Brasil, que se urbanizaram aceleradamente, alcançaram um índice de pobreza maior em relação a outros países que se urbanizaram de maneira mais gradual, como, por exemplo, os países do mundo desenvolvido. Desse modo, constatou-se um processo de fracasso e elevado custo econômico, com insustentabilidade ambiental e social e com profundas desigualdades.

Nesse contexto, configura-se como uma importante ação, capaz de amenizar as desigualdades nas cidades, o estímulo à formação de subcentros de comércio e serviços em áreas não restritas ao centro principal, a fim de atender à população, especialmente à de baixo poder aquisitivo, que não possui condições de transporte para se deslocar até o centro a fim satisfazer suas necessidades de consumo. É de se registrar que é essa camada populacional a responsável pela criação de novas formas de consumo e sobrevivência nos subcentros das grandes e médias cidades. Assim sendo, essas ações poderiam atingir as periferias das cidades, seja pela atuação dos grandes e médios capitais econômicos ou por iniciativa do próprio poder público municipal. Por conseguinte, o comércio do centro das cidades iria se descentralizar espacialmente, ocasionando uma nova re-localização de atividades em bairros de grande adensamento populacional e proporcionando melhoria na qualidade de vida da população, bem como a reprodução do capital.

Ainda nesse diapasão, percebe-se uma carência, por parte dos governantes, de medidas concretas cujo objetivo seja sanar os problemas vivenciados pela camada pobre da população, que representa a maioria na totalidade de habitantes do país. Políticas econômicas sustentáveis, que combinem crescimento econômico e desenvolvimento, devem ser priorizadas e adotas pelo poder público. De forma diversa, caso as políticas públicas urbanas

do país não se direcionem para a população em sua totalidade, a segregação urbana, a pobreza, e a instabilidade econômica persistirão ainda por muito tempo. Tais medidas devem ser pensadas, discutidas pela sociedade, juntamente com os governantes, e aplicadas urgentemente.

Isto posto, realizar-se-á doravante uma análise da urbanização nas cidades médias brasileiras, a fim de contextualizá-las na dinâmica econômica do país. Posteriormente, far-se-á uma abordagem econômica, política e social de Montes Claros, cidade média localizada no Norte de Minas Gerais. Referida abordagem terá como objeto as novas centralidades formadas via subcentros e áreas especializadas nessa cidade.

1.3 – Urbanização e Cidades Médias

O forte processo de urbanização experimentado pela maioria das cidades no decorrer do século XX tem apontado à necessidade de uma compreensão mais apurada a respeito desse fenômeno e da sua repercussão na organização econômica e política das cidades, bem como na vida das pessoas. Nesse sentido, a geografia, a economia, a ciência política e a engenharia, entre outras ciências, têm apresentado, em suas análises, a preocupação em oferecer subsídios para a compreensão da urbanização contemporânea.

Até o presente momento, a urbanização é entendida, por alguns estudiosos, como um fenômeno econômico, ao passo que, por outros, é concebida como um processo de caráter quantitativo, marcado pelo aumento da população urbana em relação à rural. Não obstante, para os especialistas, a urbanização pode ser caracterizada como um processo de mudanças profundas no estilo de vida das pessoas.

Ademais, assevera Villaça (2003) que não se pode mais avançar na visão economicista de que a urbanização é, por si só, decorrente dos padrões de distribuição da atividade econômica. Do mesmo modo, também se deve ir além da leitura dos demógrafos, que pregam ser a urbanização meramente um processo de elevado aumento da população nas cidades. A análise do fenômeno apenas como transformação de “modos de vida”, como propõem os sociólogos também tem sido insuficiente. (VILLAÇA, 2003).

Dessa forma, a dimensão econômica somada à concentração de população nas cidades e às mudanças nos modos de vida incorporadas pelas pessoas precisam ser analisadas como partes importantes e complementares de um conjunto de fatores de ordem econômica, política e cultural, vitais na análise do processo de urbanização. De acordo com Schvasberg (1986, p. 45), para se compreender o processo de urbanização:

[...], há que se considerar as transformações sócio-econômicas e espaciais como um todo, a dinâmica demográfica, mudanças no mercado de trabalho, as consequentes transformações nas estruturas ocupacionais, desigualdades regionais e modelos urbanísticos de ocupação territorial, dentre outros.

A urbanização se intensificou ao longo dos anos e o fenômeno persiste, embora com peculiaridades em cada país, estado ou região. Novas tendências relativas à Divisão Internacional do Trabalho - DIT , à modernização do campo, à reestruturação das redes urbanas, e ao crescimento econômico e demográfico das cidades se apresentam como aspectos marcantes para a reestruturação urbana e apontam o significado dos papéis das cidades diante da urbanização atual.

Na primeira metade do século XX, nos primórdios da urbanização brasileira, as pessoas tinham como destino migratório as grandes cidades, que eram aquelas que ofereciam maiores oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Foi nesse contexto que São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, dentre outras capitais, aumentaram de forma acelerada sua população. Ao assumir elevados contingentes populacionais, no entanto, as

grandes cidades não têm conseguido oferecer condições dignas de vida aos seus moradores.

Elas têm exibido, com maior intensidade em relação às médias e pequenas cidades, altos índices de violência e desigualdade social, entre outros problemas.

Em decorrência dessa realidade, em que as grandes cidades e metrópoles crescem aceleradamente, com infra-estrutura urbana inadequada ao atendimento de toda a população residente, assiste-se a uma perda expressiva da qualidade de vida⁶ de seus moradores. Essas questões, somadas às exigências da Nova Divisão Internacional de Trabalho – DIT - que se impõe na atualidade e à abertura de novos espaços nacionais, ocasionaram uma recente dinâmica urbana no país. Assim, ganham importância política, econômica e demográfica as cidades pequenas e médias, que têm atraído indústrias, gerado fluxo comercial e prestação de serviços e, por conseguinte, resultado em expressivos contingentes populacionais.

Nessa ordem de idéias, Soares, Bessa e Borges (2001) salientam que a emergência das cidades médias se relaciona diretamente à urbanização das cidades:

O processo de urbanização, que ocorreu no Brasil entre 1940 e 1990, foi responsável por uma verdadeira “revolução urbana”, redefinindo os papéis das metrópoles, das cidades grandes, médias e pequenas, visto que estas apresentaram importantes transformações demográficas e econômicas e, por conseguinte, criaram novas funcionalidades urbanas. (SOARES; BESSA; BORGES, 2001, p.2). (grifo das autoras).

As cidades médias, de acordo com estudos de diversos geógrafos, dentre eles Soares (2001), Spósito (2001) e Amorim Filho (1979), despontam-se como importantes áreas potenciais na rede urbana brasileira e na economia do país. Nessa linha, manifestou-se também Schvasberg (1986, p.45), informando que “a participação do crescimento

⁶ A qualidade de vida [...], expressa a qualidade ambiental específica ao fator ambiental HOMEM, estabelecendo os requisitos e as condições mínimas que um ecossistema deve oferecer, de natureza física, química, biológica, social, econômica, tecnológica e política, de modo que, na sociedade de que participa, possa realizar as relações ambientais que lhe são inerentes, com vistas à sua manutenção, evolução e auto-superação. (MAZZETTO, 2000 p.24).

metropolitano no total cai expressivamente, enquanto as cidades de pequeno e médio porte⁷ passam a registrar uma maior participação”. De acordo com pesquisas realizadas pelo IPEA/IBGE/UNICAMP-NESUR⁸ (1999, p. 35), constatou-se que, “em termos demográficos, o estágio atual da urbanização no Brasil tem conformado padrões relativamente baixos de crescimento das regiões metropolitanas, sobretudo de suas sedes, em peso crescente do conjunto das cidades de porte médio”.

Nesse sentido, o aumento populacional das cidades médias, bem como a maior participação que elas têm desempenhado na economia nacional apontam sua importância na atualidade. Elas atuam como lócus de atração de grande parte de migrantes provenientes de cidades pequenas e do campo, além de atraírem as pessoas que resolvem sair dos grandes centros e retornar à sua cidade de origem, ou mesmo tentar a sorte em cidades médias.

Ao recepcionar um número expressivo de população, as cidades médias vão se tornando complexas e dinâmicas, e se inovam constantemente. Elas disponibilizam serviços e comércio, possuem moderno aparato industrial, além de forte produção agrícola. Ademais, essas cidades têm conseguido oferecer relativa qualidade de vida aos seus habitantes, se comparadas às metrópoles. (SOARES; BESSA, 2000).

A partir da década de 1970, a região metropolitana de São Paulo (RMSP) deixa de ser o pólo exclusivo concentrador da atividade industrial, passando esta a ser exercida também em outras áreas do país. Esse fenômeno ficou conhecido como desconcentração industrial. Dentre os espaços para os quais a indústria se deslocou no Brasil, destacam-se as cidades médias, que, desde então, têm recebido importantes fluxos populacionais, bem como

⁷ As cidades médias comumente recebem a denominação de cidades de porte médio, Soares (2005, p.2) destaca a diferença entre ambas: [...] as diferenças entre cidades de porte médio, que considera o tamanho demográfico e cidades médias, regionais ou intermediárias, cuja compreensão passa por um caminho metodológico mais complexo, tendo em vista seu caráter funcional, influência regional, existência de equipamentos urbanos e políticas públicas de preservação, entre outros.

⁸ IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas; IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas e NESUR – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional.

experimentado importantes transformações espaciais, culturais, econômicas e políticas. (PEREIRA; LEMOS, 2004, ANDRADE; SERRA, 1998).

Foi nesse contexto brasileiro que as cidades médias se despontaram como os pólos de atração da atividade industrial, conforme destaca Pereira e Lemos (2004):

Uma das direções do processo de desconcentração da atividade industrial da AMSP foi para as cidades médias, especialmente do Sul e Sudeste, que se tornaram localidades potenciais para a absorção dos empreendimentos, pois possuem, em geral, algum tipo de economia de aglomeração, ao mesmo tempo em que não incorrem em deseconomias de aglomeração típicas das grandes metrópoles. Dentre as cidades médias existem algumas que apresentam um grau maior de polarização de capacidade de desenvolvimento de seu entorno. (PEREIRA; LEMOS; 2004, p.1).

As cidades médias são concebidas pelos empreendedores econômicos (comerciantes, agricultores, empresários e industriais) como áreas potenciais à circulação de capital, já que possuem um amplo mercado consumidor. Tal fato as torna alvo de investimento público estatal e de grupos privados. Além disso, as cidades médias ainda dispõem de boas condições materiais, como, por exemplo, infra-estrutura urbana: água, luz, energia e esgoto, entre outros equipamentos urbanos. Todos esses aspectos apresentam-se como cruciais para a atração, localização e manutenção das atividades econômicas, agrícolas, industriais e de serviços em qualquer tipo de cidade. Em relação à atração exercida sobre as pessoas, as cidades médias são escolhidas por serem espaços que oferecem emprego e condições de bem-estar suficientes para uma vida digna, ou seja, elas oferecem uma boa qualidade de vida.

O censo do IBGE de 2000 divulgou que as cidades médias foram as que mais cresceram nos últimos anos. Constatou-se que aproximadamente 80% da população brasileira vive em cidades, sendo que 40% desse total mora em cidades médias e pequenas. Esses dados refletem o crescimento da população interiorana do Brasil, denotando um processo de descoberta do interior do país e de desconcentração populacional nas metrópoles e grandes cidades. De acordo com Soares (2005, p.274):

Os resultados do Censo Demográfico de 2000 indicaram o crescimento das chamadas cidades médias, principalmente aquelas localizadas no Centro Sul, demonstrando o fenômeno de interiorização da população. No entanto, ainda não existem elementos para se compreender esta dinâmica, mas podemos afirmar que o crescimento econômico, a abertura de novas oportunidades de trabalho e negócios e a expansão de fronteiras foram fatores que alteraram as características de crescimento e distribuição da população brasileira.

Tais informações revelam a importância de os estudiosos da geografia urbana e de outras ciências repensarem as cidades médias e o papel que essas exercem no país e no entorno da região onde se inserem, considerando a importância socioeconômica, cultural e política que elas têm assumido nos últimos tempos. Soares (2005, p.1) relaciona as razões que devem motivar aqueles pesquisadores interessados em estudar as cidades médias na atualidade.

a) A necessidade de compreender sua dinâmica sócio-espacial; b) novas relações entre o local e o global, o lugar e o mundo, tendo em vista o desenvolvimento da ciência, técnica e informação, considerando-se que o local é único e singular; c) novos questionamentos que se apresentam a essas cidades que têm um potencial de crescimento econômico e elevados índices de qualidade de vida; d) parece que essas aglomerações vêm resistindo melhor às recentes crises econômicas no que diz respeito à oferta de trabalho e oportunidades à sua população; e) número cada vez maior de cidades que vêm apresentando um número demográfico expressivo, pois em 1960 elas eram em número de 60 e em 2000, 188 com um crescimento demográfico na última década do século XX de 2,02; f) existe hoje um sentimento generalizado contra a forma de vida existente nas grandes cidades; g) as cidades médias atravessam um momento excitante e de grande desafio para o futuro.

Diante do exposto, restam algumas indagações: O que é uma cidade média? Como definir e classificar essas cidades? Em que contexto seu estudo tornou-se preocupação para governos e pesquisadores no Brasil? A trajetória do estudo das cidades médias no país e sua definição serão abordadas neste momento, a fim de enriquecer a sua importância no contexto brasileiro e regional.

1. 4 – A Temática das Cidades Médias no Brasil

No início da segunda metade do século XX, o mundo vivenciou grandes mudanças econômicas, sociais, políticas, tecnológicas e científicas, que resultaram em novas dinâmicas nos espaços nacionais. Com isso, a Rede Urbana Brasileira - RUB – se modificou profundamente e assistiu-se, dentre outras transformações no espaço econômico nacional, à descentralização do comando da metrópole paulista por meio da desconcentração industrial e territorial rumo a outras direções não restritas ao sudeste brasileiro.

A expansão industrial, no Brasil, propiciou a urbanização com acelerada concentração populacional nas grandes cidades, sobretudo nas metrópoles nacionais: São Paulo e Rio de Janeiro. Essas cidades, por conseguinte, começaram a se degradar devido à intensa concentração populacional que a elas se dirigia. O Brasil constituía, naquele período, especialmente no estado de São Paulo, o referencial da indústria nacional moderna e diversificada, porém altamente concentrada na região Sudeste.

A concentração industrial nessa região acarretou também uma concentração populacional elevada em São Paulo e na região Sudeste. Observa-se, então, um desequilíbrio regional também proveniente da concentração da produção industrial em São Paulo. Não obstante isso, após a década de 1970, a desconcentração da atividade industrial no Sudeste se generalizou em direção às diversas regiões do país e, consequentemente, ocorreu a desconcentração populacional. (PEREIRA; LEMOS, 2004; ANDRADE; SERRA, 1998).

Na década de 1970, o governo federal, por meio de políticas públicas de ordenamento territorial, começa a incentivar a criação de novos pólos de desenvolvimento em regiões periféricas, a fim de frear a migração rumo às metrópoles e incentivar o desenvolvimento de cidades de porte médio. Essas medidas governamentais eram de cunho desenvolvimentista e visavam a políticas de regionalização para o país. Objetivava-se a descentralização territorial e populacional das metrópoles nacionais, que redundaria em

descentralização econômica também. (SOARES, MELO, LUZ, 2005; SOARES, SILVA, 2002; PONTES, 2000).

Para Rochefort (1998), as ações de desenvolvimento das cidades médias objetivavam:

[...] desenvolver, prioritariamente, algumas cidades médias para refrear o crescimento das metrópoles e, à medida que as cidades são escolhidas no interior do território, levar para esses espaços subdesenvolvidos atividades e homens que permitam um desenvolvimento da economia regional. (ROCHEFORT, 1998, p. 93)

Nesse sentido, Andrade e Serra (1998) afirmam que ocorreu, nas últimas décadas, uma reversão dos fluxos migratórios no país, sendo que as cidades médias cumprem, nesse processo de transformação do movimento migratório, um papel decisivo na redistribuição da população urbana brasileira.

Para colocar em prática sua intervenção a favor da desconcentração das grandes aglomerações e das possibilidades de desenvolvimento das cidades médias, o Estado atuou com intervenção direta por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - II PND. O II PND viria promover a desconcentração espacial da indústria em São Paulo e incentivar o desenvolvimento deste setor, bem como daqueles a ele complementares, em diferentes espaços nacionais. Esse plano estava inserido nas estratégias do governo para dar continuidade ao momento que o país vivenciava, o chamado Milagre Econômico, em que o Brasil exibia elevadas taxas de crescimento econômico. O plano tinha como metas a manutenção do crescimento econômico e industrial, o investimento em setores de transporte (ferrovias e hidrovias) e comunicação, e a modernização das regiões não industrializadas através da descentralização espacial dos projetos de investimentos. O II PND contou com os financiamentos de empresas estatais e do setor privado, além de investimentos públicos.

Mattos (1998, p.16) descreve o contexto em que o II PND foi criado e as suas principais funções no âmbito nacional:

Nos anos 70, porém, os formuladores da política econômica reconheciam explicitamente que a concentração regional do desenvolvimento econômico era uma questão a ser equacionada. O II PND, no governo Geisel (1974-1979), promoveu investimentos em diversas regiões do país, procurando cumprir um de seus objetivos, que era o de atenuar a desigualdade regional de desenvolvimento econômico, promovendo a definitiva "integração nacional". Na década de 70, o desenvolvimento econômico das regiões periféricas foi favorecido, entre outros fatores, pela expansão da fronteira agrícola, pelo desenvolvimento acelerado dos setores de transportes e de comunicações e pela presença, nestas regiões, de recursos naturais abundantes - fato especialmente importante por atender a outro dos principais objetivos do II PND, qual seja, o de promover o crescimento do setor de bens intermediários, visando à consolidação da integração da estrutura industrial brasileira.

O Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio – o PNCCPM – era parte integrante do II PND, por meio da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana do Ministério de Planejamento⁹ (CNPU) da época. Essa comissão elaborou uma série de classificações conceituais para as cidades médias brasileiras, justificou a importância de se estudar essas cidades e traçou hipóteses para a classificação funcional das cidades médias brasileiras.

De acordo com Pontes (2000), a referida Comissão dividiu as cidades médias brasileiras em dois grandes grupos, sendo um formado pelas cidades médias integradas à rede urbana e o outro pelas cidades situadas às margens das redes urbanas hierarquizadas. O primeiro grupo compõe-se de cidades que sofrem influência da metrópole, localizadas, predominantemente, no Sudeste e no Sul do país. Por outro lado, pertencem ao segundo grupo aquelas cidades médias que constituem centros terciários das zonas de agricultura tradicional, as cidades que servem de ponto de apoio às zonas de colonização agrícola, as cidades essencialmente administrativas e as cidades que canalizam produtos básicos destinados à exportação. (PONTES, 2000).

⁹ De acordo com Pontes (2000), a referida Comissão dividiu as cidades médias brasileiras em dois grandes grupos, sendo um formado pelas cidades médias integradas à rede urbana e o outro pelas cidades situadas às margens das redes urbanas hierarquizadas. O primeiro grupo de cidades são cidades que estão influencia da metrópole se localizando predominantemente no Sudeste e Sul do país. Pertencem ao segundo grupo aquelas cidades médias que constituem centros terciários das zonas de agricultura tradicional, as cidades que servem de ponto de apoio às zonas de colonização agrícola, as cidades essencialmente administrativas e as cidades que canalizam produtos básicos destinados à exportação. (PONTES, 2000).

Para a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana – CNPU, o estudo das cidades médias era importante por que essas cidades estavam se constituindo em:

- a) - Lugares centrais comercializadores e supridores de serviços para áreas rurais e centros urbanos de hierarquia inferior, apresentando base terciária relativamente complexa e diversificada; b) - centros industriais com diversificação de estrutura industrial para atendimento de sua região de influência especialmente bens de consumo ou especialização para atendimento de mercado macrorregional ou nacional; - c) - pólos ou complexos industriais implantados por decisões governamentais. (PONTES, 2000, p.17).

Essa comissão ainda destacou que os centros comerciais de médio porte poderiam colaborar no espaço interno brasileiro

- a) – para maior eficiência do sistema industrial, na medida em que se organizaram espacialmente de forma a descentralizar os núcleos metropolitanos sem perda das suas vantagens de aglomerações; b) – para a promoção de maior equidade inter-regional na medida em que propiciaram uma distribuição de metrópoles regionais, inclusive pelo fortalecimento de lugares centrais ou de lugares centrais transformados em centros industriais. (PONTES, 2000, p.17).

O Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio - PNCCPM escolheu como critério para definição de cidades de porte médio o tamanho demográfico (ou seja, aquelas com população entre 50 mil a 250 mil habitantes), o dinamismo econômico e a função regional.

Concomitantemente ao desenvolvimento do programa, as cidades médias passaram a exibir expressivas taxas de crescimento, fruto do seu dinamismo econômico, político e social, que foi viabilizado pela intervenção do Estado. Na década de 1970, no início do PNCCPM -, o Brasil possuía 95 cidades que, de acordo com os critérios do programa, estavam dentro do padrão cidade média. Desse total, beneficiaram-se do programa apenas 39 cidades, concentradas em sua maioria no Sudeste e Nordeste do país (HOLANDA, 2000). O quadro 1 exibe as regiões brasileiras e as cidades médias beneficiadas, cada uma delas com o PNCCPM no inicio da década de 1970.

Quadro 1 – Cidades Médias Brasileiras Beneficiadas pelo PNCCPM em 1974

Região	Cidades Médias	Número Total
Norte	Santarém	1
Centro-Oeste	Goiânia, Anápolis, Cuiabá e Campo Grande.	4
Nordeste	Petrolina, Juazeiro, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Maceió, Aracaju, João Pessoa, Campina Grande, Natal, Crato- Juazeiro do Norte, Terezina e Imperatriz.	13
Sudeste	São José dos Campos, Jacareí, São João do Rio Preto, Bauru, Barra Mansa, Volta Redonda, Vitória, Montes Claros , Teófilo Otoni, Juiz de Fora e Uberlândia.	11
Total de cidades médias em 1974 para o PNCCPM	-	39

Fonte: HOLANDA, V. C. C de, 2000

Org: FRANÇA, 2006

Sobre a seleção das cidades médias e a inclusão de outras cidades no programa, Holanda (2000, p.4) comenta que:

Essa seleção gerou muita polêmica e pressões políticas, possivelmente pela existência de um recurso financeiro de onde poucas décadas se beneficiariam. [...] Em 1978, esse número foi revisto e a lista de cidades médias brasileiras foi então ampliada para 112 cidades.

Dentre as cidades beneficiadas pelo PNCCP (1970) em sua fase inicial, Montes Claros/MG foi a única cidade no Norte do estado a receber investimentos. Como parte das ações desse programa, na década de 1980, Montes Claros foi contemplada com o *Projeto Cidade de Porte Médio* (1980). Pereira e Leite (2004) retratam especificidades desse projeto na cidade de Montes Claros, resgatando que:

A execução desse projeto ficou sob responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Coordenação de Montes Claros, sendo que 70% do capital investido foi proveniente do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), 20% do cofre do Estado de Minas Gerais e 10% da Prefeitura de Montes Claros. (PEREIRA; LEITE, 2004, p.42).

Assim, objetivava-se possibilitar à população carente o acesso à casa própria, a serviços urbanos básicos, como água, esgoto e energia elétrica, e à legalização de lotes, com vistas a elevar a qualidade de vida da população de baixo poder aquisitivo, notadamente,

aqueelas que residem em favelas. Além disso, objetivava-se melhorar e ampliar a infra-estrutura urbana da cidade de Montes Claros.

1.4.1. A Expansão das Cidades Médias no Contexto Nacional

Santos (1993) já destacava em seus trabalhos as taxas de crescimento das cidades médias brasileiras com população superior a 100 mil habitantes. Conforme esse autor, havia, em 1940, 18 agrupamentos com mais de 100 mil habitantes, em 1980, 142 aglomerações e, em 1981, 183 aglomerações com esse número de população.

Tomadas em conjunto, as aglomerações com mais de 100.000 hab., raras em 1940 – quando eram apenas 18 em todo o país – vêm o seu número aumentado nos recenseamentos seguintes, alcançando 142 em 1980. Em 1991, 183 municípios contavam com mais de 100.000 hab. A partir dos anos 70, parece ser esse (100.000) o patamar necessário para a identificação de cidades médias em boa parte do território nacional. A expansão e a diversificação do consumo, a elevação dos níveis de renda e a difusão dos transportes modernos, junto a uma divisão do trabalho mais acentuada, fazem com que as funções de centro regional passem a exigir maiores níveis de concentração demográfica de atividades. (SANTOS, 1993, p. 73).

Os dados do Censo Demográfico de 1991, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, demonstram a concentração das cidades médias com população entre 100 e 500 mil habitantes no Centro Sul, que possuía, naquele período, 86 cidades médias, ou seja, o equivalente a aproximadamente 50% do número total das cidades médias do país. (SOARES, 1999).

Soares (2005) confirma esse crescimento quando diz que um “número cada vez maior de cidades vem apresentando um crescimento demográfico expressivo, pois em 1960 elas eram em número de 60 e, em 2000, 188 com um crescimento demográfico na última década do século XX de 2,02%”. O IBGE confirmou a existência de 193 cidades médias no Brasil em 2000.

Tabela 2 - Crescimento das Cidades Médias¹⁰
(população entre 100.000 a 500.000 habitantes) no Brasil, 1940 – 2000.

Ano	Número de Cidades Médias
1940	8
1970	25
1980	49
1991	113
1996	161
2000	193

Fontes: IBGE, 2006; Soares, 2005; Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000;

Santos, 1993

Org.: FRANÇA, I. S. de, 2006

A tabela 2 ilustra o aumento do número de cidades médias brasileiras no período compreendido entre as décadas de 1940 a 2000, demonstrando que sua expansão ocorreu no interior do Brasil e de suas regiões. Nesse período, seu crescimento foi de aproximadamente 200% em relação ao total, com destaque maior para as décadas pós 1980.

Soares e Silva (2001, p.233) enumeraram as razões que impulsionaram as elevadas taxas de crescimento populacional urbano apresentadas pelas cidades médias, notadamente nas décadas de 1970 e 1980: “Devido às políticas públicas voltadas para o planejamento urbano, em especial aos programas de incentivo às cidades médias, aos programas de modernização da agricultura e a desconcentração da indústria paulista [...]”.

A respeito do estudo das cidades médias no Brasil e do contexto em que esta temática surgiu, Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982) dispõem que:

Atribuem-se às cidades de porte médio, entre outras, duas funções: a de agirem como barreira às migrações para centros maiores e a de contribuírem para maior equilíbrio quanto à distribuição espacial dos homens, das atividades econômicas e das riquezas. Assim, as cidades médias vêm sendo objeto de estudos (a partir de 1973) e de projetos governamentais (a partir de 1976), modificando-se, pelo menos parcialmente, a tendência, até então dominante, de se concentrarem os estudos e os

¹⁰ Refere-se à taxa de crescimento demográfico das cidades médias na última década do século XX. (Soares, 2005).

esforços governamentais apenas nas cidades de maior porte. (AMORIM FILHO, BUENO. ABREU, 1982, p.33).

Pereira e Lemos (2004) traçaram outros objetivos que explicam a valorização das cidades de porte médio brasileiras na década de 1970, quais sejam:

a) redução potencial da pobreza urbana; b) melhoria das possibilidades de o setor público garantir a infra-estrutura básica necessária em áreas urbanas; c) minimização da perda de produtividade da atividade econômica intrínseca ao modelo de desenvolvimento anterior; d) intensificação do processo de integração e ocupação do território nacional; f) melhoria da preservação ambiental. (PEREIRA; LEMOS; 2004. p.7).

A década de 1970 é marcada por ações governamentais em favor das cidades médias brasileiras. Não obstante, é na década de 1980 que essa temática passa a constituir preocupação para os estudiosos da Geografia Urbana, que, em geral, neste primeiro momento, se inquietavam com a dinamização econômica dos centros urbanos de porte médio no âmbito nacional e regional no qual estavam inseridos. O período posterior à década de 1990 foi marcado por uma alavancada expressiva na discussão dessa temática pelos estudiosos. Soares (2005) atribui esse fato à situação econômica do país e ao perfil da urbanização brasileira naquele contexto.

Na década de 1990, o tema das cidades médias retorna como área de estudos no meio acadêmico, tendo em vista as características apresentadas pela urbanização brasileira decorrentes, principalmente, das mudanças estruturais na economia mundial. (SOARES, 2005, p.4).

O crescimento populacional e o dinamismo econômico das cidades médias impulsionaram as pesquisas sobre essa temática, que passou a ser objeto de estudo das ciências, em especial, da geografia urbana brasileira. É de se destacar, ainda, o interesse governamental nessas cidades.

Dessa forma, vai se intensificando, cada vez mais, a origem desses centros urbanos dotados de potencialidades e capazes de atrair para seu espaço interno e regional capitais econômicos, tecnologias, indústrias, fluxos populacionais, bem como diversificado setor terciário.

Pesquisadores brasileiros como Santos (1993,2003), Amorim Filho (1976), Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982, 1984), Amorim Filho, Serra (2001), Soares (1999, 2001, 2001a, 2002, 2002a), Pontes (2000) Spósito (2001), Andrade e Lodder (1979), Andrade, Serra (2001), Steinberger, e Bruna (2001), dentre outros, têm focado os seus trabalhos na investigação das cidades médias, a fim de compreendê-las e avançar em pesquisas empíricas e em reflexões teórico-metodológicas. Tais trabalhos abrem espaços para a compreensão desses tipos de cidades e para a análise de suas individualidades e perfis.

1.5 – Cidades Médias: definindo ou classificando?

A definição do conceito de cidade média remete aos estudos de pesquisadores, órgãos governamentais e planejadores urbanos. Do ponto de vista do nível hierárquico das cidades, uma cidade média é aquela que se localiza entre a grande cidade e a pequena cidade, tendo dessa forma, uma posição intermediária.

Amorim (2001) alerta que a posição que as cidades médias ocupam no interior de um país não é fechada ou está pronta e inacabada, visto que uma cidade média não é média, ela está média em uma determinada situação de um contexto específico. Essa posição pode permanecer por muito tempo, não obstante pode também a cidade média se elevar à categoria de cidade grande. Para que qualquer uma dessas duas situações ocorra, no entanto, uma condição prevalecente será a situação socioeconômica dessas cidades, que se relaciona à sua economia, rede de consumo, infra-estrutura e potencialidades, entre outros.

Há que se considerar também a localização espacial da cidade média, pois, se ela está isolada em uma determinada região, esse fato pode indicar dificuldade de autonomia e de manutenção de sua posição de cidade média. Além disso, esta cidade também pode estar sob a

influência direta ou indireta de uma metrópole nacional, metrópole regional, de uma capital estadual ou se posicionar próxima a uma importante cidade, o que, provavelmente, confere-lhe maiores possibilidades de desenvolvimento e crescimento. Todos esses fatores tornam cada cidade média singular no espaço e no tempo em que se localizam. (SOARES, 2001).

Soares, Melo e Luz (2005, p.2) alertam para a questão da individualidade que cada cidade média carrega em si, visto que essas cidades, assim como qualquer outra, possuem especificidades relativas à sua formação, crescimento demográfico, dinamização econômica e complexidade no oferecimento de serviços, comércio e infra-estrutura urbana.

Mesmo identificadas como médias cada cidade é única, original e singular. São diferentes as formas de relação dessas cidades com seu entorno regional, especialmente as pequenas cidades e o campo. Nesse sentido, cada cidade é um todo complexo e contraditório, pois as variáveis necessárias à sua reprodução abarcam o sistema produtivo e a rede de consumo em uma relação estreita com a região.

Sobre a relação das cidades médias com a região¹¹ em que se situam, Steinberger e Bruna (2001, p.71) apontam que:

O elo urbano regional lhe confere o papel de núcleos estratégicos da rede urbana brasileira, na medida em que congregam as vantagens de estar aglomerado no espaço urbano e a possibilidade de estarem articulados a um espaço regional, mais amplo, que conforma sua área de influência.

Para Silveira e Santos (2001, p. 283), as cidades médias “[...] comandam o essencial dos aspectos técnicos da produção regional, deixando o essencial dos aspectos políticos para aglomerações maiores, no país ou no estrangeiro, em virtude do papel dessas metrópoles na condição direta ou indireta do chamado mercado global”.

É válido lembrar que a cidade média combina, em sua essência, características da grande cidade e da pequena. Ela exibe, por exemplo, notável especialização e variedade em

¹¹ O termo *região* não apenas faz parte do linguajar do homem comum, como também é um dos mais tradicionais em geografia. Tanto num como outro caso, o conceito de região está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, quer dizer, a aceitação da idéia de que a superfície terrestre é constituída por áreas diferentes entre. (CORRÊA, 1987, p.16).

determinados serviços, tais como saúde e educação, apresenta potencialidade de consumo e polarização de seu entorno. Todas essas características são, em sua maioria, atreladas às grandes cidades. Por outro lado, os habitantes das médias cidades mantêm relações sociais entre si, com hábitos de trocas e favores, aspectos característicos da cidade pequena. (SOARES, BESSA E BORGES, 2001).

Dentre os elementos que caracterizam uma cidade como média, deve-se observar o tamanho populacional (ou seja, o número de habitantes), o papel que a mesma desempenha na rede urbana brasileira, sua funcionalidade urbana (indústrias, comércio e serviços), a relação com a região onde está situada, a complexidade de equipamentos urbanos e a infra-estrutura de que dispõe. A qualidade de vida oferecida por uma cidade média reflete a singularidade que esta possui ao concentrar características tanto de pequenas cidades como de grandes. Isso também constitui elemento importante a ser considerado na classificação dessas cidades. (SOARES, MELO, LUZ; 2005).

Considerando-se o critério tamanho demográfico, serão apresentadas algumas classificações para as cidades médias, de acordo com o ponto de vista de alguns órgãos governamentais e de estudiosos, bem como com base em pesquisas que trataram do assunto, demonstrando a sua variação ao longo do tempo:

Conforme o PNCCPM, no momento de sua implantação – década de 1970, as cidades consideradas de porte médio eram aquelas aglomerações com população entre 50 mil a 250 mil habitantes.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, a cidade média é aquela que possui população entre 100.000 e 500.000 habitantes. Conforme a Organização das Nações Unidas – ONU –, as cidades médias são aquelas com aglomerações entre 100.000 e 1.000.000 de habitantes. Já a União dos Arquitetos Internacionais – UIA - delimita como cidades médias aquelas que possuem entre 20.000 a 2.000.000 de habitantes. Andrade e Serra

(2001) também trabalham com essa mesma definição de cidade média apresentada pelo IBGE. Enquanto que Amorim Filho e Bueno e Abreu (1982) estabeleceram um tamanho mínimo de 10 mil na sede do município (SOARES, 2005).

Ainda a respeito do critério populacional na definição de cidades médias, Soares (2005, p. 4) defende que o tamanho demográfico de uma cidade média varia de país para país. “[...] na França considera-se 20 a 100 mil pessoas; na Espanha, 20 a 200 mil [...]” e a cidade média brasileira, como já salientado anteriormente, tem uma definição bastante variável entre os órgãos nacionais de planejamento e os estudiosos da temática.

Ao qualificar-se uma cidade como média, considerando-se apenas o tamanho demográfico, deve-se ter cautela. Nesse sentido, manifestaram-se Amorim Filho; Bueno e Abreu (1982), advertindo para a possibilidade de que algumas cidades “[...], com número inferior de habitantes, possam exercer funções de cidades médias em algumas regiões menos desenvolvidas e urbanizadas”. (AMORIM FILHO; BUENO; ABREU, 1982, p.35).

Soares (2005, p.14) aponta alguns questionamentos acerca da classificação das cidades médias considerando apenas seu tamanho demográfico, a saber: [...] Há também uma outra indagação quanto ao tamanho populacional, considera-se a população total ou a população urbana? [...] As aglomerações urbanas com estas populações podem ser consideradas como cidades médias? [...].

Apesar de o número de habitantes que uma cidade média apresenta ser importante na sua definição, ele não é suficiente. Conforme Soares (2005) e Soares, Bessa e Borges, (2001), o tamanho de uma cidade precisa ser considerado juntamente com outros fatores de ordem sócio-econômica, política e ambiental, como, por exemplo, a potencialidade econômica da cidade no que se refere à prestação de serviços e comércio, à expansão do conhecimento científico, à qualidade de vida, à relação com a região, à disponibilidade de equipamentos urbanos, à especialização de atividades, à infra-estrutura e ao desenvolvimento de atividades

industriais, dentre outros. Desse modo, todos esses elementos tornam o conceito de cidade média relativo e atrelado às transformações espaciais, econômicas e temporais vividas por essas cidades. Nas palavras de Bravo (1957, p.156):

El concepto de ciudad intermédia es esencialmente relativo, dependiendo de seu tamaño, dos límites demográficos establecidos com base em diversos fatores, entre los cuales se destaca, la extensión geográfica Del contexto nacional respectivo. Las ciudades medias o intermedias corresponden a realidades territoriales caracterizadas por: primacía de las relaciones Y funciones urbanas; distintas formas de relación con los entornos rurales regionales en que se inscriben; um tamaño poblacional medio em relación com la estrutura nacional del país que le corresponde; nível de especialización económica productiva suficiente y uma perspectiva de desarrollo posible em función de los factores antes mencionados.

A esse respeito Spósito (2001) menciona outros indicadores importantes para a definição de cidade média, conforme a autora:

[...] pode-se caracterizar as “cidades médias”, afirmando que a classificação delas, pelo enfoque funcional, sempre esteve associada à definição de seus papéis regionais e ao potencial de comunicação e articulação proporcionado por suas situações geográficas, tendo o consumo um papel mais importante que a produção na estruturação dos fluxos que definem o papel intermediário dessas cidades. (SPÓSITO, 2001, p. 635).

De acordo com a discussão sobre as cidades médias realizada por pesquisadores do Brasil no âmbito do *Projeto Cidades Médias: agentes econômicos e reestruturação urbana*, ao classificar esse tipo de cidade, é relevante compreender como se desenvolvem as relações econômicas entre elas e seu entorno, pela identidade ou pela diversidade de seus papéis urbanos espaciais:

1 – Relação das Cidades Médias com as escalas espaciais mais abrangentes:

- a) Relevância regional;
- b) Localização em relação aos eixos principais;
- c) Existência de programas especiais na área;
- d) Distância de outras aglomerações ou centros;
- e) Posição estratégica.

2 – Relativos a cidades e ao seu espaço intra-urbano:

- a) Evolução territorial urbana recente;
- b) Dimensões demográficas;
- c) Desempenho econômico recente;
- d) Estrutura da população economicamente ativa;
- e) Pobreza urbana;
- f) Grande proporção de migrantes.

Conforme orientação de Soares (2005), as cidades médias também são vislumbradas como pólos de ensino e de desenvolvimento intelectual. Ademais, consoante Santos e Silveira (2001), elas estão se tornando, crescentemente, o lócus do trabalho intelectual como suporte para as atividades econômicas, agrícolas e industriais, sendo esse o papel que estão ocupando, gradativamente, na rede urbana. Nesse sentido, espera-se que essas cidades se convertam em cidades especializadas, provedoras de suporte de ensino e pesquisa científica para as diversas atividades humanas.

Um dos desafios a ser enfrentado pelas cidades médias é a sua inserção consolidada na rede urbana nacional, a fim de que essas cidades possam exercer importantes funções econômicas e realizar trocas relevantes com as metrópoles nacionais. As cidades médias podem, ainda, potencializar a dinamização econômica de núcleos menores de localização próxima, principalmente em áreas de estagnação econômica.

Devido aos estudos sobre a temática das cidades médias serem bastante novos no Brasil, surgidos pós década de 1970, os estudiosos evitam conceituações fechadas para o termo. Pesquisadores em geral discutem em seus trabalhos se o termo cidade média é uma definição, noção ou classificação e pode-se afirmar que a dificuldade para obtenção de informações mais precisas é decorrente da existência de poucos estudos sobre as cidades médias. (SOARES, 2005).

Não obstante isso, é preciso construir uma fundamentação conceitual para a expressão “cidade média” ou propor-lhe uma alternativa (Projeto Rede CIMES, 2005). Soares e Ramires (2002, p.378) defendem que, tendo em vista o grande crescimento das cidades médias em várias partes do território brasileiro, é preciso que se produzam pesquisas e análises teóricas que enfoquem a realidade dessas cidades. Nas palavras dos autores, “é necessário que a geografia urbana incorpore em sua reflexão o geral e o singular das cidades médias”.

Assim, deve-se ressaltar que os estudos já realizados sobre cidades médias e aqueles que estão sendo desenvolvidos têm sido os eixos norteadores para o avanço teórico e empírico desse tema, que apresenta significativa relevância. Os trabalhos dos pesquisadores revelam a necessidade de rediscussão constante do conceito e da problemática socioeconômica e política que envolve essas cidades.

1.6 - Cidades Médias Mineiras: introdução ao tema

Concomitante ao período de vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND -, a partir da década de 1970, o estado de Minas Gerais apresentou expressivo crescimento demográfico e econômico. A economia mineira se industrializou rapidamente por meio da concessão de incentivos tributários e fiscais, que viabilizou a atração de grandes empresas. Com isso, o estado se dinamizou economicamente e o desenvolvimento da atividade industrial resultou na multiplicação de atividades ligadas ao ramo industrial de elevado poder de geração de renda. (MATTOS, 1998).

Em relação ao destaque de Minas Gerais nesse contexto, Mattos (1998, p.7) ressalta ainda que:

Muitos fatores estimularam a expansão econômica mineira nos últimos 25 anos, destacando-se, primeiramente, o fato de que foi o estado que mais se beneficiou do processo de desconcentração ocorrido a partir de São Paulo. As condições criadas pelo estado, em termos de promoção de incentivos aos investimentos e à melhoria da infra-estrutura, bem como o fato de contar com extensas reservas minerais, contaram a favor de um crescimento da economia mineira, nestes últimos anos, acima da média nacional.

Nessas condições, o II PND contemplou o estado de MG com expressivos investimentos realizados nas áreas de siderurgia, cimento e fertilizantes: importantes insumos para a indústria. “Estes efeitos vieram a se somar ao forte impulso que teve a construção civil durante o período do “milagre econômico brasileiro”, com impacto especialmente sobre a economia de Minas Gerais, pois o estado é sede de algumas das principais empresas de construção pesada do país”. (MATTOS, 1998).

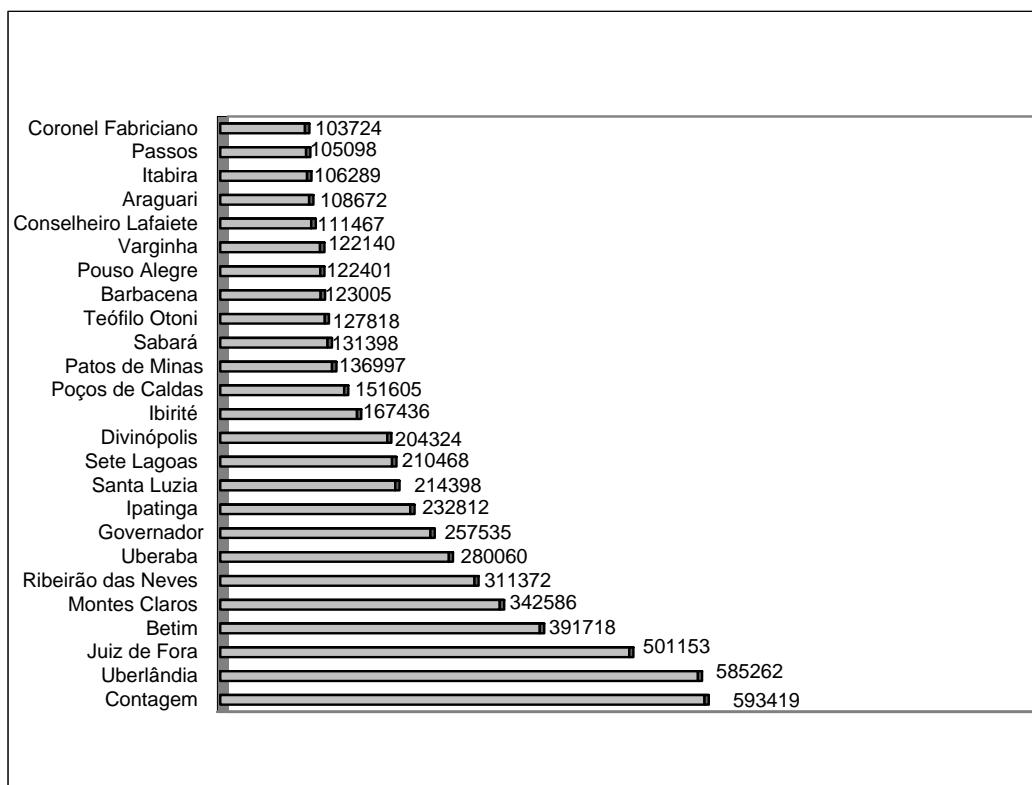
Como parte desses investimentos, “vale destacar, ainda, que a expansão da fronteira agrícola, desde meados dos anos 1970, elevou a participação do estado na produção agropecuária brasileira, destacando-se o papel do sul do estado e especialmente do chamado Triângulo Mineiro na geração de renda”. (MATTOS, 1998).

Dessa forma, a expansão da economia mineira, nas áreas agropecuária, industrial e extrativa, deu notável impulso à urbanização das principais cidades do estado, com a geração de uma série de atividades do setor terciário, como, por exemplo, serviços especializados ligados à industrialização, à expansão imobiliária e às atividades do grande capital mercantil. É de se destacar que Belo Horizonte foi a metrópole brasileira de maior crescimento da população ocupada no período entre 1985 e 1990 (quando a taxa anual média de população ocupada cresceu 5,09%, enquanto a média das metrópoles brasileiras neste período foi de 3,76%) (LAVINAS, NABUCO, 1992; apud MATTOS, 1998).

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000), o Brasil possuía, naquele ano, 188 cidades médias que foram classificadas pelo referido Instituto utilizando o critério demográfico, que engloba as cidades com população entre 100 a 500 mil habitantes.

Conforme a figura 1, e, considerando-se o mesmo critério do IBGE, existia no estado de Minas Gerais, no ano de 2005, 25 cidades classificadas como médias¹².

Figura 1- Cidades mineiras com mais de 100 mil habitantes em 2005, exceto a capital



Fonte: IBGE, 2006
Org.: FRANÇA, I. S. de. 2006

A partir da análise da figura 1, observa-se que Contagem, que se localiza na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, Uberlândia, localizada no Triângulo Mineiro e Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata Mineira, apresentam população superior a 500 mil habitantes e inferior a 600 mil habitantes, sendo, portanto, caracterizadas como “grandes cidades médias”. A cidade de Contagem, outrossim, pode ser considerada como “cidade

¹² O estado de MG possuía na década de 1980 11 municípios com população entre 100.000 e 500.000 mil habitantes, em 1991 esse número aumentou para 17. Na década de 1980, esse número representava 15% da população total do estado e em 1991 21,5%. (IBGE, 2006).

média metropolitana”. Uberlândia e Juiz de Fora, por seu turno, são consideradas grandes cidades médias “não metropolitanas” (IBGE, 2006; SOARES, BESSA, MOURA, 2001).

De acordo com Soares, Bessa e Moura (2001), as cidades médias metropolitanas são centros intermediários contidos em regiões metropolitanas e que mantêm uma intensa relação com as metrópoles próximas. Já o segundo tipo, as não metropolitanas, são aquelas que não se situam em regiões metropolitanas e apresentam diferentes dinâmicas econômicas, políticas, sociais e culturais.

As grandes cidades médias situadas em regiões metropolitanas sofrem influência direta e intensa das grandes cidades próximas a elas. Já as grandes cidades médias localizadas fora de regiões metropolitanas cumprem, de maneira expressiva, a polarização de outras cidades próximas.

O fato de essas três cidades apresentarem população entre 500 mil a 600 mil habitantes, podendo ser classificadas como médias, é um exemplo explícito de que não se pode criar uma definição rígida para as cidades médias, ou seja, elas não têm de possuir, impreterivelmente, entre 100 mil a 500 mil habitantes. Esse fato também reforça as idéias aqui apresentadas de que o critério demográfico não deve ser preponderante ou único ao se classificar uma cidade como média. Pelo contrário, a ele devem ser somados outros atributos de ordem econômica, política e social.

O expressivo número de cidades médias, em Minas Gerais, reúne realidades, diversidades e heterogeneidade econômica, social e cultural relevantes no interior da economia mineira e do próprio país. Isso remete à diferença nas estruturas dessas cidades, quanto à sua hierarquia, infra-estrutura e relação com cidades da região onde estão inseridas. Desse modo, fazem-se necessários estudos e informações qualitativas e quantitativas sobre esses espaços, a fim de se obter uma melhor compreensão do seu papel e de suas singularidades espaço-temporais.

Dentre os estudos que analisam a temática cidades médias no estado de Minas Gerais, podem-se destacar alguns trabalhos: Amorim Filho, Bueno, e Abreu (1982), no estudo denominado de “Cidades de Porte Médio e o Programa de Ações Sócio-educativo-Culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano em Minas Gerais”, que focalizaram a identificação de cidades médias no estado utilizando métodos de classificação baseados em análises quantitativas de correlação. Esse estudo objetivou correlacionar regiões de emigração no estado com a presença de cidades de porte médio.

Soares et all (2001, 2001a, 2001b, 2000) direcionaram suas análises para as cidades médias localizadas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Os estudos desses autores tiveram como ponto de partida a urbanização dessas cidades e as principais transformações econômicas, demográficas e sociais por elas vivenciadas pós década de 1970, a fim de compreender as especificidades e a importância das mesmas no contexto regional.

Pereira e Lemos (2004), utilizando métodos de análise multivariada¹³, apontaram políticas de desenvolvimento para cidades médias mineiras que apresentam um alto grau de polarização da capacidade de desenvolvimento de seu entorno.

Devido à heterogeneidade de cada país, por exemplo, do Brasil, especialmente no que se refere à elevada dimensão territorial e à acentuada concentração espacial da renda, cada cidade média, independente de sua localização geográfica ou administração política, carrega em si um significado particular, não cabendo aos administradores urbanos e estudiosos analisá-las conjuntamente, sem considerar as escalas espaciais, temporais e regionais. Tal procedimento legaria às cidades médias um perfil de análise pobre e o desrespeito às suas particularidades. Soares (2005, p.3) defende que esse é um dos aspectos que deve ser considerado no estudo das cidades médias: “[...] sendo assim, uma cidade média no Ceará

¹³ O método de análise multivariada tem a capacidade de rearranjar uma matriz de informações de tal modo a melhor analisá-las e/ou interpretá-las. (PEREIRA; LEMOS, 2004).

deve ter características singulares que não existem em Minas Gerais. A nosso ver, existem vários perfis de cidades médias no Brasil, que merecem ser estudados ”.

Montes Claros/MG constitui uma realidade singular no tocante a essa discussão, sobretudo em função de como se deu seu peculiar processo de crescimento econômico e expansão urbana, de modo que passou a assumir uma posição de centralidade intra e interurbana, consolidando-se como o núcleo urbano mais expressivo da região em que se insere, o norte de Minas Gerais. Essa cidade se individualiza no contexto norte-mineiro por apresentar uma formação sócio-espacial singular, como será demonstrado ao longo deste estudo. Sendo assim, analisar sua função de centralidade intra-urbana frente ao período técnico científico informacional e sua potencialidade econômica torna-se fundamental.

1.7. Montes Claros: uma cidade média norte-mineira

No ano de 1974, o Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio – PNCCPM contemplou 37 cidades com o perfil de porte médio no Brasil, estando as mesmas localizadas, principalmente, no Sudeste e no Nordeste do país. Compondo o grupo das primeiras cidades selecionadas pelo programa na região Sudeste, estava Montes Claros, a única cidade da região do Norte de Minas Gerais.

Pode-se dizer que o início do crescimento expressivo dessa cidade, do ponto de vista econômico e infra-estatural, se dá a partir dos anos 1950. Esse argumento encontra sustentação em Reis (1997), quando o autor resgata as principais transformações ocorridas em Montes Claros naquele momento.

Mas, somente após o final dos anos 50, com a criação da SUDENE, surge um fato novo capaz de promover modificações na estrutura produtiva regional: aos poucos foram gerando condições para o desenvolvimento da indústria e para a instalação de grandes projetos agropecuários, através da ampliação significativa da atuação do Estado. [...] as referidas transformações só ocorreram com maior profundidade pós década de 70, quando grandes projetos industriais, agropecuários e de reflorestamentos foram instalados na região, impulsionados pelos programas governamentais e pelas políticas de incentivos fiscais e financeiros. Além disso, outros órgãos, como a CIA. de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF – intensificaram a sua atuação na região. (REIS, 1997, p.38).

Desde então, a cidade passou a atrair investimentos, expressivos contingentes migratórios e teve, no início da década de 1970, por meio da intervenção do estado, um significativo crescimento industrial com desdobramentos para os setores de comércio e serviços. Os recursos provenientes do PNCCPM potencializaram em Montes Claros investimentos, instalação de infra-estrutura (urbana, rodovias e transporte) e, por conseguinte, dinamização econômica, circulação de capitais e mercadorias, entre outras benfeitorias. Como resultado dessas mudanças, ocorreu um elevado processo de urbanização, fruto das fortes migrações direcionadas a Montes Claros.

A pesquisa desenvolvida por Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982), denominada “Cidades de Porte Médio e o Programa de Ações Sócio-Educativo-Culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano em Minas Gerais¹⁴”, pode ser considerada como um ponto de partida importante para compreender qual a devida classificação atribuir à cidade de Montes Claros no contexto regional em que se insere, ou seja, no norte de MG. No referido trabalho, por meio de diversos parâmetros¹⁵, foram identificados os seguintes níveis de hierarquia urbana para as cidades de Minas Gerais:

- a) Nível 1: representado por Juiz de Fora, identificada como Grande Centro Regional;

¹⁴ Nesse estudo, os autores objetivaram identificar as cidades efetivamente de porte médio no estado de Minas Gerais, apresentando e identificando as áreas que possuem as maiores taxas de emigração, a fim de oferecer subsídios para a seleção da cidade ou das cidades, objeto da aplicação do programa do MEC. (AMORIM FILHO; BUENO, ABREU, 1982, p.33).

¹⁵ Como, por exemplo, crescimento da população urbana, PEA, migrações, arrecadação municipal, equipamentos e infra-estrutura urbana, participação de setores econômicos e indicadores ambientais, dentre outros. (AMORIM, BUENO, ABREU, 1982).

- b) Nível 2: representado por Uberlândia, Uberaba, Barbacena, Varginha, Poços de Caldas, Itajubá, Pouso Alegre, Governador Valadares, Sete Lagoas, Montes Claros, Divinópolis, São Lourenço e Caxambu, identificadas como Cidades Médias de Nível Superior;
- c) Nível 3: representado por Teófilo Otoni, Patos de Minas, Ituiutaba, Caratinga, Araxá, Passos, São João Del Rei, Formiga, Curvelo, Diamantina, Ubá, Araxá, Machado, Viçosa, Carangola, Itabira, Ponte Nova, Lavras, Alfenas, São Sebastião do Paraíso, Oliveira, Conselheiro Lafaiete, Três Corações, Itaúna, Leopoldina, Ouro Preto, Ouro Fino, Santa Rita do Sapucaí, Guaxupé, João Monlevade, Além Paraíba, Coronel Fabriciano, Pará de Minas, Cataguases, Ipatinga, Congonhas, Santos Dumond, Visconde do Rio Branco, Boa Esperança, Muriaé, São João Nepomuceno, Campo Belo e Nanuque, identificadas como Cidades Médias;
- d) Nível 4 – representado por Patrocínio, Bom Despacho, Pirapora, Timóteo, Frutal, Tupaciguara, Manhuaçu, Sacramento, Manhumirim, Três Pontas, Arcos, Dores do Indaiá, São Gonçalo do Sapucaí, Itabirito, Nova Era, Bambuí, Janaúba, Monte Carmelo, Carmo do Paranaíba, Pium,-i, Abaeté, Ibiá, Lagoa da Prata, Mantena, Corinto, Pedra Azul, São Gotardo, Santa Bárbara, Itapecirica, Resplendor, Raul Soares, Paracatu, Unaí, João Pinheiro, Itambacuri, Aimorés, Carlos Chagas, Januária, Bocaiúva, Conselheiro Pena, Araçuaí, Almenara, Salinas, Jequitinhonha, Mariana, identificadas como Centros Emergentes.

Dentro do Nível 2, no qual Montes Claros foi inserida no referido estudo, as cidades médias foram subdivididas em nível superior e inferior. É possível observar que a cidade de Montes Claros aparece numa posição que a qualifica como “cidade média de nível superior”, ao lado de outras importantes cidades, como, por exemplo, Uberlândia e Governador Valadares, dentre outras. Tal posição pode ser reafirmada com a própria análise dos autores, quando destacaram o papel de cidade polarizadora que Montes Claros consegue exercer na região onde está inserida, que é o norte de Minas Gerais. Nesse caso, a cidade polariza os centros emergentes desta região, como Januária, Janaúba, Bocaiúva e Pirapora. É de se

register que a pesquisa enfatizou apenas Montes Claros como cidade média em todo o norte de MG. Esse fato valorizou a classificação dessa cidade, tendo em vista as especificidades e complexidade da região norte mineira.

Oliveira et all (2000, p.22-23) apresentam algumas hipóteses acerca do processo de ascensão de Montes Claros como centro regional do Norte de Minas Gerais:

Já no século XVIII e no início do XIX, a decadência da mineração na região central de Minas gerais provoca a necessidade de buscas de alternativas; a região se torna fornecedora das novas áreas, na própria província, Paracatu, e fora dela, Bahia e Goiás. O resultado nesse primeiro momento foi o reforço da estrutura econômica então implantada, nas mesmas cidades – (Rio São Francisco). O século XIX presenciará mudanças no fluxo de comércio. As províncias da Bahia e Goiás entram em decadência, ao mesmo tempo em que há a ascensão do Rio de Janeiro (instalação da Corte) e Zona da Mata de Minas (Café). O resultado na rede urbana no Norte de Minas é a decadência das cidades ribeirinhas, em especial do lado esquerdo (oeste) do Rio São Francisco. Com o afastamento do eixo econômico do Rio para o sertão, ganhava importância um novo núcleo urbano: Montes Claros.

A partir desse contexto, algumas zonas afastadas do Rio São Francisco se destacam e Montes Claros torna-se o centro de uma vasta rede de caminhos e estradas: “a ligação da estrada para a Bahia seguia o Rio Verde. Os povoados se concentravam em sua cabeceira (Rios Vieira, Bois, Lagoinha e Canoas). Aí se situava Formigas (atual Montes Claros)”. (OLIVEIRA ET AL, 2000, p. 23).

Outrossim, a potencialidade mineralógica da região norte-mineira também contribuiu para o impulso de Montes Claros, posto que alguns povoados que ficavam entre cidades possuíam jazidas minerais, como, por exemplo, Itacambira e o Rio (VIANA, 1916). Por último, “com a mudança do eixo econômico para o Rio de Janeiro e Zona da Mata Mineira, as ligações se faziam agora por Montes Claros, pois estava no caminho da Bahia para Diamantina, de onde seguiram para aquelas regiões; [...]” (OLIVEIRA ET AL, 2000, p. 23).

Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982) traçaram algumas características relativas às cidades médias de nível superior, a saber: “[...] são todas cidades caracterizadas por grande dinamismo demográfico [...]”, “[...] um outro traço comum a esse grupo de cidades é a

aceleração de seu processo de industrialização nas últimas décadas [...], “[...] trata-se de cidades que desenvolveram, paralelamente à indústria, dinâmicos setores de comércio e serviços. Os autores ainda complementam: “São, em síntese, cidades de estruturas já bem consolidadas e cujo crescimento futuro parece, sem dúvida alguma, assegurado”.

Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982) destacaram que a localização espacial das cidades médias de nível superior se concentrava, em sua maioria, na região sul do estado de Minas Gerais, seguida pelo Triângulo Mineiro e pela área central e Zona da Mata. Por oportuno, registra-se que apenas Governador Valadares e Montes Claros, localizadas no Vale do Rio Doce e Norte de Minas, respectivamente, aparecem praticamente isoladas das demais cidades.

[...] Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, e Montes Claros, a única cidade desse nível hierárquico no Norte de Minas. Portanto, do ponto de vista da distribuição espacial, o papel das cidades de Governador Valadares e, sobretudo, de Montes Claros, destaca-se nitidamente no conjunto das cidades médias de nível superior. (AMORIM FILHO; BUENO; ABREU, 1982, p.42).

Tal fato demonstra que a localização espacial dessas duas cidades as individualiza das demais. Conforme já frisado anteriormente neste trabalho por Soares (2005, p.3), cada cidade média possui um perfil específico, que merece ser compreendido e analisado:

Em pesquisa sobre rede de cidades em Minas Gerais, Lemos (1996, apud FERREIRA) também classificou Montes Claros como cidade média de nível superior¹⁶. Entretanto, o autor comenta o porquê de essa cidade não representar naquele contexto, no ano 1966, um importante núcleo regional:

¹⁶ Montes Claros recebeu essa denominação ao lado de Uberlândia, Uberaba, Varginha, Sete Lagoas e Divinópolis, todas elas passaram por um eminente processo de industrialização, tendo, desde 1970, apresentado significativo potencial nos setores de comércio e serviços. (SOARES; SILVA; 2002, p.10). Lemos (1996) atribui à cidade de Montes Claros uma posição especial, em que a mesma, tendo passado pelo mesmo processo das demais cidades médias de nível superior, não o é efetivamente devido à ausência ou incapacidade dos núcleos menores que a circundam de produzir e gerar demandas.

Montes Claros merece destaque por ser um dos exemplos mais explícitos de enclave. Não estando contornada por municípios com capacidade de geração de excedentes, este grande município não exerce papel de núcleo regional, uma vez que não há o que ser polarizado. Embora possua a quinta maior população do estado, este município se caracteriza como um embricamento da área de influência de Belo Horizonte. (LEMOS apud FERREIRA, 1996, p.48).

A colocação do autor deve-se ao fato de que uma cidade média, para assim ser classificada, deve realizar constantes trocas e relações como o seu entorno, quer seja com centros de maior importância econômica, como as metrópoles nacionais e regionais, ou com pequenas cidades, com as quais deve estabelecer relações assíduas e coesas. Consoante entendimento de Lemos (1996), naquele determinado momento histórico, não ocorriam, em Montes Claros, relações de troca. Por conseguinte, ela não foi qualificada como cidade média no estudo por ele desenvolvido. Ademais, o autor ressalta que, ainda que a cidade tenha passado pelos mesmos processos de industrialização e urbanização vivenciados pelas demais cidades médias de nível superior do estado, Montes Claros não se insere como cidade média “efetivamente” devido à ausência ou à incapacidade dos núcleos menores que a circundam de produzir e gerar demandas.

Nesse sentido, são oportunas algumas indagações. Como não há o que ser polarizado? Em que medida as pequenas cidades que circundam Montes Claros não geram excedentes? Montes Claros experimentou um forte processo de urbanização, acompanhado de mudanças econômicas e investimentos nos setores industriais e de serviços, que a projetou como o principal núcleo urbano localizado na região do norte de Minas Gerais. Sabe-se que há uma relação antiga de intercâmbio comercial entre Montes Claros e sua região. A pujança do setor terciário não está restrita à esfera do município, ao contrário, são serviços que abrangem toda a região. Dentre os municípios que se articulam com Montes Claros, destacam-se três núcleos importantes, a saber: Pirapora, Janaúba e Januária. As trocas realizadas entre essas cidades se direcionam, predominantemente, aos setores agroindustriais e de serviços.

Um outro indicador importante da articulação regional de Montes Claros está no fato de essa cidade abrigar as sedes regionais de órgãos públicos estaduais e federais, tais como o Departamento Nacional de Obras contra a seca - DNOCS, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, a Companhia de Abastecimento e Saneamento de Minas Gerais - COPASA, a Companhia Energética do Estado de Minas Gerais - CEMIG, o Departamento Estadual de Estradas e Rodagens - DER, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dentre outros.

Amorim et all (1999), em estudo sobre cidades médias mineiras, destacaram que a região do Norte de Minas, onde se localiza Montes Claros, juntamente com o Noroeste, os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, é uma região possuidora “de um padrão urbano-espacial diferente” das demais regiões do estado. Nesse trabalho, o autor identificou apenas Teófilo Otoni no interior dessas regiões como cidade média, ao passo que Montes Claros foi classificada como centro regional. No entender desses autores, centro regional é aquele que desempenha função e relações econômicas que estão em processo de estruturação e consolidação. Os centros regionais exercem autonomia diretamente nas regiões em que estão situados, mesmo possuindo poucas funções especializadas, como, por exemplo, função primordialmente industrial.

Nesse tocante, pode-se enfatizar que Montes Claros vem aumentando, de forma progressiva, demográfica e economicamente, sua área de influência consolidada nas regiões norte de Minas, Sul da Bahia e Vale do Jequitinhonha. A cidade reúne serviços importantes, que são consumidos em demasia por essas regiões que influencia, com destaque para os setores de saúde e de educação.

No estudo realizado por Soares e Silva (2002), denominado de “Transformações sócio-espaciais nas cidades médias do cerrado em Minas Gerais¹⁷”, ficou demonstrado que o Produto Interno Bruto - PIB – de Montes Claros, a preços correntes em 1997, tinha, naquele período, na atividade industrial o seu setor mais dinâmico, expressivo e predominante em relação aos demais setores produtivos.

No mesmo trabalho, realizou-se também a análise do consumo residencial de energia elétrica, a fim de se ter uma noção da disposição de infra-estrutura e da qualidade de vida das cidades em estudo. Em 1999, Montes Claros alcançou a última posição neste quesito, em relação às demais cidades pesquisadas, com um consumo médio de energia elétrica por habitante referente a 412 KWh. Só para diagnosticar a diferença desse consumo entre as demais cidades analisadas e entre outras regiões do estado, nesse período o consumo de energia em Uberlândia foi de 653 KWh e, em Divinópolis, de 586 KWH. O consumo de energia foi utilizado no referido estudo como indicador de desenvolvimento das cidades pesquisadas. Conforme Soares e Silva (2002, p.19) “o resultado obtido por Montes Claros (412 kWh) também reforça o baixo nível de desenvolvimento da região do Norte de Minas”.

Ainda no estudo supracitado, nos resultados do indicador analfabetismo novamente Montes Claros exibiu as piores taxas se comparadas àquelas de outras cidades analisadas. De acordo com os autores, “entre as cidades, Uberlândia é a que apresenta a menor taxa de analfabetismo (8%), enquanto que Montes Claros apresenta a taxa mais elevada (14.9%). É de se destacar, contudo, que, nesse último caso, a taxa municipal encontra-se bem abaixo da estadual de 17, 5%”. (SOARES; SILVA, 2002, p.23).

Ademais, esse estudo apontou que as migrações foram responsáveis pelo incremento populacional das cidades em questão. No caso de Montes Claros, ficou demonstrado que,

¹⁷ Neste estudo, Soares e Silva (2002) analisaram as principais transformações demográficas, econômicas e sociais ocorridas a partir de 1970 nas cidades localizadas nas áreas de Cerrado de Minas Gerais que, no ano de 2000, apresentavam população urbana entre 70.000 e 500.000 de habitantes. As cidades que apresentavam essas características e que foram selecionadas são: Araguari, Araxá, Ituiutaba, Passos, Patos de Minas, Varginha, Divinópolis, Montes Claros, Sete Lagoas, Uberaba e Uberlândia.

entre as décadas de 1970 e 1980, o município exibiu uma elevada taxa de crescimento demográfico equivalente a 82,4%.

Soares e Silva (2002, p.12) explicaram as razões do elevado crescimento populacional das cidades naquele momento: “Devido às políticas públicas voltadas para o planejamento urbano, em especial aos programas de incentivo às cidades médias; aos programas de modernização da agricultura e à desconcentração da indústria paulista [...]”.

O estudo desenvolvido pelo IPEA, IBGE, UNICAMP e NESUR, denominado *Caracterização da atual configuração, evolução e tendências da rede urbana do Brasil: determinantes do processo de urbanização e implicações para a proposição de políticas públicas*¹⁸ (1999), classificou algumas das cidades médias do cerrado mineiro no interior da RUB. Assim, Montes Claros, ao lado de Divinópolis e Sete Lagoas, foi considerada centro sub-regional de nível 2¹⁹. Essa classificação considera que muitos dos centros regionais desempenham função de coleta, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas produzidos em suas hinterlândias locais ou regionais, como café, arroz, cacau, fumo e outros. Outros centros urbanos localizados em áreas pastoris tinham a função de centro de drenagem e consumo da renda fundiária.

Percebe-se, portanto, um conjunto de fatores apresentados por Soares; Silva (2002), Amorim et all (1999), IPEA, IBGE, UNICAMP e NESUR (1999), Lemos (1996), Amorim Filho; Bueno e Abreu (1982), que remetem às indagações de que Montes Claros pode não ser uma cidade média propriamente dita ou que, se ela o é, possui inúmeras dificuldades, já apresentadas por meio de dados estatísticos e econômicos acima problematizados pelos autores, em se consolidar como tal, ou, talvez, de manter sua posição no interior da hierarquia da rede urbana brasileira.

¹⁸ Tal pesquisa caracterizou a rede urbana brasileira e destacou suas atuais configurações e tendências, sendo este trabalho apresentado pelo IPEA, IBGE, UNICAMP e NESUR, 1999, 2000.

¹⁹ Corrêa (1989, p.23), ao propor um Exemplo Hipotético de Hierarquia Urbana e Funções Centrais, afirmou que o centro sub-regional é aquele capaz de oferecer bens e serviços necessários à sua demanda interna.

O fato de Montes Claros realizar trocas econômicas em uma região com baixos indicadores sócio-econômicos oferece a essa cidade uma posição de grande relevância, que deve ser considerada juntamente com as suas especificidades. É por meio disso que se emerge a centralidade intra e interurbana de Montes Claros no espaço em que se localiza.

Todavia, a discussão quanto à natureza da posição dessa cidade requer cautela e uma especial atenção. Soares e Silva (2002), ao estudarem as cidades médias do cerrado mineiro, tendo em vista as particularidades de Montes Claros bem como sua relação com o entorno, e pode-se somar a isso o fato de essa cidade combinar características de cidade média (indústrias modernas e especializadas, dinâmico setor de comércio e serviços, boa infra-estrutura urbana) concomitante com o enclave histórico de sua localização geográfica e situação econômica do seu entorno indagaram: “quais fatores específicos têm provocado essa polarização populacional? Qual a origem desses fluxos e que implicações esse crescimento tem para com o desenvolvimento econômico e social da população residente”? (SOARES; SILVA, 2002, p.17).

No início do século XXI, qual noção, efetivamente, atribuir à Montes Claros/MG? De fato, essa cidade desempenha função ou funções típicas de cidades médias propriamente ditas? E mais; pode-se considerar essa cidade como média, tendo em vista as importantes reflexões teóricas e as diferentes acepções apresentadas por estudiosos de cidades médias mineiras em diferentes contextos espaciais e temporais? Esse é um tema delicado, que demanda ainda mais atenção por parte dos estudiosos, a fim de que se obtenha uma compreensão aprofundada acerca do significado dessa cidade no seu contexto regional, devido à sua grande importância, sobretudo, econômica.

Nessa ordem de idéias, serão consideradas, a partir de então, as mudanças mais significativas, de ordem política, econômica e social, bem como infra-estruturais, que a cidade vivenciou nas últimas décadas. Tudo isso na tentativa de apresentar uma noção mais precisa

de Montes Claros na atualidade. Assim, nessa análise, procurou-se utilizar variáveis, como tamanho demográfico, funções, dinâmica intra-urbana, intensidade das relações interurbanas e infra-estrutura, entre outras.

1. 8 - Caracterizando Montes Claros/MG

Considerando-se as análises dos trabalhos empíricos e teóricos ora realizados por pesquisadores diversos, esbarra-se na dificuldade em atribuir uma classificação precisa à Montes Claros. Essa cidade pode, de fato, ser classificada como média?

Quando se considera como critério de classificação o tamanho demográfico, ou seja, cidade com população entre 100.000 e 500.000 habitantes, Montes Claros é uma cidade média, haja vista o fato de possuir 342.586 mil habitantes²⁰ (IBGE, 2000). Isso já havia sido mostrado por Andrade e Lodder em seus estudos na década de 1970. Nessa mesma década, a cidade foi incluída no Programa Cidades de Porte Médio, parte integrante da política pública definida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Ao estudar as cidades mineiras com mais de 100 mil habitantes, Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982) consideraram Montes Claros como uma cidade média de nível superior, uma verdadeira “capital regional”. O estudo do IPEA/IBGE/UNICAMP (1999) classificou a cidade de Montes Claros como um centro regional 2. Estudos mais recentes, como o de Pereira e Lemos (2004), também identificam essa cidade como média, tendo por base a sua capacidade de polarização intra-regional.

Entretanto, como já ressaltado, não somente o critério demográfico define uma cidade como média. Cientes disso, outros órgãos governamentais, além do IBGE, das Universidades e dos pesquisadores, têm procurado avançar nos critérios utilizados para classificar essas

²⁰ Estimativa populacional em 01.07.2005, disponível em www.ibge.gov.br.

cidades. Entre os elementos destacados, encontram-se os indicadores sociais e econômicos da cidade analisada, tais como as taxas de analfabetismo, o IDH, a infra-estrutura-urbana, a especialização dos setores de serviços e industriais, a qualidade de vida, e a polarização regional, entre outros.

De acordo com as discussões anteriormente explicitadas, as cidades médias devem ser analisadas sob aspectos relativos à base econômica que possui, no que se refere à produção industrial, ao dinamismo do setor de comércios e prestação de serviços, ao sistema produtivo, à rede de consumo, à infra-estrutura urbana, à qualidade de vida de seus moradores, à relação com a região (metrópole e pequenas cidades), e ao incremento populacional, dentre outros atributos. Sendo assim, existem muitos elementos que auxiliam pesquisadores, universidades e órgãos governamentais na classificação das cidades médias.

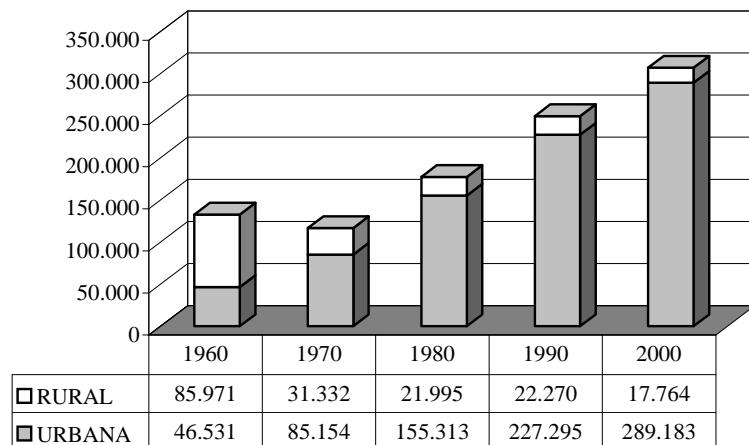
Em se tratando de Montes Claros, para efeito de identificar e problematizar sua condição enquanto cidade média, serão apresentados alguns parâmetros, quais sejam: aspectos demográficos, migrações, estrutura etária, serviços e infra-estrutura urbana, PIB, arrecadação municipal geral, participação dos setores produtivos na economia da cidade, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, bem como sua posição na Rede Urbana Brasileira.

Mapa 1

1.8.1. Transição Demográfica em Montes Claros/MG

O forte processo de urbanização experimentado pelo Brasil nas últimas décadas se refletiu no país inteiro. Em Minas gerais, de acordo com o IBGE (2000), 82% da população vive em áreas urbanas. O gráfico abaixo ilustra o comportamento demográfico de Montes Claros ao longo de 40 anos.

**Figura 2 - Evolução Demográfica de
Montes Claros/MG: 1960 - 2000**



Fonte: IBGE, 2006
Org. FRANÇA, I. S. de. 2006

O comportamento populacional de Montes Claros, pós década de 1950²¹, mostra que a população do município continua crescendo significativamente e, seguindo a tendência de parte dos municípios brasileiros e do estado de MG, a população urbana mantém-se preponderante à rural desde a década de 1970. Os dados da tabela deixam evidente o rápido processo de urbanização de Montes Claros, que, nas últimas décadas, teve um significativo

²¹ Em 1970, a população total de Montes Claros era de 116.486 habitantes, sendo que, 31.332 pessoas residiam na zona rural e 85.154 na zona urbana. No ano de 1980, a população total de Montes Claros era 177.308 habitantes, sendo que, desse número, 21.995 correspondia à população rural e 155.313 à população urbana. (IBGE, 2006).

incremento na sua taxa de população urbana, que evoluiu de 35% (1970) para 94% em 2000, registrando-se uma média maior do que a nacional.

Em 1991, a população total de Montes Claros era de 250.062 habitantes, sendo que, desse número, 227.759 pessoas residiam na área urbana do município, e 22.303 residiam nas áreas rurais. A taxa de urbanização de Montes Claros, naquele período, era de 91,08%. A população continuou crescendo e, em 2000, alcançou 306.947 habitantes, com uma taxa de urbanização de 94,21% Desse total, 289.183 habitantes moravam na zona urbana e 17.764 na zona rural, sendo que, para 2005, o IBGE estimou uma população total de 342.586 habitantes.

Entre o período de 1990-2000, a população do município de Montes Claros apresentou uma taxa média de crescimento anual de 2,39%, sendo que a taxa de urbanização se elevou 3,44% nesse período (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000). O Gráfico1 ilustra o comportamento populacional no que se refere à população total, urbana e rural, de Montes Claros em 1991 e 2000.

A população total de Montes Claros representou, no ano 2000, 1,72% da população do Estado de Minas Gerais e 0,18% da população do país.

Montes Claros tem experimentado, pós década de 1950, momento de instalação do Distrito Industrial via financiamento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE –, um crescimento demográfico acelerado, que se intensificou em função do grande fluxo migratório de populações regionais em busca de melhores condições de vida e emprego nas indústrias que se instalaram no município. Os incentivos fiscais proporcionados pela SUDENE para a instalação de indústrias em Montes Claros acarretaram, além do aumento populacional via migrações, a transformação da economia do município. Por conseguinte, assistiu-se a fortes modificações estruturais na realidade do município, determinando fluxos internos de pessoas, hábitos, capitais e tecnologias. (OLIVEIRA ET ALL, 2000).

A migração da população rural para Montes Claros, ocorrida nesse contexto, pode ser explicada, também, em função da degradação das condições de vida no campo, no que se refere a pouca oferta de emprego, decorrente do processo de mecanização, e a todo o pacote da revolução verde aplicado na região.

Dayrell (2000) enfatiza as consequências sociais e econômicas do modelo de desenvolvimento agroindustrial para a população norte-mineira quando diz que:

O processo de modernização da agricultura e a expansão das relações capitalistas a todos os rincões do planeta têm contribuído com a apropriação de áreas seculares, pertencentes às sociedades tradicionais, [...] tem levado à desintegração dos valores culturais, das identidades étnicas e das práticas produtivas de uma diversidade de povos tradicionais ainda existentes. Longe de serem incorporadas nesta nova dinâmica de desenvolvimento, estas populações se vêem excluídas. A partir de então, são denominados de povos atrasados, sem cultura nem conhecimentos, restando-lhes o trabalho assalariado, o emprego temporário ou as migrações para os centros urbanos. (DAYRELL, 2000, p.202). (grifo nosso).

Com isso, intensificou-se o processo de migração campo – cidade, aumentando de forma expressiva a população urbana em Montes Claros. De acordo com Serra (1999), ocorreram, nesse período, importantes fluxos migratórios, com consequente crescimento das cidades médias. A concentração da propriedade rural e o estrangulamento de pequenas propriedades também contribuíram para esse fluxo migratório.

Além disso, a implantação de indústrias e de projetos de alta tecnologia, na época, fomentou o fluxo de migração de mão-de-obra especializada, e, ao mesmo tempo, funcionou como atrativo para que as populações rurais e urbanas da região se deslocassem rumo à Montes Claros.

Sobre a participação dos imigrantes no conjunto total da população das cidades médias brasileiras, Serra (1999, p.100) salienta que:

[...] o contingente de imigrantes que se dirigem às cidades médias representa um percentual próximo de duas vezes mais que aquele observado para o conjunto das cidades que fazem parte das regiões metropolitanas institucionalmente constituídas em 1991. Assim, a imigração é um componente mais importante do crescimento populacional das cidades médias do que das regiões metropolitanas.

No ano de 1980, o número total de imigrantes que chegaram ao estado de Minas Gerais foi de 2.519.039. Desse total, o norte de MG recebeu 135.724 imigrantes, sendo que esse número representou 5,4% do total de migração do estado. Os imigrantes que chegaram ao estado, num total de 118.947, eram provenientes da própria região Sudeste.

Em 1991, o número total de imigrantes que chegaram a MG foi de 2.609.790, desse total, o norte de MG participou recebendo 167.018 pessoas. Novamente, a exemplo do ano de 1980, a origem dos imigrantes foi, sobretudo, da região Sudeste, com cerca de 147.197 pessoas (FJP, 2000, p.119).

Esses dados indicam uma forte migração intra-regional, em que as pessoas migram para os municípios e estados da mesma região. Naquele período, o Norte de MG, seguindo essa tendência, recebeu imigrantes do SE e, em sua maioria, do próprio estado de MG.

Esse argumento encontra sustentação em Soares (2002, p.12), quando a autora diz que “[...], é possível observar que [...] a procedência dos imigrantes é predominante do próprio estado, indicando um elevado fluxo migratório entre os municípios mineiros. A autora acrescenta outros argumentos a essa idéia sustentando que:

As taxas negativas de crescimento populacional de muitos municípios mineiros com população inferior a 20.000 habitantes, em 1996, permitem nos dizer que uma parcela dos imigrantes residentes nas cidades médias tem origem nas pequenas cidades. Além do fluxo migratório com origem no próprio estado de Minas Gerais, os dados do censo demográfico mostram que são os demais estados da região Sudeste [...], que, de fato, contribuem para o incremento populacional das cidades médias [...]. (SOARES, 2002, p.12).

A estrutura etária da população montesclarenses também reflete o padrão nacional e da maioria dos municípios brasileiros, que se caracteriza pela queda da taxa de natalidade, com os adultos compondo o número mais expressivo da população e com a ocorrência de um

aumento importante do número de idosos, o que denota maior expectativa de vida da população.

Tabela 3 – Estrutura Etária: Montes Claros/MG, 1991 e 2000

	1991	2000
Menos de 15 anos	92.419	92.066
15 a 64 anos	149.154	201.712
65 anos e mais	8.489	13.169

Fonte: *Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000*

Org. FRANÇA, I. S. de. 2006

Em Montes Claros, essas características também são bastante nítidas na atualidade e podem ser observadas a partir da predominância e permanência da população adulta (149.154 e 201.712 adultos para os anos de 1991 e 2000, respectivamente) na composição etária total do município e o elevado aumento dessa população ao longo do período de 1991-2000, conforme a Tabela 3.

1.8.2 - Os indicadores sócio-econômicos de Montes Claros

a) Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

O IDH do Brasil no ano de 2000 foi de 0,771, colocando o país na 74º posição dentre os 174 países analisados. Já em 2002, o país subiu duas posições, alcançando a 72ª IDH – colocação com IDH 0,775, sendo que, para aquele ano, foram analisados 177 países (PNUD, 2004).

O Estado de Minas Gerais, em 2000, obteve o IDH de 0,773, enquanto o município de Montes Claros, no mesmo ano, apresentou o IDH de 0,783. Tanto o Brasil quanto Minas Gerais e Montes Claros são classificados como áreas de médio desenvolvimento humano. A seguir, apresenta-se uma relação dos municípios mineiros com mais de 100 mil habitantes, no ano de 2000, e seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano.

Tabela 4 - Municípios mineiros com mais de 100 mil habitantes ordenados pelo I.D.H. – ano 2000

Município	População total, 2000	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Poços de Caldas (MG)	135.627	0,841
Belo Horizonte (MG)	2.238.526	0,839
Uberaba (MG)	252.051	0,834
Divinópolis (MG)	183.962	0,831
Uberlândia (MG)	501.214	0,830
Juiz de Fora (MG)	456.796	0,828
Pouso Alegre (MG)	106.776	0,826
Varginha (MG)	108.998	0,824
Araguari (MG)	101.974	0,815
Patos de Minas (MG)	123.881	0,813
Ipatinga (MG)	212.496	0,806
Barbacena (MG)	114.126	0,798
Conselheiro Lafaiete (MG)	102.836	0,793
Sete Lagoas (MG)	184.871	0,791
Contagem (MG)	538.017	0,789
Montes Claros (MG)	306.947	0,783
Betim (MG)	306.675	0,775
Sabará (MG)	115.352	0,773
Governador Valadares (MG)	247.131	0,772
Santa Luzia (MG)	184.903	0,754
Ribeirão das Neves (MG)	246.846	0,749
Teófilo Otoni (MG)	129.424	0,742
Ibirité (MG)	133.044	0,729

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

Org.: FRANÇA, I. S., 2006

A tabela 5 permite observar que, em relação ao IDH, dentre as 23 cidades mineiras com mais de 100 mil habitantes, no ano 2000, Montes Claros está na 16^a posição, com índice de 0,783 e Poços de Caldas na primeira posição com 0,84. Destaca-se a posição de Montes Claro/MG à frente de importantes cidades industrializadas e urbanizadas, tais como Betim, Ribeirão das Neves e Governador Valadares, e bem próxima a cidades como Contagem, Sete Lagoas e Conselheiro Lafaiete.

A evolução do IDH – M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal²² de Montes Claros durante o período 1991-2000 foi bastante expressiva, sendo que, em 1991, o IDH-M (IDH Municipal) era de 0,721, passando para 0,783 em 2000. Registra-se que o crescimento nesse período foi de 8,60%. Sendo assim, o IDH de Montes Claros está acima da média nacional e mineira.

De acordo com a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD –, Montes Claros assume uma posição de médio IDH se comparado aos demais municípios brasileiros²³.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Montes Claros é 0,783. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Montes Claros apresenta uma situação boa: ocupa a 969^a posição, sendo que 968 municípios (17,6%) estão em situação melhor e 4538 municípios (82,4%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Montes Claros apresenta uma situação boa: ocupa a 101^a posição, sendo que 100 municípios (11,7%) estão em situação melhor e 752 municípios (88,3%) estão em situação pior ou igual. (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000).

Diante desses dados, referentes ao ano 2000, pode-se destacar que a cidade vem passando por grandes mudanças nos últimos anos, o que implica dizer que após 06 anos, em 2006, é possível que o IDH de Montes Claros tenha melhorado, chegando à casa do 0,8 no que se refere à sua posição em Minas Gerais e na Região Sudeste.

O principal fator que contribuiu para o crescimento do IDH de Montes Claros “foi a Educação, com 42,2%, seguida pela Renda, com 33,2%, e pela Longevidade, com 24,6%” (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2004).

²² Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - É um índice calculado pela PNUD, para cada município, que leva em conta questões relacionadas à Longevidade, Educação e Renda e que varia de 0 a 1, sendo que: 0 < IDH < 0,5 Baixo Desenvolvimento Humano 0,5 < IDH < 0,8 Médio Desenvolvimento Humano 0,8 < IDH < 1 Alto Desenvolvimento Humano. (Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2004).

b) Produto Interno Bruto - PIB

Montes Claros possui, atualmente, uma estrutura econômica em que o setor de serviços é a principal atividade, seguido pela atividade industrial. Pode-se dizer que existe uma aproximação entre o peso dos setores de serviços e industrial, correspondendo a 96% do total, com uma menor participação da agropecuária, 4%, na economia da cidade. É notório o expressivo crescimento que o PIB apresentou no período de 1998 a 2003. Em 2003, o município teve um PIB de 1.779.403 mil reais.

Tabela 5 - Produto Interno Bruto (PIB) por setores a preços correntes, 1998 a 2003
Município: Montes Claros/MG

ANO	AGROPECUÁRIO	%	INDUSTRIAL	%	SERVIÇO	%	Unidade R\$ (mil)
							TOTAL
1998	42.139	3,0%	694.884	51,0%	637.258	46,4%	1.374.282
1999	51.675	4,0%	570.606	44,6%	657.495	51,4%	1.279.776
2000	53.972	3,7%	679.249	46,1%	738.736	50,2%	1.471.957
2001	49.948	3,3%	679.732	44,4%	800.342	52,3%	1.530.022
2002	66.875	4,1%	718.227	43,9%	850.993	52,0%	1.636.095
2003	71.493	4,0%	753.752	42,4%	954.158	53,6%	1.779.402

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2006

Org. FRANÇA, I. S. de. 2006

No ano de 2003, a atividade agropecuária representava 3% do PIB do município, enquanto que os setores de serviços e industrial responderam, respectivamente, por 53% e 42% do PIB municipal (Fundação João Pinheiro, 2006).

O setor agropecuário²⁴ de Montes Claros é composto pelo cultivo de gêneros alimentícios temporários e permanentes (cereais, grãos, verduras, legumes e frutas), além da pecuária de corte e de leite. Na pecuária, destaca-se a criação de bovinos, suínos, eqüinos, asinos, muares, coelhos, ovinos, galinhas, codornas e caprinos, dentre outros. Na produção

14 Para maiores detalhes sobre a produção agropecuária municipal, consultar IBGE, 2006.

agrícola municipal cultivam-se, na lavoura permanente, banana, café, coco-da-bahia, goiaba, laranja, limão, mamão, manga, maracujá e tangerina. Na lavoura temporária, tem-se a produção de algodão, arroz irrigado, abacaxi, alho, amendoim, arroz, batata doce, cana-de-açúcar, cebola, fava, feijão, mandioca, milho, soja, sorgo e tomate.

A atividade industrial em Montes Claros existe desde 1882, com as fábricas do ramo de tecelagem e têxteis. Esse setor alcançou um impulso maior a partir de 1965, com a chegada da energia elétrica da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG - e com o início da participação efetiva da SUDENE no desenvolvimento industrial de Montes Claros. Desde então, Montes Claros passou a ter na indústria a sua principal atividade econômica; fato que perdurou por muitos anos. Não obstante isso, esse setor passou, pós década de 1990, por uma estagnação, marcada pela fuga de muitas indústrias da cidade, em consequência da cessação dos incentivos fiscais e tributários e elas prometidos. Desse modo, não havendo renovação entre empresas e municípios, a indústria perde expressividade e o setor de comércios entra em cena, liderando a economia de Montes Claros na atualidade.

No inicio do século XXI, o setor industrial começa a se aquecer com a chegada de novas indústrias à cidade. De forma que, hoje, percebem-se sinais de revigoramento, com a expansão de algumas indústrias, sobretudo as de capitais internacionais, que contam com o apoio de grupos privados e com recursos municipais, estaduais e federais²⁵. Das indústrias

²⁵Incentivos Municipais: A lei Municipal 2.300, de 26/12/95, garante às empresas que se instalarem no Município concessão de incentivos fiscais e subsídio na aquisição ou doação de terrenos para implantação de indústrias. Todos os benefícios e incentivos são definidos através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Industrial. Outros benefícios são oferecidos através da Lei nº2566/97 (Código Tributário Municipal). No período de 1997/2001, diversas indústrias foram beneficiadas, num total de 18 (dezito).Dentre essas, destacam-se a Hartmann Mapol, Expansão, Coteminas e Plásticos VZP. **INCENTIVOS ESTADUAIS:** Pró-Indústria - Programa de Integração e Diversificação Industrial e Agroindustrial - assegura financiamento de capital de giro com base no ICMS mensal a ser recolhido pela própria empresa. O financiamento é equivalente a 30, 40 e 50% do valor do tributo mensal devido e recolhido. PROIM - Programa de Indução à Modernização Industrial - Os recursos desse financiamento destinam-se a investimentos fixos ou mistos. O financiamento do capital de giro, associados às inversões fixas, corresponde a 50% do valor dos investimentos fixos financiados pelo programa, com valor do financiamento correspondente a 80% do investimento total previsto no projeto, encargos financeiros da ordem de 6% de juros ao ano, atualização monetária integral do saldo devedor, calculada com base na variação do IGPM, com remuneração ao agente financeiro na ordem de 3% ao ano de, no máximo, 36 meses, a critério do BDMG, e prazo de amortização da dívida em até 60 (sessenta) meses contados do término da

atualmente instaladas em Montes Claros²⁶, algumas merecem destaque, quais sejam: uma das unidades da maior fábrica de Leite Condensado do Mundo –NESTLÉ – (Suíça), uma das três fábricas de insulina da América Latina - NOVO NORDISK- (Dinamarquesa) , o 2º maior grupo têxtil do país – COTEMINAS – e, por fim, uma das maiores fábricas de cimento do Brasil – LAFARGE. O peso desse setor no PIB do município, no ano de 2003, foi de aproximadamente 42% (Fundação João Pinheiro, 2006).

O setor terciário é o que mais gera emprego no município. Dentre as atividades que movimentam esse setor, destacam-se o comércio, a educação, as telecomunicações, a informática e o transporte. Esse setor apresenta-se bastante complexo e dinâmico, bem como desenvolvido e diversificado. Sem dúvida alguma, é o setor de maior relevância para a economia do município. O setor terciário corresponde a aproximadamente 53% do PIB total de Montes Claros (Fundação João Pinheiro, 2006).

Percebe-se, por meio desses dados, que todos os setores econômicos se dinamizaram intensamente e que o setor de serviços, ao lado da indústria, tem se apresentado com maior expressividade na economia de Montes Claros. Apesar disso, não se pode dizer que a agropecuária não tenha sido importante na economia dessa cidade. A pequena participação e a relativa queda do setor agropecuário na economia montesclarensse são resultantes da urbanização e da alavancada da indústria, pós década de 1960, que, paulatinamente, foi se fortalecendo e consolidando os setores industriais e de serviços como a base econômica da cidade, na atualidade, em detrimento do setor agrícola. O setor agrícola, contudo, embora tímido, é a base econômica dos distritos de Montes Claros e de sua zona rural.

carência. **PROE** - Programa de Apoio à Empreendimentos Estratégicos. **INCENTIVOS FEDERAIS:** Os incentivos fiscais da SUDENE tratam-se de: - Redução de 75% do imposto de renda, durante 10 anos. - Redução de 37,5% do imposto de renda, após o prazo de 10 anos.- Reinvestimento de 30% do imposto de renda.Os incentivos financeiros são: **FDN** (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste) - Incentiva a implantação, ampliação, diversificação e modernização de empresas. Administrado pela SUDENE, é operacionalizado pelo Banco do Nordeste. A participação do FDN no projeto aprovado poderá ser de até 60% do investimento total, limitada no máximo em 80% de investimento fixo.Atualmente, os incentivos financeiros da SUDENE estão em fase de reestruturação.

²⁶ Para um maior detalhamento a respeito das indústrias instaladas em Montes Claros atualmente (2006), confira anexo.

A tabela 6 relaciona e ordena os principais municípios mineiros em relação à população, PIB - Produto Interno Bruto e PIB por habitante, no ano de 2003. O posicionamento dos municípios em relação aos indicadores citados permite-nos uma observação comparativa entre eles.

Tabela 6 - Municípios mineiros com mais de 100 mil habitantes, ordenados pelos indicadores: população, produto interno bruto a preço de mercado (PIBpm) e PIBpm por habitante, ano: 2003

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	RANKING POPULAÇÃO	PIB A PREÇOS DE MERCADO (PIB pm)	RANKING (PIB pm)	PIBpm/ HAB. (R\$)	RANKING PIBpm/ HAB
TOTAL ESTADO	18.751.174		144.544.822		7.709	
Belo Horizonte	2.325.900	1	21.565.533	1	9.272	9
Contagem	573.403	2	7.376.665	4	12.865	7
Uberlândia	554.897	3	7.485.592	3	13.490	6
Juiz de Fora	485.127	4	3.674.197	7	7.574	12
Betim	360.993	5	12.727.140	2	35.256	1
Montes Claros	329.710	6	1.843.582	9	5.592	17
Ribeirão das Neves	288.060	7	753.352	18	2.615	26
Uberaba	269.941	8	3.975.758	5	14.728	4
Governador Valadares	253.776	9	1.483.362	12	5.845	16
Ipatinga	225.472	10	3.885.540	6	17.233	2
Santa Luzia	203.742	11	1.026.537	15	5.038	21
Sete Lagoas	201.220	12	1.834.892	10	9.119	10
Divinópolis	196.967	13	1.423.049	13	7.225	13
Ibirité	155.010	14	592.791	22	3.824	23
Poços de Caldas	145.833	15	2.008.626	8	13.773	5
Patos de Minas	132.258	16	842.624	17	6.371	14
Teófilo Otoni	128.398	17	511.498	24	3.984	22
Sabará	125.601	18	639.151	21	5.089	20
Barbacena	119.797	19	663.980	20	5.543	19
Varginha	117.392	20	1.226.300	14	10.446	8
Pouso Alegre	116.756	21	990.065	16	8.480	11
Conselheiro Lafaiete	108.349	22	383.585	25	3.540	24
Araguari	106.252	23	667.609	19	6.283	15
Itabira	103.410	24	1.538.727	11	14.880	3
Passos	102.249	25	570.244	23	5.577	18
Coronel Fabriciano	101.457	26	316.199	26	3.117	25

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2006

Org.: FRANÇA, I.S., 2006.

Os dados da tabela anterior permitem observar o Produto Interno Bruto dos 26 municípios mineiros com mais de 100 mil habitantes no ano de 2003. Em relação à população, nesse período, Montes Claros ocupava a 6ª posição, com 329.710 habitantes. O

PIB do município era o 9º do Estado, estando, portanto, entre as 10 cidades mais ricas do Estado.

O PIB *per capita* ou PIB por Habitante de Montes Claros, que é de 5.592 reais, coloca a cidade em 17º lugar, abaixo da média do Estado. Somente 11 cidades, dentre as 26 analisadas, possuem PIB *per capita* superior à média mineira, que é de 7.709 reais. Registra-se, por oportuno, que a cidade de Betim apresentou PIB *per capita* mais de 4 vezes superior à média do Estado. Esse fato deve-se, certamente, à indústria automobilística e à de refino de petróleo ali instaladas. Observa-se, ainda, que a cidade de Montes Claros, apesar de estar localizada em uma região considerada pobre, o Norte de Minas, posiciona-se à frente de cidades localizadas em regiões consideradas com melhores indicadores socioeconômicos, tais como Passos, no Sul de Minas, e Barbacena e Conselheiro Lafaiete, na Zona da Mata.

c) Índice de Gini

A análise do comportamento do indicador renda do município de Montes Claros, conjuntamente com os indicadores de pobreza e concentração de renda, permite problematizar e observar um processo que é histórico na sociedade brasileira, qual seja: o crescimento da riqueza e a redução relativa da pobreza, porém com a manutenção ou aumento da desigualdade por meio da concentração de renda.

Os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) mostram uma importante queda do índice de pobreza na cidade. A pobreza²⁷, em Montes Claros, diminuiu 28,30%, passando de 48,2%, em 1991, para 34,5%, em 2000. Além disso, “a renda *per capita*²⁸ média

²⁷ Medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

⁴¹ Renda per capita - Razão entre o somatório da renda per capita de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos. A renda per capita de cada indivíduo é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros da família e o número de membros dessa família. Valores expressos em reais de 1º de agosto de 2000 (Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

do município cresceu 45,74%, passando de R\$ 168, 40, em 1991, para R\$ 245, 43, em 2000. Entretanto, a desigualdade ou a concentração de renda cresceu: o Índice de Gini, que avalia a concentração de renda, passou de 0,61, em 1991, para 0,62, em 2000". (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2000).

A porcentagem da renda apropriada por extratos da população no de 2000 revela que a concentração de renda, um traço característico do país, apresenta-se de forma intensa no Estado de Minas Gerais e em Montes Claros. Em MG, naquele ano, os 20% mais ricos detinham 65,7% da riqueza produzida, sendo que, em Montes Claros, esse percentual era de 66%. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2000).

Sobre esse assunto, Veiga (2003) chama a atenção para o fato de que a desigualdade, a concentração de renda e a pobreza caminharem juntas. No entanto, nenhuma dessas situações impede-apaga a outra de se realizar, pois é possível acontecer redução de pobreza e bom desempenho econômico em um determinado espaço concomitantemente à permanência de fortes níveis de concentração de renda, e vice-versa. A superação da pobreza, das fortes desigualdades e da concentração de renda, segundo o autor, depende, sobretudo, de diversas mudanças institucionais.

De acordo com o PNUD (2004), além de promover o crescimento econômico, é necessário redistribuir a renda, permitindo-se o acesso da população carente à saúde, à educação e a outros serviços que visem a melhoria da sua qualidade de vida.

1.8.3. – Infra-estrutura e Mobilidade Urbana em Montes Claros/MG

No que se refere à infra-estrutura, Montes Claros possui ampla disponibilidade de serviços, representados por bancos, serviços de segurança prestados à comunidade, cobertura e consumo de rede de saneamento básico e energia elétrica, sistema de transporte e de comunicação. Todo esse aparato físico converge em crescimento para a cidade e para a sua economia, além de contribuir para uma melhoria da qualidade de vida e para o conforto da população montesclarense.

Montes Claros possui, aproximadamente, 22 agências bancárias, sendo elas distribuídas, em sua maioria, na área central da cidade, quais sejam: Banco Itaú S.A (5), Real (3), Banco do Brasil S.A (3), Banco do Nordeste do Brasil S.A (02), Banco Bradesco S.A (02), Caixa Econômica Federal (02), UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A (02), Banco HSBC Bank Brasil S.A (1), Banco Mercantil do Brasil S.A (01), BANCO ABN AMRO S.A, BANCO RURAL S.A., Banco Bancoob e Banco Sicoob. (Pesquisa Empírica, 2006; Banco Central do Brasil, 2004).

O IBGE (2006) revelou a situação de saneamento básico (redes de abastecimento de água e de coleta de esgoto sanitário) no Brasil e sua disponibilidade nos anos de 1989 e 2000.

Dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, do IBGE, revelam a ampliação nos serviços de água e esgoto: hoje 97,9% dos municípios brasileiros contam com o abastecimento de água contra 95,6% em 1989. De 47,3% dos municípios com coleta de esgoto em 1989, chegou-se a 52,2% com esse serviço em 2000.(IBGE, 2006)

Tabela 7 - Indicadores de Saneamento Básico: percentual dos domicílios atendidos, ano 2000.

	Água Encanada	Banheiro e Água Encanada	Coleta de Lixo
Brasil	71,13 %	65,89 %	85,79 %
Minas Gerais	89,53 %	87,19 %	92,25 %
Montes Claros	87,99 %	85,85 %	96,33 %

Fonte: *Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000*

Org.: FRANÇA, I. S., 2006

Em 2000, o abastecimento por meio de água encanada no Estado de Minas Gerais atendeu a 89,53% da população. Em Montes Claros, no mesmo ano, essa taxa de cobertura foi de 87,99%. Já a média brasileira correspondeu a 71,13% da população, naquele ano. Não somente no quesito água encanada, mas também na coleta de lixo e na taxa de cobertura de domicílios com banheiro e água encanada, a média montesclarensse está acima da média brasileira e próxima da estadual. Tais dados revelam que os índices de atendimento a saneamento básico na cidade são bons. Nesse tocante, nota-se que a universalização desse serviço no país e também em MG tem se tornado cada dia mais uma realidade.

Há uma parcela importante da população que não tem acesso à água tratada, a banheiro domiciliar e à coleta de lixo. Sabe-se que essa é uma realidade brasileira, e não apenas de MG ou de Montes Claros. Contudo, a Companhia de Abastecimento e Saneamento Básico de Minas Gerais - COPASA, que é a concessionária responsável pelo serviço em Montes Claros, tem anunciado a taxa de cobertura de água encanada e tratada de 100% no município como meta para os próximos anos. (COPASA, 2006).

Os serviços de coleta e destinação final do lixo em Montes Claros são realizados pela Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização – ESURB. A ESURB é uma empresa subsidiária da prefeitura municipal que recolhe o lixo nos bairros da cidade três vezes por

semana. Ao todo, 40 toneladas de lixo são tratadas e recicladas diariamente, dando cobertura a 96,33% dos bairros da cidade.

No Brasil, a capacidade instalada de geração de energia elétrica saltou de 57,4 mil MW, em 1994, para 74,9 mil MW, em 2001. O estado de MG é responsável por cerca de 20,7% desse total. (IBGE, 2006).

O número de consumidores de energia elétrica varia por categoria: Em Montes Claros, no ano de 1999, o setor residencial consumiu 118.895.243 Kwh, o setor industrial 353.735.886 Kwh e o setor comercial consumiu 56.009.045 Kwh. O consumo desses setores, que são os mais significativos, juntamente com a participação do consumo rural e público, quando somado, foi de 583.941.357, equivalente a 84.504 consumidores. Em 2003, as residências de Montes Claros consumiram 108.861.369 Kwh, as indústrias 137.850.867 Kwh e o comércio 61.268.603 Kwh. Nesse ano, o total do consumo de energia elétrica em Montes Claros foi de 368.217.506 Kwh para um número de 101.502. (Companhia Energética de Minas Gerais/CEMIG, 2006).

No ano de 2000, a média de domicílios brasileiros que possuíam energia elétrica era de 90,22%. Em Minas Gerais, essa taxa equivalia a 95,63%, enquanto que, em Montes Claros, ela correspondia a 98,4%. Isso confirma uma alta taxa de cobertura de energia elétrica domiciliar no município de Montes Claros.

Em relação à segurança pública, Montes Claros possui, desde 1956, o 10º Batalhão da Policia Militar – BPM, localizado na BR-135, no Bairro Cintra. Desde a sua instalação em Montes Claros, o 10º BPM tem prestado inúmeros serviços à comunidade local, dentre os quais, destacam-se: serviço de radio patrulhamento, serviço de trânsito urbano e rodoviário, serviço de policiamento florestal, Corpo de Bombeiros, Posto de Policiamento Comunitário, Segurança da Cadeia Pública, e Patrulhamento escolar, dentre outros.

A população da cidade conta ainda com os serviços da 3ª Companhia de Polícia

Rodoviária e da 3^a Companhia de Polícia Florestal, que atuam conjuntamente desde a década de 1990, prestando serviços à população de Montes Claros.

Ademais, há também, instalada na cidade, a 8^a Delegacia Regional de Segurança Pública –8^a DRSP, que tem sob a sua jurisdição delegacias subordinadas, vigilância geral, crimes contra a pessoa, crimes contra a mulher, acidentes de trânsito, trânsito e crimes contra o patrimônio, dentre outros. O 55º Batalhão de Infantaria “Dionísio Cerqueira” está em Montes Claros desde 1975. Em 1967, foi implantado em Montes Claros o Corpo de Bombeiros, que, com os seus trabalhos, presta apoio à comunidade.

A Delegacia da Polícia Federal foi instalada em Montes Claros no ano de 2000, abrangendo uma área composta por 130 municípios, a partir de Buenópolis até Montalvânia, região fronteirística com a Bahia, além do Norte de Minas e parte do Vale do Jequitinhonha.

Em relação ao sistema de transportes, Montes Claros se destaca como o 2º maior entroncamento do país. Localizando-se a 417 km da capital, Belo Horizonte, o entroncamento é formado pelas rodovias federais BR 135 – Bocaiúva/Januária, BR 365 – Pirapora /Uberlândia, BR 251 – Rio Bahia/Salinas/Coração de Jesus e BR 122 – Janaúba.

Além das rodovias, Montes Claros é interligada aos demais espaços regionais, nacionais e internacionais via transportes ferroviário e aéreo.

A malha ferroviária que serve a cidade é administrada pela empresa Ferrovia Centro-Atlântica – FCA. A instalação da ferrovia, na década de 1930, e a abertura de estradas consistiram em importantes fatores responsáveis pelas trocas comerciais que Montes Claros realizava na região com outros municípios, o que acabava interligando-os.

Mapa 2

Além disso, a cidade é servida por vias de circulação vicinais que interligam a região norte mineira, onde Montes Claros está inserida, aos estados da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás.

No transporte aéreo, a cidade conta com o Aeroporto “Mário Ribeiro”, que possui 2.100/45 metros de extensão, tendo sua pista toda asfaltada. Ele comporta aeronave do tipo Boing 737 e opera diariamente das seis horas da manhã às 22:00 horas, sendo dotado de auxílio à navegação, serviço de salvamento e de combate a incêndios. Suas instalações têm capacidade para receber até 200 passageiros hora, possuindo sala de embarque climatizada e desembarque com esteira de bagagem, bar, restaurante, loja de conveniência, cabine telefônica, DAC (Departamento de Aviação Civil), locadora de veículos, serviço de táxi e ônibus, sanitários masculino e feminino e agências de viagens.

No que se refere à oferta de vôos, o aeroporto opera com linhas regulares e diárias para importantes cidades do país, sendo este tipo de transporte (aéreo) servido pela Total Linhas Aéreas e pela OceanAir. Atualmente são realizados oito vôos diárias para Belo Horizonte, Ipatinga, São Paulo, Vitória da Conquista e Salvador. Esse serviço é prestado de segunda a sábado. O aeroporto “Mário Ribeiro” está localizado a 7 Km do núcleo central, na região Nordeste da cidade.

Em relação à frota do município, é de se registrar que ela compunha-se, em 2004, por 68.223 veículos, assim distribuídos: 37.728 do tipo automóvel, 24.223 motocicletas, 3.074 caminhões, 2.306 caminhonete, 779 ônibus e 113 micro-ônibus, dentre outros veículos. (IBGE, 2004).

No transporte rodoviário interestadual e intermunicipal²⁹, operam 9 empresas, com sede ou estrutura de apoio no município. No período de Janeiro a Agosto de 2005, a movimentação no Terminal Rodoviário Hidelbrando Alves de Freitas foi de 20.330 ônibus,

²⁹ Transnorte, Empresa Gontijo de Transportes Ltda., Expresso União Ltda., SARITUR, Xavier Expresso Ltda., Viação Novo Horizonte, ALPRINO, Viação Mariano, Viação Brasil e Ipanema Transportes Ltda.

com 414.456 passageiros para chegada e de 20.028 ônibus, com 317.877 passageiros para saída ; isso reflete uma intensidade no fluxo de pessoas que passam por Montes Claros.

Nove empresas operam com linhas estaduais e interestaduais³⁰. Existe no terminal rodoviário uma boa infra-estrutura física, além de comércio variado, com restaurantes, lanchonetes, farmácia, posto telefônico, agência de Correios e Telégrafos e Despacho de Encomendas. Um conjunto de órgãos atua no terminal rodoviário, a saber: Administração do Terminal Rodoviário – Municipal, Junta de Serviço Militar – Municipal, Centro de Triagem - Municipal (fornecimento de passagens e orientação aos passageiros carentes, Departamento Nacional de Estrada e Rodagem - DNER (fiscaliza as linhas de ônibus Interestaduais), Departamento Estadual de Rodagem – DER (fiscaliza as linhas de ônibus Intermunicipais), Posto de Vacinação ligado à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA -, Loja do Artesão - Municipal (venda do artesanato regional) e Guarda Volumes Municipal. O terminal rodoviário possui setenta funcionários, que se dividem trabalhando em quatro turnos.

O transporte coletivo urbano de Montes Claros é realizado por duas empresas: ALPRINO E TRANSMOC. A ALPRINO possui uma frota com 21 linhas de ônibus e 52 veículos. Já a TRANSMOC possui 21 linhas de ônibus e 59 veículos. Ambas as empresas realizam um atendimento médio mensal total de 1.8000.000 pessoas. (PESQUISA EMPÍRICA, 2006).

Há também na cidade uma boa oferta de pontos de táxi, localizados nas áreas centrais de grande movimentação comercial e de pessoas. Montes Claros possui um número total de 13 pontos de Táxi cadastrados no sindicato da categoria, correspondendo a 121 veículos cadastrados. O sindicato dos taxistas de Montes Claros não soube informar o atendimento mensal aproximado. (PESQUISA EMPÍRICA, 2006).

³⁰ Alprino, Expresso União, Gontijo, Santo Antônio, Saritur, Transnorte, Viação Expresso, Viação Novo Horizonte e Viação Xavier. Cinco empresas operam com linhas municipais, quais sejam: Expresso Ribeiro, PAS Transporte, Viação Irmãos Silva, Viação Mariano e Viação São Pedro. (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – ASCOM, PREFEITURA DE MONTES CLAROS, 2006).

O serviço de moto-táxi existe na cidade desde a década de 1990 e é disponibilizado em diversas áreas de Montes Claros. Existem, em Montes Claros, 103 pontos de moto-táxi cadastrados na associação de moto-taxistas, contando com 635 motos cadastradas. Considerando-se que cada mototaxista transporta 15 passageiros por dia, calcula-se que o serviço de moto-táxi atende, diariamente, a 9.525 pessoas e a 285.750 pessoas-mês. (PESQUISA EMPÍRICA, 2006).

Dos meios de comunicação existentes em Montes Claros, destacam-se quatro Jornais Locais, a saber: Jornal de Notícias, Jornal do Norte, Jornal Oportunidade e a Gazeta Norte mineira. Além desses, há Sucursais do Hoje em Dia, de O Tempo e do Estado de Minas. Os jornais Folha de São Paulo e Jornal do Brasil também circulam diariamente na cidade. (PESQUISA EMPÍRICA, 2006).

Existem na cidade duas distribuidoras de revistas e assinaturas: Distribuidora Thaís e Scorpions Distribuição e Manuseio. Ademais, há cerca de 30 bancas de revistas. Há, ainda, a revista Tempo, de periodicidade mensal, editada na cidade. Todas as revistas de circulação nacional são comercializadas em Montes Claros. (PESQUISA EMPÍRICA, 2006).

As emissoras e retransmissoras de Rádio existentes na cidade somam 10: Rádio Itatiaia FM, Rádio Educadora AM, Rádio Montes Claros 98,9 FM, Rádio São Francisco de Assis 93,5 FM, Rádio Terra de Montes Claros – AM, Rádio Transamérica – FM, Rádio Sociedade Norte de Minas Ltda., Rádio UNIMONTES – FM, Rádio Comunitária e Rádio 107 - FM Comunitária.

A Inter TV Grande Minas, afiliada Rede Globo, possui a sede em Montes Claros e 3 Sucursais regionais nos municípios de Teófilo Otoni, Curvelo e Unaí. Essa Emissora é derivada da antiga TV Montes Claros, que operava no município desde início dos anos 1980. Ela é responsável pelo fechamento de dois telejornais diários, MGTv 1^a e MGTv 2^a edição, e por um programa semanal, exibido nas manhãs de domingo, o InterTV Rural. Montes Claros

possui grande expressão também nesse serviço, visto que cobre uma área de 83 municípios. Registra-se, ainda, a existência na cidade da TV Geraes e da Emissora Educativa da TVE, com edição de telejornais e programas semanais regionais.

Em relação às telecomunicações, o Brasil registrou no segmento telefonia, no ano de 2005, que os acessos instalados alcançaram 50,3 milhões³¹. Em Minas Gerais, naquele ano, os acessos instalados somaram 4.166.510. (ANATEL, 2006).

A concessionária telefônica que atende a Montes Claros é a Companhia Telemar, empresa de capital privado, que está presente em vários estados do Brasil (RJ, MG, ES, BA, SE, AL, PE, PB, RN, PI, CE, MA, PA, AM, AP, RR), possuindo uma área de abrangência de 64% do território nacional e 87 milhões de pessoas. Já o comércio de celulares na cidade é representado pelas seguintes empresas: Tim, Oi, Claro, Telemig (Fonte: www.telemar.com.br).

1.8.4. Serviços

O setor terciário tem se destacado como o principal responsável pela dinamização econômica do município de Montes Claros/MG. A pujança do setor terciário reforça a centralidade intra e inter-urbana de Montes Claros. Desse modo, o comércio e os serviços diversificados surgem como as atividades mais importantes na composição da economia montesclarenses, conforme destacado no quadro 2.

³¹ O acesso instalado é o conjunto formado por todos os acessos fixos que dispõem de todas as facilidades necessárias para estar em serviço. (ANATEL; 2006).

Quadro 2 - Montes Claros/MG - População ocupada por setores econômicos, ano 2000

Setores	Número de pessoas	Percentual
Agropecuária	8859	7,50 %
Indústria	27527	23,20%
Comércio	24778	21,00%
Serviços	57233	48,30%
Total	118.397	100%

Fonte: www.almg.gov.br, 2005

De acordo com os dados do Quadro 2, os serviços ocupam hoje a maior parte da população economicamente ativa de Montes Claros. Dentre esses serviços, merecem destaque os relacionados à saúde e à educação. O comércio é variado, mas não há na cidade grandes atacadistas, predominando o comércio de varejo, com vários supermercados de pequeno e médio porte, além das mercearias de bairros, que “vendem de tudo”. Lojas de confecções, bares, restaurantes e o *shopping center* reforçam esse papel comercial da cidade. Além de seus moradores, o comércio de Montes Claros atende também ao mercado consumidor das cidades mais próximas, notadamente no setor de supermercado, pela variedade de produtos e de preços.

A polarização de Montes Claros em relação à região em que se insere é visível, com destaque para o setor educacional, com a presença da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, e, nos últimos anos, de inúmeras faculdades particulares. Cursos preparatórios para vestibulares, colégios de ensino médio e fundamental e cursos técnicos e profissionalizantes atraem jovens de cidades vizinhas e outras regiões. O setor de saúde também possui um importante papel na posição de pólo regional da cidade. A população que chega à cidade atraída pelos setores de educação e saúde permite a ampliação e diversificação do setor terciário, como o comércio e a prestação de serviços.

Segue então, um breve levantamento realizado em pesquisa empírica e documental em março de 2006, referente aos setores de educação, saúde e sistema bancário de Montes Claros, a fim de elucidar a dimensão local e regional que esses setores assumem na atualidade.

a) O Setor de Educação

A educação, em Montes Claros, é representada pelas redes de ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior, de caráter público, municipal, estadual, federal e privado. Há também, no município, uma grande e variada oferta de cursos profissionalizantes, pré-vestibulares e escolas especializadas em línguas estrangeiras. A dinâmica do setor educacional e, por sua vez, o desenvolvimento econômico e social do município vêm sendo fortemente influenciados pela instalação de universidades e faculdades.

O marco inicial desse processo foi a transformação, ocorrida em 1994, da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior – FUNM³², de caráter privado, na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, uma autarquia pública. A partir de então, Montes Claros se projetou como “Pólo Educacional do Norte de Minas Gerais”, ou Cidade Universitária, conforme destaca Leite (2003):

A identificação de Montes Claros como cidade universitária teve sua base alicerçada em instituições públicas nas esferas federal e estadual representadas, [...]. A expansão de novos cursos superiores, seja nas universidades públicas ou nas novas faculdades particulares, se deu devido à necessidade de atender à demanda de profissionais e acadêmicos que buscam obter informações atualizadas dentro de novos padrões do mercado de trabalho, e que são oferecidos nas maiores Universidades do país. A cidade de Montes Claros passou a oferecer uma grande variedade de cursos de graduação e especialização [...]. Tanto as universidades, quanto as faculdades que oferecem seus cursos, em Montes Claros, estão totalmente voltadas para a preparação de seus acadêmicos dentro do novo perfil profissional que o mercado de trabalho tem exigido, pois possuem recursos físicos e humanos dentro dos padrões exigidos pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC. Praticamente, todos os cursos oferecidos estão dentro dos melhores conceitos avaliados pelo MEC. (LEITE, 2003, p.146-147).

³² A FUNM foi criada em 1962.

O sistema educacional da cidade compreende, no âmbito do ensino superior, uma universidade pública estadual, uma universidade pública federal e seis faculdades particulares. As universidades são: Universidade Estadual de Montes Claros³³ - UNIMONTES - e o Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais - ICA/UFMG.

Há, em Montes Claros, outras instituições de ensino superior – IES - privadas, a saber: Faculdades Santo Agostinho, Faculdades Integradas Pitágoras, Faculdades Unidas do Norte de Minas – FUNORTE, Faculdades Ibituruna, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Montes Claros – FACIT – e a Faculdade de Computação – FACOMP.

A tabela que se segue reúne as universidades e faculdades instaladas em Montes Claros (2006), com seus respectivos cursos, compreendendo as diversas áreas do conhecimento científico. A intenção é demonstrar a expressão que o ensino superior alcançou em Montes Claros e potencializar a área educacional como importante ramo na economia da cidade.

³³ A UNIMONTES está presente em outras cidades do estado de MG além de Montes Claros, com campus em Pirapora, Januária, Janaúba, Salinas, São Francisco, Brasília de Minas, Unaí, Paracatu/Campi Noroeste, Espinosa e Almenara. A área de abrangência dessa Universidade alcança 336 municípios do norte de Minas Gerais, Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Disponível em www.unimontes.br, 10/04/2006.

**Quadro 3 – Levantamento do Ensino Superior em Montes Claros/MG por Instituição,
Área do Conhecimento Científico e Cursos – 2006.**

Instituição Superior	Área do Conhecimento	Cursos	Total
UNIMONTES	Ciências Humanas	Artes (Música, Plástica, Teatro), Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Historia, Geografia, Normal Superior, Pedagogia, Letras Português, Letras Inglês e Letras Espanhol.	20
	Ciências Biológicas e da Saúde	Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Medicina e Odontologia.	06
	Ciências Exatas e Aplicadas	Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Matemática e Sistemas de Informação.	10
	Ciências da Terra	Agronomia e Zootecnia.	02
UFMG	Ciências da Terra	Agronomia e Zootecnia.	02
FUNORTE	Ciências Humanas	Geografia, História, Jornalismo, Letras, Normal Superior, Pedagogia, Serviço Social e Turismo.	08
	Ciências Biológicas e da Saúde.	Medicina, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Odontologia.	09
	Ciências Exatas e Aplicadas.	Administração.	01
Faculdades Santo Agostinho –	Ciências Humanas	Arquitetura e Urbanismo, Direito, Historia, Geografia, Letras Português, Normal Superior e Serviço Social.	07
	Ciências Biológicas e da Saúde	Farmácia	01
	Ciências Exatas e Aplicadas.	Administração, Engenharia Elétrica, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil e Engenharia de Produção, Matemática e Sistemas de Informação.	07
Faculdades Integradas Pitágoras	Ciências Humanas	Direito, Design, Normal Superior, Turismo e Hotelaria, Psicologia, Publicidade e Propaganda.	06
	Ciências da Saúde	Enfermagem e Fisioterapia.	01
Faculdade de Ciência e Tecnologia de Montes Claros – FACIT	Ciências Exatas e Aplicadas	Engenharia da Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Química e Engenharia de Telecomunicação.	04
Faculdades Ibituruna	Ciências Humanas	Geografia, História, Letras – Inglês, Normal Superior e Psicologia.	04
	Ciências Biológicas e da Saúde	Biomedicina, Ciências Biológicas, Farmácia e Nutrição.	04
	Ciências Exatas e Aplicadas	Matemática.	01
Faculdade de Computação - FACOMP -	Ciências Exatas e Aplicadas	Sistemas de Informação.	01
TOTAL			94

Fonte: www.moc.mg.gov.br e PESQUISA EMPÍRICA, 2006

Org. FRANÇA, I. S. de. 2006

Os dados apresentados no Quadro 3 demonstram o número de cursos total por IES em Montes Claros, já englobando os turnos matutino, vespertino e noturno, bem como as habilitações licenciatura, bacharelado e ou licenciatura-bacharelado.

Há que se ressaltar que esses dados representam apenas o número de instituições de ensino superior com *campus* em Montes Claros. Pois a UNIMONTES, a FUNORTE e a SANTO AGOSTINHO possuem *campi* em outras cidades do estado de MG, localizadas, majoritariamente, na própria região norte-mineira, e, em menor ocorrência, no noroeste do estado e também na área central. Tal fato evidencia a polarização de Montes Claros no setor educacional em várias outras regiões do estado, denotando um comando regional nessa área.

Montes Claros também disponibiliza cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*. A UNIMONTES oferece, atualmente, cinco programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, sendo uma em “Desenvolvimento Social”, uma em “Ciências Biológicas”, uma em Ciências Agrárias (Produção Vegetal no Semi-Árido) e duas na área de Saúde. A UFMG, por sua vez, oferece um Mestrado em Agroecologia.

A oferta de pós-graduação *Lato-Sensu* é ampla e bastante diversificada, ficando esse serviço por conta da UNIMONTES e de outras faculdades da cidade. A UNIMONTES oferece 16 pós-graduações *Lato Sensu*, em áreas variadas, e a UFMG oferece 1 pós graduação *Lato Sensu*, em Recursos Hídricos e Ambientais. As Faculdades Pitágoras disponibilizam 3 Pós Graduações nessa mesma modalidade.

A FUNORTE oferece 20 cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, as Faculdades Santo Agostinho oferecem 3 especializações *Lato Sensu* e as Faculdades Ibituruna disponibilizam, nessa modalidade, 2 pós-graduações, sendo uma em Saúde Mental e a outra em Atenção Psicossocial.

O levantamento dos dados demonstra que, para o ano de 2006, Montes Claros possui 4 Pós Graduações *Strictu Sensu* e 45 Pós Graduações *Lato Sensu*. Deve-se resgatar, nesse

contexto, que, no início da década de 1990, o município contava apenas com uma única faculdade, qual seja, a FUNM. Atualmente, em 2006, a cidade passou a contar com 94 cursos de graduação e 49 cursos de pós-graduação.

A variedade de cursos de graduação oferecidos pelas universidades e faculdades de Montes Claros, bem como os programas de pós-graduação em diversas áreas do conhecimento científico têm contribuído para a melhoria da qualidade do ensino na cidade e na região, além de incentivar e dar suporte à capacitação de discentes e docentes.

Em relação ao ensino básico, fundamental e médio, a cidade é atendida pelas redes municipal, estadual e privada. A rede municipal de ensino de Montes Claros possui no total 60 escolas, que estão distribuídas da seguinte maneira: 21 escolas localizadas na zona urbana do município, e 39 núcleos de maiores e menores portes funcionando na zona rural. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2006). Já a rede estadual possui um número total de 166 estabelecimentos de ensino fundamental e médio. (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE MONTES CLAROS, 2006). O ensino privado do município era composto, em 2004, por 39 escolas de ensino fundamental, 16 escolas de ensino médio e 58 escolas de ensino pré-escolar. (IBGE, 2004). Há também na cidade uma grande variedade de cursos técnicos, profissionalizantes, pré-vestibulares, supletivos e escolas especializadas em línguas estrangeiras (Português, Inglês, Espanhol, Francês e Alemão).

A evolução do segmento educacional e sua diversidade no ensino superior de Montes Claros, a exemplo da graduação e pós-graduação, revelam a importância desse ramo como dinamizador do setor terciário e da própria sociedade da cidade, que, por sua vez, reitera sua importância polarizadora regional e influência no norte, leste, noroeste e centro de Minas, além do sul da Bahia.

Parte expressiva dos estabelecimentos comerciais de ensino de Montes Claros, notadamente os de ensino médio e fundamental, e, com menor ocorrência, os de ensino

superior, localizam-se na área central da cidade. Da mesma forma, os cursos profissionalizantes, técnicos e de línguas localizam-se, predominantemente, na área central da cidade.

A partir disso, há intensas movimentações nesse espaço, que, por meio da ampliação das demandas de ensino da população da cidade e de outras regiões que migram para Montes Claros para estudar e se qualificar, contribui para o crescimento desse setor que, com o consumo cada vez mais crescente, vê a necessidade de ampliação de seus estabelecimentos para outras regiões da cidade com capacidade de consumo, não restritas à área central.

Das universidades e faculdades instaladas em Montes Claros, grande parte possui suas sedes em áreas próximas ao núcleo central, como, por exemplo, a Unimontes, que se localiza na Vila Mauricéia, a faculdade Ibituruna, que se localiza no Bairro Melo, a faculdade Santo Agostinho, que se localiza no Bairro Ibituruna e a Facit, localizada na Avenida Deputado Esteves Rodrigues, região central da cidade.

A importância do setor educacional no desenvolvimento da cidade de Montes Claros pode ser observada, também, pela contribuição desse no Índice de Desenvolvimento Humano do Município – IDH-M. O indicador educação contribuiu com 42,2% para a composição do IDH³⁴ total do município no ano 2000.

O crescimento do IDH do município teve como suporte maior a evolução no setor educacional. A educação tem experimentado grandes avanços no que se refere à disponibilidade de ensino nos diversos âmbitos, para a população local e o seu entorno, ou seja, a região. O setor educacional de Montes Claros apresenta-se diversificado e de boa qualidade na oferta de seus serviços, com isso esse setor vem se consolidando ao longo dos anos e se tornando referência na cidade e na região norte-mineira. Uma discussão específica sobre o IDH municipal já foi realizada no item 1.8.2 desse capítulo.

³⁴ O IDH total de Montes Claros, no ano de 2000, foi composto da seguinte maneira: educação 42,2%, Renda 33,2% e Longevidade 24,6%. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2004).

Outro indicador importante para se observar a questão educacional em um município, estado ou país é a taxa de analfabetismo. Assim, observar-se-á, aqui, esta taxa no município de Montes Claros, buscando discutir o comportamento desse indicador social comparando-o com as taxas do Estado de Minas Gerais e do país, no período compreendido entre 1991 e 2000.

No ano de 1991, a taxa de analfabetismo³⁵, em Minas Gerais, era de 18,2%, sendo que, em Montes Claros, essa taxa chegou a 18,47%. Já no ano 2000, a taxa, em Minas e Montes Claros, passou, respectivamente, para 12% e 15,45%. No Brasil, naquele mesmo ano, a taxa era de 13,6%. Nota-se, então, uma considerável redução, tanto em Minas Gerais quanto em Montes Claros, sendo que esse município encontra-se próximo à média brasileira no ano analisado. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2004).

O forte recuo nas taxas de analfabetismo em Montes Claros, nesse período, deve-se, sobretudo, aos investimentos públicos no setor educacional, bem como a uma maior procura da população em busca de qualificação, já que o mercado de trabalho contemporâneo exige, cada vez mais, maior nível educacional das pessoas.

A expressividade que o setor educacional de Montes Claros tem demonstrado no decorrer dos anos abrange não só o município, mas tem transformado o município em referência de ensino médio e, sobretudo, superior para o Norte de Minas, Sul da Bahia e Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Com isso, vem recebendo diversas denominações: Capital Regional, Pólo Educacional Norte-Mineiro, e Centro Urbano da Região Mineira do Nordeste, dentre outros.

³⁵ A taxa de analfabetismo aqui considerada compreende a população com 15 anos ou mais de idade.

b) O Setor de Saúde

Um outro setor que apresenta bastante expressão e dinamicidade na economia de Montes Claros é a Saúde. O município possui 45% dos hospitais do norte de Minas (IBGE, 2002), com 138 estabelecimentos de saúde. Esse número assim se distribui: 8 hospitais³⁶, 3 policlínicas³⁷ e 15 postos-centros de saúde, inúmeras clínicas especializadas: cardiologia (8), *check up* (1), estética (6), fisioterapia (14), médicas (25), odontológicas (30), olhos (2), ortopédicas (1), pediátricas (2), psicologia (7), psiquiátricas (2), radiologia (3), reabilitação (1), repouso (1), ultra-sonografia e ecografia (3), somando aproximadamente 104 estabelecimentos, além de aproximadamente 30 laboratórios. (PESQUISA EMPÍRICA, 2006). O levantamento geral do setor de saúde, em Montes Claros, foi demonstrado na tabela abaixo.

Os hospitais de Montes Claros contam com 876 leitos, sendo que, desse número, 739 leitos são disponíveis ao Sistema Único de Saúde – SUS - (IBGE, 2002). Dados do Ministério da Saúde informam que, no ano de 2001, a rede hospitalar do SUS no Brasil contava com 486 mil leitos em hospitais vinculados ao SUS, média de 2,8 por mil habitantes. Em Montes Claros, a média, nesse mesmo período, era de 2,4 leitos por mil habitantes na rede SUS.

O hospital Santa Casa é o mais antigo hospital da cidade e se localiza na área central. Por ser de caráter filantrópico, atende à população montesclarenses e a boa parte da região do norte de Minas, Sul da Bahia e Vale do Jequitinhonha, destacando-se como uma referência na rede de saúde do Norte de MG. Além da Santa Casa, os hospitais Universitário Clemente Faria, Aroldo Tourinho, São Lucas e o Prontocor estão localizados na área central de Montes

³⁶ Sendo eles: Santa Casa, Universitário Clemente Faria, São Lucas, Haroldo Tourinho, Unimed, Prontocor, Prontamente – Clínica de Repouso e o Instituto do Coração - INCOR. (Pesquisa Empírica, 2006).

³⁷ São elas: Policlínica Carlos Espírito Santo - Alto São João, Policlínica Hélio Sales - Bairro Canelas e a Policlínica dos Servidores Municipais - Ariosto C. Machado, localizada no Bairro Jardim Alvorada. (Pesquisa Empírica, 2006).

Claros. A instalação desses empreendimentos na região central provoca grande circulação de pessoas que buscam atendimento médico. A partir do consumo desses serviços de saúde movimentam-se também, na área central, ramos comerciais e de prestação de serviços relacionados a lanchonetes, padarias, restaurantes, farmácias, pensões, hotéis, laboratórios, bancas de revistas, táxi e moto-táxi, e floricultura, dentre outros.

Em estudo sobre os serviços de saúde em Montes Claros, com enfoque em sua distribuição espaço-temporal, Pereira e Leite (2004, p.21) concluíram que há uma concentração de serviços de saúde mais especializados na área central da cidade e que Montes Claros atende à demanda regional, nas palavras dos autores:

a cidade atende à demanda regional tanto no que se refere aos serviços de emergência, quanto nos casos que exigem um atendimento mais especializado. A concentração desses serviços numa mesma área facilita o acesso de usuários que vêm de outros municípios e que necessitam, na maioria das vezes, de serviços complementares, como exames laboratoriais.

Montes Claros também conta com uma diversificada oferta de Planos de Saúde, sendo eles: CAIXA PEC Assistência Previd. Serv. Fund. SERV Saúde Pública, Plano Médico Hospitalar São Lucas, Plano Médico Hospitalar Santa Casa / PAS, UNIMED, Saúde Bradesco, CAMED, PLANORTE - Convênios odontológicos, SALVDENT, SALUTE, Núcleo de Odontologia Preventiva e outros.

Desde a sua origem, Montes Claros cresceu obedecendo a uma dinâmica intensa de trocas e fluxos de mercadorias, capitais e usos, além de grande aumento demográfico. Com isso, profundas mudanças irão configurar o espaço intra e inter-regional dessa cidade.

A expansão físico territorial da cidade, a formação de novas centralidades via *shopping-centers*, os subcentros e áreas especializadas, o relevante dinamismo econômico propiciado notadamente pelo setor terciário e a forte polarização regional são elementos importantes na dinâmica atual dessa cidade e que contribuem para pensar o seu papel de cidade média no contexto norte mineiro.

Algumas transformações sócio-econômicas ocorridas na região e no município, bem como seus reflexos na organização do espaço de Montes Claros, com implicações para sua área central, entorno e a reestruturação urbana, serão abordados no intuito de uma compreensão mais apurada dessa cidade.

Enquanto única cidade média do norte de Minas Gerais, Montes Claros dispõe de atividades comerciais e de serviços polarizadores. No espaço intra-urbano, pode ser observado o surgimento de novas centralidades a partir da presença de empreendimentos econômicos como o Montes Claros *Shopping-Center* e o *Shopping Popular*, além do surgimento de subcentros, como o caso do Major Prates, Esplanada, e de vias especializadas, como aquela constituída na Avenida Deputado Plínio Ribeiro relativa ao setor de peças, lojas, concessionárias, aluguéis e financiamento de automóveis.

Por outro lado, a diversidade e especialização de serviços, com destaque para os setores de saúde e educação, aponta a centralidade intra-urbana e polarização regional dessa cidade média e sua relação com grande parte de municípios norte-mineiros, Sul da Bahia e Vale do Jequitinhonha. Cada vez são maiores e mais constantes os fluxos Migratório em direção a essa cidade para atender suas demandas de consumo.

Assim, as reestruturações produtivas devem ser analisadas à luz das transformações observadas no espaço intra-urbano dessas cidades e na ampliação ou alteração de seus papéis regionais e, consequentemente, da escala de abrangência da rede fluxos em que se inserem.

CAPÍTULO II – NÚCLEO CENTRAL, ÁREA CENTRAL E NOVAS CENTRALIDADES EM MONTES CLAROS/MG: Redefinições do Espaço Intra-Urbano

O elevado crescimento populacional das cidades médias tem gerado expansão da malha urbana, necessidade de moradia, trabalho e, conseqüentemente, ampliação do consumo das populações. Esses fatores conferem uma nova dinâmica ao núcleo central cidades que têm no comércio e na prestação de serviços a base primordial para sua existência. Nesse sentido, o núcleo central passa a desempenhar novas funções, no período técnico-científico-informacional, no que se refere a sua reprodução e importância no interior das cidades.

A área central é um importante espaço das cidades que concentra atividades econômicas, serviços e fluxo diversos – pedestres, veículos, consumidores, além de ser uma área de grande acessibilidade e infra-estrutura urbana. Em função disso, possui um alto valor no solo urbano se comparada com as demais áreas de uma cidade. Ela é, portanto, disputada por diversos agentes econômicos, que a vislumbram para instalarem atividades econômicas lucrativas.

Spósito (2001, p.235) utiliza a expressão “área central” para designar os diferentes setores urbanos nos quais se observa a concentração de atividades comerciais e de serviços, tais como o núcleo principal, os eixos de desdobramento das atividades nele desenvolvidas, os subcentros de comércio, os shoppings centers, as vias especializadas, entre outras.

Tal como coloca Spósito (2001, p.237), “A ocorrência de áreas centrais nas cidades resulta, via de regra, de um processo histórico de localização das atividades comerciais e de serviços no interior delas”, o que faz essas áreas serem também o local para onde as pessoas se dirigem quando desejam fazer compras, uma vez que ali, tradicionalmente se concentram

os setores de serviços (médicos e odontológicos; comerciais; bancários; administrativos - prefeituras e fóruns; entre outros).

Em outras palavras, a área central expressa o espaço de consumo de produtos que uma população busca para satisfazer necessidades diversas, sendo um espaço dominado por segmentos de vários níveis econômicos. Assim, pode-se afirmar que as formas de consumo e apropriação da área central, entre os indivíduos diferenciam-se conforme o maior ou menor poder aquisitivo da população.

O termo “área central” precisa ser distinguido do conceito de núcleo central, sendo que as áreas centrais incluem as ruas, nas quais se encontram funções próprias do núcleo central, além de áreas industriais e residenciais, não sendo fácil a tarefa de distinguir área central e núcleo central. (PEREIRA, 2001). Para uma melhor compreensão dos significados das expressões torna-se necessário discuti-las e elucidar suas diferenças e complementaridades.

A área central tornou-se o ponto estratégico do espaço urbano em termos de acessibilidade e em função da concentração de atividades ali localizadas, com isso ocorreu uma elevação do preço da terra e, consequentemente sua disputa. (CORRÊA, 1979). Para uma melhor compreensão das expressões núcleo central e área central, torna-se necessário uma maior abordagem de seus significados, elucidar suas diferenças e complementaridades.

Por muito tempo, os núcleos centrais das cidades eram palco de atividades econômicas, políticas e culturais, visto que sediavam, exclusivamente, órgãos de decisões governamentais, escritórios, museus, bibliotecas, indústrias, comércios varejista e atacadista, além de outros setores ligados ao comércio e prestação de serviços. É válido lembrar que o núcleo central também possuía, uma forte função residencial, abrigando uma população geralmente de alto poder aquisitivo. Mudanças no ritmo de consumo das populações e nas estruturas de transporte e telecomunicações, bem como a emergência de novas tecnologias, em geral, têm provocado novos papéis e uma nova dinâmica nesse espaço.

Essa argumentação encontra sustentação em Corrêa (1989) quando o mesmo coloca que o núcleo central é a área da cidade de uso mais intensivo, com maior concentração de atividades econômicas, sobretudo, ligadas ao setor terciário. Nele concentra-se presença de edifícios e escritórios juntos uns aos outros que viabilizam as ligações comerciais. O núcleo central é limitado em termos de extensão, sendo possível percorrê-lo a pé, sendo que, nele há concentração diurna de pessoas e pedestres durante as horas de trabalho. Ele é um foco de transportes interurbanos e é área de importantes decisões.

Diante disso, Spósito (1991, p.5) relaciona a interdependência existente entre núcleo central e centralidade defendendo que

Não é possível discutir a implantação de loteamentos e periferização sem falar de núcleo central/centralidade; falta de equipamentos e infra-estrutura urbano, sem falar da concentração destas melhorias no núcleo central; espaço de reprodução da força de trabalho, sem falar no espaço de circulação e de produção de serviços; de verticalização, sem tocar na questão da centralidade simbólica.

Os núcleos centrais das cidades consolidam-se como espaços econômicos na medida que diminuem sua função residencial, sendo que as pessoas que residem no núcleo central optam por morar em apartamentos em razão de segurança e praticidade. Indústrias, comércios varejista e atacadista e depósitos, que antes se localizavam nos núcleos centrais, vão migrando para as periferias das cidades, em terrenos que lhe ofereçam menores custos e maiores vantagens locacionais e isenção de impostos.

Os centros das cidades modernas apresentam características especiais em relação à ocupação do solo e desempenham funções particulares. Na medida em que o tecido urbano se expande eles vão se reestruturando, assumindo novas formas, novos usos e consolidando-se numa estrutura basicamente comercial. São extremamente importantes na compreensão da dinâmica intraurbana, pois é a partir deles que as cidades surgem e se expandem.

O crescimento populacional destas cidades levava estas áreas centrais a um processo de expansão, através da absorção de áreas/setores limítrofes ao núcleo central, através do afastamento de sua população residencial e a transformação de seu uso e solo em comercial e de serviços, via demolição de construções residenciais e construções de novas edificações adequadas ao comércio e/ou serviços. (SPÓSITO, 1991, p.9).

Nem sempre o núcleo central de uma cidade corresponde no seu interior ao núcleo central geográfico como também não se pode dizer que sempre ele equivale ao espaço histórico de onde tal cidade se originou e se expandiu. Entretanto, pode-se assegurar que o núcleo central é primordialmente o espaço interno para onde se convergem e divergem fluxos humanos e econômicos constantes.

Quanto às mudanças na forma e função dos núcleos centrais que resultam na forte aptidão comercial que esses exercem atualmente, pode-se destacar como fatores relacionados a esse processo o aumento dos preços do solo urbano, juntamente com a elevação dos alugueis e impostos; o congestionamento do tráfego pelo grande fluxo de automóveis, pedestres e veículos; elevados custos no sistema de transporte individual e coletivo; diminuição de espaço físico para a expansão das atividades econômicas e ausência ou perda de amenidades. (COLBY, 1958).

A concentração e diversidade de atividades comerciais e de serviços existentes no núcleo central das cidades, decorrente de fluxos diversos, produziu novas centralidades com relocalização de tais atividades em áreas distantes do núcleo principal. Elas são um produto da expansão horizontal e do consequente distanciamento físico das populações em relação ao núcleo central, demandando por serviços e atividades comerciais mais próximas de suas moradias e de fatores propulsores, tais como rodovia, estação rodoviária, shopping-center, universidades, faculdades, dentre outros.

Através do núcleo central, dotado de fixos (estabelecimentos comerciais, serviços, praças, igrejas, bibliotecas, museus), a área central, dotada de fluxos (capitais, mercadorias,

pessoas, idéias), produz e reproduz a centralidade e consequentemente a multicentralidade ou centralidades novas.

Se o núcleo central se revela pelo que se localiza no território, a centralidade é desvelada pelo que se movimenta no território, relacionando a compreensão da centralidade, no plano conceitual, prevalentemente à dimensão temporal da realidade. O que é central é definido em escalas temporais de médio e longo prazo pela mudança na localização territorial de atividades. A centralidade é redefinida continuamente, inclusive em escalas temporais de curto prazo, pelos fluxos que se desenham através da circulação das pessoas, das mercadorias, das informações, das idéias e dos valores. (SPÓSITO, 2001, p.238).

Conforme Pereira (2001)

A relação entre núcleo central e centralidade, como a distinção entre esses conceitos faz-se necessária. Ambas se definem através de dinâmicas propulsionadas por determinantes objetivas, como as possibilidades de mercado dadas por uma localização qualquer, mas, por outro lado, resultam também de determinantes subjetivas, definidas através dos conteúdos simbólicos produzidos historicamente ou de signos forjados pela lógica de mercado. (PEREIRA, 2001, p.39).

Labasse (1970) apud Spósito (2001, p.238) considera que a centralidade não é outra coisa senão a aptidão da cidade para impulsionar os fluxos de mercadorias, de serviços e de idéias. Castells (1983) reitera que

[...] o conceito de centralidade refere-se à combinação de vários processos sociais no espaço e, para ele, não há uma centralidade, mas um conjunto de processos que a definem. Também a partir dessa abordagem, verifica-se o quanto à centralidade pode ou não ser fugaz, efêmera ou transitória, porque ela não se institui apenas pelo que está fixo no espaço, mas pelas mudanças ocorridas no decorrer do tempo, no uso, apropriação e sentidos dados aos espaços e deles apreendidos. (CASTELLS, 1983, p.29).

Sobre área central e centralidade, Spósito (2001, p.239) sintetiza que enquanto a localização, sob a forma de concentração de atividades comerciais e de serviços, revela o que se considera como central, o que se movimenta institui o que se mostra como centralidade. Duas expressões da realidade urbana que se articulam com pesos diferenciados às dimensões espacial e temporal desse espaço.

2. 1 - O Núcleo central de Montes Claros: notas históricas e características gerais

Montes Claros é um exemplo de cidade que teve seu surgimento viabilizado pelo comércio na fazenda das Formigas, assim como pelo desenvolvimento da agricultura e da pecuária. A fazenda Formigas corresponde, atualmente, na cidade as intermediações da Praça da Matriz, região onde passava o rio Vieira e local onde a cidade se originou e que hoje constituiu seu núcleo central.

O comércio nessa área foi uma atividade econômica importante que motivou o crescimento interno de Montes Claros e relações econômicas com cidades vizinhas. Paula (1979) resgata que o povoado das Formigas, atual Montes Claros; formou-se a partir das trocas de ouro e diamante por gêneros alimentícios, gado e salitre. O fato de a fazenda dos Montes Claros localizar-se no entroncamento de várias estradas também deu grande impulso à atividade comercial naquele período.

Em 1817, Saint-Hilaire afirmou: “Formigas é um dos pontos principais da parte oriental do sertão e faz-se aí um comércio importante de gado, salitre, couro e peles”. (SAINT-HILAIRE apud PAULA, 1979, p. 93).

Nesse contexto, o comércio de Montes Claros era realizado por meio de tropas e tinha seus produtos exportados para Diamantina, Serro, Curvelo, Januária, São Francisco, Grão Mogol e outros municípios. Devido às dificuldades de transporte e qualidade das estradas, o comércio de exportação entre Montes Claros e outros municípios, ora realizado, era bastante incipiente e limitado.

Internamente, o comércio, no município, ganhava expressão nas feiras de sábado, “[...] onde a cada sábado abre-se a feira em uma intendência expondo-se a venda abundantes carregações de gêneros de consumo, feijão, arroz, farinha de milho e de mandioca, goma,

farinha de trigo, toucinho, carne seca, açúcar, rapaduras, e todos os gêneros de primeira necessidade". (PAULA, 1979, p. 94).

A chegada da ferrovia, em 1926, marcou profundamente o desenvolvimento do comércio local e regional que passou a ser realizado por caminhões e aviação. Desde então, o município de Montes Claros passou a comercializar seus produtos, não somente com municípios vizinhos, como também com os Estados da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro.

No contexto intra-urbano, um importante espaço comercial na história do núcleo central de Montes Claros é a Praça Doutor Carlos Versiani. Sobre isso, Arruda resgata que "A praça estava localizada, [...] onde foi construído o primeiro mercado da cidade, localizado hoje no Shopping Popular. Esse mercado existia até a década de 1970, [...]. A praça sempre foi a principal da cidade. Era onde funcionava o núcleo central comercial, onde se localizava o mercado, o motel São Luis, o comércio em geral. Logo depois foram surgindo as primeiras agências bancárias. (ARRUDA, p.14, 2006).

A figura 3 retrata o Shopping Popular de Montes Claros e sua localização na área central da cidade, especificamente na Praça Doutor Carlos Versiani.



**Figura 3 -Vista Parcial do Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira,
localizado na praça Dr. Carlos Versiani**
Autor: FRANÇA, I. S. de./nov. 2005

Paula (1979) apresenta uma relação de casas comerciais inscritas na prefeitura em meados da segunda metade do século XX, podendo-se destacar 12 bares, 37 armazéns, 100 vendas, 12 atacadistas de gêneros alimentícios, 30 criadores de gado, 8 farmácias, 10 representações comerciais, 18 bazares, 3 calçados, 40 açouques, 17 salões de barbeiros, 3 institutos de beleza, 4 casas de peças de automóveis, 3 cinemas, 6 fotógrafos, 7 restaurantes, 4 hotéis, 3 agências lotéricas, 5 casas de rádio, 2 casas de brinquedos, 3 casas de frutas, 2 casas de móveis, 4 tipografias, 3 livrarias, 8 agentes de seguros, 1 agência de jornal e 3 casas de bicicletas, dentre outras.

Tal levantamento demonstra o peso do setor comercial na economia montesclarense, sendo que os estabelecimentos comerciais atendiam, tanto à demanda local quanto regional. Dentre os estabelecimentos que marcaram o comércio da cidade no núcleo central, na segunda metade do século XX, apenas a Relojoaria Coelho, relógios e jóias, a sapataria Futurista e a Casa Ely ainda estão presentes atualmente em tal atividade. A papelaria Barroso esteve em atividade na cidade até o inicio do século XXI e, atualmente, encontra-se localizada no seu antigo lugar de funcionamento uma loja de venda de celulares e acessórios.

Esse caso remete às transformações que os núcleos centrais sofrem com o crescimento das cidades impulsionadas pelas tecnologias modernas e pela dinâmica do capital econômico e dos fluxos de mercadorias, pessoas, idéias. Tal processo realiza se seguindo a lógica dos mercados financeiros, provocando uma reprodução do espaço, gerando novas infra-estruturas e motivando o consumo da população. Todos esses fatores resultaram em novas funções e dinâmicas no comércio do núcleo central de Montes Claros.

Leite (2003) apresenta algumas características referentes ao núcleo central de Montes Claros, que marcaram seu desenvolvimento na segunda metade do século XX, conforme o autor

a região central da cidade nos anos 70 era muito complexa, pois lá se encontrava tanto residência quanto comércio de todos os tipos. Era a região mais desenvolvida da cidade e compreendia os bairros: São José, São João, Morrinhos, Vila Guilhermina, Sumaré, Santa Rita, Lourdes, Francisco Peres. Todos esses bairros estavam em situação diferente da atual, com uma menor dimensão e pequeno índice de urbanização. (LEITE, 2003, p.56).

Em meados da década de 1980, Brasil (1983) já destacava a expansão do núcleo central de Montes Claros, que deixava de ser exclusivamente uma localização estática ao abranger algumas vilas, loteamentos e terrenos loteáveis. Nesse contexto, tal espaço ficou assim delimitado

Começando na Ponte Artur Bernardes, sobre o Rio Vieira, segue pela Avenida Deputado Esteves Rodrigues até a Avenida Nozinho Colares, no ponto em que o seu canal deságua no Rio Vieira as águas coletadas no Bairro São José e, subindo por esta avenida até a rua Coronel Francisco Duraes, percorrendo-a até a rua Ângelo de Quadros, para ir em seguida até a rua Antônio Rodrigues, por via da qual atinge a avenida Santos Dumont, no ponto em que ela se encontra a rua André Rodrigues, pela qual segue ao inicio da avenida Padre Bretano. Vai por esta até o Parque de manobra da R.F.F.S. A adotando o leito da ferrovia como limite e por este seguindo até a rua Urbino Viana, que percorre até a “barroca do Genipapo”, indo por esta abaixp até a confluência da Avenida Cula Mangabeira com a Avenida Sebastião Tupinambá, que percorre toda até o seu encontro com a avenida Esteves Rodrigues, curso que adota até o ponto final. (BRASIL, 1983, p.48-49).

O autor acrescenta que “Ficam-lhe situados ao Norte, os Bairros Brasília e Edgar Pereira, ao Nordeste o Bairro São João, também situado a Leste com os Bairros São José e Roxo Verde, ao Sul o Bairro Santa Rita, juntamente com o de Morrinhos e o Guilhermina, a Sudoeste fica-lhe o bairro Santo Expedito e a Oeste estão os Bairros Melo e Todos os Santos”. (BRASIL, 1983, p.49).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - de Montes Claros possui uma classificação de núcleo central que delimita essa área a partir de setores. Nessa perspectiva, o núcleo central é composto pelos setores de um a nove juntamente com os setores 31, 32, 33 e 34. (IBGE, 2000).

Na referida classificação, além de abranger o núcleo central da cidade, propriamente dito, essa área incorpora os bairros São José, de Lourdes, Roxo Verde, Todos Santos, Santa

Rita e as Vilas Santa Maria e Brasília.

O núcleo central é delimitado por ruas e avenidas que agregam comércio e serviços, bem como residências e prédios, podendo-se destacar: ruas Doutor Santos, Dom Pedro II, Padre Augusto, Coronel Antonio dos Anjos, Coronel Altino de Freitas, Belo Horizonte, Santa Maria, Irmã Beata, Governador Valadares, Simeão Ribeiro, Camilo Prates, Doutor Veloso, (Avenidas) Arthur Bernardes, Coronel Prates, Afonso Pena, Deputado Esteves Rodrigues, Mestra Fininha e Cula Mangabeira.

O mapas 3 destaca o núcleo central de Montes Claros e o mapa 4 ilustra sua zona de influência direta, compreendida pelos bairros: São José, Roxo Verde, Santa Rita, Clarindo Lopes, Vila Progresso, Morrinhos, Vila Guilhermina, Cidade Santa Rita, Melo, Todos os Santos, Brasília, Vila Três Irmãs e Vila João Gordo.

Tais bairros apresentam uma padrão socioespacial peculiar. Por exemplo, os bairros Melo e Todos os Santos abrigam uma população de classe média e alta, sendo espaços dotados de boa infraestrutura e acessibilidade. A avenida Mestra Fininha é importante via de acesso da zona sul ao núcleo central e constitui-se como área de concentração de comércio de serviços.

Já os bairros Morrinhos, Clarindo Lopes e Santa Rita caracterizam-se por presença de população de baixo e médio poder aquisitivo. Os bairros Brasília, Vila João Gordo e Vila Três Irmãs são profundamente influenciados pelas atividades econômicas presentes na avenida Deputado Esteves Rodrigues, via esta, que margeia toda a região oeste da área central, sendo um dos principais eixos viários da cidade.

MAPA 3 – Montes Claros/MG: Delimitação do Núcleo Central, 2006

MAPA 4 – Montes Claros: Delimitação do Núcleo Central, 2006

Do ponto de vista de delimitação técnica e geográfica do que se comprehende, atualmente, como núcleo central de Montes Claros, pode-se dizer que não há grandes modificações entre as delimitações de núcleo central apresentadas por Brasil (1983) e pelo IBGE (2000). As grandes transformações no núcleo central da cidade referem-se a questões infra-estruturais e à dimensão que a atividade econômica alcançou em tal espaço, tornando-se sua função de maior relevância.

Dentre as atividades comerciais e de serviços mais antigas, que acompanharam as transformações no núcleo central e expansão de Montes Claros, pode-se mencionar aquelas realizadas no antigo mercado municipal localizado na rua Joaquim Costa. Pós década de 1990, a prefeitura municipal de Montes Claros construiu o novo mercado municipal em outra área do núcleo central, na Avenida Deputado Plínio Ribeiro, que constitui hoje uma referência da cultura do Norte de MG por meio da comercialização de produtos típicos, tais como o pequi, carne de sol, feijoada, frango caipira, queijo e requeijão.

Mesmo com tantas transformações ocorridas, sobretudo a dinamicidade e especialização das atividades econômicas, ainda hoje, o núcleo central é palco de manifestação da cultura, história e política da cidade. As Festas de Agosto, a Feira de Artes e Artesanato, realizada aos domingos na praça da Matriz e a expressão que o Mercado Municipal assume na cidade e no Norte de Minas evidenciam a cultura regional.

Outra característica do núcleo central é a presença de casarões antigos na Praça da Matriz que sediaram a primeira faculdade da cidade, vinculada à Fundação Norte-Mineira de Ensino Superior – FUNM, em 1962. No núcleo central, também, situam espaços culturais importantes, tais como, o Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandes e o Núcleo central Cultural Hermes de Paula, que abriga a Biblioteca Pública Municipal.

Entretanto, o núcleo central de Montes Claros também se caracteriza por conflitos, disparidades sócio-econômicas, violência e ineficácia de políticas públicas como ocorrem em

outras cidades. Assiste-se, nesse espaço, a assaltos a pessoas e estabelecimentos comerciais, desemprego, subemprego, mendicância e exagerado tráfego de veículos que comprometem, muitas vezes, a circulação e conforto das pessoas.

Decorre disso, pois, a migração residencial para os bairros periféricos. O núcleo central, assim, torna-se uma área primordialmente comercial e de prestação de serviços. A área central passa a ter um grande fluxo populacional durante a semana, ficando vazia aos fins de semana.

Nesse caso, a migração pode ser explicada pelo fato de o núcleo central ir se degradando com a concentração e circulação de pessoas e atividades, além da perda de privacidade e tranqüilidade daqueles indivíduos que escolheram o núcleo central como primeiro lugar para residirem. Atualmente, observa-se no núcleo central de Montes Claros uma enorme diferença entre o número de residências que havia no passado e o que resta dessas ocupações hoje. Mesmo em menor número, existe no núcleo central da cidade, ainda, algumas casas, mansões e prédios, expressando, então, que coexistem usos comerciais e residenciais. As ocupações residenciais do núcleo central localizam-se, sobretudo, no entorno da praça João Catoni, na Rua Marechel Deodoro da Fonseca, próxima do Mercado Municipal, nas intermediações da praça Coronel Ribeiro, Av. Afonso Pena e em menor ocorrência na praça Dr. Carlos Versiani. Também, há algumas residências nas ruas Camilo Prates, Dr. Veloso e Januária.

Em resposta aos problemas estruturais e ambientais – degradação das praças -, apresentados no núcleo central da cidade, atualmente o espaço está sendo revitalizado por meio de iniciativas do Poder Público municipal. Várias são as reformas e transformações em praças e lugares tradicionais do núcleo central, a saber: a construção do Shopping Popular com a retirada dos camelôs da praça Dr. Carlos Versiani; a construção do calçadão Conrado Pereira na praça de esportes, cujo objetivo foi receber camelôs, uma vez que, a praça Dr.

Carlos Versiani (Figura 4), que por muito tempo os abrigavam, está atualmente revitalizada e proibida a realização de atividade econômica no seu interior.



Figura 4 – Vista parcial da Praça Dr. Carlos Versiani, recentemente reformada
Autor: FRANÇA, I. S. de./nov. 2005

O planejamento da ação do Poder Público municipal resulta em intervenções importantes para as mudanças na paisagem das cidades, tal como ocorreu no núcleo central de Montes Claros. A Praça Dr. Carlos Versiani era um local que abrigava camelôs, situação que constitui um reflexo da desigualdade econômica e social da apropriação do espaço. Isso resultou na degradação da praça supracitada e da paisagem urbana do núcleo central, que foi afetada esteticamente. Somente na década de 1990, a praça em comento foi revitalizada e os trabalhadores foram levados para o Shopping Popular da cidade, construído nas proximidades da praça para essa finalidade.

Também, há projetos de revitalização para a praça Pio XII, Praça da Matriz, rua Simeão Ribeiro, avenida Afonso Pena, que contam com a padronização das calçadas, da sinalização e das placas de propaganda da cidade, a fim de organizá-la melhor e evitar a poluição visual.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

O projeto Vivo Centro¹ (2003), fruto da união de entidades, políticos, empresas e sociedade civil, prevê a melhoria na estrutura e humanização do núcleo central, visando melhorar as condições para quem trabalha e circula nesse espaço diariamente. Está previsto ser implantado, inicialmente, nas ruas Simeão Ribeiro, São Francisco, Dr. Santos, Coronel Prates e entorno da Praça Dr. Carlos, “[...] uma cobertura de policarbonato, colocação de mosaicos, jardins, iluminação indireta, piso, climatização e segurança para os lojistas e compradores”. (GONÇALVES, 2005).

A figura 5 retrata duas importantes vias coletoras localizadas na área central de Montes Claros, Mestra Fininha e Coronel Prates, cuja finalidade é o escoamento de tráfego de veículos que circulam nessa área e se direcionam para outras regiões da cidade.



Figura 5 – Avenidas Mestra Fininha e Coronel Prates, reformas recentes visando ampliação das pistas
Autor: FRANÇA, I. S. de. nov./2005 e jul/2006

Por meio dos programas de revitalização da área central, tão presentes nas grandes cidades, o núcleo central é enfocado como degradado, deteriorado e que necessita de uma

¹ O Projeto Centro Vivo que deve revitalizar o centro comercial da cidade de Montes Claros tem o inicio de suas atividades previstas para o final ano de 2005. Ele prevê estrutura (piso, passeio, iluminação, telefonia), espaço e humanização para quem circula por ali diariamente e conta com a parceria de lojistas da CDL da cidade, bancos indústrias, entidades ligadas à construção civil, políticos, órgãos públicos e privados, além da sociedade civil. (GONÇALVES, 2005, p.32). Entre os projetos de revitalização do centro está o projeto Olho Vivo que prevê a colocação de câmaras especiais para monitorar a área central que com o crescimento da cidade vem sendo vítima de um aumento vertiginoso do numero de crimes contra o patrimônio – roubos, furtos e arrombamentos. Até o atual momento a execução de tais projetos não saiu do papel estando em fase final de estudo para implantação. (TEMPO, 2005).

melhora estrutural. A imagem é amplamente enfocada pelo poder público e privado que visam a melhoria da aparência, no sentido de favorecer investimentos para o setor imobiliário. (PEREIRA, 2001).

Para Frúgoli Júnior (2000), a revitalização de áreas centrais está diretamente associada ao surgimento de subcentros, na medida em que o núcleo principal começa a competir com demais espaços econômicos espalhados pelos bairros das cidades.

O processo de revitalização ou reestruturação do núcleo central é resultante das ações e dos interesses entre o Estado e o setor imobiliário, motivados pelas necessidades de adequar tal espaço à lógica do capital e às novas formas, funções e conteúdos desempenhados por esses espaços atualmente.

Dessa forma, na produção e reprodução do espaço urbano, contrapõem-se interesses e ações de diversos agentes que vão definir e direcionar as capacidades de uso e ocupação do solo. Podem ser apontados, nesse sentido, a atuação do Poder Público Municipal, dos grandes capitais nacionais e empresas de médio e pequeno porte e dos moradores das cidades.

De acordo com Corrêa (1989), o espaço urbano capitalista é um produto social; resultado das ações de agentes sociais concretos, que são acumuladas através do tempo. Os agentes sociais, também chamados de agentes modeladores do espaço, são aqueles que fazem e refazem o espaço urbano. São eles: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Os investimentos do Poder Público Municipal produzem nos núcleos centrais das cidades melhoramentos na infra-estrutura, nos sistemas de transportes e meios de comunicação, sendo seu poder de ação predominante em relação aos demais agentes atuantes no espaço urbano.

Na realidade, o processo de reprodução do espaço, no mundo moderno, se submete cada vez mais ao jogo do mercado imobiliário – na medida em que há novas estratégias para a acumulação que se realiza por meio dos empreendedores imobiliários - e das políticas estratégicas do Estado – que tende a criar o espaço da dominação e do controle. Com isso, transforma-se substancialmente o uso do espaço e, consequentemente, o acesso da sociedade a ele. (CARLOS, 2002, p.175).

O núcleo central de Montes Claros é produto da relação entre usos tradicionais, evidenciados pela presença de igrejas, bibliotecas, fóruns, prefeituras, escritórios, clínicas médicas e odontológicas, colégios, e a intensidade da reprodução do capital viabilizada pelo comércio e pela prestação de serviços.

Tendo em vista a importância de tal espaço para a cidade e a partir das questões estruturais, ambientais, sociais e políticas nele presentes realizou-se entrevistas com alguns moradores, estudiosos, profissionais e administradores públicos que a partir de sua relação e compreensão lançam seus olhares sobre esse espaço no que se refere a sua importância e organização. Foram entrevistadas 15 especialistas entre arquitetos, urbanistas, geógrafos, economista, sociólogo e secretário de planejamento do município durante o mês de outubro/2006. Buscou-se com isso, uma análise qualitativa sobre as opiniões especializadas em relação a área central de Montes Claros/MG.

Figura 6 - Opinião de especialistas e moradores sobre a Área Central de Montes Claros/MG, 2006.

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos	Sugestões
Infra-estrutura Urbana	Condições de tráfego ruins: . Ruas estreitas . Congestionamentos diários . Falta de semáforos em áreas estratégicas . Pavimentação péssima	Retirada de carros Retirada de pontos de ônibus Fechamento de ruas Vias Coletoras Priorização do pedestre
"Perto de tudo": comércio/serviços		
Um lugar aconchegante	Poluição visual e sonora	Preservação do patrimônio histórico
Onde as pessoas se encontram	Patrimônio histórico abandonado	
	Ocupação desordenada / Falta de planejamento	Iluminação
	Especulação imobiliária	Arborização
	Pouca arborização	Descentralizar do comércio/serviços

Fonte: Pesquisa Empírica, 2006
Org.: FRANÇA, I. S., dez/2006

A figura 6 sintetiza as opiniões dos entrevistados sobre a área central da cidade. Essas informam uma visão centrada na degradação daquele espaço, evidenciada pela precariedade das condições de tráfego, da poluição sonora e visual, da pouca arborização, dentre outras. Entretanto, a área central também é percebida como um local que concentra infra-estrutura urbana, com caracterizada pelo aconchego, pelo encontro das pessoas.

O centro é um problema grave na cidade de Montes Claros por que o tráfego aumentou muito – e ele não comporta o volume de tráfego, as ruas são estreitas – os quarteirões pequenos e há muito tumulto de pessoas e de carro na rua.²

As medidas de melhorias devem ser executadas por parte da prefeitura principalmente, em relação ao fechamento de algumas ruas para passagem dos habitantes da cidade que vão ao centro, educar a população quanto ao uso desse espaço no que se refere ao lixo.³

² Entrevista com arquiteta realizada em novembro/2006.

³ Entrevista com morador da área central realizada em novembro/2006.

Para melhorar a vida no centro há que se criar novos centros, já começou a descentralizar o acesso de serviços para os bairros Major Prates, Maracanã, Delfino, Santos Reis... vão criando e tendo vida própria, isso é extremamente positivo pois melhora a vida das pessoas dos bairros que não tem que se deslocar para o centro, não sobrecarrega atividades de transporte, não polui.⁴

Além de afirmar a degradação como uma característica da área central, as entrevistas supracitadas sugerem a importância da ação do poder público na promoção da melhoria desse espaço. Indicam, também, a percepção de como a emergência de novas centralidades pode contribuir para o descongestionamento da área central.

2.2 - A relevância do comércio no núcleo central de Montes Claros

De acordo com a Lei n. 3031 de 16 de julho de 2002 - que dispõe sobre Normas de Uso e Ocupação do Solo do Município de Montes Claros - foram criadas zonas de uso, ocupação e parcelamento do território da sede do município, entre elas, destaca-se a Zona Comercial (ZC) que se subdivide em Zona Comercial 1 (ZC –1), Zona Comercial 2 (ZC –2) e Zona Comercial 3 (ZC –3).

Dentre as categorias de usos, o art. 11 do Capítulo IV assegura que o uso comercial abrange comércio local, comércio de bairro, comércio principal e comércio atacadista. O art. II do mesmo Capítulo complementa que os serviços se classificam em: serviços locais, serviços de bairro, serviços especiais e serviços principais.

A partir de uma breve análise da Lei de Uso e Ocupação do Solo no Município, pode-se constatar que as atividades comerciais e prestação de serviços realizadas no núcleo central, como, por exemplo, restaurantes, lanchonetes, sorveterias, salão de beleza, locação de filmes,

⁴ Entrevista com economista realizada em novembro/2006.

lojas diversas, consultórios médicos e odontológicos incluem-se simultaneamente, na referida lei como serviço local, de bairro e principal, sendo que, há uma predominância dessas atividades como serviço principal, definido como atividade de serviço com ampla variedade de atendimento. O serviço local está ligado ao atendimento imediato em estabelecimentos de até 200m² e o serviço de bairro refere-se a atividades ligadas ao atendimento da população em estabelecimentos com área edificada de até 400m².

O núcleo central atual de Montes Claros é o local por onde se dirigem pessoas para trabalhar e consumir, recebendo uma parcela significativa da população montesclarensse. A grande concentração de pessoas decorre do fato de o núcleo central abrigar setores de decisões administrativas importantes, tais como bancos, prefeitura e fórum. Mas, a principal característica do núcleo central de Montes Claros é seu uso comercial, sendo bastante expressivo o número de estabelecimentos comerciais e de lojas de prestação de serviços presentes nesse espaço.(Figura 7). (Mapa 5).



Figura 7 – Área comercial central - Praça Doutor Carlos Versiani
Autor: FRANÇA, I. S. de./nov. 2005

Para dar suporte à demanda de espaços físicos que funcionem como *lócus* de potencialização do consumo populacional e, consequentemente, reprodução do capital, os agentes imobiliários atuam diretamente no núcleo central das cidades por meio de investimentos em empreendimentos diversos, que vão abrigar a atividade econômica. Os promotores imobiliários constroem, financiam e comercializam imóveis. Nesse sentido, constroem-se prédios comerciais, galerias e galpões nos núcleos centrais das cidades, obedecendo à lógica da especulação imobiliária com o intuito de supervalorização dos espaços urbanos.

O fato de que o espaço se transforma em mercadoria produz uma mobilização frenética desencadeada pelos promotores imobiliários - no plano do lugar e pode levar a deterioração ou mesmo à destruição de antigos lugares, em razão da realização de interesses imediatos, em nome de um presente programado e lucrativo, que traz, como consequência, a destruição de áreas imensas que passam a fazer parte do fluxo de realização do valor de troca. (CARLOS, 2002, p.180).

O crescimento demográfico de Montes Claros gerou a necessidade de aumento do número e variedade de serviços oferecidos no núcleo central para atendimento da demanda de consumo da população.

Tem-se então, no núcleo central da cidade, um comércio atualmente bastante diversificado, além de grandes edifícios, habitações, colégios particulares e algumas escolas estaduais. (Figura 8). Os bairros residenciais de classe média e alta distribuem-se próximos ao núcleo central e, em direção à periferia da cidade, estão as moradias que abrigam a população de baixo poder aquisitivo. As indústrias de Montes Claros localizam-se na região norte, onde foi construído o distrito industrial para sediá-las.

Mapa 5 – Uso e ocupação do solo



Figura 8 - Verticalização e diversidade de uso e ocupação da área central: residências, serviços, comércio

Autor: FRANÇA, I. S. de., nov/2005 e jul/2006

A partir de dados agregados do IBGE (Censo 2000), a referida área apresenta 9001 pessoas residentes, sendo, desse total, 3817 homens e 5184 mulheres. Essa população distribui-se em 2740 domicílios. Em relação à população total residente no núcleo central, as mulheres correspondem a 57,6% e os homens, 42,4%, com uma média aproximada de 3,3% pessoas por domicílio.

A Lei Municipal nº 2921 de 27 de agosto de 2001, que institui o Plano Diretor de Montes Claros, alerta para os problemas decorrentes da expansão exagerada do núcleo central, apontando algumas iniciativas para minimizar questões infra-estruturais.

Para a área considerada como núcleo central de Montes Claros, o Capítulo III da Lei do Plano Diretor Municipal, denominado “Das Diretrizes para o Desenvolvimento

Urbanístico das Zonas Urbanas do Município”, estabelece na Sessão II – Das Diretrizes para Infra-Estrutura e Serviços Urbanos, art. 30:

III – estabelecer política de desenvolvimento urbano para o Município, capaz de orientar o processo de ocupação e uso do solo, inibindo a ampliação descontínua da malha urbana [...];

VI – desestimular o crescimento vertical e diminuir a taxa de utilização da área central, viabilizando o aproveitamento dos espaços vazios e o descongestionamento do núcleo central da cidade [...];

XV – incentivar o desenvolvimento de atividades comerciais e prestadoras de serviços nos bairros, visando a descompressão da área central, especialmente com relação ao tráfego[...].

A referência ao núcleo central e à área central de Montes Claros nas Leis de Plano Diretor, de 2001, e de Uso e Ocupação do Solo, de 2002, remetem simultânea e contraditoriamente a aptidão desses espaços para o desenvolvimento e expansão do comércio ao mesmo tempo em que alerta para o inchaço do mesmo que ocasiona diversos problemas referentes a congestionamentos de veículos e saturação.

Nessa perspectiva, cada vez mais o núcleo central da cidade reduz as possibilidades de encontros, trocas e relações humanas, visto que a reprodução do capital se torna imperativa, legando a esse espaço uma função meramente econômica para os agentes imobiliários e empresários, ao mesmo tempo em que se consolida como um espaço de consumo para a população.

Cada vez mais, novas avenidas rasgam o tecido urbano para permitir o afluxo de um número sempre crescente de carros particulares e, com sua construção, quarteirões inteiros são derrubados e com eles áreas públicas. Tal processo gera modificações profundas na vida cotidiana, pelas mudanças que são impostas ao trajeto, ao ritmo dos passos, às possibilidades do encontro e do acaso. Nesse processo, se diluem ou se destroem os referenciais urbanos indispensáveis à manutenção da identidade entre o cidadão e a cidade, cada vez mais marcados por uma relação espaço-temporal dominada pela mercadoria. (CARLOS, 2002, p.181-182).

Ainda que o núcleo central de Montes Claros se caracterize atualmente por apresentar elevada concentração de lojas comerciais e serviços, esse espaço preserva, simultaneamente à atividade econômica, algumas identidades do passado, conforme ponderam Leite e Pereira (2003).

O núcleo central é o foco irradiador da organização espacial urbana, possuindo também um sentido social e espacial singular, pois é o local de convergência e encontro de toda a população. Em Montes Claros, continua sendo a maior concentração de lojas, escritórios e serviços. Mas é, ao mesmo tempo, um espaço marcado pelo declínio do uso residencial com a intensificação de usos mais lucrativos como comerciais e de serviços. (LEITE; PEREIRA, 2003, p.4).

A heterogeneidade das ocupações no núcleo central revela a importância econômica, política e cultural desse espaço no interior das cidades que se expandem cada vez mais, atendendo à ampliação do mercado capitalista, às novas formas de uso e ocupação do solo urbano impostas pela modernização, tecnologias e pelo comando do capital econômico, seja ele público ou privado. Tudo isso se associa e responde à necessidade de crescimento territorial e demográfico de tais cidades, sentidos a partir dos processos de industrialização e urbanização, notadamente na segunda metade do século XX.

As mudanças de ordem política, econômica, social e demográficas, vivenciadas por Montes Claros pós década de 1960, notadamente, refletiram, entre outros aspectos, na reestruturação da cidade e, por sua vez, de sua área central pelos diferentes usos do solo urbano e pela expansão territorial da cidade. Tais transformações resultaram em mudanças no espaço central de Montes Claros com a descentralização das atividades de comércio e serviços, anteriormente monopolizadas.

Percebe-se na área central de Montes Claros uma expressiva diversidade e especialização de atividades comerciais e prestação de serviços. A melhor oferta de equipamentos urbanos da referida área, em relação a outros espaços das cidades, explica-se em função da clientela atendida, de ser a área de maior emprego da população e de maior

consumo, além de abrigar uso residencial, embora restrito. Ainda que o uso comercial predomine esse espaço, coexiste com ele o uso residencial com a presença de edifícios em sua maioria em detrimento de casas.

2.3 - A transitoriedade da centralidade

Corrêa (1989) refere-se à centralidade como o produto da ação dos diversos agentes urbanos, podendo ser produzida a partir do consumo da população conjuntamente à viabilização e dinamicidade das atividades terciárias nos núcleos centrais das cidades.

Não há mudanças nos núcleos centrais urbanos que não resultem em modificações na sua centralidade, nos planos intra e interurbanos. Spósito (2001) investiga a dinâmica da centralidade ao definir a densidade das atividades comerciais e de serviços que os núcleos centrais urbanos oferecem. A centralidade é identificada como os fluxos que sustentam essas localizações e que delas resultam, através da articulação entre o que está fixo e o que está em movimento, a centralidade. (SPÓSITO, 2001, p.247).

Na visão de Santos (1989), a centralidade constitui um processo que acarreta a concentração de atividades de comércio, serviços, gestão, linhas e terminais de transportes, que deve realizar-se não necessariamente com uma localização central.

Em Montes Claros, a centralidade realiza-se, principalmente, na área central, que é o espaço de maior fluxo de capitais, mercadorias, informações e pessoas. Tal processo revela-se por meio do consumo das pessoas que para ali se dirigem, sobretudo, no início e metade dos meses, período em que os consumidores recebem seus salários. Datas especiais no comércio, tais como Natal, Ano Novo, Dia das Mães e Dia dos Namorados, marcam a ocorrência da centralidade e reafirmam o poder, que o núcleo central da cidade possui, de atrair pessoas, consumo e, consequentemente, motivar a reprodução do capital. (Figuras 9 e 10).

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

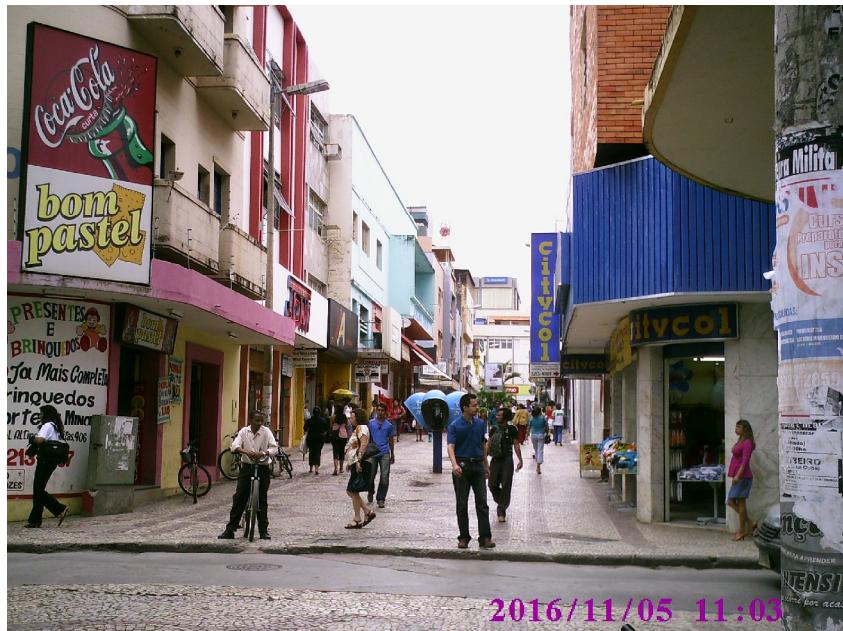


Figura 9 – Rua Simeão Ribeiro, área comercial central conhecida como Quarteirão do Povo
Autor: FRANÇA, I. S. de./nov. 2005



Figura 10 – Vista Parcial da Área Central – intercessão entre as ruas Carlos Gomes e Lafetá
Autor: FRANÇA, I. S. de./nov. 2005

Santos (1996) enfatiza o poder que o capital possui de transformar determinados lugares em núcleos centrais econômicos potenciais, de forma que marca o contraste entre as

pessoas que nem sempre usufruem do núcleo central e de suas potencialidades de maneira igual.

[...] o “valor” do capital é, também função de sua localização, se bem que o capital, possa por sua vez, modificar o valor do lugar. Quanto aos homens, “segundo o lugar que ocupam no espaço, eles não tem o mesmo valor nem as mesmas oportunidades e perspectivas de valor”. (SANTOS, 1996, p. 49).

Para que os núcleos centrais continuem existindo via centralidade no interior das cidades torna-se emergente investimentos em infra-estrutura urbana, valorização de seus espaços livres e verdes, tais como praças e jardins, bem como preservação e manutenção de símbolos históricos, como igrejas, prefeituras, hotéis, fórum, dentre outros.

Na visão de Ribeiro Filho (2004) é

Através das diferentes ações e estratégias dos agentes sociais no espaço urbano, verifica-se um processo contínuo de (re)produção da cidade. A intervenção do Estado é mais complexa e variável, dependendo da forma adotada que deve ser pela elaboração de leis, implantação de infra-estrutura urbana, loteamentos populares, construção dos conjuntos habitacionais, ou remoção de favelas, entre outras medidas. Assim consolidam-se ou são alteradas algumas funções prioritárias do espaço urbano, inclusive as transformações referentes ao comércio e serviços em diversas áreas das cidades. (RIBEIRO FILHO, 2004, p.140).

Montes Claros mudou e ampliou seus papéis, emergindo um nível de centralidade interurbana que revela seu grau de importância para os moradores da cidade e para uma clientela regional. Isso ocorreu a partir de profundas mudanças em seus espaços intra e interurbano que será demonstrado a partir do crescimento horizontal e vertical da cidade, na tentativa de elucidar as principais transformações derivadas desse processo e seus impactos na área central e na periferia da cidade.

2.4 - Expansão urbana em Montes Claros

A expansão territorial das cidades acontece por diversos fatores, dentre eles o aumento da demanda por habitações gerado pelo crescimento populacional; o surgimento de novas formas de morar, por exemplo, a expansão dos loteamentos que se dá geralmente por mecanismos especulativos; as transformações nas áreas centrais que aumentam a concentração de atividades e disponibilidade de serviços, enquanto diminui sua função meramente residencial. A descentralização econômica implica o surgimento de novas centralidades que constitui um aspecto importante para a compreensão da expansão das cidades.

Colby¹ especifica os fatores da repulsão de atividades econômicas na área central; sendo eles:

- ✓ aumento constante do preço da terra, impostos e aluguéis, afetando certas atividades que perdem a capacidade de se manterem localizadas na área central;
- ✓ congestionamento e alto custo do sistema de transporte e comunicações, que dificulta e onera as interações entre firmas;
- ✓ dificuldade de obtenção de espaço para extensão, dificultando particularmente as indústrias em crescimento;
- ✓ ausência ou perda de amenidades.

O histórico do crescimento vertical, realizado em pesquisa por Malta et al (1993), revelou que inicialmente na cidade de Montes Claros as edificações raramente ultrapassavam três pavimentos, até acontecer o abandono do padrão colonial e a adoção de técnicas mais modernas de arquitetura - década de 1950 -, nas quais as alturas iam variando entre 3, 5, 8 a 10 pavimentos. Na década de 1960, iniciou-se a construção do ACIMC Hotel, hoje Hotel

¹ COLBY, C.C. Centrifugal and centrípetal forces in urban geography. In: MAYER, H. & Kohn, C.F., orgs. *Readings in urban geography* apud CORRÊA (1989, p. 45).

Monterey, situado na rua Dom Pedro II com 12 pavimentos. Com o passar do tempo, as edificações de Montes Claros deixam de ser, exclusivamente, residenciais ou comerciais e passam a ser, paralelamente residenciais e comerciais. O Edifício Montes Claros, localizado na rua Camilo Prates, é um exemplo de edificação que inicia suas funções com o uso exclusivamente residencial e, há algum tempo, já apresenta usos comerciais que, nesse caso, encontram-se, sobretudo, em seu piso inferior no qual há lojas de noivas, de fotos e restaurantes.

De acordo com Malta et al (1993, p. 80),

a área concentradora de verticalização de Montes Claros abrange todo o núcleo central da cidade em ramificações por alguns bairros mais próximos, sendo que nestes, as edificações, raramente, ultrapassam três pavimentos – em alguns existem uma ou duas edificações com cinco pavimentos. Esse crescimento se acentuou, sobretudo, na década de 80 segundo os dados levantados.

Sobre as características iniciais da verticalização em Montes Claros, os autores acrescentam que

[...] toda cidade polo tende a ter um processo de verticalização, Montes Claros não foge à regra, mas pode-se constar que na parte histórica ainda permanecem os primeiros casarões em 1886, situados nas proximidades da Praça Dr. João Alves – Rua Justino Câmara, D. Eva, Cel. Celestino e outros no núcleo central da cidade – erguidos por imitação de modelos e status social. Outra edificação que destaca o crescimento vertical da época é prédio da Catedral de Nossa Senhora Aparecida (1928) que tem altura aproximada de 42 a 44 metros, equivalente a um prédio de quatorze andares, que foi por muito tempo a edificação mais alta da cidade. (MALTA et al, 1983, p. 80).

A verticalização na cidade é explicada por vários fatores, tais como as exigências da demanda por habitações geradas pela intensificação da concentração populacional, a questão da segurança, entre outros. Entretanto, alguns fatores desestimularam o crescimento vertical em Montes Claros, a exemplo da estrutura geomorfológica, considerando que há o predomínio de terrenos cársticos; a estrutura das ruas centrais que são estreitas, impróprias para edifícios muito altos; a falta de espaço para estacionamento e o sítio urbano da cidade

que se localiza numa área de depressão, desfavorável à ocupação vertical, pois já possui barreiras naturais à circulação de ventos.

Apesar de ser um processo recente, a verticalização de Montes Claros ocorreu através da repetição de modelos, por status social e ainda, a título de investimentos. Além disso, não aconteceu de forma homogênea, conforme explicitado por MALTA et al (1993, p.83)

Montes Claros conta com aproximadamente 147 (SEPLAN) edifícios habitados na área central, contando ainda com os em construção que não constam nos dados, dentre eles edifícios residenciais, comerciais e mistos. Além de inúmeros existentes nos bairros que não estão registrados nos dados examinados.

O atual processo de verticalização é influenciado pelo crescimento demográfico, pela questão da segurança, por *status* social e, ainda, a título de investimentos do setor imobiliário privado. Pode-se acrescentar, que tal processo não ocorreu de forma homogênea, restringindo-se, no primeiro momento, à área central e bairros próximos ou condomínios em locais distantes do núcleo central que apresentam certas peculiaridades, como atrativos ambientais. (Figura 11).



Figura 11 - Processo de verticalização nos bairros da zona sul de Montes Claros/MG
Autor: FRANÇA, I. S. de./julho. 2006

A verticalização tem sido observada, também, na zona sul de Montes Claros, que compreende bairros de população de classe média e alta, como, por exemplo, Ibituruna, Melo, Todos os Santos, Panorama, São Luiz, Morada do Sol. Essas áreas reúnem amenidades, tais

como, proximidade com o núcleo central e a rodoviária, além de importantes empreendimentos econômicos, tais como o shopping-center, universidade e faculdades.



Figura 12 – Área central: verticalização

Autor: FRANÇA, I. S. de./julho. 2006

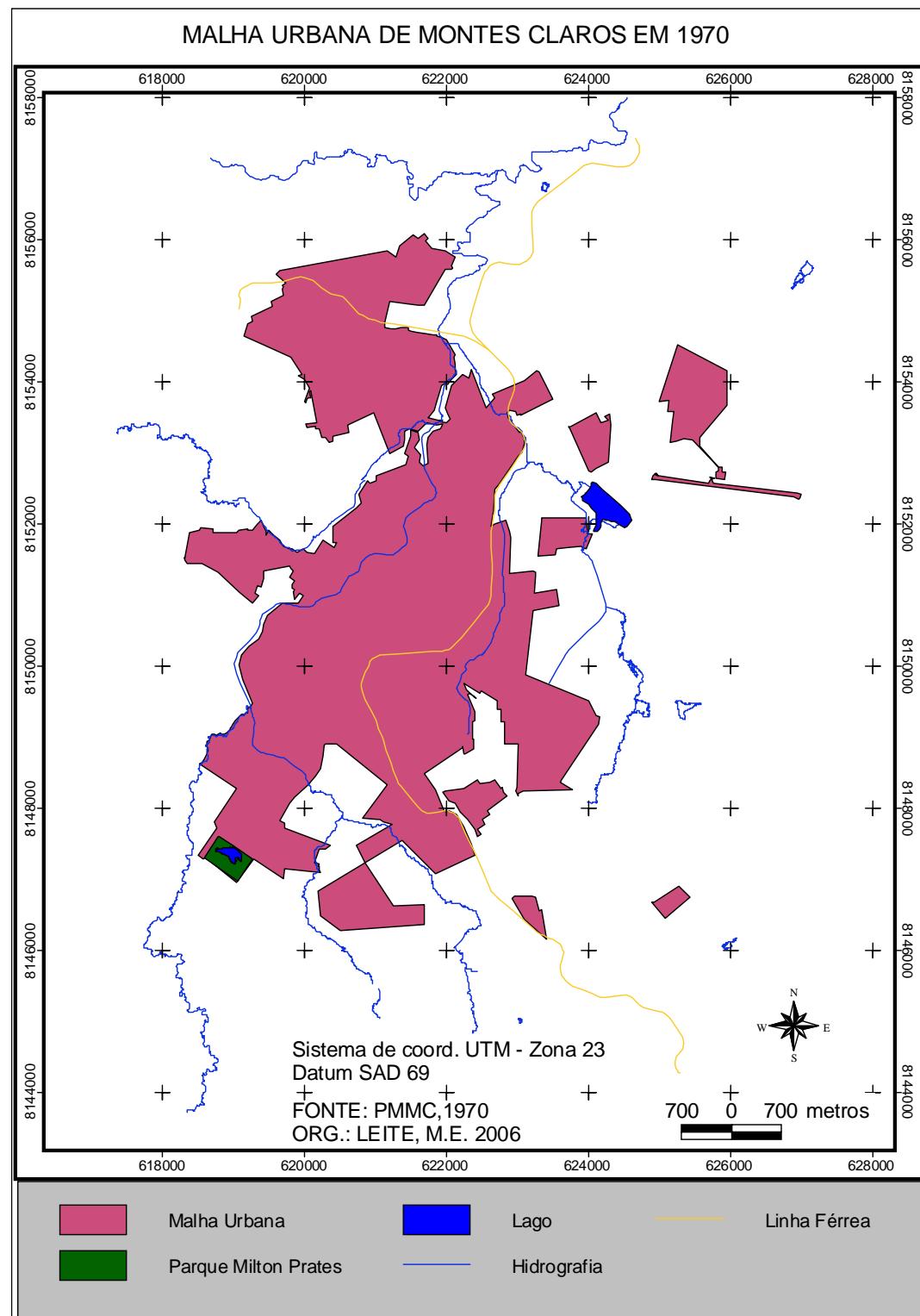
Quando uma cidade expande territorialmente, significa que ela absorve e/ou incorpora áreas e parcelas de território, processo denominado de expansão territorial horizontal. Em Montes Claros, a expansão da malha urbana, no sentido horizontal, ocorreu por meio da criação de novos loteamentos. Conforme levantamento de dados na Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN -, de Montes Claros, existiam na cidade 164 bairros [...] no ano de 2003; hoje (2005), a cidade possui 228 bairros/vilas (IBGE; SEPLAN-MOC; COPOM² – 10).

Examinados os dados sobre o processo de expansão territorial de Montes Claros verifica-se um aspecto interessante que afeta a fisionomia e a fisiologia da cidade: até por volta da década de 1970, a ocupação urbana restringia-se à área central e proximidades. A partir dessa data, verificou-se um crescimento desordenado da malha urbana com muitos

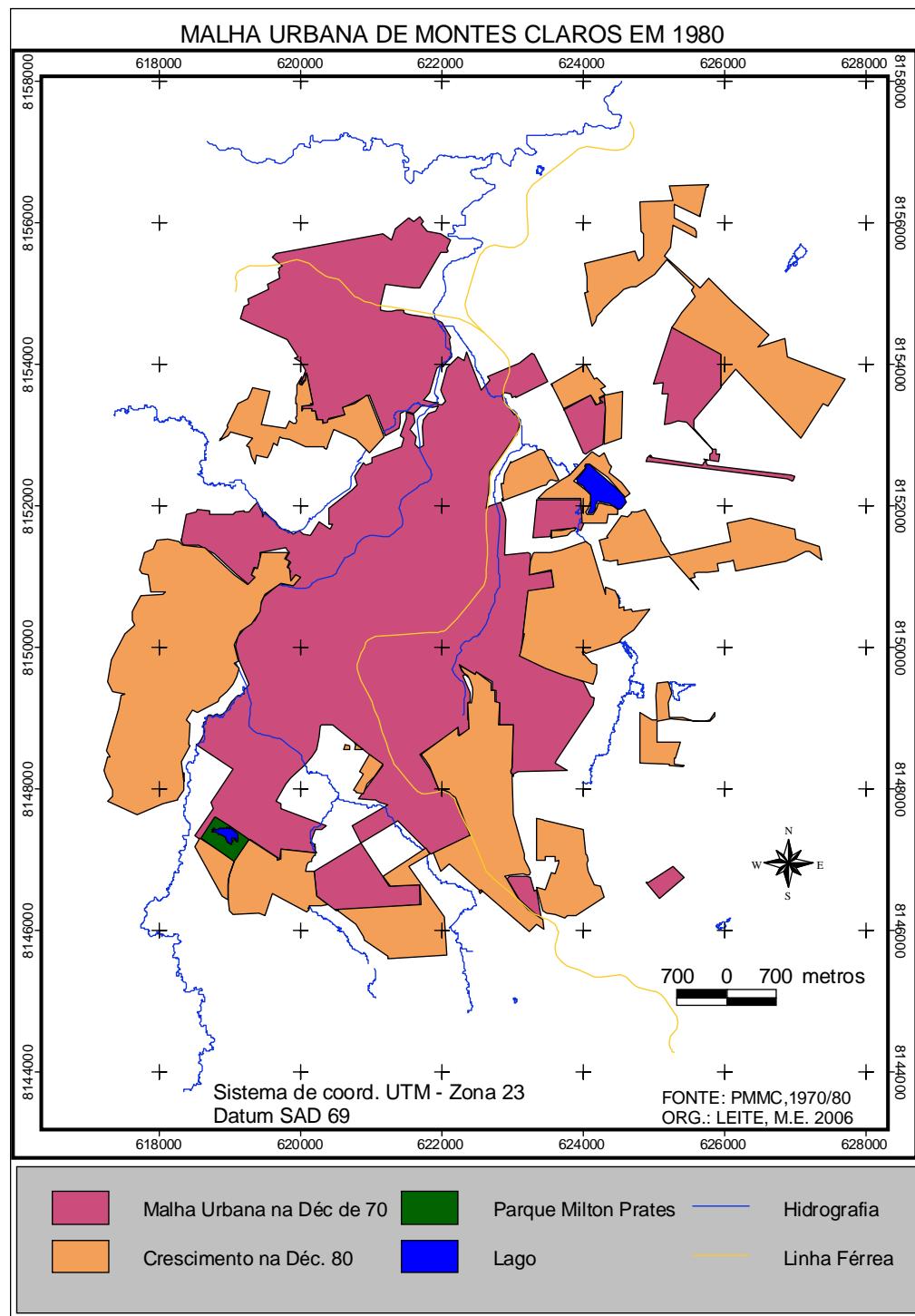
² Central de Operações Policiais Militares - COPOM.

vazios urbanos, notadamente nos sentidos norte, sul e leste, regiões que passaram a concentrar parcelas de população de média e baixa renda. A região oeste apresentou um crescimento diferenciado, ao agregar uma população de renda mais alta e com bairros de melhor infra-estrutura.

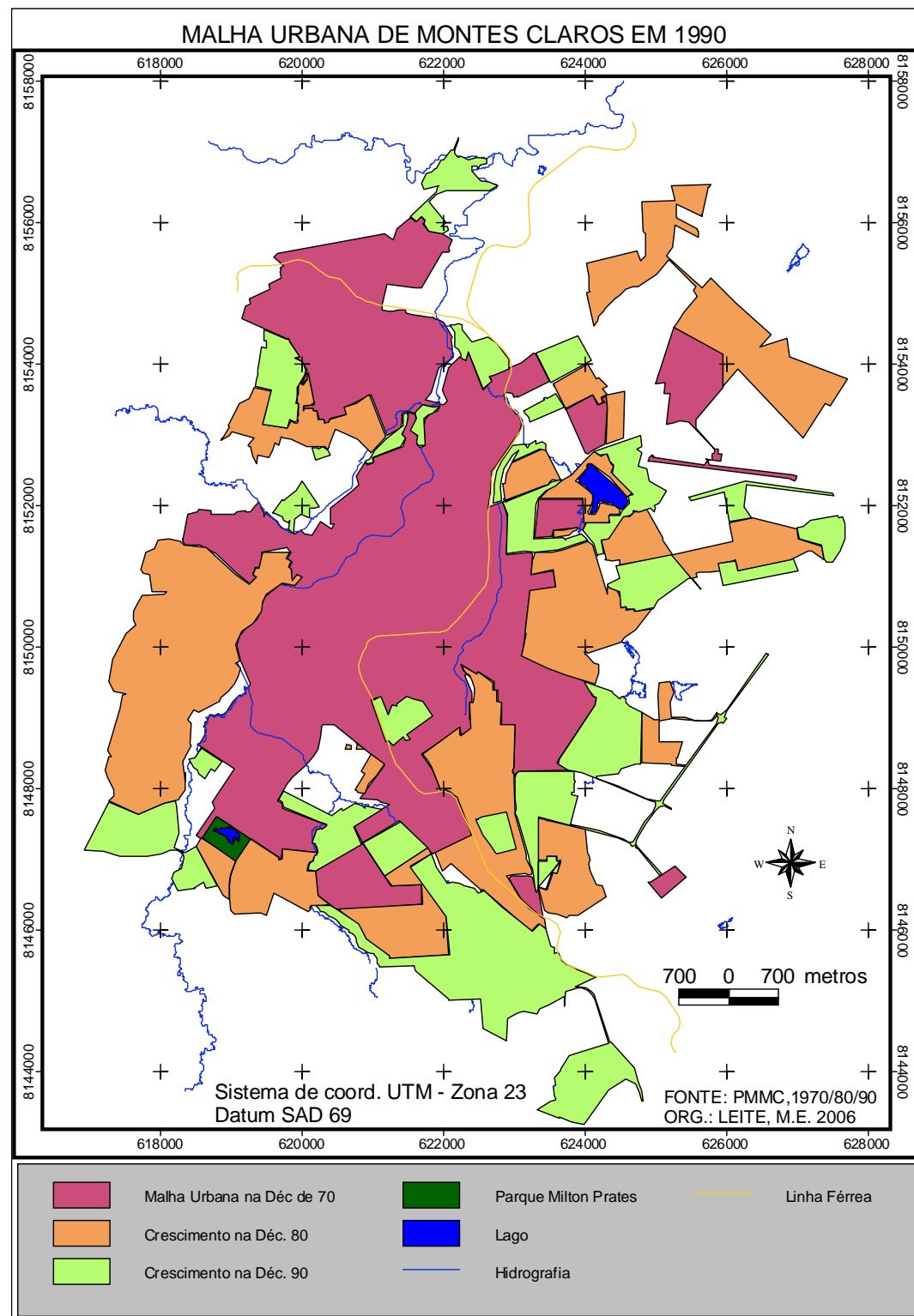
A partir da década de 1980, com o surgimento de novos bairros, a cidade se horizontalizou-se, denotando uma rápida expansão da área construída. É claro que, esse período marca uma intensa especulação imobiliária, com loteamentos implantados de forma aleatória sem obedecer às políticas de controle urbanístico nem de proteção ambiental. Hoje, o perímetro urbano abrange 97km² e o processo de verticalização não mais se restringe à área central, estando presente em bairros de classe média e alta localizados próximo ao núcleo central, tais como, Ibituruna, Melo, Funcionários, dentre outros. (Figura 12).



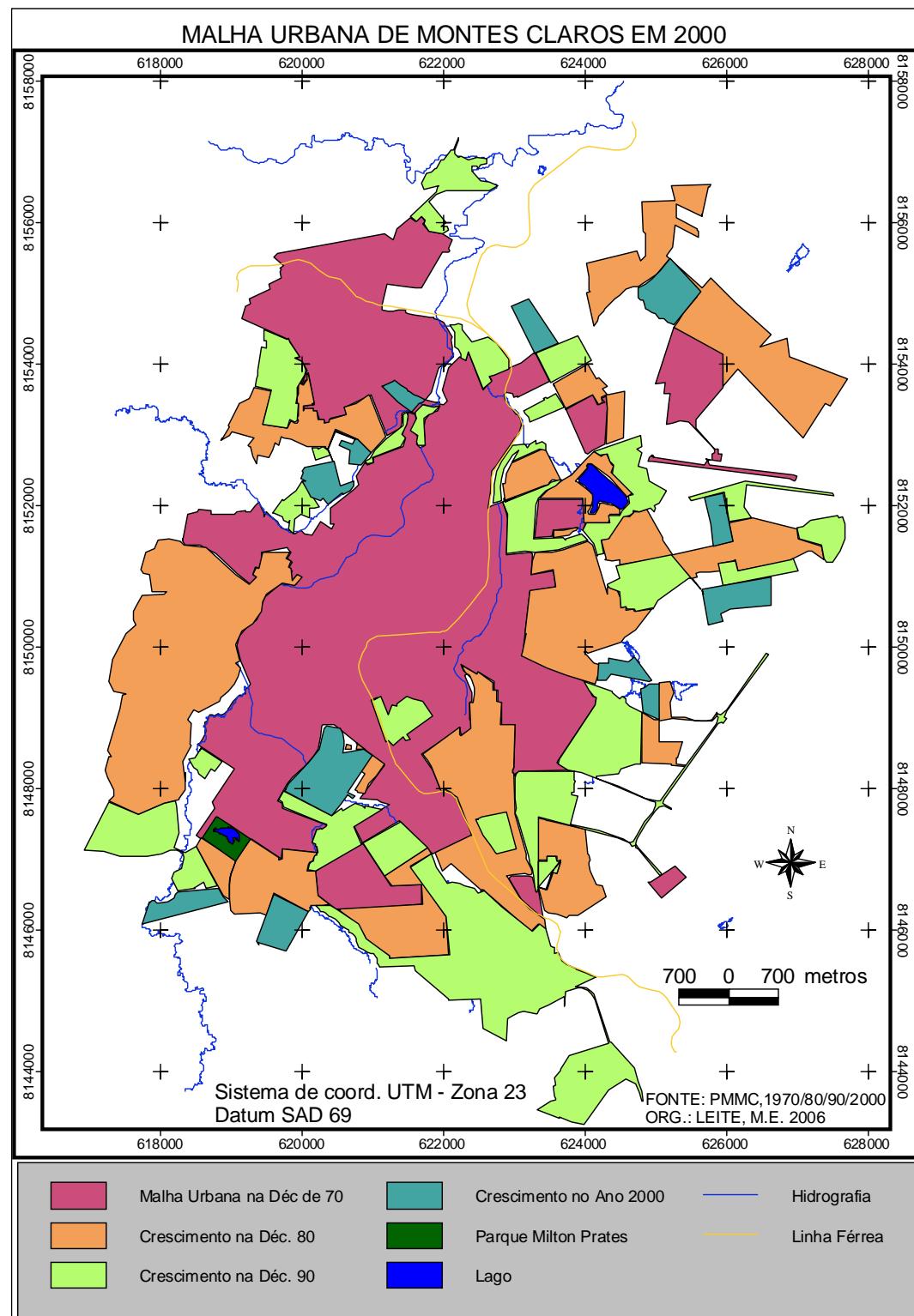
MAPA 7



MAPA 8



MAPA 9



Primeiro, em decorrência da implantação das indústrias, entre as décadas de 1960 e 1980, depois, com a diversificação dos serviços e comércio, a cidade passou por um intenso e rápido processo de expansão territorial. Considerando que a expansão territorial das cidades ocorre por diversos fatores, dentre os quais, podem ser citados o aumento da demanda por habitações gerado pelo crescimento populacional; o surgimento de novas formas de morar por meio da expansão dos loteamentos; as transformações nas áreas centrais que aumentam a concentração de atividades; e a disponibilidade de serviços paralelamente a redução de sua função residencial.

Diante do exposto, cabe ressaltar que o crescimento da cidade de Montes Claros ocorreu de forma muito rápida e intensa, com a predominância da expansão horizontal, o que gerou problemas relacionados aos vazios urbanos e à necessidade de investimentos no setor imobiliário e em transporte público. Outro fator, que deve ser considerado, é a questão desse crescimento não ter sido acompanhado por um processo de planejamento urbano eficiente.

A cidade estende-se territorialmente, amplia-se a relação entre o núcleo central e a periferia e o núcleo central não consegue mais satisfazer às necessidades da sociedade e do setor produtivo, pela intensidade do fluxo e pelas distâncias. Torna-se difícil seu acesso e ele explode, deixando em outras localidades, parte de suas funções, principalmente no que diz respeito ao setor comercial e de serviços (ALVES, 1999). Diante da ocorrência de vários núcleos, o papel do núcleo central principal é reforçado, pois a fragmentação do espaço apresenta-se, ressaltando o poder da unificação do núcleo central, como articulador do processo de emergência de novas centralidades.

A partir do crescimento das cidades, sua produção e reestruturação devem ser analisadas tendo como ponto de partida o núcleo central e seu papel no interior urbano. A centralidade ou as multicentralidades reforçam a descentralização do comércio e de serviços – atividades tipicamente centrais – nessa área ao passo de reproduzí-las, recriá-las ou relocalizá-

las em outras áreas das cidades, por meio do surgimento de funções comerciais relevantes na dinâmica econômica das cidades e na vida de seus moradores.

O estudo da produção do espaço urbano a partir de processos socioespaciais intra-urbanos, como o núcleo central, as novas centralidades urbanas e suas redefinições, permitem compreender as cidades, não somente o espaço intra-urbano, mas, também, o interurbano. As transformações da área central são reflexos dos processos sócio-espaciais que alteram a sua configuração interna e a dinâmica e a dinâmica na ocupação funcional, bem como o perfil do consumidor dos estabelecimentos de comércio e serviços. (RIBEIRO FILHO, 2004, p.180).

Corrêa (1989) argumenta que a descentralização está associada ao crescimento da cidade em termos demográficos e espaciais. A competição pelo mercado consumidor leva as firmas comerciais a descentralizarem seus pontos de vendas, através da criação de filiais nos bairros das cidades. Esse processo é viabilizado pelo desenvolvimento de meios de transportes mais flexíveis.

O autor chama a atenção para a necessidade de considerar a própria dinâmica capitalista, que atua juntamente com fatores de repulsão e atração de atividades, e que, nessa dinâmica, estão também presentes os interesses individuais dos setores de transporte e imobiliário. A descentralização torna-se um meio para manutenção da taxa de lucro, que a exclusiva localização central não é mais capaz de fornecer. Assim, constata-se no capitalismo monopolista a centralização de capital e a descentralização espacial.

O processo de descentralização da área central vem ocorrendo no Brasil a partir da segunda metade do século XX, no qual tal área deixa de ser o espaço exclusivo de produção e reprodução da atividade econômica. Esse processo também é verificado em Montes Claros/MG.

Desde então, a paisagem urbana das regiões centrais das cidades foi alterada e assistiu-se ao surgimento de subcentros de comércio, vias especializadas em regiões distantes e

descentralizadas do núcleo central. No entanto, ele mantém-se como o espaço monopolizador das principais atividades econômicas, visto que acumula uma maior diversificação comercial e de serviços, além de especialização de tais atividades. Esse processo responde ao crescimento horizontal da malha urbana que, a partir do aumento demográfico, carece de responder às necessidades de consumo da população a ser atendida, gerando novas centralidades.

Corrêa (1994) reitera que o processo de descentralização das atividades de comércio e serviços gerou novas formas espaciais e redefiniu as funções do núcleo central, que deixa de monopolizar as atividades terciárias, dividindo-as com outros núcleos centrais comerciais.

Montes Claros mudou e ampliou seus papéis, emergindo um nível de centralidade intra-urbana, que revela seu grau de importância para os moradores da cidade e para uma clientela regional. Isso aconteceu a partir de profundas mudanças nos seus espaços intra e interurbano.

CAPÍTULO III

NOVAS CENTRALIDADES EM MONTES CLAROS/MG: OS SUBCENTROS MAJOR PRATES E ESPLANADA

3.1 – A descentralização da área central em Montes Claros e a emergência de novas centralidades

O processo de descentralização da área central no Brasil ocorreu a partir da segunda metade do século XX, sendo que, desde então, tal área deixou de ser o espaço exclusivo de produção e reprodução da atividade econômica. Nesse sentido, Corrêa (1997) explica que esse processo descentralizador se relaciona aos mecanismos de acumulação capitalista, o que para o autor equivale:

As deseconomias de aglomeração da Área Central, ao crescimento demográfico e espacial da cidade, inserindo-se no processo de acumulação de capital. De certa forma, repete o fenômeno de centralização, tornando a organização espacial da cidade mais complexa, com o aparecimento de subcentros comerciais e áreas industriais não centrais. (CORRÊA, 1997, p.129).

A descentralização corresponde ao crescimento horizontal da malha urbana posto que, a partir do aumento demográfico, impõe-se a necessidade de responder pelas carências de consumo da população a ser atendida.

Um dos impactos da descentralização consiste na redefinição e distribuição de atividades econômicas diversas fora do eixo central principal das cidades, e, conforme Scarlato (2005, p.139):

Essa centralidade, que, especialmente nesse caso, corresponde ao lugar de origem da cidade, é resultado do próprio crescimento da mesma que, nesse local, concentrou as mais diversas atividades e uma grande densidade populacional. Entretanto, a força da centralidade exigiu sua própria expansão. [...] A crise da centralidade única, marca da cidade de então e espacializada no centro histórico, faz parte do próprio processo de reprodução espacial da sociedade capitalista.

Scarlatto (2005) aponta os elementos que contribuíram para a fragmentação espacial da centralidade, dentre eles:

[...] a própria centralidade fez com que houvesse uma valorização do solo urbano e os preços elevados tornaram-se um fator negativo para novos investimentos. Aliado a isso, houve também a ação do mercado imobiliário, que, para valorizar outras áreas e auferir desse fenômeno ligado à especulação imobiliária, contribuía na criação de uma imagem negativa desse centro tradicional. Como as formas das edificações não podiam ser transformadas no mesmo ritmo acelerado dos novos fluxos, elas mesmas tornam-se não funcionais do ponto de vista técnico. Tudo isso, aliado ao desenvolvimento das técnicas, principalmente de comunicações, contribuiu para o surgimento de novas centralidades: algumas espacialmente contínuas ou próximas do centro tradicional e outras que não tinham essa continuidade territorial. Temos, assim, o desdobramento da centralidade, com o surgimento de uma multipolicentralidade. (SCARLATO, 2005, p.139).

Nesse contexto, emergem, em áreas distantes do núcleo central, novas centralidades ou formas comerciais, tais como: vias especializadas, shopping centers, hipermercados e subcentros. Essas formas de comércio e serviços diversificados se diferem do núcleo central ao atender às necessidades de consumo de uma parte da população urbana residente em áreas periféricas, sendo, portanto, um produto de consumo de abrangência menor se comparado ao núcleo central.

Segue-se a dinâmica da reestruturação intra-urbana, associada à intensidade do processo de urbanização do final do século XX e aos fluxos decorrentes da multiplicação e diversificação de atividades comerciais e de serviços, que resulta na ampliação de áreas centrais. Esse processo está relacionado à expansão do tecido urbano. Desse modo, a expansão territorial, com a abertura de novos bairros/loteamentos, irá contribuir para a formação de novas centralidades e vias especializadas para atender ao crescimento territorial e populacional da cidade. Leite (2003, p.79-80), estudando a questão, aborda que:

Baseando na concentração demográfica como um reflexo da intensa urbanização, associando a isto uma diversidade de atividades econômicas, podemos identificar, em Montes Claros, a ampliação dos papéis desempenhados pela cidade na atual divisão territorial do trabalho. Em função disso, ocorre com intensificação das modalidades de expansão urbana de maneira descontínua, favorecendo, sobretudo, a especulação imobiliária. Dessa forma, novas áreas vão sendo ocupadas em locais distanciados da área anteriormente ocupada, [...].

Montes Claros apresenta uma dinâmica de crescimento da área central em direção a bairros periféricos, a partir da expansão vertical e horizontal. A concentração excessiva de atividades e serviços no núcleo central da cidade e a melhoria nas formas de transporte são também aspectos que têm causado o processo de descentralização da área central. Somam-se a isso a instalação de novas infra-estruturas e os mais diferentes usos do solo urbano, que se impõem no atual período técnico-científico-informacional.

O espaço dominado, controlado, impõe não apenas modos de apropriação, mas comportamentos, gestos, modelos de construção que excluem/incluem. Produz a especialização dos lugares, determina e direciona fluxos, originando centralidades novas. (CARLOS, 2002, p.179).

Para Spósito (2001, p.238):

As áreas centrais estão se multiplicando e a observação dessa tendência pode ser reconhecida como resultado de uma lógica que passou a orientar a constante dinâmica de reestruturação das cidades brasileiras. A multiplicação de áreas de concentração de atividades comerciais e de serviços revela-se através da nova espacialização urbana [...]. Em outras palavras, o reconhecimento da multiplicação de áreas centrais de diferentes importâncias e papéis funcionais pode se dar através da observação da localização das atividades comerciais e de serviços.

A redefinição da área central, no entanto, não pode ser analisada apenas no plano da localização das atividades comerciais e de serviços, como já tem sido destacado por diferentes autores, ao contrário, deve ser estudada a partir das relações entre essa localização e os fluxos que ela gera e que a sustentam. Os fluxos permitem a apreensão da centralidade, porque é através dos nódulos de articulação da circulação intra e interurbana que ela se revela. Essa circulação evidente é redefinida constantemente pelas mudanças ocorridas na localização territorial das atividades que geram concentração. Nessa perspectiva, não há centro sem que se revele sua centralidade, assim como essa centralidade não se expressa sem que uma concentração se estruture. (SPÓSITO, 2001, p.238).

Nesses espaços, ou seja, nas novas centralidades, ocorrem também fluxos de informações, tecnologias, matérias-primas e capitais, que vão gerar diferentes núcleos dotados de infra-estrutura e funcionalidade e, em alguns casos, surgem a especialização funcional ou as vias especializadas. Esses mecanismos constituem condições para a articulação das

atividades que serão oferecidas e para o estabelecimento de uma economia nas novas áreas centrais que se formam. Tais processos se apresentam nas áreas centrais antigas e, como resultado da expansão territorial das cidades, vão se repetir nas novas centralidades formadas, seja via subcentros, áreas especializadas, ou ambos, entre outras formas comerciais.

Assim, a centralidade se associa à urbanização que, por sua vez,

[...] se realiza em função da reprodução econômica, revelando o espaço enquanto condição-meio-produto da reprodução social [...]. Hoje, a transformação do conteúdo e da extensão da centralidade é consequência desse processo, exigindo uma política urbana que oriente os recursos para a construção de infra-estrutura necessária. (CARLOS, 2005, p.33).

3.2 - Novas Configurações do Espaço Intra-Urbano: a formação dos subcentros em Montes Claros/MG

As noções de especialização, abrangência, delimitação espacial e diversidade contribuem na compreensão e diferenciação dos conceitos de núcleo central e subcentro, conforme esclarece Villaça (2001, p.293):

O subcentro consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte de cidade, e o centro principal cumpre-os para toda a cidade.

Os subcentros, pequenos ou grandes, dotados de estabelecimentos comerciais e de serviços, começam a se formar para atender às necessidades imediatas da população do seu entorno, ou seja, das áreas residenciais próximas. Mendes e Grzegorczyk (2003, p.110) enfatizam que o surgimento dos subcentros é uma característica tanto de cidades grandes quanto médias; eles se constituem em função da dinâmica intra-urbana das cidades: “Os subcentros [...] podem se originar dentro das cidades, como resposta à expansão territorial e

ao adensamento populacional em determinadas áreas. Esse tipo de subcentro surge tanto nas cidades grandes como nas de médio porte”.

Pintaudi (2002) relata como aconteceu em São Paulo a emergência dos subcentros.

A partir de meado dos anos 50, o centro da cidade de São Paulo foi sendo, paulatinamente, abandonado por seus antigos freqüentadores, em favor de áreas comerciais situadas em bairros mais afastados, e apropriados por novos. A mudança já vinha se desenhando, mas é nesse momento que se torna mais visível em alguns subdistritos populosos ou mesmo em ruas como a Augusta que se desenvolveu como um prolongamento do centro da cidade em direção aos bairros residenciais de mais alto poder aquisitivo. Tratava-se, porém, de um desdobramento de filiais de lojas do centro que, junto com pequenas lojas de vizinhança e de abastecimento de gêneros perecíveis, formavam um pequeno centro comercial para os habitantes do bairro. (PINTAUDI, 2002, p.150).

Spósito (2001) relaciona os agentes responsáveis pela criação dos subcentros, destacando os investimentos de empreendimentos de médio e pequeno porte, empresas, bancos, no caso de Presidente Prudente – cidade média de São Paulo:

A emergência de novos subcentros e dos eixos de desdobramento do centro principal que estamos caracterizando como a primeira tendência à descentralização territorial do centro principal, ocorreu através da relocalização de estabelecimentos que antes nesse centro, mas também, a partir de novas iniciativas de capitais de pequeno e médio porte. A ação desses capitais à procura de novas localizações de menor custo foi significativa no delineamento dessa tendência. Essa procura por novas localizações decorreu de um aumento demográfico e econômico que não permitia mais a concentração de todas as atividades consideradas centrais [...]. Por outro lado, foi consequência, também, da entrada de grandes empresas e do aumento da participação do setor bancário no controle das melhores localizações no centro principal. De qualquer forma, o que se verificou como prevalente foi a ação de agentes locais nessa primeira tendência de redefinição de áreas centrais. (SPÓSITO, 2001, p.243).

Ao reunir comércio e serviços, os subcentros atraem equipamentos urbanos, que, por sua vez, funcionam como atrativos para empreendedores interessados em investimentos e para a população que procura espaços para morar que atendam aos seus anseios. Essa população, por seu turno, irá usufruir e consumir os bens e serviços disponíveis nos subcentros.

Os subcentros emergem em regiões de grande densidade demográfica, onde estão segmentos de baixo e/ou alto poder aquisitivo, podendo ser dotados ou não de boa acessibilidade e infra-estrutura.

A evolução dos subcentros acompanha o tamanho e o contexto no qual a cidade está inserida. De modo geral, surgem em áreas distantes do centro principal, em regiões de alta densidade demográfica, constituindo-se em uma hierarquia de centros comerciais no interior da estrutura urbana, [...]. (RIBEIRO FILHO, 2004, p. 50).

Geralmente, os equipamentos urbanos presentes nos subcentros são conquistados devido às iniciativas de empresas de investimentos imobiliários de empresas de médio e pequeno porte, que se interessam em dotar tais áreas de infra-estrutura visando a valorizá-las, a fim de potencializar o consumo da população, maximizando seus lucros com os investimentos efetuados nos estabelecimentos.

Há, nos espaços urbanos, uma articulação muito forte entre tais agentes e o poder público municipal, de forma que este atua, quase sempre, em favor dos detentores de capitais, privilegiando algumas áreas em detrimento de outras. Sendo assim, quando o Estado atende aos anseios da população mais pobre, a justificativa é uma pressão muito grande por parte dos moradores ou, como tem ocorrido ocasionalmente, devido a interesses eleitoreiros.

Os subcentros caracterizam-se, então, pela presença de empreendimentos urbanos que motivam os investimentos dos setores público e privado, definindo diferentes usos de solo e atraindo fluxos de pessoas para o consumo. Dos empreendimentos que originam os subcentros, podem-se destacar a criação de shopping centers, os novos loteamentos, os hospitais, as universidades ou faculdades e os postos de saúde, entre outros. Daí decorre a tendência, apresentada por alguns subcentros, à formação de vias ou áreas comerciais e de serviços especializados, dotadas de funcionalidade sócio-espacial.

Então os subcentros desenvolveram-se, não para facilitar a vida dos moradores, mas como resultado do processo de reestruturação urbana, em função da expansão desta, desenvolvendo uma centralização de acordo com os atrativos proporcionados por algum tipo de instituição ou equipamento urbano que gera um certo fluxo de pessoas, ou ainda mais, caracteriza-se pelo poder aquisitivo dos moradores, resultando até em alguma especialização funcional dessas áreas. (NAVARRO, 2005, p.108).

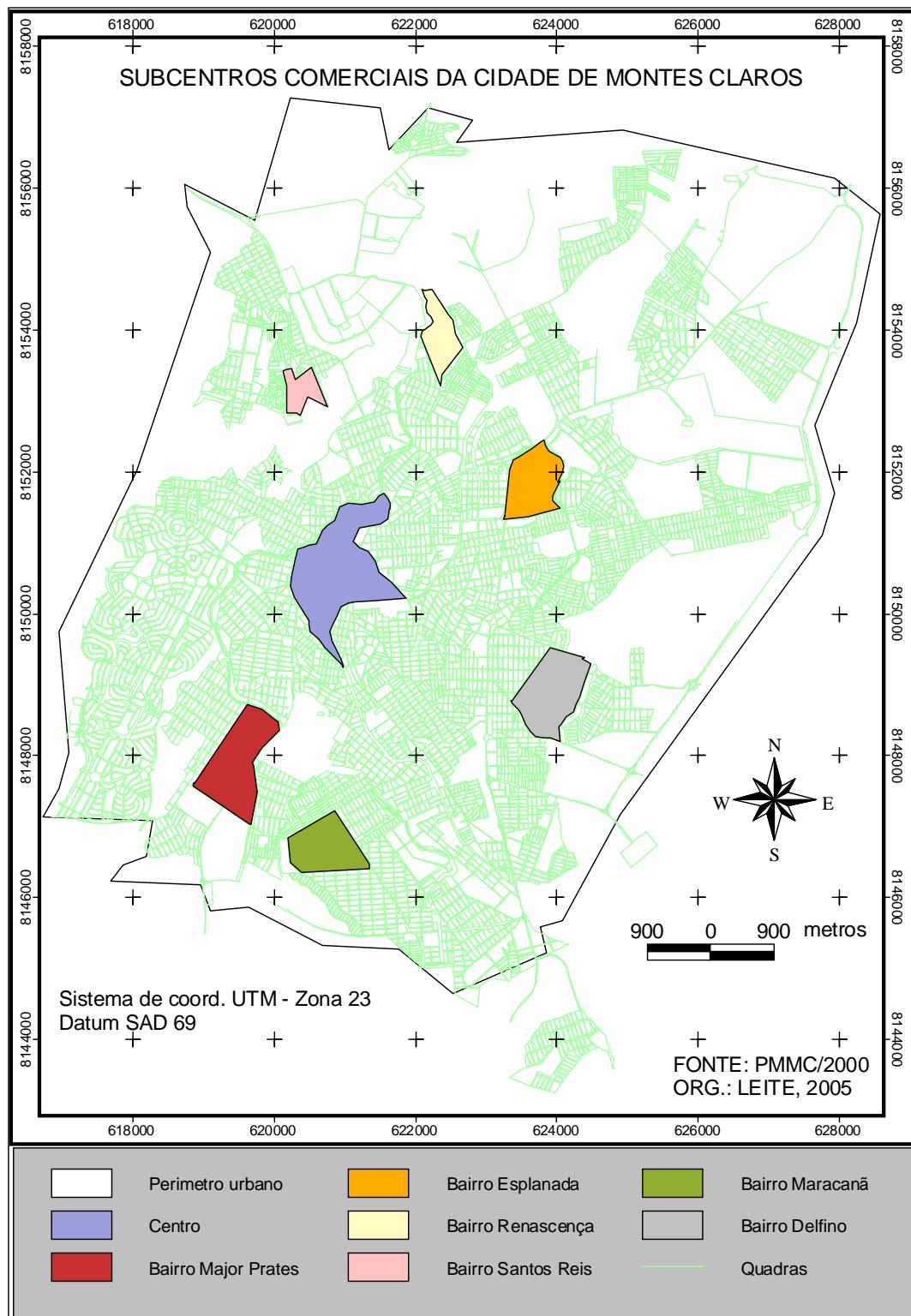
Percebe-se, assim, a redefinição das funções centrais, ocasionando a criação de novas centralidades para atender às demandas das populações dos bairros novos que surgiram e

daqueles que se localizam na periferia das cidades. Com o passar do tempo, os subcentros vão se dinamizando, visto que começam a aglutinar fluxos diversos (mercadorias, pessoas, capitais e informações) de bairros circunvizinhos, assim como de outras regiões da cidade.

Isso acontece em função do dinamismo e da diversidade no oferecimento de atividades, que podem ser apresentados por alguns subcentros no decorrer do tempo. As pessoas que consomem os bens e serviços oferecidos pelos subcentros deixam de ser, necessariamente, do bairro onde ele está localizado. Entretanto, não se pode padronizar essa tendência para todos, pois coexistem os subcentros que possuem serviços de primeira necessidade, para atender à sua população, e há aqueles que apresentam serviços mais variados, conseguindo, por isso, um alcance maior. Nesse último caso, eles oferecem, por exemplo, serviços bancários, agências lotéricas, correios, farmácias e postos de combustíveis, entre outros.

No caso da cidade de Montes Claros, os subcentros se originaram em áreas residenciais distantes do núcleo central, de forma que, acompanhando a expansão territorial urbana e o crescimento demográfico em áreas periféricas, passaram a atrair comércios e serviços diversificados. Tais subcentros estão distribuídos em vários pontos da cidade e atendem, prioritariamente, às necessidades imediatas dos consumidores locais, sendo que alguns apresentam-se mais qualificados e diversificados, de acordo com as acessibilidades presentes no bairro e o contingente populacional.

MAPA 10



A maioria dos subcentros formados na cidade possui em comum a presença de postos de saúde municipais³, esses equipamentos aceleraram o processo de formação dos subcentros Major Prates, Santos Reis, Renascença, Maracanã, Delfino e Esplanada. (Mapa 10).

Seguindo a mesma tendência nacional, embora com especificidades, Montes Claros/MG mudou e ampliou seus papéis, emergindo um nível de centralidade intra-urbana que revela o seu grau de importância para os moradores da cidade e para uma clientela regional. Isso se deu a partir de profundas mudanças em seu espaço intra e interurbano.

A partir da estrutura atual do núcleo central de Montes Claros, estabelecida e definida, prioritariamente, por suas atividades terciárias – comércio e serviços, ocorrem grandes fluxos de diferentes partes da cidade, já que essa área abriga uma variedade enorme de funções, constituindo o principal espaço de mercado de trabalho da cidade e, por conseguinte, espaço de grande deslocamento e convergência de população. O núcleo central, então, mantém-se como o espaço monopolizador das principais atividades econômicas que se desenvolvem no interior das cidades, visto que acumula uma maior diversificação comercial, de serviços e especialização de tais atividades.

A presença de rede de comunicação e transporte no núcleo central dá suporte à instalação e à expansão de atividades econômicas que, articuladas ao crescimento da população que freqüenta esse espaço, aumentam o número de veículos em circulação. Paralelamente a esse processo, assiste-se à redução do número de pessoas residindo no núcleo central, que passam a morar em áreas distantes dali, resultando em uma nova redistribuição espacial da população e da atividade econômica.

³ Os postos de saúde foram implantados a partir dos anos 1980 nesses bairros gradativamente pela ação da Prefeitura Municipal de Montes Claros, como resultado de instrumentos de gestão que objetivavam dividir a cidade em regiões administrativas, visando oferecer aos moradores de diversas regiões da cidade serviços de saúde e descentralizando, assim, a busca de tais serviços nos hospitais.

A população instalada na periferia da cidade necessita ser atendida em suas necessidades básicas de consumo, sendo que, muitas vezes, não será necessário se deslocar ao núcleo central, pois surgem os subcentros de comércio e serviços nesses locais, dotados de favorável infra-estrutura urbana para seu atendimento.

Nas cidades médias, o núcleo central, geralmente, é o único que favorece a concentração de atividades em seu interior, ainda assim surgem, nessas cidades, subcentros que, articulados ao núcleo central principal, atendem à clientela da periferia.

O Plano Diretor Municipal de Montes Claros, na Sessão II, intitulada Das Diretrizes para a Indústria e o Comércio – incisos XXV, XXVI, XXVII, XXVIII e XXIX- prevê:

- a) proceder, gradativamente, à descentralização espacial do comércio, localizando-o nos bairros de grande concentração populacional;
- b) definir áreas comerciais nos loteamentos existentes e futuros;
- c) ampliar áreas destinadas à implantação do comércio atacadista, com participação da iniciativa privada;
- d) criar estacionamentos rotativos nas diversas zonas comerciais, como forma de assegurar mais conforto à população;
- e) instalação de postos policiais fixos, em pontos estratégicos das diversas zonas comerciais.

Tendo em vista a expansão físico-territorial de Montes Claros, torna-se imperativo ao poder público municipal e aos outros agentes sociais urbanos planejar e promover novos espaços físicos para melhor comodidade dos moradores urbanos, determinando a reprodução do uso do espaço urbano e, consequentemente, do capital.

O processo de expansão do núcleo central de Montes Claros foi acompanhado pela emergência de subcentros. Trata-se de uma centralidade que se expressa em diferentes escalas, usos, formas e padrões econômico-espaciais, apresentando grande relevância para

criar e reproduzir o capital, bem como centralizar, descentralizar e impulsionar multicentralidades.

Sobre a emergência de novas centralidades no interior das cidades, Lefebvre (1999, p.42) acrescenta:

A cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações, sem aproximação, sem proximidades, isto é, sem relações.

Dessa maneira, novas formas e usos de consumo surgirão em diferentes áreas do espaço urbano, permitindo usos diversos, social e espacialmente, a exemplo dos subcentros de comércio e serviços. Não obstante, enquanto alguns deles se caracterizam por alta especialização, funcionalidade e dinamismo, em outras áreas faltam um mínimo de infraestruturas e amenidades. É de se destacar que, na maioria das vezes, essas características são definidas pelo poder de consumo da população residente, que se relaciona com seu poder aquisitivo, e pelos investimentos do poder público e da iniciativa privada.

Recentemente, o secretário de Planejamento e Coordenação da Prefeitura Municipal de Montes Claros, Guilherme Guimarães Oliveira, ao comentar sobre os projetos de revitalização do núcleo central da cidade, em entrevista a uma revista editada na cidade, declarou que: “A idéia é revitalizar outras áreas, como os bairros Major Prates e Santos Reis, tornando-as pólos comerciais, para que a população não precise se deslocar até o núcleo central”. (GONÇALVES, 2005, p.34).

A emergência de subcentros constitui uma das formas de expansão e crescimento dos núcleos centrais das cidades, associada às exigências do capital, que visa à sua reprodução e lucratividade. Tal processo vem se consolidando a partir do momento em que o núcleo central deixa de ser o polo monopolizador do comércio e de serviços, devido ao crescimento territorial da cidade, à queda da qualidade de vida do núcleo central para fins residenciais, à

sua degradação física a partir dos congestionamentos, e à ineficiência e encarecimento nos sistemas de transportes. “Tais subcentros podem ser caracterizados como áreas onde se alocam as mesmas atividades do núcleo central principal, com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor e com menor incidência de atividades especializadas”. (SPÓSITO, 1991, p.9).

Tendo em vista que a cidade é uma estrutura que está em constante mudança no que tange às suas características físicas e à sua ocupação via fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, torna-se relevante o estudo de tais mudanças no espaço intra-urbano.

Nessa perspectiva, espaços como o Major Prates e o Esplanada apresentam-se como novas centralidades importantes no interior da cidade de Montes Claros, posto que vêm assumindo uma forte polarização nas regiões onde estão situados. Assim, o subcentro Major Prates, marcado por grande diversidade e especialização no oferecimento de comércio e prestação de serviços, apresenta um atendimento que não se restringe à polarização da população local, atingindo, também, a população regional, que busca o consumo de comércio e serviços.

Por outro lado, verifica-se no Esplanada um modesto subcentro em formação, que se individualiza pela ocorrência de vias especializadas que estabelecem fluxos e usos para as diferentes áreas de Montes Claros, atendendo, por conseguinte, à uma clientela regional. Se comparado ao subcentro Major Prates, esse subcentro possui uma menor diversidade funcional e atende a uma clientela menor.

Isto posto, verifica-se, em Montes Claros, duas importantes áreas econômicas do espaço urbano, que ilustram o processo de expansão urbana da cidade e a consolidação desse núcleo como concentrador e polarizador de atividades comerciais e de serviços, não somente em seu interior, mas em uma vasta região que é o Norte de Minas Gerais.

Sendo assim, o estudo dos subcentros assume notável importância, à medida que contribui para o entendimento do papel que eles desempenham no espaço intra-urbano, nesse caso, especificamente nas cidades médias.

3.2.1 – Os Subcentros Major Prates e Esplanada

Por meio do processo de expansão urbana vivenciado pelas cidades, estabelecimentos comerciais e de serviços tendem a se instalar em áreas do tecido urbano não restritas ao núcleo central; atraídos por densidade populacional, por vias de circulação intensa, infraestruturas, amenidades, fatores locacionais e, sobretudo, pelo potencial de mercado da população.

Ao associar o espaço intra-urbano à importância que o núcleo central assume na sua configuração no tocante às atividades por ele desenvolvidas, Villaça (2001, p.20) informa que:

O espaço intra-urbano, [...], é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho –, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. Exatamente daí vem o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano. Tais áreas [...] são as que geram e atraem a maior quantidade de deslocamentos [...], pois acumulam os deslocamentos de força de trabalho – os que ali trabalham – como os de consumidores – os que ali fazem compras e vão aos serviços.

Com isso, emerge uma nova ordenação e reordenação do espaço urbano que põe fim à centralidade única, que, anteriormente, era característica exclusiva do núcleo central, à medida que permite novas centralidades e multicentralidades pela ocorrência de diferentes níveis de especialização e diversidade funcional. (PEREIRA, 2001).

A emergência e multiplicação de áreas centrais impulsionam a ocorrência dos subcentros no espaço intra-urbano das cidades, que, por sua vez, reproduzem as características essenciais do núcleo principal. Os subcentros de comércio e serviços são espaços onde se

reproduzem centralidades por meio de intercâmbio de mercadorias, serviços e idéias, proporcionando fluxos de pessoas e de transportes, aglomerações e concentrações.

Geralmente, os subcentros se desenvolvem em áreas distantes dos núcleos centrais, em grandes bairros ou conjuntos habitacionais, nas proximidades de escolas, eixos de circulação, parques, shopping-center e clubes. Nesse sentido, eles surgem para atender à clientela que consumia exclusivamente no núcleo central e que passou a residir em áreas distantes dele. Como resultado do processo de descentralização inerente à reestruturação urbana, esses espaços constituem-se em função das demandas potenciais de algumas áreas afastadas do núcleo central.

Conforme Pereira (2001), muitas vezes os subcentros se desenvolvem de acordo com os atrativos proporcionados por algum tipo de equipamento urbano ou pelo poder aquisitivo dos moradores. A autora salienta que eles não foram pensados e planejados para facilitar a vida dos moradores das áreas periféricas, embora isso seja desejável e ocorra indiretamente.

Tendo em vista o alcance, a especialização e a diversidade das atividades instaladas e desenvolvidas nos subcentros, faz-se necessário diferenciar os conceitos de subcentros e comércio de bairros. Sobre esse assunto, Ribeiro Filho (2004) esclarece que os subcentros são definidos pela multiplicidade de suas funções, que coexistem num mesmo local, e não pela presença de algumas atividades de comércio e serviços de caráter local, geralmente denominados de comércio de bairros. De acordo com esse autor, “há centros comerciais de grande expressão, alguns de importância secundária e outros que atingem um alcance espacial limitado”. (RIBEIRO FILHO, 2004, p.139).

Duarte (1974, p.71) entende que:

[...] a localização de lojas de confecções, calçados, supermercados, panificadoras e alguns tipos de serviços, como dentistas ou oficinas para uso ou consumo mais imediato, não caracteriza subcentros, mas apenas “comércios de bairros, isto porque são atividades de alcance limitado, sendo reduzido o número de atividades que tenham como finalidade o consumo imediato da população local. Não ocorre uma diversificação de atividades acompanhadas de uma concentração e não se forma fluxos em direção a este comércio.

O tamanho e os tipos de funções que se desenvolvem nos subcentros, sua localização, os meios de transportes disponíveis e o nível socioeconômico da população que ali reside e consome são fatores importantes para se compreender a dinâmica dessas novas formas comerciais na sua região e no interior da cidade onde se localizam. Tendo em vista a funcionalidade e diversidade dos subcentros, sua especialização e seu alcance locacional, essas formas comerciais são categorizadas pelos estudiosos dessa temática.

A proposta de Duarte (1974) identifica a tipologia e hierarquia dos subcentros considerando em sua classificação a complexidade funcional ligada às atividades terciárias e ao grau de intensidade dos fluxos que se realizam.

Conforme estudos dessa autora, referentes à cidade do Rio de Janeiro, há três categorias de centros funcionais, quais sejam:

- a) os centros funcionais de primeira categoria ou centros equipados, que totalizam mais de 12 funções;
- b) os centros funcionais de segunda categoria ou sub-equipados, que totalizam de 8 a 12 funções centrais, mas incompletas;
- c) os centros funcionais de terceira categoria ou centros não equipados, que totalizam 4 a 7 funções, sendo esses os que surgiram, em sua maioria, próximos a centros funcionais de hierarquia superior e que atuam dentro de sua área de influência, exercendo um papel de complementaridade.

Ribeiro Filho (2004) salienta a importância dos subcentros e a sua configuração no âmbito nacional. Conforme esse autor “[...] os centros comerciais espontâneos e planejados foram as formas espaciais que implicaram maior transformação da estrutura comercial das cidades brasileiras, por isso merecem uma análise mais detalhada”.

Segadas Soares (1987) comunga da idéia desse autor, quando reitera a importância de estudos relacionados ao surgimento dos subcentros e sua ligação com os acontecimentos no

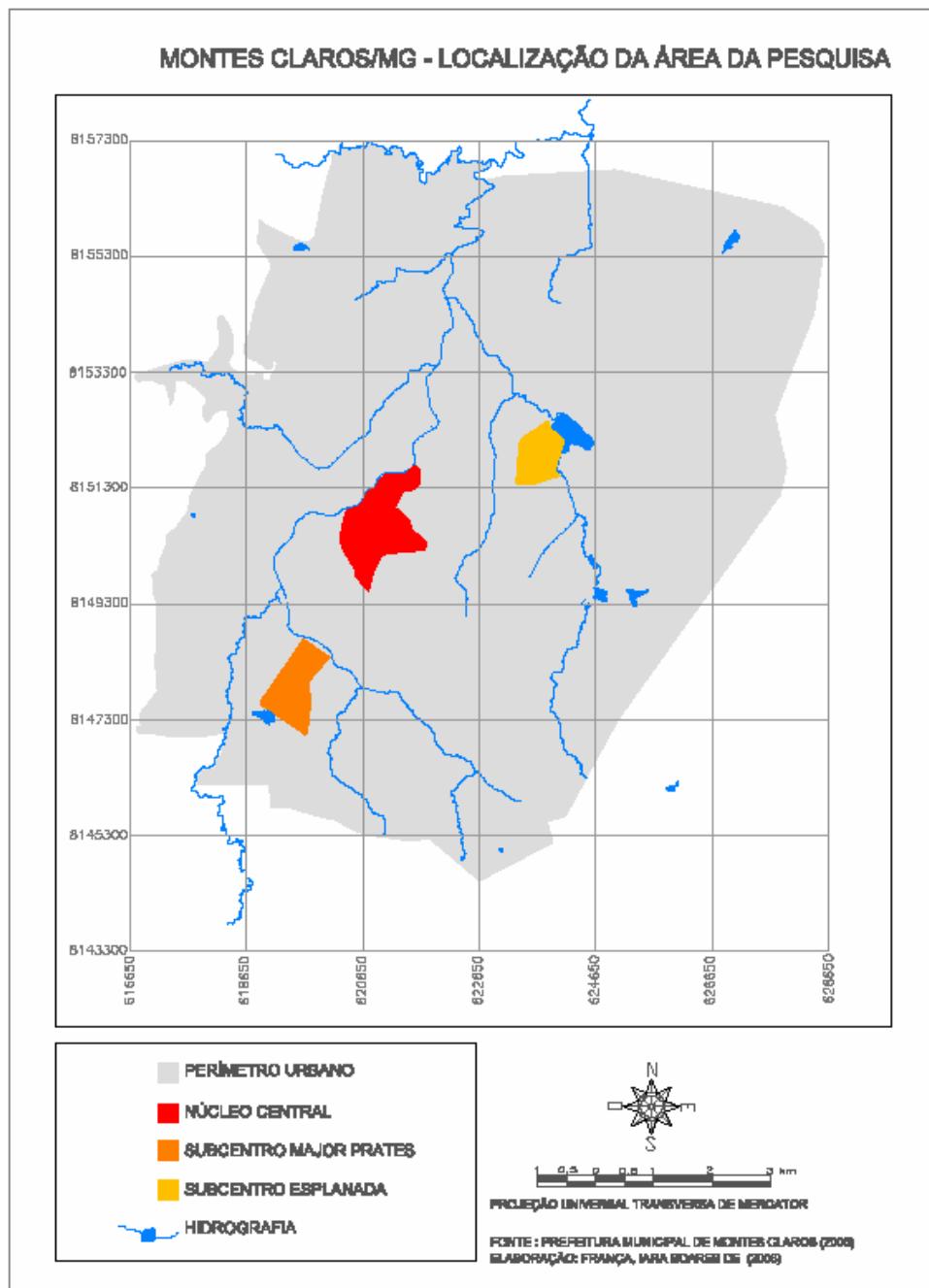
interior da cidade, isto é, sua área central e dinâmica intra-urbana que extrapola as barreiras territoriais e alcança regiões. Para a referida autora, “[...] o estudo dos subcentros, assim como o de toda a geografia urbana, é altamente dinâmico, e qualquer transformação na vida da cidade pode alterar profundamente a evolução desses núcleos de cristalização de comércio e dos serviços da cidade”. (SEGADAS SOARES, 1987, p.133).

Nesse sentido, essa reflexão pretende ser uma contribuição para os estudos que tratam da formação de subcentros e suas especificidades em cidades médias. Nesse caso específico, abordar-se-á esse tema no âmbito de Montes Claros/MG.

Os subcentros Major Prates e Esplanada (mapa 11), que serão analisados neste trabalho, são denominados subcentros espontâneos. Os subcentros espontâneos configuram-se como réplicas do centro principal, porém com diversidade comercial e de serviços e com menor incidência de atividades especializadas. (VILLAÇA, 1998).

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

MAPA 11



Para esse estudo, foi realizado um levantamento das atividades desenvolvidas nas avenidas de maior concentração dos subcentros e que, posteriormente, dará suporte à análise da distribuição espacial das atividades econômicas e de prestação de serviços, suas características gerais e especificidades. Essa metodologia é relevante, pois contribuiu para a compreensão do objeto de estudo em questão.

Parte-se da premissa de que a cidade e seus inúmeros componentes se interligam no interior do seu espaço urbano. Aqueles que pretendem compreender esse fenômeno, em sua totalidade, devem considerar esses aspectos em seus estudos.

Conforme Segadas Soares (1968, p.120), parafraseando Pierre George (1952):

Cidade e bairro são, pois, uma coisa só: não se pode compreender uma cidade sem analisar os seus bairros, mas ao estudarmos um bairro temos de ter em mente a cidade a que ele pertence. Chegamos, desse modo, a uma noção básica em geografia, muito bem enunciado por Pierre George em sua obra *La Ville*, segundo a qual “todo estudo geográfico deve, sucessivamente, partir do fato geral para o particular e, depois, se abrir novamente para o fato geográfico”.

3.2.1.1 - O Major Prates

O Major Prates localiza-se na região sul da cidade de Montes Claros, possuindo como limites os bairros Augusta Mota, Morada do Parque, Morada do Sol, São Geraldo, Vargem Grande e Canelas. Esse bairro conta com uma área de 759.898,91m². Sua localização, distante cerca de 4 km da área central, tem sido determinante para o desenvolvimento socioeconômico não só do Bairro mas da própria região Sul. O bairro possui um sistema viário que articula um grande volume de pessoas e veículos para a região central da cidade. Entre as principais avenidas de acesso a esse subcentro, estão a Francisco Gaetani e a Castelar Prates, que assumem um importante papel na concentração de comércio e prestação de

serviços. Nessas duas avenidas principais do bairro, convergem grandes fluxos de pessoas e veículos. Ademais, registra-se que esse espaço também faz limite com a BR 351, que interliga o município de Montes Claros à Pirapora, no Norte de Minas, e à Uberlândia, no Triângulo Mineiro.

Em relação à infra-estrutura, o Major Prates possui 96,67% de esgotamento sanitário e 92,76% de rede de água. Quanto ao lixo, dos 1355 domicílios existentes, 1331, ou seja 98,22%, dispõem do serviço de coleta de lixo.

Quanto ao aspecto educacional, o subcentro Major Prates é dotado de uma rede de ensino básico, com a atuação das redes municipal, estadual e particular. Existe também, nesse subcentro, uma universidade particular, a UNOPAR (Universidade do Norte do Paraná), que oferece os cursos de graduação em Normal Superior, pós-graduações em Gestão Escolar e Medicina Familiar e Ambulatorial. Além disso, há ainda um pré-vestibular instalado no bairro.

Sobre esse aspecto, Pereira (2000, p.97-98) afirma que:

Algumas áreas, muitas vezes, recebem apenas a infra-estrutura básica (asfalto, rede de água, rede de esgoto e rede de luz), não sendo beneficiadas com outros investimentos, equipamentos e serviços urbanos, como praças, arborização e coleta de lixo constante. Mas, à medida que se instalam comércio e serviços, os agentes econômicos acabam por pressionar o poder público a implantar ou melhorar as condições que possam estar diretamente relacionadas com os estabelecimentos, desde que essenciais.

Pode-se depreender que a emergência do bairro Major Prates à condição de subcentro se relaciona diretamente com a infra-estrutura urbana que tal espaço possui, somados a isso a sua excelente localização geográfica, o dinamismo econômico, o grande contingente populacional e, consequentemente, o forte mercado consumidor.

A descentralização, como parte do processo de reestruturação interna das cidades contemporâneas, cria e recria espaços que se diferenciam pela presença de serviços e equipamentos urbanos, para atender à sociedade. Os subcentros, nesse sentido, também têm sua diferenciação e configuração espacial baseadas nos atrativos e influência dos moradores de determinada área, que motivarão investimentos diferenciados do poder privado e o recebimento de serviços públicos. O resultado dessa territorialização reflete-se nas condições de infra-estrutura, atividades

comerciais, de serviços e equipamentos urbanos, que influem na qualidade de vida dos moradores. (PEREIRA, 2000, 97-98).

O subcentro Major Prates¹ está entre um dos maiores adensamentos populacionais da cidade de Montes Claros, com uma população residente total de 5279 pessoas, compreendendo 1,82% da população de Montes Claros. Desse total de pessoas, 2741 são mulheres e 2538 são homens, 52% e 48%, respectivamente. Essa população distribui-se em 1355 domicílios, equivalendo a 3,9 moradores por domicílio. Considerando-se a população residente e alfabetizada por faixa etária, que é 83,33% da população total do bairro (4399 pessoas), percebe-se que 27,2% desse total se enquadra na faixa etária de 15 a 24 anos, enquanto a população com idade de 65 a 74 anos representa apenas 2,5% da população total do bairro Major Prates. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2006).

Nesse espaço, reside, predominantemente, uma população de baixo poder aquisitivo, que compõem os grupos C e D. A partir da renda dos moradores, das condições infra-estruturais e da diversidade funcional ali presentes, os comerciantes e pequenos empresários locais investiram nesse subcentro, de forma que passasse a atender às necessidades imediatas dos moradores e lhes proporcionasse retorno financeiro.

Com isso, um intenso fluxo de atividades comerciais e de prestação de serviços instaladas nesse subcentro atrai uma massa expressiva de consumidores. Os consumidores variam entre moradores do bairro e pessoas que estão de passagem para outros lugares da cidade ou ainda viajantes que chegam à cidade passando por ali.

¹ O bairro Major Prates está localizado na região sudoeste da cidade de Montes Claros e, segundo dados da Prefeitura Municipal (2003), conta com uma área de 955.244,00 m², sendo 718.866 m² de área de lotes; 153.786 m² de rua e 82.610 m² área verde, sendo aí incluídas as praças e jardins. (LEITE; PEREIRA, 2003, p.4 -5).



Figura 13 – Comércio e serviços, Avenida Francisco Gaetani, Major Prates

Autor: FRANÇA, I. S.de/ nov. 2006

As atividades comerciais e os serviços desenvolvidos tornam-se cada vez mais dinâmicos e variados, alcançando o consumo não somente da população do Major Prates, mas também dos bairros adjacentes e da região. Atualmente, desenvolvem-se nesse espaço atividades de consumo imediato da população, como, por exemplo, o comércio de carnes e hortifrutigranjeiros, juntamente com ramos de atividades mais especializadas e complexas. Dessa forma, academias, farmácias (Figura 13), comércio de calçados e de cama, mesa e banho, casas lotéricas, serviços de transportes e cargas, bem como hotéis e pensões são algumas atividades que ilustram o desenvolvimento e a potencialidade econômica desse subcentro.

MAPA 12 - MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO – MAJOR PRATES

A partir do mapeamento da distribuição do uso do solo, nota-se que a ocupação no subcentro Major Prates é variada, possuindo, concomitantemente, uso comercial e residencial. Percebe-se que os estabelecimentos comerciais concentram-se ao longo de dois eixos perpendiculares, quais sejam, as Avenidas Francisco Gaetani e Castelar Prates, formando dois núcleos estratégicos de passagem para a área central de Montes Claros e para outros bairros da cidade, bem como acesso para a BR135. Os quarteirões localizados nessas duas avenidas são densamente ocupados por atividades comerciais, notadamente no centro do bairro. Dessa forma, à medida que se afasta dessa área, que é bastante ampla em relação à dimensão total desse subcentro, vê-se a ocorrência de residências, denotando uma nítida separação entre uso comercial e residencial. O resultado apresentado no mapa 12 demonstra também a ocorrência, nesse subcentro, de instituições públicas, unidades de ensino e de saúde, templos religiosos e áreas verdes.

O desenvolvimento de atividades de comércio e serviços, juntamente com o crescimento intenso de sua população e aliado ao processo de descentralização das atividades centrais e às transformações econômicas da cidade de Montes Claros, contribuiu para a formação desse importante subcentro.

Sobre isso, Tourinho (1989, p.289) aponta que:

Essas áreas especialmente equipadas apresentam características diferenciadas que as potencializam como pontos de concentração de atividades e permitem que funcionem como intercambiadores de fluxos, os mais diversos – comerciais, direcionais, informacionais, culturais etc.

A Feira Livre do Major Prates constitui também um importante espaço para exposição e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros e pescados de pequenos produtores do município de Montes Claros e da região. (Figura 14). Além disso, apresenta-se com uma oportunidade para o comércio ambulante e fonte de renda para muitos trabalhadores. Essas feiras realizam-se aos sábados e domingos, movimentando um grande número de negócios e

atraindo muitos consumidores, sendo, portanto, uma atividade comercial de grande relevância.



Figura 14 – Feira Livre, Subcentro Major Prates

Autor: FRANÇA, I. S.de/ dez. 2006

Nota-se, pois, que, nessa área, dotada de população, infra-estrutura física, serviços e comércios variados, inclusive sob a forma de vias especializadas, que são elementos fundamentais na configuração dos subcentros, vem sendo construída uma das mais fortes e complexas centralidades de Montes Claros fora do eixo do núcleo central. Não obstante isso, é sabido que, em momento algum, o núcleo central principal perdeu a sua função de oferecimento de atividades, que sempre lhe foi atribuída. Em verdade, o que se percebe é a redefinição das funções centrais, ocasionando a criação de novas centralidades, por exemplo, os subcentros, para atender às demandas das populações dos novos bairros que surgiram e daqueles que se localizam na periferia das cidades.

Com o passar do tempo, os subcentros vão se dinamizando e começam a aglutinar fluxos diversos (mercadorias, pessoas, capitais e informações) de bairros circunvizinhos, assim como de outras regiões da cidade. Isso acontece em função do dinamismo e da diversidade no oferecimento de atividades, apresentados por alguns subcentros no decorrer do tempo. Registra-se que as pessoas que consomem os bens e serviços dos subcentros deixam de ser, necessariamente, as residentes no bairro onde o subcentro está localizado. Não se

pode, contudo, padronizar essa tendência para todos os subcentros, pois coexistem subcentros que possuem serviços de primeira necessidade, para atender à sua população, e há aqueles que são mais variados, atingindo um alcance maior. Nesse último caso, são oferecidos, por exemplo, serviços bancários, agências lotéricas, correios, farmácias e salões de beleza, entre outros (Figura 15).

Leite e Pereira (2003, p.6), estudando a dinâmica dessa área, afirmam que:

As atividades comerciais do bairro estão concentradas em dois pontos principais: a Avenida Francisco Gaetani e a Avenida Castelar Prates. A primeira se destaca por uma diversidade de lojas, dentre as quais se destacam as lojas de vestuário, calçados, materiais escolares e móveis. As farmácias e padarias do bairro também estão localizadas nessa avenida. A segunda se caracteriza por uma grande concentração de bares, pizzarias e sorveterias.



Figura 15– Intercessão entre as Avenidas Francisco Gaetani e Castelar Prates

Autor: FRANÇA, I. S.de./nov. 2006

Nesse sentido, pode-se assegurar que o subcentro Major Prates é bastante dinâmico, de forma que seus moradores satisfazem a boa parte de suas necessidades de consumo no próprio subcentro e buscam a complementaridade de atividades mais especializadas no núcleo central. Diante disso, ocorre que “[...] a centralidade tornou-se independente do núcleo central, distanciou-se dele, conceitual e fisicamente falando. Assim, a centralidade, como qualidade

do que é central, tornou-se ela própria medida, passando a identificar a aptidão que certos elementos urbanos tem para promover e impulsionar fluxos de intercâmbio. (TOURINHO, 1989, p.290).

O consumo no subcentro ou no núcleo central da cidade não se define apenas por fatores meramente opcionais. O consumo no núcleo central ou no subcentro, ou em ambos, está estreitamente ligado a fatores como deslocamento, otimização do tempo, custos econômicos e comodidade dos moradores dos bairros. É sabido que o deslocamento para o núcleo central tem sido caro e demorado, de forma que se torna oneroso para os grupos de baixo poder aquisitivo. Desse modo, o consumo nos bairros justifica-se pela comodidade que o subcentro proporciona, uma vez que, localizando-se próximo às residências dos moradores, dispensa-os de ter de pagar o deslocamento para consumir e satisfazer às suas necessidades.

O Major Prates, assim como os demais subcentros, ainda mantém sua área residencial, que coexiste com usos comerciais. Todavia, os usos comerciais e residenciais expressam usos sociais na qualidade de vida dos moradores, através das diferentes formas de se consumir o subcentro e por ele ser consumido.

A prosperidade/complexidade/dinamismo do subcentro Major Prates deve-se à proximidade com a rodoviária da cidade, com o Montes Claros Shopping Center (Figura 16), com a saída para a rodovia BR365 e com a instalação de uma boa rede de infra-estrutura básica: água, luz, esgoto, pavimentação, telefonia, vias de comunicação e circulação. É, portanto, um espaço de acessibilidades ideal para a manifestação de centralidades.

Sobre a centralidade, conquanto se afigure um princípio constitutivo no plano do espaço urbano, é preciso destacar, incessantemente, que a troca de produtos sempre esteve associada a ela. Os lugares escolhidos para a troca de produtos comumente implicaram situações estratégicas. Em outras palavras, a atividade comercial sempre demandou centralidade, o que também significa dizer acessibilidade. (PINTAUDI, 2002, p.155).

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.



Figura 16 – Vista parcial do Montes Claros Shopping, próximo ao subcentro Major Prates
Autor: FRANÇA, I. S.de./ nov. 2006

Os eixos de circulação (ruas e avenidas), juntamente com o sistema de transportes coletivos (ônibus) e individual (automóveis, motocicletas e bicicletas), fazem a ligação do subcentro Major Prates com o núcleo central, atendendo a moradores que se deslocam para outras áreas da cidade, a fim de trabalhar, estudar, entre outros objetivos.

Uma outra tendência presente nesse subcentro, de acordo com seu dinamismo e diversidade de serviços, é o atendimento a bairros de outras regiões da cidade, assim como aos distritos de Montes Claros. Tal fato é viabilizado pela sua posição geográfica, favorecida pela proximidade com a BR 365, que faz com que o Major Prates se destaque como ponto de passagem de pessoas que visitam ou passam pela cidade. Isso denota que a área de influência do subcentro do Major Prates é maior, estendendo-se a bairros vizinhos e a distritos de Montes Claros. (Mapa 13).

Essa localização, próxima a importantes vias de acesso, contribuiu para que fosse desenvolvido no bairro um amplo comércio varejista, pois as pessoas que vinham da zona rural para comprar, principalmente roupas e alimentos, preferiam fazer suas compras em um local mais próximo, sem ter que se deslocar até a área central (LEITE; PEREIRA, 2003, p. 5).

MAPA 13 - MAJOR PRATES , ÁREA INFLUÊNCIA

A configuração dos estabelecimentos nos subcentros propicia o atendimento não só a moradores da área, mas também à população adjacente. Ressalta-se que sua ampla área de atuação associa-se também à proximidade a importantes espaços comerciais e de serviços, como a rodoviária, o shopping-center e grandes supermercados, por exemplo, o Hiper Bretas. Sem dúvida, esse subcentro, diante de seu tamanho e complexidade, gera fluxos diversos, ainda que em intensidade menor do que o núcleo principal.

Percebe-se, também, a ocorrência de alguns edifícios nesse subcentro, o que não significa, ainda, o processo de verticalização no Major Prates.

O Parque Municipal Milton Lopes (Figura 17) e o Zoológico Municipal são amenidades ambientais instaladas no subcentro Major Prates. Possuindo uma extensa área verde e infra-estrutura como áreas para piqueniques, restaurantes, *playground*, quadras de esportes, campo de futebol, pista de *bikecross* e patins, esses espaços são abertos, diariamente, à visitação. Nesse parque, localiza-se a Lagoa com pedalinhos.



Figura 17 – Parque Municipal Milton Lopes e Zoológico Municipal, subcentro Major Prates
Autor: FRANÇA, I. S.de./ dez. 2006

Ao estudar os subcentros na metrópole/cidade do Rio de Janeiro, Segadas Soares (1987, p.128-129) identificou tipos de subcentros específicos a cada região dessa cidade, a saber: subcentros do tipo alongado ou nucleado, subcentro metropolitano, subcentros regionais e subcentros menores.

Os pontos de convergência ou de cruzamento de vias de circulação importantes têm gerado, também, dentro da cidade, subcentros de menor categoria, [...]. [...], o contato de áreas demograficamente diversas, a convergência das vias de circulação e o crescimento vertical são os elementos que contribuem para o surgimento e desenvolvimento dos subcentros [...] [...] existem vários subcentros que podem ser chamados de *regionais*, por servirem a grandes áreas de aglomeração [...]. [...] há vários *subcentros menores*, isto é, que servem a áreas mais restritas, [...], ou que, apesar de servirem a áreas amplas, ainda não se desenvolveram, grandemente seus serviços, [...].

Tendo em vista a configuração do subcentro Major Prates, pode-se dizer que ele possui características de um subcentro regional, ao atender a uma grande região no espaço intra-urbano, além de bairros de diferentes áreas e distritos de Montes Claros.

A configuração do subcentro Major Prates denota a existência de um subcentro que se forma a partir das intervenções e ações de grupos públicos e privados, bem como de alianças entre eles. Isso se evidencia a partir da disponibilidade dos equipamentos urbanos, infra-

estruturas, comércio e serviços ali existentes para atender ao potencial consumidor de uma população densa e expressiva no tocante à cidade de Montes Claros.

Essa idéia encontra sustentação em Segadas Soares (1987, p.133), quando ela preceitua que:

Um planejamento minucioso, apoiado em estudos detalhados da realidade, deve ser elaborado para resolver os gravíssimos problemas dessas áreas, [...] já densamente povoadas, em que [...] o congestionamento do tráfego, a falta de áreas de recreação, a falta de escolas, a insuficiência de rede de esgotos, água e telefone mostram-nos a presente necessidade de planejar a reestruturação dessas áreas, tomando, como pontos de apoio, os subcentros já existentes.

A produção e reprodução que se processam nesse espaço, todavia, não inviabilizam melhorias para possibilitar investimentos diversos, e, com isso, melhorar a vida dos seus moradores. Desse modo, assim como em todo subcentro, detecta-se, no Major Prates, problemas relacionados à moradia, à ineficiência ou baixa qualidade dos transportes coletivos, e à ausência de áreas verdes e vias de lazer, dentre outros. Nota-se que os referidos problemas estão associados às necessidades urgentes da população, daí a exigência de investimentos que proporcionem melhorias.

Por outro lado, o dinamismo e a pujança da vida comercial do subcentro Major Prates são percebidos, ainda, em função da instalação de filiais de importantes organizações de comércio em variados ramos de atividades, cujas matrizes se localizam, em grande parte, na área central da cidade.

3.2.1.2 – A complementaridade da relação entre a Área Central e o Major Prates

Os subcentros possuem relações de complementaridade com o núcleo central. Isso pode ser demonstrado à medida que estabelecimentos anteriormente exclusivos ao núcleo central buscam novas localizações nos subcentros. Assiste-se à mudança de moradores para a

periferia da cidade em busca de melhores condições de vida, distantes da grande concentração de atividades econômicas, do trânsito congestionado e dos problemas de insegurança presentes no núcleo central. O destino dessas pessoas, na maioria das vezes, são bairros que ofereçam o mínimo de condições de infra-estrutura e de consumo. Sendo assim, esse deslocamento irá contribuir para a formação e desenvolvimento dos subcentros.

Villaça (2001, p.30-31) teceu indagações e considerações a respeito do núcleo principal das cidades, elemento por ele considerado como absolutamente fundamental na estrutura territorial intra-urbana e na formação de novas configurações econômicas.

[...] como são as cidades brasileiras? Quais os processos que vêm ocorrendo em seus centros? [...] quais as transformações territoriais por que vêm passando os centros [...] e por quê? [...]. Finalmente, as principais questões, especialmente intra-urbana: por que os ditos centros novos se instalaram na região em que se instalaram e não em outra qualquer? Qual a razão de sua localização? Quais as implicações e consequências de sua localização?

Esse autor acrescenta que [...] a chamada “decadência” dos [...] centros está ligada ao abandono desses centros pelas camadas de alta renda e que esse abandono foi provocado, principalmente, mas não exclusivamente, pela nova mobilidade territorial propiciada pelo automóvel. Desse ponto de vista, os anos 1970 seriam o marco a ser adotado em uma periodização da história intra-urbana da maior parte das metrópoles e mesmo das cidades médias do Brasil.

Uma importante dinâmica que se observa nos subcentros é a abertura de filiais de fortes empresas que possuem sua sede na área central das cidades em que se localizam. Tal fato decorre das potencialidades que algumas áreas apresentam para o consumo e reprodução de lucros, representadas por sistema de transporte, alto povoamento e infra-estrutura urbana, dentre outras amenidades.

Essa realidade é identificada no subcentro Major Prates, que passou a abrigar algumas filiais de estabelecimentos comerciais, localizados exclusiva e primeiramente no núcleo

central da cidade. São ramos comerciais variados, que apontam uma nova configuração sócio-espacial no subcentro e, consequentemente, em Montes Claros.

No que se refere aos tipos e à quantidade de estabelecimentos comerciais e de serviços registrados no subcentro Major Prates, tem-se:

Quadro 4: Subcentro Major Prates: Filiais de Estabelecimentos Comerciais e Serviços existentes no Núcleo Central – 2006.

MODALIDADE ESTABELECIMENTO	DO	OCORRÊNCIA	NOME
Locadora		1	Estoril.
Drogaria		2	Drogaria Minas Brasil Droga-Sul.
Loja de Móveis, Eletrodomésticos e Eletroeletrônicos		1	Rede Eletrosom.
Consórcios de Motocicletas e Veículos, peças e acessórios		3	Consórcio Motosmar Consórcio Monvep Minas Moto Show
Auto-Escola		1	Auto-Escola Quatro Rodas
Agência Bancária		1	Sicoob – Cooperativa de Crédito
Loja de Ferragens		1	Ferronorte Ferragens
Loja de Departamento - Magazine, Presentes e Confecções		1	Ansa Magazine
TOTAL		11	

Fonte: Pesquisa de Campo/ jan. 2006

Org.: FRANÇA, I. S. de./2006

Durante o mês de janeiro de 2006, foram aplicados 11 questionários para donos ou gerentes de estabelecimentos comerciais que tem, predominantemente, suas sedes situadas no núcleo central de Montes e que, recentemente, abriram filiais no subcentro Major Prates. As visitas aos empreendimentos realizaram-se a partir de contato prévio por telefone. A escolha foi determinada pelo fato de que algumas pessoas seriam portadoras de informações privilegiadas solicitadas pelo questionário. As perguntas foram feitas diretamente pela mestrandona, gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas. (Quadro 4).

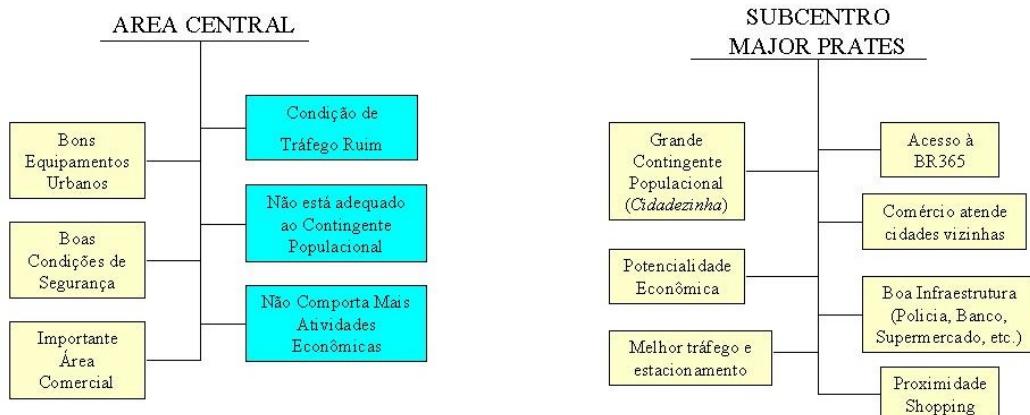
A figura 18 ilustra os principais pontos abordados nas entrevistas realizadas com representantes de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que possuem filiais

no subcentro Major Prates, objetivando compreender suas opiniões sobre a área central de Montes Claros e o referido subcentro.

A partir desse trabalho, foi possível detectar pontos em comum na opinião dos entrevistados em relação à área central e ao subcentro Major Prates, bem como às suas especificidades e aos seus impactos para a organização sócio-espacial intra-urbana de Montes Claros. Realizou-se, por fim, uma análise qualitativa dessas informações, a fim de perceber as principais opiniões referentes às questões abordadas, e, consequintemente, foi feita a problematização da pesquisa.

Figura 18

**PERCEPÇÃO DOS EMPREENDEDORES SOBRE A
ÁREA CENTRAL E O SUBCENTRO MAJOR PRATES**



Fonte: Pesquisa de Campo
Elaboração: FRANÇA, I. S., 2006

O proprietário da locadora relatou, em entrevista, que possui seu estabelecimento em Montes Claros há aproximadamente 20 anos, sendo que há filiais em outros bairros da cidade,

no subcentro Major Prates e em outras cidades norte-mineiras, como Januária, Bocaiúva e Pirapora.

Ao ser indagado a respeito da localização do seu estabelecimento no núcleo central de Montes Claros, ele acrescentou que esse espaço é a melhor área comercial de toda a cidade, sendo tranquilo em termos de segurança, além de apresentar boa infra-estrutura.

O motivo mencionado pelo empresário para a abertura de filiais não restritas ao núcleo central de Montes Claros foi a expansão de seus negócios. No tocante ao subcentro Major Prates, o entrevistado afirmou ser ele uma cidade à parte no interior de Montes Claros; um bairro populoso que possibilita a expansão e reprodução econômica tão almejada por empresários. De acordo com o entrevistado, por ser um bairro, o Major Prates apresenta uma infra-estrutura relativamente boa, possuindo um mercado consumidor, majoritariamente, pertencente aos grupos B e C.

Santos (2003, p. 147) já preconizava o crescimento econômico do centro principal em direção a outras zonas das cidades, conforme se observa no excerto:

A distância assume papel importante no surgimento de novas formas de comércio e descentralização para regiões que ofereçam condições de crescimento e de fixação de população. A excessiva concentração geográfica, demográfica e econômica em determinados espaços exprime a necessidade de descentralizar atividades e população.

O maior problema apontado pelo comerciante no que se refere à prosperidade de seus negócios foi a concorrência desleal da pirataria, que, de acordo com ele, reina em todo o Brasil e, em especial, em Montes Claros.

Existem drogarias instaladas no Major Prates que têm suas sedes no núcleo central da cidade. Uma delas, a Drogas-Sul, possui estabelecimentos somente em Montes Claros e está há 23 anos na cidade. Os motivos mencionados pelo gerente como determinantes para a abertura de filiais em bairros e não no núcleo central estão relacionados ao congestionamento dessa

área, que impossibilita a abertura de novas drogarias. A escolha a decisão pela abertura da filial no Major Prates justificou-se pelos atributos do subcentro, tais como:

[...] grande contingente populacional, maior possibilidade de vendas no local e nas adjacências, variado número de serviços e comércios que disponibiliza, como o posto do Batalhão da Policia Militar de MG e uma agência bancária”, dentre outros.¹

O perfil do consumidor da farmácia pode ser traçado por pessoas como rendimento de um a dois salários mínimos (350 a 700 reais, de acordo com o valor do salário mínimo vigente no ano de 2006), que totalizam 80% dos consumidores. Tal perfil não se restringe ao Major Prates, estendendo-se a toda a cidade, relatou o gerente. Essa grande abrangência é viabilizada pelo serviço de entregas de produtos realizado pelos moto-boys.

Já a outra drogaria, a Minas Brasil, está em Montes Claros há 47 anos e, assim com a drogaria anteriormente citada, só possui estabelecimentos nessa cidade. Além da filial no subcentro Major Prates, essa drogaria possui mais dez lojas, espalhadas por outras regiões da cidade.

De acordo com o entrevistado, o núcleo central é “a área principal da cidade, “o miolo”. As razões por ele mencionadas que levaram os proprietários desse estabelecimento a abrir filiais em outras regiões da cidade se devem à necessidade de consumo do mercado e ao próprio crescimento de Montes Claros. Ele acrescentou que existem diferenças socioeconômicas entre o núcleo central e o bairro, como infra-estrutura e rede bancária, e que a distância física do Major Prates em relação ao núcleo central pode dificultar um maior desenvolvimento econômico nesse subcentro. O perfil do consumidor do subcentro Major Prates é, conforme o entrevistado, de média e baixa renda.

Na auto-escola, o gerente entrevistado relatou que seu ramo de prestação de serviço está há 28 anos no Norte de Minas, em mais ou menos 15 cidades com filiais. A sede da empresa está localizada em Montes Claros, com o oferecimento de uma infra-estrutura única.

¹ Entrevista com o gerente da drogaria realizada em setembro/2006.

Além de filiais em outras cidades norte-mineiras, essa auto-escola possui lojas em outras áreas de Montes Claros.

A respeito das condições do núcleo central de Montes Claros, o entrevistado expressou sua opinião dizendo que:

O núcleo central da cidade é dotado de equipamentos urbanos excelentes, principalmente no que se refere à localização. Mas as condições de tráfego na área central de Montes Claros deixam a desejar, em decorrência do trânsito congestionado, de forma que todas as pessoas sofrem com esse problema, desde pedestres até passageiros e condutores, o que ocasiona estresse no trânsito, constrangimento, irritação e perturbação.²

Sobre a escolha de outras áreas não restritas ao núcleo central para abertura de filiais, o entrevistado falou da necessidade de levar atendimento e comodidade aos moradores dos bairros. Conforme ele, o cliente que tem em seu bairro o mesmo serviço que teria exclusivamente no núcleo central agradece muito. Uma outra razão enfatizada pelo entrevistado como determinante para a abertura de tais filiais nesse subcentro relaciona-se aos altos custos com transporte despendidos pelos clientes ao se deslocarem até o núcleo central para obterem carteira de habilitação.

O Major Prates foi ainda apontado como um bom espaço; uma cidade localizada dentro de outra cidade, que dispõe de variados serviços e tipos de comércio, tais como, banco, supermercados, açougue e farmácia, ou seja, um espaço que oferece bastantes condições a seus moradores.

Ademais, esse entrevistado destacou o Parque Municipal como um importante espaço de lazer, destinado aos habitantes do Major Prates, e o Shopping-Center como um equipamento urbano estratégico para esse subcentro, em função de se localizar nas suas proximidades. O perfil do cliente que utiliza esse serviço é, conforme o entrevistado, “universal”, sendo o mesmo tanto no núcleo central como no subcentro.

² Entrevista com o gerente de auto-escola realizada em setembro/2006.

O ramo de ferragens, associado à serralheria e à construtora, possui três lojas em áreas centrais de Montes Claros: nas avenidas Coronel Luiz Maia, Deputado Esteves Rodrigues e Cula Mangabeira. No Bairro Santo Expedito há um depósito. Verificou-se que o consumidor atendido por esse tipo de serviço pertence às classes baixa, média e alta.

O entrevistado ressaltou, que “a área onde seu negócio se localiza é estratégica, facilitando o comércio devido à sua centralidade”. A abertura de filiais justificou-se pela necessidade de atender aos bairros, já que a distância física de uma loja a outra é muito grande.

Uma das filiais dessa loja localiza-se na Avenida Cula Mangabeira, que é adjacente ao subcentro Major Prates. Conforme o entrevistado, o movimento de pessoas e negócios que ocorre nesse espaço, somado à localização da área no interior de Montes Claros, zona Sul, foram fatores predominantes quando da escolha desse bairro para possuir uma filial desse estabelecimento.

Um outro ramo de estabelecimento comercial que teve sua representante entrevistada foi uma loja de departamento, com comércio de cama, mesa, banho, presentes, brinquedos, calçados, confecções, papelaria e utilidades domésticas. Essa loja possui sua matriz, com maior variedade, localizada no subcentro Major Prates e uma filial, direcionada, sobretudo, à linha de presentes e confecções, instalada no Montes Claros Shopping-Center, na Avenida Donato Quintino, zona periférica do núcleo central, adjacente ao subcentro Major Prates. Conforme a entrevistada, devido a esse tipo de comércio atender a todas as faixas etárias, há também um consumidor de poder aquisitivo variado. No shopping-center tem-se um público de classe média e alta, enquanto que, no subcentro Major Prates, os clientes possuem um poder aquisitivo menor, já que são, em sua maioria, moradores do próprio bairro. Pessoas de outros bairros de Montes Claros, da área central e de outras cidades do Norte de MG também foram mencionadas como consumidoras desse serviço no subcentro do Major Prates.

Em relação à localização, a entrevistada a caracterizou como ótima, tanto no shopping-center como no subcentro. Ela relatou que alguns clientes sugerem a abertura de uma outra filial no núcleo central da cidade, com vistas à ampliação dos negócios e à minimização da migração de pessoas que vêm dessa área e de outros bairros de Montes Claros para usufruir desse serviço, notadamente no subcentro Major Prates.

A escolha do Major Prates como local de investimento foi determinada por diversos fatores, um deles refere-se a motivos pessoais, uma vez que os fundadores da loja conhecem o bairro, pois ali residem há muitos anos. Dessa forma, os proprietários acompanharam o crescimento do subcentro, que passou a apresentar condições de desenvolvimento e potencialidade econômica. A respeito da abertura de novos espaços potenciais à reprodução econômica, Pintaudi (2006) afirma que:

No decurso do século XX, observamos grandes transformações nas formas de comércio nas cidades, que implicaram novas centralidades, novos espaços de reprodução da vida nas cidades, uma nova paisagem urbana, novas relações sociais, enfim, novas condições de vida urbana. Essas mudanças foram nítidas, deixaram suas marcas no espaço, particularmente nas cidades em que se viveu uma grande expansão econômica e populacional. (PINTAUDI, 2006, p.213-214).

A entrevistada qualificou a infra-estrutura do Major Prates como ótima, considerando que no bairro o consumidor possui maior facilidade de estacionamento, devido ao movimento ser menos intenso que aquele observado na outra loja, localizada nas instalações do Montes Claros Shopping-Center.

A loja de venda de eletrodomésticos e eletroeletrônicos está em Montes Claros há cinco anos, possuindo quatro lojas nessa cidade, sendo três no núcleo central e uma outra no subcentro Major Prates. Conforme o entrevistado, todas essas lojas, inclusive a do Major Prates, possuem uma localização estratégica, no sentido de atender aos consumidores que vêm de todos os cantos da cidade.

Em seu ponto de vista “o consumidor do núcleo central é aquele que trabalha no núcleo central, mas não reside nele; o público é eclético, da própria área central da cidade, de bairros de Montes Claros e de cidades vizinhas”. No subcentro Major Prates, atinge-se um público local e moradores de cidades vizinhas que ali descem de ônibus e acabam fazendo compras. Além disso, o entrevistado acrescentou que o consumidor do Major Prates possui, em sua maioria, baixo poder aquisitivo. O que configura uma situação diversa da vivenciada pelas lojas localizadas na área central de Montes Claros, que atendem a pessoas de poder aquisitivo diferenciado.

Para o entrevistado, o Major Prates é concebido como “um forte espaço a ser explorado, já que possui vida e comércio próprios”. Dessa forma, ele sustenta que:

A grande região Major Prates possui uma relativa autonomia em relação às demais áreas de Montes Claros, que é viabilizada pelo seu tamanho físico, pelo atendimento às pequenas cidades vizinhas e pelo grande contingente populacional.³

Consoante entendimento do entrevistado, o núcleo central apresenta, na atualidade, uma boa infra-estrutura, possibilitada pelo poder público municipal, que exerce seu papel de fiscalização, sensibilizando as pessoas acerca da importância da limpeza urbana, além de outros trabalhos, como a construção do shopping popular para abrigar os trabalhadores camelôs. O Major Prates é mencionado como uma importante área, com potencialidade econômica a ser explorada por vários empreendedores urbanos.

A loja de motos comercializa acessórios, pneus e motocicletas, no atacado. Ela está em funcionamento em Montes Claros há, aproximadamente, três anos, possuindo lojas nas cidades de Montes Azul e Janaúba. Em Montes Claros, há quatro lojas, localizadas nas avenidas Geraldo Athaíde, Deputado Plínio Ribeiro, João XXIII e no subcentro Major Prates.

A opção por Montes Claros como lócus de expansão de atividades econômicas teve como principal razão “a estabilidade total que essa cidade oferece em todas as áreas,

³ Entrevista com o gerente de loja de eletrodomésticos realizada em setembro/2006.

notadamente na saúde e educação". Para o entrevistado, "Montes Claros é a cidade pólo do Norte de Minas Gerais e, por ser muito grande, recebe imigrantes até de Bom Jesus da Lapa/BA para serem atendidos no setor de saúde".

Sobre isso, ao tratar do dinamismo econômico das cidades médias, Amorim Filho (2005, p.26) apresenta algumas considerações importantes para a compreensão do papel econômico e seu alcance no interior dessas cidades, a saber:

É evidente que as dimensões, número de equipamentos e características do núcleo principal e dos outros núcleos vão variar em função do tamanho, hierarquia e dinamismo das cidades [...], assim como do sítio e da posição de tais cidades.

O mercado consumidor das lojas de motos é formado, majoritariamente, por pessoas de baixo poder aquisitivo, pois é composto pela população que circula de motocicleta.

A entrevista do setor de motos realizou-se em uma loja localizada na Avenida Geraldo Athaíde (Figura 19). O gerente afirmou que a localização do estabelecimento nessa área central justifica-se por ser esse o melhor ponto da cidade – "o foco de moto", já que ali está concentrada a maior parte dos estabelecimentos que trabalham com esse ramo de serviço em Montes Claros, constituindo-se como uma forte via especializada.



Figura 19: Av.Geraldo Athayde e adjacências, via especializada de peças para motocicletas

Autor: FRANÇA, I. S.de./nov. 2006

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

O entrevistado considera tanto a infra-estrutura da área central como a existente no subcentro Major Prates de excelente porte, o que, segundo ele, viabiliza o crescimento e a prosperidade de seus negócios. Um outro elemento considerado pelo entrevistado como importante para o êxito do comércio de motos na área central é a presença do Hospital São Lucas e da sede da Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF, que acarreta uma grande movimentação de pessoas e que, diretamente, divulga seu negócio.

O Major Prates foi escolhido para abrigar a filial mais recente dessa loja em função de uma opção pessoal do dono do empreendimento e devido a esse subcentro apresentar um mercado consumidor excelente e promissor, que dá credibilidade a esse tipo de negócio. O consumidor dessa filial é do próprio subcentro e de suas adjacências. Conforme o entrevistado, o Major Prates é o bairro mais importante da cidade e possui o comércio de bairro mais expressivo no interior dessa cidade. Ele considera que o ganho econômico nesse espaço, apesar de instalado recentemente, equipara-se à média das demais lojas.

Existem dois consórcios de motos e venda de acessórios que compartilham espaços, paralelamente, na área central e no subcentro Major Prates, ambos com matrizes na Avenida Dulce Sarmento, região central de Montes Claros. Um deles, o consórcio Motosmar, está em Montes Claros há mais de 30 anos, localizando-se no ponto da região central da cidade há mais de 10 anos.

Esse empreendimento também possui outras lojas nas cidades de Bocaiúva, Mirabela, Francisco Sá, Grão Mogol, Coração de Jesus e Capitão Enéas, além de pontos de venda e apoio em Montes Claros, localizados nas avenidas Arthur Bernardes e Joaquim Costa, região central. O público consumidor desse tipo de negócio perpassa todas as classes econômicas. Do ponto de vista infra-estrutural, a região central foi considerada pelo comerciante como sendo “excelente, privilegiada e uma área extremamente comercial, o que possibilitou o

crescimento do negócio e a necessidade de abertura de outros pontos de vendas visando a um melhor atendimento da demanda em crescimento”.

Nesse sentido, o entrevistado acrescentou que “Montes Claros está congestionada”, tanto no trânsito como nos serviços, não estando totalmente preparada para a estrutura populacional residente e flutuante na cidade.

Apesar de, atualmente, a loja do Major Prates está fechada, devido à sua antiga localização ruim, o gerente entrevistado acredita no potencial econômico do bairro e deseja encontrar um ponto estratégico para ali retomar suas atividades comerciais.

Ele denominou a Avenida principal do subcentro Major Prates, Francisco Gaetani, como uma espécie de “savassi”¹, devido à sua localização estratégica e dinamismo econômico. Tal fato influenciou a relativa independência que o subcentro Major Prates goza em relação à cidade e a outros bairros, além de motivar sua própria estruturação – “é uma cidadezinha independente”, afirmou o comerciante.

Nas entrevistas, alguns empreendedores defendem a existência de uma cidade dentro de uma outra, em virtude do desenvolvimento gigantesco do subcentro Major Prates. [...] os grandes subcentros apresentam um tipo peculiar de localização. Eles surgiram ou estão surgindo no contato de áreas com densidades demográficas diferentes e dotadas de equipamentos diversos. (SEGADAS SOARES, 1987, p.127).

Características gerais como amenidades, lazer, ponto turístico, bares, multiplicação e desenvolvimento de comércio, que tem na crescente população do subcentro e dos bairros vizinhos a clientela certa, variedade de estabelecimentos, bem como de consumidores tornam esse espaço atrativo às demais regiões da cidade. A grande variedade de linhas de coletivos que interliga o subcentro Major Prates a outros espaços de Montes Claros comprova a atração

¹ Referência a umas das regiões da capital Belo Horizonte, de grande concentração de bares e circulação noturna de pessoas.

que esse subcentro exerce sobre a população de outras áreas da cidade, o que permite compará-lo a uma pequena cidade.

O comércio numeroso, com a presença de filiais de lojas localizadas no centro de Montes Claros dá grande vitalidade a esse subcentro, somado ao transporte e a uma crescente especialização de comércio e serviços.

Para o entrevistado, “o morador do Major Prates sente-se orgulhoso de residir ali, porque ele se identifica com esse espaço e, o mais importante, os recursos e capitais gerados com o comércio ficam para o próprio bairro e seus moradores”. Ele finaliza a entrevista lembrando que o consumidor do Major Prates é o mesmo do núcleo central, abarcando todas as classes econômicas, sendo o carro chefe de consumo desse tipo de serviço a classe média.

O outro consórcio comercializa carros, imóveis e motos. O gerente relatou que esse estabelecimento está em Montes Claros há mais ou menos 30 anos. Na Avenida Cula Mangabeira, região central, a sede do consórcio está localizada há, aproximadamente, três anos, possuindo seis filiais que atendem a um consumidor de variado poder aquisitivo, desde o dentista até o mototaxista.

O entrevistado considera o ponto bom e salienta a importância da localização, próxima à Prefeitura Municipal de Montes Claros e ao Hospital Universitário Clemente Faria. Para ele, esses dois espaços incentivam o crescimento dos negócios, em razão do movimento e passagem de pessoas de vários bairros da cidade, enquanto que o interior do núcleo central não pode mais comportar numerosas atividades econômicas. O Major Prates foi escolhido para ser filial dessa empresa por ser “um bairro populoso, um local estratégico para o desenvolvimento do comércio no interior da cidade”, [...] “creio que ele será o núcleo central de Montes Claros futuramente”, acrescentou o gerente.

Por último, foi entrevistado o gerente de uma Cooperativa de Crédito do Brasil, localizada na Rua Pires e Albuquerque, área central de Montes Claros, há 20 anos, cujo

serviço é direcionado, notadamente, ao pequeno produtor e microempresário. Em função disso, a localização dessa sede é estratégica, ou seja, próxima a um forte comércio de produtos agropecuários, localizado na Avenida Ovídio de Abreu, visando ao produtor rural. Além de Montes Claros, existem agências dessa cooperativa nas cidades de Bocaiúva, Coração de Jesus, Lagoa dos Patos, Corinto, Varzelândia, Januária, Icaraí de Minas e Francisco Sá. O entrevistado acrescentou que há estudos para abertura de novas agências dessa cooperativa em Capitão Enéas, Salinas e Buenópolis.

A instalação da agência no subcentro Major Prates deve-se, principalmente, à demanda da comunidade, à necessidade de ampliação e prestação de apoio por parte dessa cooperativa, relatou o entrevistado. Em seu depoimento, ele afirmou que “o Major Prates é um pequeno mini-centro em Montes Claros e sua localização, por ser ponto de passagem de ônibus, caminhões para a BR 365, que é acesso para Pirapora, Uberlândia e Belo Horizonte, é local de chegada e passagem de agricultores, daí implantar uma filial dessa cooperativa” nesse subcentro.

Já o núcleo central foi mencionado pelo entrevistado como sendo um espaço de infra-estrutura satisfatória, o que contribui para a reprodução de atividades econômicas e sua expansão. Corrêa (2005, p.45-60) discute o processo de descentralização de equipamentos comerciais para outras áreas da cidade como uma tendência necessária e inerente ao espaço intra-urbano.

A descentralização aparece em razão de vários fatores. De um lado, como uma medida das empresas visando a eliminar as deseconomias geradas pela excessiva centralização na Área Central. De outro, resulta de uma menor rigidez locacional no âmbito da cidade, em razão do aparecimento de fatores de atração em áreas não centrais. [...] A descentralização está também associada ao crescimento da cidade, tanto em termos demográficos, como espaciais, ampliando as distâncias entre Área Central e as novas áreas residenciais; a competição pelo mercado consumidor, por exemplo, leva as firmas comerciais a descentralizarem seus pontos de venda através da criação de filiais nos bairros.

Em relação aos estabelecimentos do núcleo central que possuem filiais no subcentro Major Prates, constatou-se, através dos depoimentos dos entrevistados, que a grande maioria possui sede em Montes Claros, filiais em cidades norte-mineiras e em outras áreas e bairros da cidade que apresentam potencialidade econômica. Tal realidade demonstra uma forte relação entre centro e subcentros ou bairros. Nessa perspectiva, a abordagem de Villaça (2001, p.35) mostra que:

Ao estudo da estrutura urbana interessa saber que esses bairros e centros exibem certo arranjo territorial, e não outro qualquer, e qual a inter-relação espacial existente entre esses bairros e centros, ou quais são seus papéis espaciais. Por outro lado, as etapas do processo de estruturação espacial das cidades de um país devem derivar da análise desse processo e não, necessariamente, das etapas do desenvolvimento econômico nacional ou do processo nacional de urbanização.

Ao referir-se à consolidação de subcentros na metrópole carioca, Segadas Soares (1987, p.292)comunga dessa mesma idéia, ao dizer que:

Assim, atualmente, em Copacabana, no Méier, em Madureira, na Tijuca, em outros bairros, proliferam lojas comerciais, consultórios, bancos, cinemas, escolas, restaurantes, bares, para atender à população residente no local, ou nas suas proximidades. [...]. Esses bairros, dispondo dos serviços assinalados, representam um papel complementar, de centro de atividades, sendo, portanto denominados subcentros.

Enquanto os subcentros são utilizados com menor intensidade e por um número menor de usuários, o núcleo central exerce uma atração ou polarização mais constante sobre um número maior de pessoas. Diante disso, Villaça (2001, p.293) aponta uma denominação para os subcentros que pode ser aplicada ao Major Prates e ao Esplanada, conforme se observa:

O subcentro consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que o centro apresenta tais requisitos apenas para uma parte da cidade, e o centro principal cumpre-os para toda a cidade.

A escolha de espaços potenciais ao consumo e à reprodução do capital é entendida, na visão de Villaça (2001, p.45), como uma condição primordial à instalação de novas áreas

comerciais em diferentes espaços da cidade. Diz ele, “[...] a dominação através da estruturação do espaço intra-urbano visa principalmente à apropriação diferenciada de suas vantagens locacionais. Trata-se de uma disputa em torno das condições de consumo”.

Carlos (2005) relaciona as novas formas de consumo associadas ao processo de mundialização e reprodução do capital financeiro que busca novos espaços, inclusive demandas locais de menor especialização e funcionalidade.

Assim, o processo de urbanização realiza-se como processo de reprodução da cidade e da vida na cidade que hoje, sob o signo da mundialização, revela profundas contradições. Neste momento, a produção da cidade aparece como necessidade de reprodução do capital financeiro e, nesta exigência, a produção de um novo espaço. (CARLOS, 2005, p.30).

Os entrevistados ratificaram que, apesar da abertura de filiais em outras regiões de Montes Claros, o núcleo central é o melhor espaço, dotado de boa infra-estrutura, razão importante para a reprodução do capital e consumo da população. Ainda assim, essas pessoas reconheceram que esse espaço apresenta alguns problemas estruturais relacionados ao trânsito e à forte concentração de setores econômicos e de prestação de serviços. A partir disso, a descentralização econômica é motivada, colocando fim à centralidade única. Nesse sentido, concomitantemente ao surgimento de novas centralidades, reforça-se aquela então existente no núcleo principal de Montes Claros.

O Montes Claros Shopping-Center tem se apresentado como um forte vetor na formação de novas centralidades na zona Sul de Montes Claros, inclusive no subcentro Major Prates, que se localiza próximo a esse empreendimento econômico. Essa idéia foi defendida por alguns dos entrevistados e encontra sustentação em Villaça (2001, p.303), que afirma que:

O shopping center é o sucessor da loja de Departamentos, que, por sua vez, é a sucessora da loja geral, de meados do século XIX. Tem em comum o fato de basear-se na economia de aglomeração e na variedade de produtos que se complementam (em oposição à especialização). Isso, aliás, todos esses tipos de estabelecimentos têm em comum com as áreas comerciais diversificadas tradicionais – os subcentros.

Além do Shopping, a presença de fortes equipamentos urbanos em áreas próximas às sedes e filiais de alguns estabelecimentos - como os hospitais São Lucas e Universitário Clemente Faria, a Prefeitura Municipal de Montes Claros e a CODEVASF, foram mencionadas pelos entrevistados como elementos que propiciam o consumo da população, em virtude do grande trânsito de pessoas e da boa localização da área.



Figura 20: Hospital Universitário Clemente Faria, Avenida Cula Mangabeira

Autor: FRANÇA, I. S.de./ nov. 2006

Como exemplo disso, tem-se, na Avenida Cula Mangabeira, a localização da Prefeitura Municipal de Montes Claros e do Hospital Universitário Clemente Faria (Figura 20). A CODEVASF e o Hospital São Lucas localizam-se na Avenida Geraldo Athaíde. Todas essas áreas são extremamente dinâmicas economicamente.

Também foi relatado com freqüência pelos entrevistados que os moradores do subcentro Major Prates estabelecem relações comerciais no núcleo central, em casos de serviços mais especializados, paralelamente ao consumo imediato no subcentro.

Ressalta-se que a loja de Departamento, ao contrário dos demais estabelecimentos comerciais entrevistados, possui sua sede localizada no subcentro Major Prates e não no núcleo central.

Destarte, a partir desse trabalho empírico, pode-se afirmar que o estudo e a investigação dos subcentros e de suas especificidades torna-se importante para que seja possível interpretá-los e entender os seus papéis no espaço intra-urbano das cidades médias.

No item posterior, analisar-se-á o subcentro Esplanada, observando as suas características peculiares, que contribuem para compreensão do seu papel na dinâmica intra-urbana de Montes Claros.

3.2.2 - O Esplanada

O subcentro Esplanada localiza-se na região administrativa do Interlagos², zona nordeste da cidade de Montes Claros, à aproximadamente 3 km da área central. A região Interlagos possui uma população de 6.665 pessoas, sendo 3241 homens e 3424 mulheres, abrigando 2,30% da população residente total de Montes Claros. De acordo com os dados disponíveis do IBGE (2000), o Esplanada possuía 1198 domicílios, com 4.895 habitantes, sendo 373 homens e 2522 mulheres. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2004; IBGE, 2000).

Em relação à infra-estrutura urbana, o subcentro Esplanada é dotado de boas condições de saneamento básico. Tal serviço atende a mais de 80% do bairro, com abastecimento de água de rede geral equivalente à 93,28% e esgotamento sanitário cobrindo 81,45% da população. O serviço de coleta de lixo atende a 97,63% dos domicílios do bairro.

² A região Administrativa do Interlagos é composta pelos bairros Esplanada do Aeroporto, Santa Laura e Guarujá, estando localizada na região Leste de Montes Claros, limitando-se com os bairros Vera Cruz, Ipiranga, Carmelo, Independência, Jardim Primavera e JK. Essa região conta com uma área de 1.783.032,00 m². (PMMC, 2004).

No que se refere ao aspecto educacional, esse subcentro dispõe de uma rede de ensino básico, garantida pela atuação das redes municipal (Escola Municipal Professora Simone Soares) e privada (Escola Dinâmica João e Maria e Centro Pedagógico Arco Íris).

Os dados do Censo do IBGE (2000), que considera a renda do responsável pelos domicílios, revelaram que, de 1601 pessoas entrevistadas no Esplanada, 71% possuem renda nominal entre 1/2 (meio) e 3 salários mínimos (S.M), cerca de 9% declararam não possuir renda e somente 2% declararam possuir renda superior a 10 salários mínimos.

Esses dados permitem corroborar as informações da Prefeitura Municipal de Montes Claros (2004), que classifica esse subcentro como sendo de grupos de renda C e D. Em consonância com os indicadores econômicos da Região do Norte de Minas, esse é um subcentro cuja população possui médio e baixo poder aquisitivo, podendo, em função disso, apresentar dificuldades para se locomover ao núcleo central da cidade a fim de atender às suas necessidades imediatas de consumo, optando, em razão disso, por satisfazê-las no próprio subcentro, já que o mesmo dispõe de serviços que atendem às necessidades imediatas de sua população e do seu entorno. Desse modo, a caracterização da estrutura econômica do Esplanada e o atendimento aos bairros de localizações próximas ou adjacentes, entre outros fatores, permitem classificá-lo como um subcentro.

A respeito da localização, ou seja, do espaço onde os produtos são consumidos e produzidos no espaço intra-urbano, Villaça (2001, p.23) enfatiza que: [...] na localização, as relações se dão através dos transportes (de produtos, de energia e de pessoas), das comunicações e da disponibilidade de infra-estrutura. Ademais, esse autor acrescenta a inter-relação entre condições de deslocamento, infra-estrutura e acessibilidades no espaço intra-urbano.

As condições de deslocamento do ser humano, associadas a um ponto do território urbano, predominarão sobre a disponibilidade de infra-estrutura desse mesmo ponto. A acessibilidade é mais vital na produção de localizações do que a disponibilidade

de infra-estrutura. Na pior das hipóteses, mesmo não havendo infra-estrutura, uma terra jamais poderá ser considerada urbana se não for acessível – por meio do deslocamento diário de pessoas – a um contexto urbano e a um conjunto de atividades urbanas... e isso exige um sistema de transporte de passageiros. (VILLAÇA, 2001, p.23).

Um importante fator, que torna o Esplanada um lócus de atendimento à população circunvizinha, é a sua ótima localização, servida por um sistema viário com excelentes vias de acessos, a saber: Avenida Dulce Sarmento, Avenida Magalhães Pinto e Avenida Deputado Plínio Ribeiro. Tais avenidas possibilitam o acesso do subcentro Esplanada a bairros vizinhos e se apresentam como espaços de expressivo desenvolvimento de atividades econômicas, tais como setores de autoparques, oficinas automobilísticas (Figura 21), algumas indústrias (Fuji – fábrica de componentes eletrônicos, Coteminas, Denver – fábrica de eletrodos, Florevale – empresa de tratamento de madeiras), alguns serviços relacionados a transportes, concessionárias, locadoras de automóveis e lojas de revendas de auto-peças, essas últimas na forma de vias especializadas. Na Avenida Dulce Sarmento, destaca-se a recém implantada concessionária de veículos da marca Mitsubishi. Todas essas atividades econômicas e de prestação de serviços influenciam a dinamização do subcentro Esplanada.



Figura 21 – Vista parcial de empreendimentos na Avenida Deputado Plínio Ribeiro, subcentro Esplanada
Autor: FRANÇA, I. S.de./nov. 2006

Em função de sua boa localização, viabilizada pelas vias de acesso que circundam o Esplanada e a região em que se situa, notadamente os acessos às rodovias BRs 251 e 135, essa área tornou-se propícia a uma forte e diversificada exploração comercial, embora seja uma região com população de baixo poder aquisitivo e baixo padrão de moradias.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

Esses fatores possibilitaram um processo de instalação de atividades econômicas e diversidade de serviços, transformando a área numa importante via comercial, com eixos de circulação e avenidas de fácil acesso ao consumo de moradores do Esplanada e da região, bem como de toda a cidade.

A partir do desenvolvimento da pesquisa empírica, com a observação da dinâmica econômica do subcentro, além do levantamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços, verifica-se que esse subcentro apresenta uma configuração espacial baseada em concentração de comércio e serviços, notadamente atividades de consumo imediato da população do Esplanada e suas proximidades.

As atividades econômicas desenvolvidas contribuem para que os serviços oferecidos pelo subcentro Esplanada sejam consumidos por moradores de bairros adjacentes, como, por exemplo, o Santa Laura, o Vera Cruz, o Independência, o Alcides Rabelo e o Monte Carmelo, entre outros. Verifica-se, então, que esse subcentro possui estabelecimentos comerciais e de serviços em diversas modalidades.

MAPA 14 - MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO SUBCENTRO ESPLANADA

Examinando a distribuição do uso do solo e da constatação da pesquisa de campo, o mapa 14 revela a existência de uma mancha mais densa de atividades comerciais e algumas poucas residências na Avenida Coronel Coelho, que é a principal do subcentro, constituindo acesso para o núcleo central e para os bairros que compõem a região Interlagos. Tal mancha vai se expandindo em direção e acompanhando o trajeto da Avenida Deputado Plínio Ribeiro, onde se constituem as vias especializadas. As atividades concentradas nessa avenida são, predominantemente, voltadas para o comércio de autopeças e equipamentos de veículos, concessionárias automotivas e oficinas mecânicas. Essa avenida representa o espaço comercial especializado de maior projeção nesse subcentro, ao passo que a ocupação residencial marca expressivamente as outras quadras do Esplanada, não restritas às avenidas Coronel Coelho e Deputado Plínio Ribeiro. Dessa forma, coexistem, nesse subcentro, juntamente com os usos residenciais e comerciais, instituições públicas, templos religiosos, garagem, quadra poliesportiva e áreas verdes. A análise da Lagoa Interlagos, também conhecida como Lagoa da Pampulha, será objeto de item específico.

Paralelamente ao desenvolvimento de um comércio de alcance imediato, cuja finalidade é prover as necessidades básicas dos moradores que, muitas vezes, não possuem condições financeiras e de transporte para se deslocar ao núcleo principal da cidade, coexistem estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços mais sofisticados.

Ademais, existem nesse subcentro importantes vias especializadas, onde se formam fluxos de pessoas e circulação de capital em direção ao comércio de peças automotivas e serviços que ali se desenvolvem (Figura 22). Pode-se atribuir a essas vias especializadas o papel de estimular e consolidar uma forte estrutura comercial, a partir do subcentro do Esplanada e da área de sua polarização.



Figura 22 – Av. Dep. Plínio Ribeiro, subcentro Esplanada, via especializada automóveis, tratores, peças automotivas

Autor: FRANÇA, I. S.de./ nov. 2006

As vias especializadas ou de serviços constituem outras formas de expressão da centralidade urbana, também conhecidas como desdobramento da área central. Esses espaços se diferenciam da expansão da área central ou dos subcentros por não serem áreas contínuas e de expansão geográfica a eles.

Ao fazer referência às vias especializadas, Ribeiro (2005, p.4-5) dispõe que:

Os desdobramentos são áreas que se caracterizam pela especialização de serviços, lazer, empresarial e financeiro. São áreas em que não se reproduzem atividades tipicamente centrais, mas de seleção de algumas dessas. “Daí a caracterização do processo como de desdobramento da centralidade (ao invés de reprodução da localização das atividades centrais em menor escala, como o que se observa nos subcentros), como se o centro se multiplicasse, desdobrando-se, especializadamente, em outros eixos da estrutura urbana”.

É de se registrar que as Avenidas Deputado Plínio Ribeiro e Coronel Coelho representam, no subcentro Esplanada, os espaços comerciais de maior dinamismo da atividade econômica e onde ocorre maior circulação de capitais, mercadorias e fluxos de pessoas, constituindo os locais de maior expressividade e consumo do subcentro. A Avenida Deputado Plínio Ribeiro concentra serviços automotivos e de peças e acessórios para automóveis. Já na Avenida Coronel Coelho desenvolvem-se atividades ligadas ao comércio de produtos para o consumo da população, tais como bares, sorveterias, locadoras de filmes, padaria, açouguerias, lojas de vestuário e calçados, entre outros. (Figura 23).



Figura 23 – Estabelecimentos comerciais nas avenidas Deputado Plínio Ribeiro e Coronel Coelho, subcentro Esplanada

Autor: FRANÇA, I. S.de./nov. 2006

A maior parte da Avenida Deputado Plínio Ribeiro, delimitada pelas Avenidas Dulce Sarmento e Governador Magalhães Pinto, localizando-se nas intermediações do subcentro Esplanada, reúne, majoritariamente, estabelecimentos de comércio e serviços especializados ligados ao comércio de guindastes, autopeças e acessórios para automóveis e tratores, pneus e radiadores, toldos e soldas.

Dentre essas instalações empresariais, algumas podem ser destacadas, a saber: as concessionárias Ford Crevac, Tratores Massey Ferguson, Tratores New Holland, e Caminhões Mercedes Montes Claros Diesel. Faz-se mister ressaltar que as atividades econômicas e de prestação de serviços oferecidas nessa avenida atendem a um mercado bastante amplo, que não se restringe ao subcentro Esplanada e sua área de influência; pelo contrário, abarcam toda a população montesclarenses, bem como muitas outras cidades que buscam esses ramos de serviços mais especializados.

MAPA 15 - ESPLANADA E ÁREA DE INFLUÊNCIA

Carlos (2002, p.33) fala das vias especializadas como sendo resultantes de fortes funcionalidades que se desenvolvem em diversas áreas da cidade, como é o caso daquela existente na Avenida Deputado Plínio Ribeiro. Nesse sentido, preceitua que:

Na cidade dos negócios, os conflitos revelam a existência da propriedade privada que fragmenta a cidade e submete esses fragmentos à realização do capital, com a criação de lugares específicos de uso com atividades circunscritas e bem delimitadas.

Esse espaço disperso geograficamente do núcleo central, embora a ele ligado econômica e infra-estruturalmente, atrai investimentos, concentra riquezas, lucros e dinamiza a região nordeste de Montes Claros, área em que se encontram instalados esses ramos de serviços. Os consumidores do interior da cidade e da própria região de polarização de Montes Claros utilizam essa área para serem atendidos, embora haja no núcleo central a disponibilidade de tais serviços. Nessa perspectiva, Tourinho (1989, p.288) dispõe que:

Uma parte das chamadas “novas centralidades” nada é senão criação artificial do espaço urbano (novas áreas), como local único, ainda que reproduzível, capaz de acumular e concentrar riquezas e distribuir ou canalizar lucros (intercâmbio). Do ponto de vista econômico, são receptáculos de rentabilidade, em que se concentram processos de intercâmbio entre a produção e o consumo favorecidos pela nova realidade comercial, em que a escolha dos locais de compra passou a ser regida por outros determinantes que não os fundamentalmente vinculados à facilidade de acesso.

Juntamente com o desenvolvimento desses ramos, verifica-se na Avenida Deputado Plínio Ribeiro a existência de alguns bares e “trailers” de lanches, que funcionam durante o dia para atender aos funcionários dos estabelecimentos ali localizados na hora do lanche e do almoço. Ao final da tarde, esses bares e “trailers” de lanches atendem aos funcionários que por ali passam depois do trabalho para tomar uma cerveja, comer um churrasco ou fazer um lanche. No período noturno, esses estabelecimentos são movimentados pela presença da população do subcentro Esplanada e dos bairros adjacentes, estudantes e pessoas que transitam pela avenida.

Já a Avenida Coronel Coelho é via de acesso para os bairros circunvizinhos e para a própria Avenida Deputado Plínio Ribeiro. Verifica-se nessa área uma maior concentração de estabelecimentos de comércio e serviços, com a presença de clínicas odontológicas, oficinas, papelarias, farmácias, locadoras, lojas de material de construção, salões de beleza, sacolões, açougue, padarias e bares, dentre outros. Na visão de Segada Soares (1968), o surgimento de subcentros se relaciona justamente com a expansão urbana das cidades, que aumenta as distâncias e leva os moradores dos bairros, que buscam por mercadorias e serviços não especializados, a procurarem estabelecimentos mais próximos.

A Avenida Coronel Coelho é o logradouro de maior circulação de veículos e pedestres, além de ser utilizada para esse fim por outros usuários. Além disso, é nessa avenida que circula o transporte coletivo, que atende a seus moradores com linhas de ônibus numa regularidade média de 20 a 20 minutos, aproximadamente, com destino ao núcleo central, à rodoviária, ao shopping-center e a outras regiões da cidade, realizando, portanto, um itinerário bem diversificado. Nesse sentido, o fluxo de pessoas é intenso, tanto durante dia quanto à noite.

Ademais, circula no subcentro do Esplanada um jornal denominado *Gazeta do Esplanada*, editado por moradores, que, além de veicular notícias da região, também funciona como instrumento de publicidade e propaganda dos empreendimentos ali localizados.

É de se destacar a existência de um Centro de Convivência da Prefeitura Municipal, que serve de espaço para reuniões e cursos profissionalizantes destinados à população. Há também, nesse subcentro, o Centro de Saúde, que atende a vários bairros integrados à região Interlagos.

Encontram-se dispersas nesse subcentro outras atividades importantes, tais como *Lan House*, consultórios odontológicos, distribuidora de produtos farmacêuticos e fábrica de massa de pastel.

Registra-se, ainda, a existência de um posto policial na Avenida Coronel Coelho. E, por oportuno, necessário se faz mencionar que os problemas sociais, como a violência e a criminalidade relacionada às drogas e ao desemprego, também acompanham a dinâmica dos subcentros. Verifica-se que a região nordeste, onde está situado esse subcentro, vem se tornando uma das mais violentas na cidade de Montes Claros. Não raramente, seus moradores têm assistido a cenas de mortes e a brigas, que envolvem, sobretudo, adolescentes e jovens.

A partir da caracterização desse subcentro, percebe-se que ele tem como suporte econômico duas áreas comerciais bastante distintas: a Avenida Deputado Plínio Ribeiro, que oferece serviços mais especializados de peças automotivas a uma clientela bastante ampla, e a Avenida Coronel Coelho, que se destaca por reunir ramos de serviços associados ao consumo imediato da população, como alimentício, vestuário e farmácias, por exemplo.

Não raramente, os moradores desse subcentro e de suas adjacências precisam recorrer ao núcleo central tradicional devido à ausência de alguns tipos de comércios e serviços mais especializados, como bancos, supermercados e ramos hidráulicos. Também há pouca ocorrência de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços em outras áreas do bairro, além da Avenida Coronel Coelho e da região de influência da Avenida Deputado Plínio Ribeiro.

Em relação ao lazer, nesse subcentro está sendo constituído um importante espaço para esse fim, por meio das amenidades ambientais e paisagísticas da Lagoa Interlagos. (Figura 24).



Figura 24 – Vista parcial da Lagoa Interlagos, subcentro Esplanada

Autor: FRANÇA, I. S.de./ nov. 2006

O lago Norte, assim denominando pela Prefeitura Municipal de Montes Claros e pela COPASA, é conhecido pela população montes-clarense como Lagoa Interlagos ou Lagoa da Pampulha. A Lagoa Interlagos se originou no represamento do Córrego Melancias a montante da confluência com o Córrego Cintra, seu afluente da margem esquerda. Esse barramento foi construído pela prefeitura visando à formação de um ambiente lacustre, a fim de proporcionar conforto paisagístico, contribuir para o aumento da umidade relativa do ar e criar espaço de lazer e ocupação residencial em torno de um espelho d'água de cerca de 18 ha de superfície. (COPASA, 1993, p.35).

No momento de criação da Lagoa, a COPASA-MG - Companhia de Abastecimento e Saneamento de Minas Gerais, juntamente com a Prefeitura Municipal de Montes Claros, já explicitava em documentos o interesse econômico na área com a construção de tal empreendimento.

A área apresenta baixíssima densidade, destacando-se os locais mais perto do lago, onde se situam casas de padrão médio - alto e poucos edifícios de apartamento. Segundo informações obtidas em campo, existe a intenção da prefeitura em direcionar o crescimento da cidade para esta área, tirando parte da beleza cênica proporcionada pelo lago; pretende-se induzir a ocupação da área por pessoas de nível de renda alto. Contudo, apesar das unidades de melhor padrão já existentes, o local ainda não oferece condições e atrativos para esse público desejado. O lago não consegue cumprir seu papel na atração desses moradores, já que, em épocas de seca, mostra-se assoreado e a falta de interceptores nos córregos contribuintes que recebem esgoto comprometem a qualidade de sua água. (COPASA, 1993, p.29).

Conforme o Projeto de Expansão do Sistema de Esgotos Sanitários da Bacia do Córrego Melancias, pode-se acrescentar que, nesse período, o local não tinha todas as suas vias asfaltadas e possuía passeios só em alguns locais, não havia rede de água pluvial, nem meio fio, além da baixa densidade demográfica, já mencionada, com muitos lotes vagos. A área não apresentava infra-estrutura adequada que a promovesse como ponto turístico e econômico.

A Lagoa Interlagos localiza-se na zona nordeste da cidade de Montes Claros/MG, numa área próxima aos bairros Esplanada, Santa Laura e Monte Carmelo, entre outros. Desde o momento de sua implantação, na década de 1970, a Lagoa consolidou-se como o principal ponto turístico-econômico do Esplanada. Dentre as restrições ao uso das águas da lagoa, estão o abastecimento doméstico sem tratamento e a recreação de contato primário.

Na área onde se localiza a Lagoa Interlagos há uma grande concentração de bares, restaurantes, churrascarias e pizzarias, que têm motivado a economia e as potencialidades da região nordeste da cidade de Montes Claros (Figura 25).

3.2.2.1 - A Lagoa Interlagos no subcentro Esplanada: potencialidades turísticas e econômicas

Circundando a Lagoa Interlagos, desenvolve-se, na Avenida Governador Magalhães Pinto, um comércio ligado à venda de pneus, produtos agropecuários, baterias, cerâmicas, peças e serralheria. Nessa avenida, tem-se, ainda, entre outros serviços, um clube e uma boate.



Figura 25 – Bares, restaurantes e casa de shows, Lagoa Interlagos, subcentro Esplanada
Autor: FRANÇA, I. S.de./ nov. 2006

A referida lagoa, assim como qualquer outra paisagem natural localizada em áreas urbanas, tem experimentado um processo de degradação derivado da ausência e/ou ineficiência de conservação e preservação por parte de moradores, empreendedores e poder público.

Franco (2000) destaca, em seu estudo denominado *Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável*, o Vale do Itajaí/SC como integrante de uma das mais expressivas regiões do país, não só no sentido socioeconômico como também do ponto de vista ambiental e paisagístico. A autora ressalta, ainda, o fato de essa paisagem abrigar o maior índice populacional do estado de Santa Catarina. Tal modelo reforça o que paisagens como essas (Lagoa Interlagos/MG e Vale do Itajaí/SC) cumprem no espaço urbano no qual estão inseridas.

A riqueza da fauna e da flora de ambas proporciona uma beleza paisagística considerável. Ademais, essas áreas apresentam-se como regiões promissoras do ponto de vista econômico e turístico. Nesse sentido, a Lagoa Interlagos já se destaca como um importante pólo de novos empregos, comércio e acessibilidade em Montes Claros.

No estudo já aludido, Franco (2000, p. 234) reforça a necessidade do planejamento ambiental como fator indutor do Desenvolvimento Sustentado para áreas especiais, como, por exemplo, o Vale do Itajaí/SC e a Lagoa Interlagos/MG.

Como o planejamento ambiental é um processo permanente de harmonização entre as ações humanas e a conservação do meio ambiente, pode-se vislumbrar um processo de planejamento ambiental que possa conduzir o Vale do Itajaí a uma situação de região sul-americana “de ponta”, exemplar para o país e para o mundo, não apenas por se consolidar como um tecnópolo , mas, principalmente, por se tornar sustentável, conservando sua belíssima natureza regional.

As considerações da autora são importantes, pois o processo de apropriação de qualquer espaço natural das cidades merece uma reflexão, não só por parte de cidadãos urbanos e representantes públicos como também de estudiosos. Nessa ordem de idéias, cidades como Montes Claros/MG e Blumenau/SC, consideradas como importantes centros regionais, devem implementar suas políticas urbanas contemplando sua função social e ambiental, a fim de garantir melhor aproveitamento dos seus recursos naturais e melhoria na qualidade de vida de seus moradores.

Em pesquisa realizada na área de entorno da Lagoa Interlagos foi identificada a opinião de moradores e proprietários de estabelecimentos comerciais ali instalados sobre aquele ambiente.

Das pessoas entrevistadas, 18% dos moradores consideraram importante preservar a lagoa devido à beleza que ela proporciona à Montes Claros; 25% afirmaram que a Lagoa Interlagos contribui para a amenização climática da região, uma vez que proporciona um ambiente mais fresco e agradável. Por outro lado, a maioria dos entrevistados (57%)

salientou o fato de a lagoa ser considerada “Cartão Postal da Cidade”, o que acaba despertando, além do seu atributo ambiental, o potencial turístico-econômico (Figura 26).

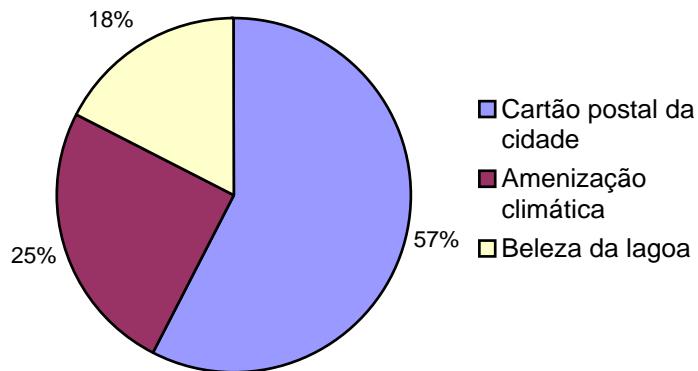


Figura 26: Importância da Lagoa Interlagos para o Morador e sua Família

Fonte: Pesquisa de Campo, Dez/2005

Ao questionar os entrevistados sobre o conhecimento de moradores do Esplanada e adjacências trabalharem em alguns dos comércios instalados no entorno da Lagoa, constatou-se que 41% deles afirmaram conhecer e 59% negaram ter conhecimento de alguém que ali trabalhe. Essa informação evidencia que, apesar de a área econômica da Lagoa Interlagos oferecer oportunidades de trabalho aos moradores do próprio bairro e de bairros vizinhos e já está empregando um número considerável de pessoas da região, não despertou, ainda, todo o seu potencial empregatício.

Em seguida, indagou-se sobre a importância da Lagoa Interlagos para a família do entrevistado. Constatou-se, então, que a lagoa é importante devido à sua bela paisagem e por se apresentar como ponto turístico. Outros entrevistados responderam que ela contribui para a climatização da área e que oferece possibilidade de desenvolvimento ao bairro.

No que se refere à escolha da localidade para a construção dos comércios, 34% dos entrevistados enfocaram a beleza da Lagoa Interlagos como fator responsável pela escolha da localização do empreendimento, 22% apontaram o fato de a área estar localizada próximo à

Avenida Magalhães Pinto, importante avenida de acesso à cidade, o que significa para esses empreendedores maiores possibilidades de prosperidade econômica.

Quanto à mão de obra utilizada nesses empreendimentos, constatou-se que a maioria dos empreendedores emprega moradores do Esplanada e de bairros da região e 25% empregam mão de obra bastante diversificada, abarcando trabalhadores de outros bairros. Esses dados demonstram, com já foi mencionado anteriormente, que a Lagoa Interlagos oferece grande oportunidade de trabalho aos moradores dos bairros a ela adjacentes e já está empregando um número considerável de trabalhadores.

A melhoria na infra-estrutura, o aumento de comércios, residências e, consequentemente, um maior adensamento de pessoas foram citados como modificações positivas a serem realizadas. Entre as modificações negativas, foram destacadas a poluição da lagoa e a construção de um poço artesiano pela COPASA para abastecimento do bairro Independência, que, segundo os entrevistados, está fazendo secar a lagoa.

No tocante à poluição das águas da Lagoa Interlagos, observa-se ser ela decorrente do lixo produzido pela população e pelos empreendimentos econômicos ali instalados, que é depositado em suas águas. Além disso, os resíduos gerados pelas construções também contribuem para o aterro da nascente do Córrego Melancias, considerado um dos responsáveis pelo abastecimento da lagoa.

Os empreendedores salientaram que muitas dessas mudanças comprometem a viabilidade do empreendimento, visto que ocasionam lixo e poluição e acabam depredando a área e afastando os fregueses.

Deve-se salientar que a lagoa se situa na parte a jusante da bacia do Córrego Melancias, com isso os esgotos recebidos por essa bacia atingem a lagoa Interlagos.

Tendo em vista sua característica de curso d'água temporário, o rio Melancias se transformou num canal de escoamento de esgotos sanitários a céu aberto. Ele recebe

sedimentos através do escoamento superficial, que ocorre principalmente na estação chuvosa, o que leva a um rápido processo de assoreamento do talvegue do córrego.

Diante do exposto, nota-se que as formas de uso e ocupação do solo na bacia do Córrego Melancias alteraram profundamente as características originais daquele ambiente, resultando, por conseguinte, na degradação da lagoa. Desde então, o mesmo vem sofrendo graves desequilíbrios face ao processo de expansão urbana experimentado pela cidade de Montes Claros.

A influência do aumento no número de construções (bares, restaurantes e residências) e moradores no entorno da Lagoa é um fato extremamente importante, sobretudo se considerarmos como esses dois indicadores vêm alterando a paisagem original da Lagoa Interlagos desde a sua implantação.

Estudos importantes, como o de Ross (2000) e Nucci (2001), mostram como o adensamento humano e as edificações modificam as condições físicas naturais de um determinado espaço. Essas transformações repercutem no âmbito local e, consequentemente, no modo de vida urbano, já que se configuram como tendências e transformações do espaço urbano. No contexto montesclarensse, o crescimento do comércio e dos serviços, paralelamente ao adensamento humano, também constituiu fator de transformação socioeconômica e ambiental que se processou no espaço da Lagoa Interlagos.

Para os propósitos desse estudo, foi realizada entrevista com moradores e usuários da área do entorno da Lagoa. No que se refere às modificações sofridas pela Lagoa, grande parte dos entrevistados, moradores mais antigos, acharam que ela sofreu modificações e 16% afirmaram que não houve modificação alguma. As causas dessas modificações foram divididas neste trabalho em positivas e negativas. As principais causas negativas referiram-se ao aterro da nascente, a fatores naturais, como a pouca chuva, à morte de peixes, à falta de arborização, à diminuição do volume da água da Lagoa e ao descaso da prefeitura para com a

mesma. O esgoto dos bairros adjacentes recebido pela Lagoa e os problemas referentes à poluição de sua água e ao lixo também foram destacados pelos moradores (Figura 27).

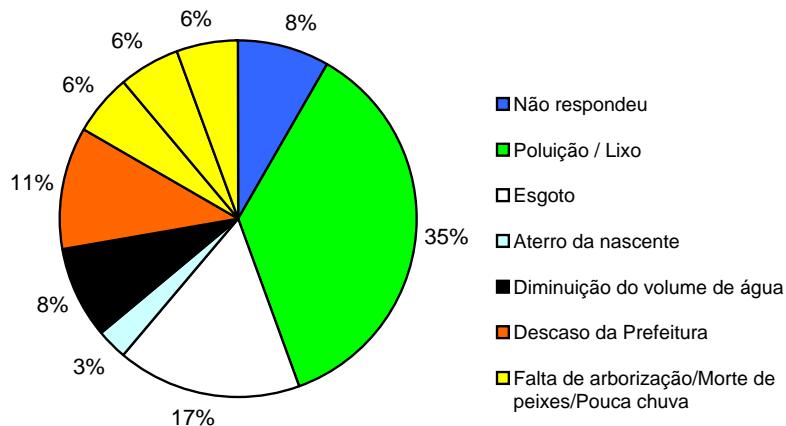


Figura 27: Principais Causas das Modificações Negativas observadas na Lagoa Interlagos

Fonte: Pesquisa de Campo, Dez/2005

Nesse sentido, a situação se agrava com o crescente aterramento de sua nascente, com as grandes cargas de lixo, efluentes e materiais de construção que são ali depositados. Sobre isso, Nucci (2001) sustenta que a capacidade de vazão de um rio, e, nesse caso, cita-se, por oportuno, a Lagoa Interlagos, tem sua vazão diminuída pelo assoreamento ocasionado pelo constante remanejamento de terras, devido ao crescimento desenfreado da cidade. No que diz respeito à pouca arborização, o autor chama a atenção para as importantes funções das áreas verdes, compreendidas não somente como satisfação psicológica e cultural, mas, sobretudo, física para o ser humano das cidades:

[...] estabilização de superfícies por meio da fixação do solo pelas raízes das plantas; obstáculo contra o vento; proteção da qualidade da água, pois impedem que substâncias poluentes escorram para os rios; filtração do ar, diminuindo a poeira em suspensão; equilíbrio do índice de umidade do ar; proteção das nascentes e dos mananciais; abrigo à fauna; organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas; recreação [...]. (Ibid, p.60).

Assim como a falta de arborização, o lixo, entendido como um dos problemas mais sérios das cidades, foi apontado pela população como uma das modificações negativas na

Lagoa. No período chuvoso, o lixo é carreado pelas enxurradas, atingindo a nascente do Córrego Melancias.

No que se refere ao conhecimento dos moradores sobre a existência de alguma atividade para conservação da Lagoa, constatou-se que a maioria desconhecia desconhecer qualquer atividade, enquanto que uma pequena parcela relatou conhecer atividades que objetivavam a conservação da Lagoa Interlagos. Assim, foram referidas como atividades de conservação: a limpeza periódica na Lagoa realizada pela prefeitura, o plantio de árvores pelos moradores no seu entorno e as canalizações de esgotos.

Diversos estudos que focalizam a poluição de cursos d'água mostram que os esgotos, também chamados de resíduos líquidos, são os principais poluidores das águas. Outrossim, os esgotos tem ocasionado a morte da fauna e da flora desses ecossistemas, além de provocar doenças nos moradores que se abrigam próximos aos cursos d'água e gerar a conhecida poluição visual.

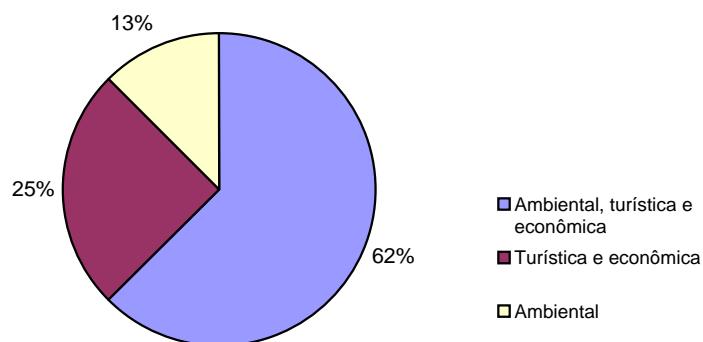


Figura 28 - Importância da Lagoa Interlagos para os Empreendedores

Fonte: Pesquisa de Campo – Dez/2005

A importância de se preservar a Lagoa Interlagos é apontada na Figura 28, em que se constata que 62% dos entrevistados destacaram a sua importância ambiental, turística e econômica, enquanto 25% focalizaram apenas a questão turística e econômica. Esses dados

confirmam que os proprietários já reconhecem o valor ambiental da Lagoa, e não somente econômico e turístico, uma vez que ela proporciona um ambiente mais ameno na região.

A ocorrência de vias especializadas caracteriza a Avenida Deputado Plínio Ribeiro e tipos de comércios voltados para suprir necessidades de consumo imediato se desenvolvem, primordialmente, na Avenida Coronel Coelho, do subcentro Esplanada.

Assim, as atividades comerciais desse subcentro concentram-se, em sua maioria, nas Avenidas Coronel Coelho, Deputado Esteves Rodrigues e Governador Magalhães Pinto, sob a influência da Lagoa Interlagos. O comércio que se desenvolve na Avenida Coronel Coelho está ligado à atividade de consumo da população, como mercearias, farmácias, padarias, lojas, bares e sacolões. Nota-se que, nessa avenida, a função comercial sobrepuja à residencial, embora coexistam os dois usos. Nas Avenidas Deputado Plínio Ribeiro e Governador Magalhães Pinto, têm-se comércio e prestação de serviços mais diversificados e de maior alcance devido à sua localização.

Trata-se de um subcentro popular e de menor categoria, que serve à uma área restrita de cidade de Montes Claros. Porém, sua importância econômica pode ser identificada a partir da pesquisa empírica, que mostrou suas principais áreas econômicas no interior do Esplanada e sua área de influência expressa pelos bairros adjacentes e pela sua dinamização, possibilitada pelo atendimento à uma população proveniente de outras áreas de Montes Claros, bem como de outras cidades.

Em algumas cidades, tem-se a constituição de subcentros em áreas residenciais e, principalmente, nos conjuntos habitacionais.

Esses pequenos centros, assim denominados por Muller (1958), são constituídos por comércio varejista, abarcando uma grande diversidade de estabelecimentos como padarias, açougues, bares, mini-mercados, mercearias, confecções, lanchonetes, farmácias, etc, alguns serviços como consultórios médicos e odontológicos e cabeleireiros. Dependendo de cada formação, temos um menor ou maior número de estabelecimentos, com maior ou menor complexidade, gerando arranjos espaciais nesses subcentros, o que de certa forma o caracteriza. (PEREIRA, 2001, p.58).

No subcentro Esplanada, é possível ainda visualizar a convivência entre vizinhos e usos de áreas públicas, como as praças, o que denota as relações de afetividade paralelas à uma área comercial e residencial.

A localização estratégica, com pontos preferenciais para o desenvolvimento do comércio e dos serviços, propicia o aparecimento de subcentros de reduzida proporção e com pouca funcionalidade, mas que tendem a se especializar e a elevar o padrão de seus serviços. O oferecimento de serviços de consumo imediato e a emergência de vias especializadas ilustram o subcentro Esplanada, que, de acordo com os estudos de Segadas Soares (1987, p. 128-129), pode ser considerado como um subcentro menor, [...], isto é, que serve a áreas mais restritas, [...], ou que, apesar de servir a áreas amplas, ainda não desenvolveu, grandemente, seus serviços, [...].

Ribeiro Filho (2004) apresenta algumas medidas que podem ser tomadas visando à melhoria de vida da população que reside nos subcentros, a partir da intervenção estatal.

Através das diferentes ações e estratégias dos agentes sociais no espaço urbano, verifica-se um processo contínuo de (re)produção da cidade. A intervenção do Estado é mais complexa e variável, dependendo da forma adotada, que pode ser pela elaboração de leis, implantação de infra-estrutura urbana, loteamentos populares, construção dos conjuntos habitacionais, ou remoção de favelas, entre outras medidas. Assim, consolidam-se ou são alteradas algumas funções prioritárias do espaço urbano, inclusive as transformações referentes ao comércio e serviços em diversas áreas da cidade. (RIBEIRO FILHO, 2004, p.140).

Apesar de algumas limitações, o subcentro Esplanada oferece atrativos para investimentos em infra-estrutura e equipamentos adequados, pois abriga um grande contingente populacional, o que vem motivando os investimentos dos setores privados, embora esse mercado de consumo apresente baixo e médio poder aquisitivo.

A Lagoa Interlagos e os vários bares, restaurantes, churrascarias e pizzarias instalados em seu entorno podem contribuir decisivamente para a revitalização e desenvolvimento da

vida noturna do subcentro, atraindo freqüentadores de todas as áreas da cidade, bem como investimentos públicos e privados.

Nesse contexto, “o subcentro é uma das formas de melhorar as condições de vida dos moradores de uma área, desde que haja a oferta de diversos estabelecimentos necessários à sua manutenção, evitando grandes deslocamentos para esses fins”. (PEREIRA, 2000).

Assim, a formação dos subcentros pode melhorar as condições de vida dos moradores, propiciando o acesso a bens e serviços. Entretanto, é preciso ampliar a instalação de equipamentos nesses espaços e minimizar as desigualdades socioespaciais. Infelizmente, a tendência em permanecer e agravar essas disparidades é grande. É preciso que a sociedade se informe, a fim de tomar posicionamentos para que o exercício da organização e as reivindicações em favor dos seus direitos e interesses seja uma constante. (PEREIRA, 2000).

Dessa maneira, o estudo dos subcentros pode contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica desses espaços e de seu papel no contexto das cidades médias. Torna-se imperativo o planejamento adequado e responsável, os investimentos públicos e privados visando à atração de formas de comércio e serviços e a melhoria das condições de vida nesses locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades médias representam importantes centros econômicos e demográficos, definindo novos papéis frente à recente organização territorial brasileira. As atuais dinâmicas de consumo e produção que se estabelecem nos espaços intra-urbanos dessas cidades influenciam e são igualmente condicionadas pelos novos arranjos territoriais e econômicos relativos à produção e consumo do espaço urbano.

De um lado, a desconcentração espacial de indústrias, investimentos, população, comércio e prestação de serviços favorecem a emergência de novos focos econômicos e, por sua vez, a maximização do consumo. Por outro lado, a dinamização do setor terciário junto às áreas centrais das cidades médias aponta o desenvolvimento de novas e diversas formas comerciais localizadas em bairros de grande adensamento populacional com modesta infraestrutura e próximos a empreendimentos urbanos, esses se instalaram numa região propensa ao consumo e a reprodução do capital.

Essas características impressas nas cidades médias configuram-se por meio da estruturação do espaço urbano que, concomitantemente, concentra no núcleo central e descentraliza em bairros distantes fisicamente dessa área atividades sócio-econômicas variadas. Essas, por sua vez, motivam uma nova dinâmica econômica e a expansão urbana e territorial desses espaços.

A cidade de Montes Claros vem passando por importantes transformações sócio-espaciais e econômicas, dentre as quais, a redefinição de sua centralidade. Apesar de o núcleo central principal continuar exercendo um importante papel na cidade, já que desempenha uma série de atividades de grande variedade e especialização que não existem nos bairros, verifica-se uma tendência à formação de novas centralidades em outros espaços da cidade. O núcleo central constitui, hoje, um espaço onde prevalece o uso comercial coexistindo com o uso

residencial em menor ocorrência. O processo de verticalização desse espaço vem diminuindo os vazios urbanos e colaborando com a especulação imobiliária.

Foi no interior desse processo que o núcleo central da cidade se descentralizou, originando novas formas de comércio e dividindo com as novas áreas comerciais, os subcentros, a localização de atividades terciárias, notadamente aquelas de consumo imediato e, em menor ocorrência, algumas especializações. Deve-se ressaltar que o núcleo central permanece monopolizando grande parte das atividades e funções que atendem às necessidades mais variadas de uma população, como bancos, escritórios, lojas e serviços especializados.

Assim, em algumas áreas, ocorre a formação de estabelecimentos fora do núcleo central, decorrentes de uma tendência inerente ao processo de dispersão da centralidade. Tal fato é resultante do constante processo de redefinição das cidades, produto das relações capitalistas e suas contradições.

Diante da elevada concentração de atividades econômicas no núcleo central, assisti-se em Montes Claros à formação de novas centralidades, sob a forma de shopping-center, supermercados, vias especializadas e subcentros de comércio e serviços, como aqueles analisados nesse estudo.

Os subcentros existentes na cidade estão relacionados, sobretudo, com o comércio de bairro, especialmente de produtos de consumo imediato, mas que apresentam uma tendência à diversificação e especialização de atividades. Outro ponto em comum é o fato de eles se localizarem em áreas afastadas do núcleo central, embora estejam a ele interligados através dos meios de transporte. A proximidade a eixos de acesso rodoviário e a heterogeneidade funcional e de consumo caracterizam os subcentros os Major Prates e Esplanada, aqui analisados.

Esses subcentros atraem atividades de comércio e serviços, sobretudo por possuírem um solo a baixo custo, onde o acesso é facilitado pelo sistema de transporte que integra as

BRs que interligam Montes Claros a outras regiões, além de facilitar os deslocamentos intra e inter - urbanos.

As atividades econômicas desenvolvidas são bastante diversificadas e concentram-se em áreas específicas, nesse caso, nas avenidas principais dos subcentros. No subcentro Major Prates, a intensidade comercial ocorre nas Avenidas Francisco Gaetani e Castelar Prates, ao passo que, no subcentro Esplanada, verificou-se uma maior intensidade comercial nas Avenidas Coronel Coelho, Deputado Plínio Ribeiro e Governador Magalhães Pinto.

Tanto o subcentro do Major Prates como o Esplanada formaram-se a partir de um processo espontâneo, atrelado ao crescimento demográfico de Montes Claros, à descentralização das atividades terciárias e às transformação da estrutura comercial do núcleo central.

O crescimento populacional dos bairros e da própria região em que se inserem os subcentros estimulou o desenvolvimento do comércio e de serviços, e, por conseguinte, motivou e acarretou nova expressão ao consumo nesses espaços.

Sem dúvida, as avenidas principais desses subcentros, que também funcionam como acesso a outras regiões da cidade e entroncamento de outros municípios de Montes Claros, apresentam-se como vetores significativos, que motivaram os equipamentos que foram e estão sendo instalados e, com isso, a formação dos subcentros.

Também o processo de expansão horizontal da cidade favoreceu a formação desses subcentros populares. Esses tipos de subcentros são assim denominados quando atendem a uma população de baixo poder aquisitivo, disponibilizando um comércio de alcance local para o atendimento das necessidades imediatas da população do subcentro e adjacências. Não sendo, portanto, característica dos subcentros populares a ocorrência de formas de comércio mais sofisticadas e intensamente diversificadas que atendam a todas as necessidades de

consumo das populações no interior de uma cidade, como ocorre nos núcleos centrais, inclusive em Montes Claros.

O Major Prates é um subcentro popular de maior diversificação quando comparado ao Esplanada. Aspectos como a situação geográfica, a proximidade ao Montes Claros Shopping-Center e ao Hipermercado Bretas, além das infra-estruturas instaladas e do grande adensamento populacional, resultaram na dinamização econômica desse subcentro no interior da cidade. Esse subcentro é dotado de uma ampla heterogeneidade funcional e variado mercado consumidor, constituído pelos moradores do Major Prates, de bairros de Montes Claros, bem como população de cidades e distritos adjacentes e que tem como eixo de passagem a BR365, localizada nas proximidades desse subcentro.

O subcentro Esplanada se individualiza por apresentar uma forte via especializada em produtos e peças automotivas, localizada ao longo da Avenida Deputado Plínio Ribeiro. Essa área especializada, entretanto, é consumida por toda a população montesclarenses e por municípios circunvizinhos que procuram esse tipo de comércio. Trata-se de uma forma comercial de alto custo e especialização, que acaba por interligar economicamente a região Nordeste, onde está inserido esse subcentro, as demais regiões de Montes Claros e outros municípios do Norte de Minas, Sul da Bahia e Vale do Jequitinhonha. Dessa forma, as atividades especializadas atendem a um público definido, tanto funcional como economicamente.

Esse subcentro constitui uma área de grande relevância econômica na região onde está inserido, no que se refere ao atendimento a demandas importantes da população e do seu entorno, anteriormente oferecidas exclusivamente pelo núcleo central.

Entende-se que Montes Claros, por ter se configurado como pólo sobre sua região, tem, dentro de sua área de influência, espaços, no interior da própria cidade, que reforçam essa polarização. A área em que se localiza a Lagoa Interlagos e a própria Lagoa apresentam-

se como instrumentos de fortalecimento e dinamização da economia da região onde se localiza o subcentro Esplanada.

Em relação às entrevistas realizadas no subcentro Esplanada, a população pesquisada demonstrou um reconhecimento da dinamização sócio-econômica da região nordeste da cidade, tendo a Lagoa Interlagos como o principal fator de atração dos domicílios e empreendimentos comerciais ali estabelecidos. Ademais, observaram, ainda, a necessidade de o poder público local estabelecer projetos que visem a melhoria da qualidade ambiental da Lagoa, como forma de garantir um processo duradouro de consolidação de um importante espaço econômico no interior de Montes Claros. Tal fato pode ser concretizado tendo a Lagoa Interlagos como indutora do desenvolvimento econômico e turístico da região norte da cidade. Assim, torna-se fundamental a valorização desses espaços, como forma de indução da dinamização dos centros urbanos.

A questão ambiental, na atualidade, apresenta-se como um dos mais sérios desafios a ser enfrentado pelos moradores, empreendedores e representantes do município. Dos problemas ambientais vividos pela cidade de Montes Claros, o discutido na pesquisa empírica do subcentro Esplanada foi a degradação da Lagoa Interlagos, um dos seus patrimônios mais belos e, assim sendo, mais benéfico e proveitoso para a comunidade montesclarense.

Percebeu-se que a região da Lagoa Interlagos teve a sua qualidade ambiental urbana extremamente afetada, à medida que avançaram os processos de uso e ocupação do solo. As mudanças na qualidade ambiental urbana são complexas, visto que envolvem razões de ordem ambiental, econômica, política e social, pois a satisfação da qualidade de vida dos cidadãos passa pelo ajustamento das forças acima mencionadas.

As entrevistas com moradores e empreendedores demonstraram que esses, em sua maioria, concebem a Lagoa como “Beleza Natural e Cartão Postal da Cidade”. Nessa

perspectiva, eles apontaram alguns problemas, como o lixo, o esgoto e a poluição das águas da Lagoa, como os responsáveis por sua degradação.

A Lagoa Interlagos é, indubitavelmente, um dos mais belos e importantes patrimônios da cidade de Montes Claros. De um lado, a sua beleza chamou a atenção de moradores e empresários que escolheram aquele local para domicílio ou empreendimento empresarial. Por outro, esse fato ocorreu sem respeitar os limites físicos da paisagem e sem um planejamento sobre a infra-estrutura adequada.

Além de ser um patrimônio natural, a Lagoa é utilizada para exploração econômica e turística. Desse modo, os empreendimentos que ali se instalam buscam explorar esses potenciais, aquecendo o comércio e gerando empregos. Verificou-se que essa área evolui bastante no decorrer do tempo, podendo alcançar maior prosperidade econômica na medida em que for ampliada a sua infra-estrutura e priorizada a sua valorização.

Tal prosperidade econômica, propiciada em parte pelos atrativos ambientais da região, pode sucumbir-se na medida em que a degradação do local coloque em risco a viabilidade econômica dos empreendimentos. Além disso, a qualidade de vida dos moradores pode ser afetada de forma significativa, tanto em função da degradação ambiental como de uma possível fragilização econômica.

A projeção que se oferece aqui é que o subcentro Esplanada desenvolve-se para se tornar um importante espaço comercial, de relativa autonomia em relação ao núcleo central, embora a esse relacionado internamente, devido ao seu crescimento, diversidade e dinamização de atividades econômicas e de prestação de serviços.

Destarte, espaços como o subcentro do Esplanada precisam de investimentos e infra-estrutura, para que a sua população e o seu entorno não desloquem até o núcleo central para satisfazerem as suas necessidades de consumo. Entretanto, não se pretende atestar aqui que o núcleo central de Montes Claros não é mais o espaço de maior diversidade e especialização de

comércio e serviços. Mas sim que, em função do crescimento demográfico e da expansão urbana da cidade, o núcleo central já não se constitui como a área exclusiva da atividade comercial na cidade e espaço único de atendimento às demandas de consumo da população.

Percebem-se grandes diferenças quanto à intensidade do comércio, consumo populacional e aporte infra-estrutural existentes entre áreas centrais e periféricas, estando estas últimas, quase sempre, desprovidas dos meios de consumo coletivo para a vida urbana. Embora nem sempre desempenhem um número grande e diversificado de funções, isso geralmente se define de acordo com o potencial de consumo das diferentes áreas no interior da cidade, podendo-se apontar a potencialidade comercial dos subcentros.

Nesse sentido, os subcentros emergem como uma das possibilidades de atendimento às áreas mais periféricas das cidades, à medida que houver a descentralização de equipamentos urbanos, comércio e serviços necessários à vida dos moradores. A descentralização econômica não ocorre somente pela densidade populacional, mas, sobretudo, pelos atrativos que determinadas localizações proporcionam no interior do espaço urbano.

Os subcentros não são homogêneos, diferenciando-se quanto à diversidade funcional e à clientela atendida, pois, dependendo do padrão socioeconômico dos moradores de determinada área, poderá haver interesses e motivações do poder privado em realizar investimentos.

Uma importante ação, que poderia amenizar as desigualdades nas cidades, seria estimular a formação de subcentros de comércio e serviços em áreas não restritas ao centro principal, a fim de atender às populações, sobretudo, às de baixo poder aquisitivo, que não possuem condições de transportes para se deslocarem até o núcleo central, a fim de satisfazer as suas necessidades de consumo.

São essas populações, no entanto, que criam novas formas de consumo e sobrevivência nos subcentros das médias cidades. Essas ações poderiam atingir as periferias

das cidades, quer seja pela atuação dos pequenos e médios capitais econômicos ou pelo próprio poder público municipal. Assim, o comércio da área central das cidades iria se descentralizar espacialmente, ocasionando uma nova relocalização de atividades em bairros de grande adensamento populacional com possibilidade de maior qualidade de vida para a população, bem como reprodução do capital.

Faltam também, por parte dos governantes, medidas concretas para sanar os problemas da população pobre, que representa a maioria total da população do país. Nesse sentido, políticas econômicas sustentáveis, que combinem crescimento econômico com desenvolvimento, devem ser priorizadas e adotas pelos governos nos subcentros das cidades médias.

O estudo das cidades médias é importante para a compreensão do próprio espaço nacional, em suas esferas econômica, social e política. Essas cidades precisam ser idealizadas e planejadas funcionalmente, tendo em vista a complexidade e (organização interna) intensidade dos seus espaços intra e inter-urbano.

É um desafio, nos estudos das cidades médias, pensá-las diante da sua realidade espaço-temporal, ou seja, do contexto em que se inserem e da transitoriedade no limiar da pequena e da grande cidade. Trata-se de uma discussão relevante, derivada da necessidade de se discutir e problematizar a realidade dessas cidades, dos seus habitantes e sua correlação com os demais padrões de cidades e com as economias, situação política e econômica dos países em que se inserem. As novas centralidades e as interações intra e inter-urbana exigem políticas diferenciadas, em função de seus problemas específicos, decorrentes do crescimento populacional acelerado e do grande fluxo migratório. Dessa forma, temas como economia, saúde, educação e planejamento urbano devem ser discutidos nas cidades médias. Elas precisam de áreas de lazer, acessibilidades e amenidades e a situação dos municípios ao seu redor deve ser analisada.

A procura por moradia, o aumento da oferta de bens e serviços, ou seja, os fluxos diversos são elementos determinantes para a centralidade de Montes Claros no Norte de MG. A reestruturação interna da cidade média de Montes Claros deve ser analisada juntamente com a reestruturação inter –urbana, elas são distintas e complementares com forte determinante econômico.

Certamente, este estudo não esgota as reflexões sobre a cidade média de Montes Claros e sua complexidade e dinamismo intra-urbano, ao contrário, pretende ser um ponto de partida para futuros esforços de maior envergadura analítica.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A . A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. In: OLIVEIRA, L. L (Org.). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 42-59.

ALVES, G. da A. **O uso do núcleo central da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação**. São Paulo: FFLCH/USP, Tese, 1999.

AMORIM FILHO, O. B. Esquema metodológico para o estudo das cidades médias. In.: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS. **Resumo de comunicações e guias de excursões**. Belo Horizonte: AGB, 1976, p. 6-15.

AMORIM FILHO, O. B., BUENO, M. E. T. e ABREU, J. F. Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro – SP, v. 2, n. 23-24, 33-46, 1982.

AMORIM FILHO, O . B . Cidades médias e organização do espaço no Brasil. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte: nº 5, p.5-34, jun.1984.

AMORIM FILHO e SERRA. R, Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. ANDRADE, T e SERRA (orgs). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p.1-34

AMORIM FILHO e RIGOTTI, J.I. **Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias**. www.ibep.org.br, acesso em: maio de 2005.

AMORIM FILHO e SENA FILHO. **A Morfologia das Cidades Médias**. Goiânia: Vieira, 2005.

ANDRADE, T. A. e LODDER, C. A. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. IPEA. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

ANDRADE, T. A. **Considerações preliminares sobre uma política de descentralização espacial através do apoio ao desenvolvimento das cidades médias no Brasil**. Instituto de Planejamento Econômico e Social; IPEA/INPES, sd. (mimeografado).

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro.** Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão n. 554).

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V.; (Org.). **Cidades médias brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, M. C de. A cidade: sua formação e importância como núcleo central de produção e de prestação de serviços. In: ANDRADE, M. C. de. **Geografia Econômica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 1981. cap.19. p. 265-276.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE MINAS GERAIS. v.1, 1980. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

ARRUDA, W. História da praça. **Revista Tempo** - Montes Claros, Ano IV, n. 24., junh. 2006. p.12-14.

BESSA, K.C., MOURA, G.G. e SOARES, B.R. **Considerações sobre as cidades médias brasileiras:** um estudo da região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – Minas Gerais. Relatório de Pesquisa .Uberlândia, UFU/FAPEMIG, CD ROM, 2001

BRASIL, H. O. **História e Desenvolvimento de Montes Claros.** 1. edição. Montes Claros: Editora Lemi, 1993.

BRAVO, M. T. D., Ciudades medias, planificación urbana y calidad de vida. **Revista Geográfica Venezolana.** Universidad De los Andes/Venezuela, v.38, p-153-164, 1997.

CARLOS, A. F. A. A reprodução da cidade como negócio. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (org.). **Urbanização e Mundialização:** estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, p.29-37. 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F. A (org.). **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2002. p.173-186.

CASSETI, V. **Ambiente e Apropriação do Relevo.** São Paulo: Contexto, 1991. (Série: Caminhos da Geografia)

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COPASA. **Relatório de Controle Ambiental:** projeto de expansão do sistema de esgotos sanitários da bacia do córrego Melancias. Montes Claros/MG, 1993.

CORRÊA, R. L Processos espaciais e a cidade. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, 41 (3): 100-110. 1979.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana.** São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L O espaço metropolitano e sua dinâmica. **Anuário do Instituto de Geociencias da UFRJ**, 17. Rio de Janeiro, 1994. p.24-29.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C., CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DAVIDOVICH, F. Brasil metropolitano e Brasil urbano não metropolitano – algumas questões. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: AGB, v.52, n.2, p.127-133, abr/jun. 1991.

FRANCO, M. de A. R. **Planejamento Ambiental para a cidade sustentável.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

FRÚGOLI JÚNIOR, H. **São Paulo:** espaços públicos e interação social. São Paulo: Marco Zero, 1995.

FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo:** trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez, Edusp, 2000.

GONCALVES, W. Núcleo central Vivo terá 80% de ruas fechadas. **Revista Tempo.** Montes Claros/MG, Ano IV, no. 19, jun/jul. 2005. p.32-37.

HOGAN, D. J. **Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras.** In HOGAN, D. J.; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico, 1991-2000.** Disponível em www.ibge.gov.br. <acesso em: março, 2006>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico, 2000.** Disponível em www.ibge.gov.br. <acesso em: julho, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese dos dados municipais.** Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidades@>. Acesso em: março de 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.. **Dados censitários.** <http://www.sidra.ibge.gov.br>. 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Coord. geral), **Caracterização da atual configuração, evolução e tendências da rede urbana do Brasil:** determinantes do processo de urbanização e implicações para a proposição de políticas públicas. Mimeografado, Brasília, 1999.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Bush e Blair têm pacto para perdoar dívidas.** Mundo: A18, sábado, 11 de junho de 2005.

KLIASS, R. G. **Qualidade Ambiental Urbana.** 2ª Reunião do Clube das Idéias (Palestra do dia 23/01/1995) 2002. Texto disponível da Internet: www.idea.org.br/programas/02.doc

LEFF, E. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade/poder. tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

LEITE, R. de F. C. **Norte de Minas e Montes Claros:** o significado do ensino superior na (re) configuração da rede urbana regional. 2003. 191f. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFU, Minas Gerais, 2003.

LEITE, M. E. e PEREIRA, A. M. A expansão urbana de Montes Claros e a questão da centralidade: notas para reflexão. **Anais do V Encontro Regional de Geografia: Região e Lugares: Novos Tempos, Outros desafios,** Montes Claros/MG, Outubro de 2004. CD-ROM.

LEITE, M. E. e PEREIRA, A. M. A expansão urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização. In: PEREIRA, A . M.; ALMEIDA, M. I. S. de (org.). **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais.** Montes Claros/MG: Editora Unimontes, p. 33-51, 2004.

MALTA, A. C. et al. O crescimento vertical de Montes Claros. **Caderno Geográfico,** Montes Claros: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, V.II, nº. 02, p. 78-94., out.1993.

MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80.
Rio de Janeiro: IPEA, 1994 (Texto para discussão n. 329).

MARTINE, G. (org.) População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: verdades e contradições. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. (Coleção Momento).

MENDES, C. M.; GRZEGORCZYK, V. Centro e Centralidade em Maringá. In: **MORO, D. A. (org.). Maringá Espaço e Tempo. Ensaio de Geografia Urbana.** Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UEM, 2003, p.89-126.

MONTES CLAROS/MG. Lei nº 3031, de 06 de julho de 2002. **Lex.:** Prefeitura Municipal. Montes Claros. 2002.

MONTES CLAROS/MG. Lei nº 2921, de 27 de agosto de 2001, Plano Diretor. **Lex.:** Prefeitura Municipal. Montes Claros. 2002.

MOTTA, D. M. et alii. A **dimensão urbana do desenvolvimento econômico espacial brasileiro.** Brasília: IPEA, jun. 1997.44p.

NAVARRO, N. A. Hospital de Base e a Formação de Subcentros na Zona Sul de São José do Rio Preto (SP) – 1950-2000. 2005. 151 f. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFU, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2005.

NUCCI, J. C. Qualidade ambiental & adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

OLIVEIRA, M.A. T. ; HERRMANN, M. L.P. Ocupação do Solo e Riscos Ambientais na Área Conurbada de Florianópolis: Impactos Ambientais Urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

OLIVEIRA, M. F. M. et all. Formação social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Unimontes, 2000.

PAULA, H. A. de. Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes. 1979.1 vol. Montes Claros.

PEREIRA, S. R. Subcentros e Condições de Vida no Jardim Bongiovani e Conjunto Habitacional Ana Jacinta – Presidente Prudente – São Paulo. 2001. 194f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente, Presidente Prudente (SP), 2001.

PEREIRA, L. M. A Cidade do Favor: Montes Claros em meados do séc XX. Montes Claros: Unimontes, 2002.

PEREIRA, F. M. e LEMOS, M.B. Cidades médias: uma visão nacional e regional. XI Seminário sobre economia mineira. Diamantina, 24 a 27 de agosto de 2004. **Anais.** Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br>.

PEREIRA, F. M. e LEMOS, M.B. Política de Desenvolvimento para cidades médias mineiras. Outubro, 2004. p. 1-28. Disponível em <http://www.bdmg.mg.gov.br>
PINTAUDI, S. M. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, A. F. A. (org.) **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2002, p. 143-159.

PINTAUDI, S. M. São Paulo, do centro aos centros comerciais: uma leitura. In: OLIVEIRA, A. U. de; CARLOS, A. F. A. (org.). **Geografia das metrópoles.** São Paulo: Contexto, 2006. p.213-218.

POCHMAN, M.; AMORIM, R. (org). **Atlas da exclusão social do Brasil.** São Paulo: Cortez, 2003.

PONTES, B. S. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (1970). **Boletim de Geografia.** Maringá: UEM, n. 18, p. 1-27, 2000.

PROCAD/CAPES. **Cidades Médias Brasileiras:** agentes econômicos, reestruturação urbana e regional (**proposta**). Mimeo, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Atlas do desenvolvimento Humano.** 2000.

REIS, G. A . Algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento recente da região mineira do nordeste. In: SANTOS, G. R. dos. **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas (Org.).** Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. p. 37-76.

REVISTA GEOGRAFIA E ENSINO. Belo Horizonte: nº 5, jun.1984. AMORIM FILHO, O . B . **Cidades médias e organização do espaço no Brasil.** p.5-34.

RIBEIRO FILHO, V. A configuração da área central de Manaus e sua dinâmica recente. 2004. 236.f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Geografia – CCMN, Rio de Janeiro, 2004.

ROCHEFORT, M. Redes e Sistemas: ensinando sobre o urbano e a região. São Paulo: Hucitec, 1998.

RODRIGUES, A. M. Moradia nas Cidades Brasileiras. São Paulo: Editora Contexto; Edusp, 1988.

ROQUE, A. Cidadania e Pobreza. In: ActionAid Brasil. **As faces da pobreza no Brasil:** Programa de Trabalho. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 1990, p. 15-38.

ROSS, J. L. S. (org) Geografia do Brasil. 3^a ed. São Paulo: Edusp, 2000.

SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem as nascentes do rio São Francisco. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade Estadual de São Paulo, 1975.

SANTOS, M. Ensaios sobre a Urbanização Latino-americana. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

SANTOS, M. Manual de geografia urbana. São Paulo: Hucitec, 1989.

SANTOS, M. A urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. Economia Espacial. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 3^a. ed. São Paulo: Record, 2001.

SCARLATO, F. C. Revitalização do centro antigo – O espaço da memória de São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, Carles (org.). **Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005. p.130 a 136.

SILVA, C. M. Desenvolvimento e Sustentabilidade: o caso do sertão norte-mineiro. In DAYRELL, C.A; LUZ, C. (Orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: CAA-NM/REDE CERRADO, 2000.

SILVA, L. V. O . da; SOARES, B. R. **Transformações sócio-espaciais nas cidades médias dos cerrados de Minas Gerais**. p.1-26.In: II Encontro Interno de Iniciação Científica e VI Seminário de IV, 2002, Uberlândia. Anais, 2002. v.1.p.390-391.

SILVA, A. M.; PINEIRO, M. S. de F.; FREITAS, N. E. de. **Guia para normalização de trabalhos técnicos-científicos: projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses**. 5 ed. rev. Uberlândia: UFU, 2005.145 p.

SOARES, B. R.. **Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização**. Presidente Prudente (SP): Pós-Graduação em Geografia – FCTUNESP, n. 6, 1999, p. 55-63.

SOARES, B. R.; BESSA, K. C. F. O. As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira. **Boletim Goiano de Geografia/IESA**. Goiânia, v. 19, n.2, p.11-34, jan-dez., 1999.

SOARES, B. R.; BESSA, Kelly C. F. O. **Especificidades da urbanização nas áreas de cerrado Brasileiro: a importância das cidades médias**. Mimeo, 2000.

SOARES, B R.; BORGES, G. V. ; BESSA, Kelly C. F. O.. **Dinâmica sócio-econômica das “cidades locais” situadas em áreas de cerrado mineiro**. Caminhos da Geografia, <http://www.ig.ufu.br/> volume 5. ht, v.5, n. 3, 2001.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In.: SPOSITO, M. E. B (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente (SP): GASPER/FCT/UNESP, 2001.

SOARES, B. R.; RAMIRES, J. C. de L. Os condomínios horizontais fechados em cidades médias brasileiras. In: Luiz Felipe Cabrales Barajas. (Org.). **Latinoamerica: países abiertos, ciudades cerradas**. 1. ed. Guadalajara, Jalisco – México, 2002, v. , p.373-396.

SOARES, B. R. Cidades Médias: uma revisão bibliográfica. In: ALVES, A . F.; Flávio, L. C.; SANTOS, R. A dos (Org.). **Espaço e Território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. 1. ed. Francisco Beltrão, Paraná, 2005. v . p.273.286.

SOARES, B. R. e MELO, N. A. Cidades médias: reflexões sobre o Programa UIA/CIMES e apontamentos d perspectivas para o Brasil. **Anais**. I CIMDEPE, Presidente Prudente, cd rom, p.1-18 , 2005.

SOARES, B. R.; MELO, N. A; LUZ, J. Cidades médias: A importância da dimensão regional na análise da cidade média goiana. In: VI Encontro nacional da ANPEG, 2005, Fortaleza. **Anais**. Comunicações Científicas e Coordenadas, 2005. p.1-13.

SOUZA, M. L. de S. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 192p.

SPÓSITO, M. E. B. O núcleo central e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista Geográfica**. São Paulo: UNESP. n. 10, 1991, p. 1-18.

SPÓSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPÓSITO, M. E. B. (org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: 2001, p. 235-253.

STEINBERGER, M. e BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público e privado. ANDRADE, T e SERRA (orgs). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro:IPEA, 2001, p. 35-78

TOURINHO, Andréa de Oliveira. **Centro e Centralidade: uma questão recente**. São Paulo: Fapesp, 1989. p. 277 a 299.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VIEIRA, P. F. (orgs.). **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. 2^a edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

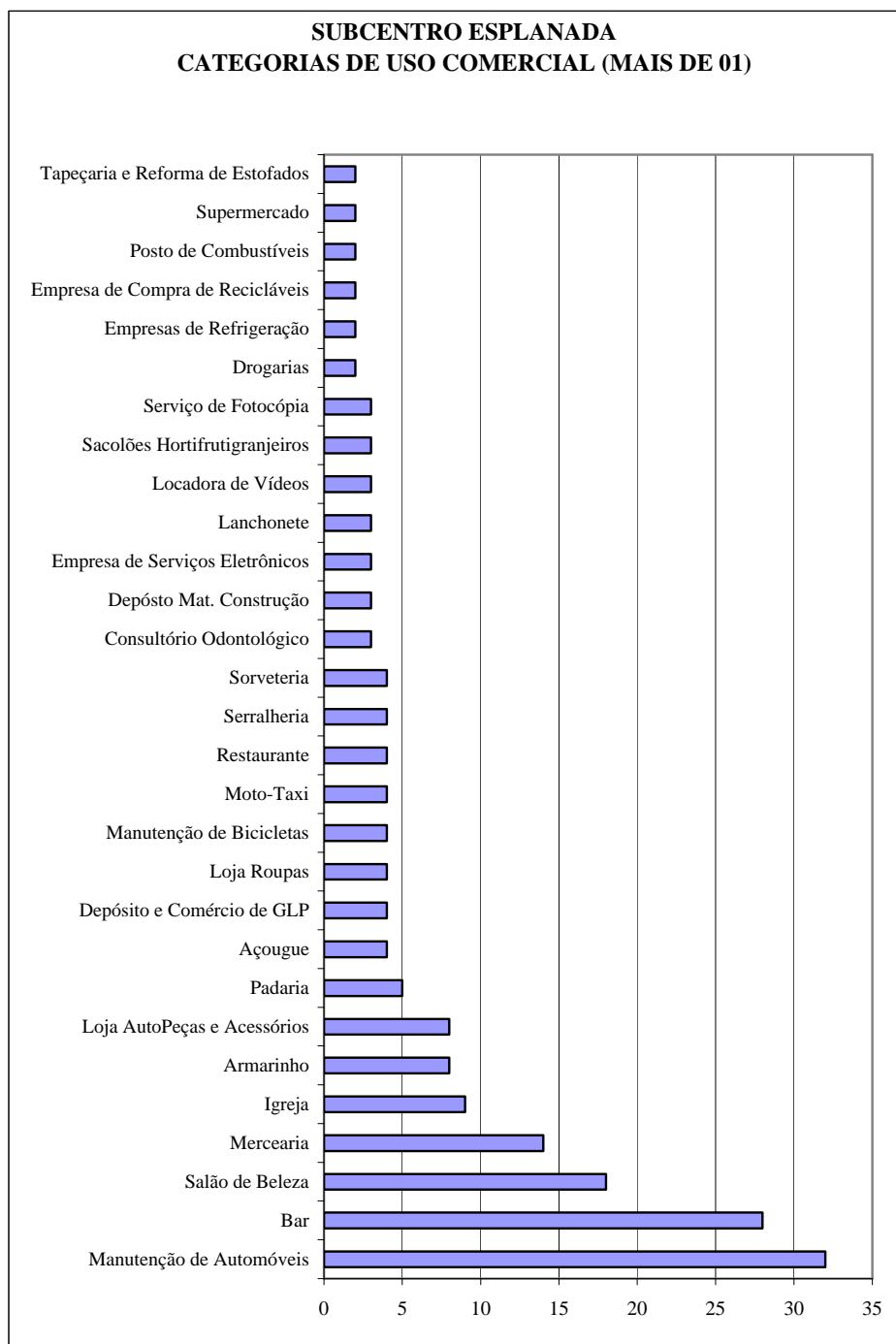
VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. edição. São Paulo: Fapesp, 2001.

VILLAÇA, F. A recente urbanização brasileira In: CASTRIOTA, L. B. **Urbanização Brasileira: Redescobertas**. Belo Horizonte, 2003. p.28-63.

Sites

http:\www.abrasil.gov.br/estados
http:\www.anatel.br
http:\www.almg.gov.br
http:\www.bdmg.mg.gov.br
http:\www.cedeplar.ufmg.br
http:\www.cemig.br
http:\www.copasa.br
http:\www.educacao.mg.gov.br
http:\www.fap.moc.com.br
http:\www.facib.com.br
http:\www.femc.edu.br
http:\www.funorte.com.br
http:\www.fjp.gov.br
http:\www.ibge.gov.br
http:\www.ipea.gov.Br
http:\www.montesclaros.mg.gov.br
http:\www.nca.ufmg.br
http:\www.santoagostinhp.edu.br
http:\www.total.com.br

ANEXO 1



Fonte: Pesquisa empírica, Julho/2006
Org.: FRANÇA, I. S. de., 2006

ANEXO 2 – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO
PROFª. ORIENTADORA: BEATRIZ RIBEIRO SOARES
MESTRANDA: IARA SOARES DE FRANÇA**

LEVANTAMENTO DE DADOS REFERENTES À ÁREA CENTRAL DE MONTES CLAROS/MG

Data da Entrevista: ____/____/____

Local da Entrevista: _____

Tipo de Estabelecimento: _____

ENTREVISTA – Estabelecimentos Comerciais

1 – Desde quando este estabelecimento está localizado nesta área? _____

2 – Tipo de produto comercializado: _____

3 - Qual o perfil do consumidor (poder aquisitivo)? _____

4 – Qual a sua opinião sobre a localização da área? _____

5 – Número de funcionários: _____

6 – Há filiais deste estabelecimento em outras áreas das cidades? _____

7 – Quais áreas?

8 – Quais os motivos que levam um estabelecimento como este (sair do núcleo central?) a ir para outras regiões das cidades?

9 – Quais as principais semelhanças e diferenças entre o estabelecimento do núcleo central e do bairro Major Prates?

10 - Número de funcionários do bairro Major Prates: _____

11 – Quem são os consumidores do bairro Major Prates?

12 – Há alguma pesquisa sobre o perfil do consumidor destas duas áreas?

13 – Por quê _____ escolheu o Major Prates para possuir uma filial deste estabelecimento?

14 – Dê sua opinião sobre a infra-estrutura do núcleo central e do bairro Major Prates:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO
PROF^a. ORIENTADORA: BEATRIZ RIBEIRO SOARES
MESTRANDA: IARA SOARES DE FRANÇA

LEVANTAMENTO DE DADOS REFERENTES À ÁREA CENTRAL DE MONTES CLAROS/MG

Data da Entrevista: _____

Local da Entrevista: _____

Morador: _____

ENTREVISTA - Moradores

1 – Há quanto tempo você e sua família mora no núcleo central?

2 – Vocês já tiveram vontade de mudar para outra área da cidade?

3 – Se sim, por quê?

4 – Por quê ainda permanecem no núcleo central?

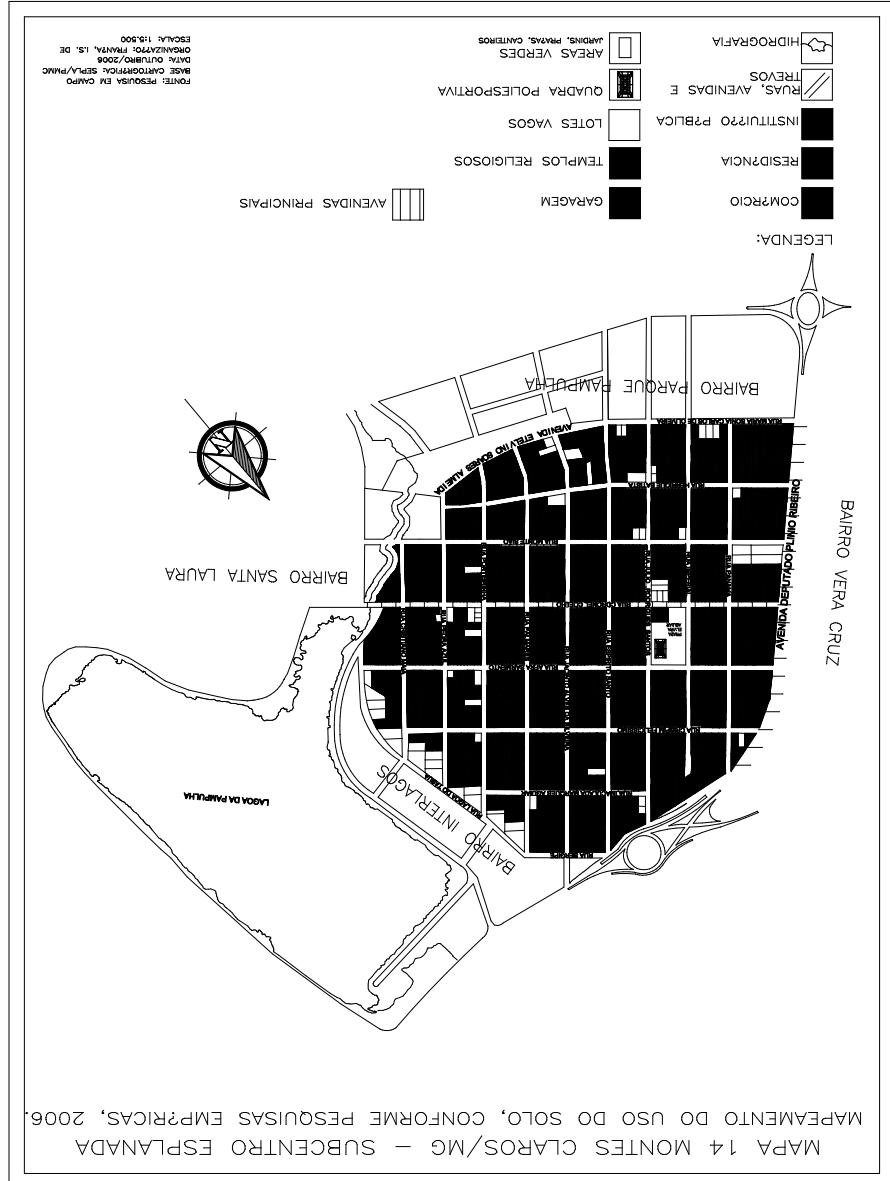
5 – Quais os aspectos positivos e negativos de se morar no núcleo central?

6 – Fale sobre as principais transformações que o núcleo central passou desde que você reside aqui:

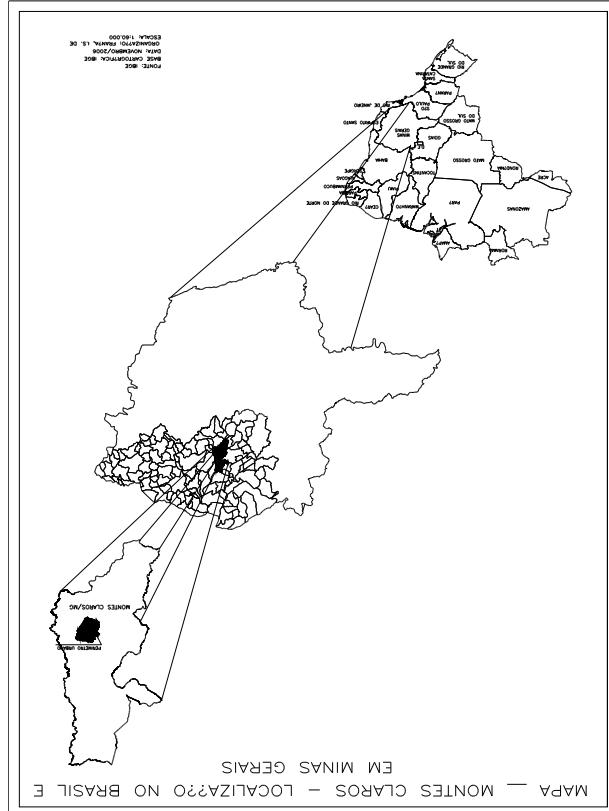
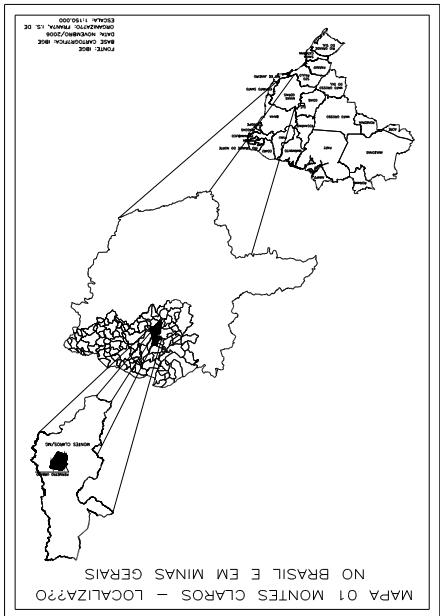
7 – Já receberam oferta de compra da casa (apto)? Relacionar com a especulação imobiliária.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

MAPA 14 MONTES CLAROS/MG - SUBCENTRO ESPANADA MAPAMENTO DO USO DO SOLO, CONFORME PESQUISAS EM PIRICAS, 2006.



This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

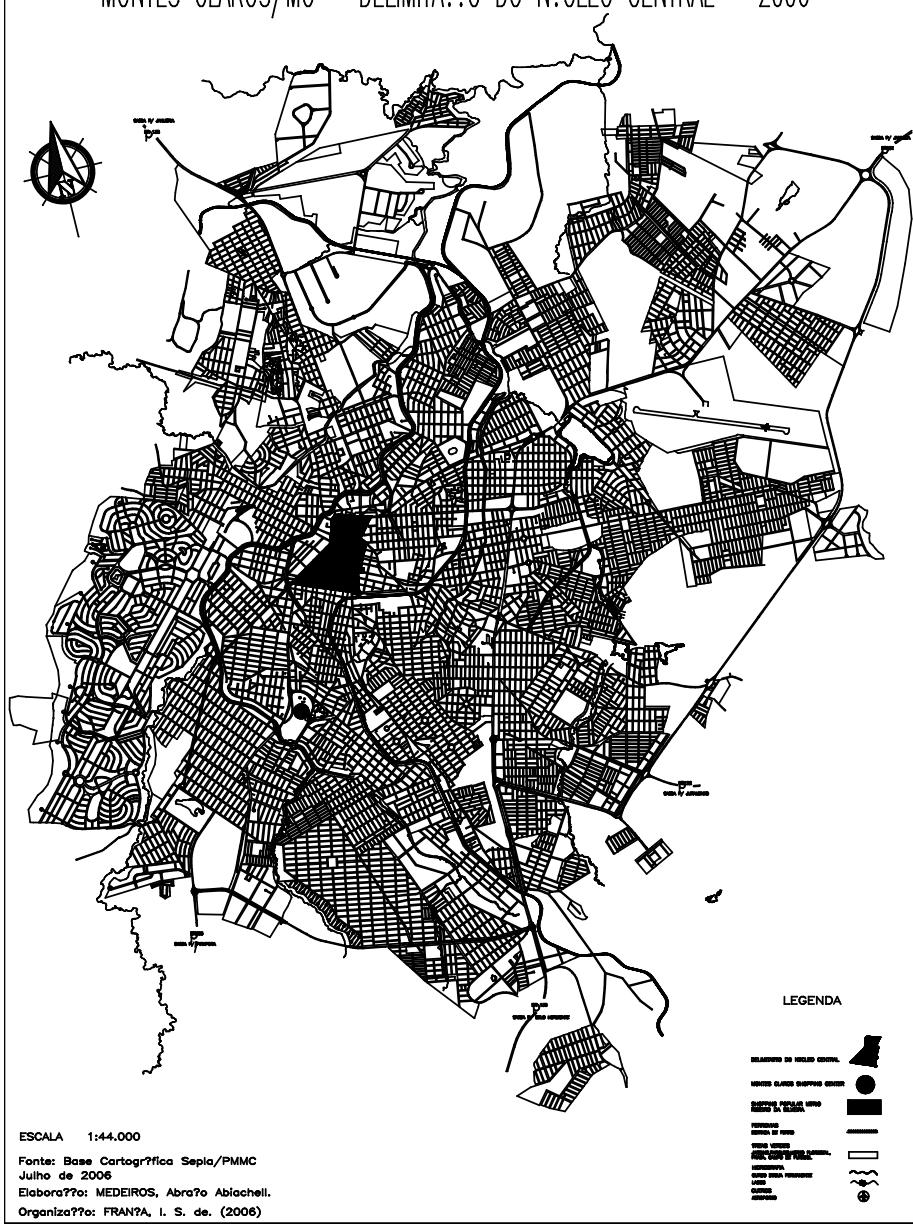


This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

MAPA 3

MONTES CLAROS/MG – DELIMITAÇÃO DO N^o CLEO_C CENTRAL – 2006



CONFIGURA??O DE IMPRESS?O:

FORMATO A3
ESCALA: 1:44.000

FORMATO A4
ESCALA: 1:64.000

CONFIGURA??O DAS PENAS

LAYER 03 - COLOR 03 - 0,2 MM

LAYER 10 - COLOR 10 - 0.2 MM

LAYER 40 - COLOR 40 - 0.2 MM

LAYER 50 - COLOR 50 - 0,2 MM

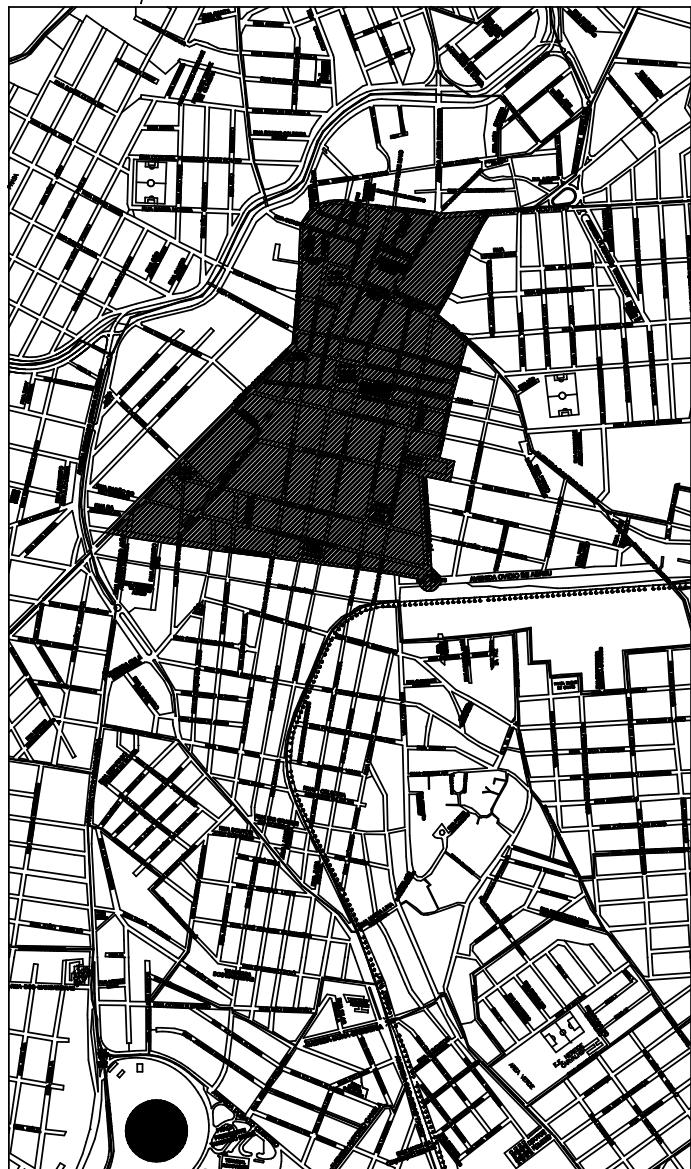
LAYER 130 - COLOR 130 - 0,2 MM

OS DEMAIS LAYERS SÃO COR 07 E ESPESSURA DE 0,1 MM.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

MAPA 4

MONTES CLAROS/MG – DELIMITA??O DO N?CLEO CENTRAL E ZONA PERIF?RICA – 2006



LEGENDA:

Delimita??o do Centro

Areas Verdes:
Pra?as, cambeiros.

Shopping Popular M?rio
Ribeiro de Oliveira

Linha F?treo

Hidrografia

Zona Perif?rica do
N?cleo Central

Montes Claros
Shopping Center

ESCALA 1:9.300

Fonte: Base Cartogr?fica Sepia/PMMC
Julho de 2006
Elabora??o: MEDEROS, Abra?o Abtschell.
Organiza??o: FRAN?A, I. S. de. (2006)

CONFIGURA??O DE IMPRESS?O:

FORMATO A3

ESCALA: 1:9.300

FORMATO A4

ESCALA: 1:12.800

CONFIGURA??O DAS PENAS

LAYER 03 – COLOR 03 – 0,2 MM

LAYER 10 – COLOR 10 – 0,2 MM

LAYER 40 – COLOR 40 – 0,2 MM

LAYER 50 – COLOR 50 – 0,2 MM

LAYER 51 – COLOR 51 – 0,4 MM

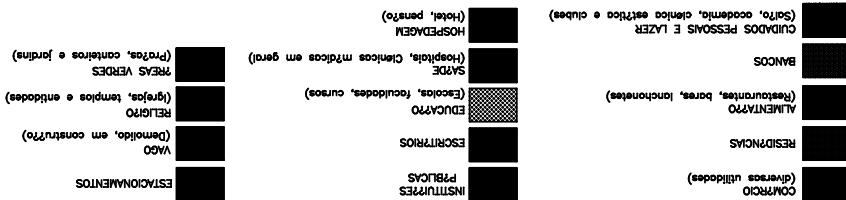
LAYER 130 – COLOR 130 – 0,2 MM

OS DEMAIS LAYERS S?O PRETOS E ESPESSURA DE 0,1 MM.

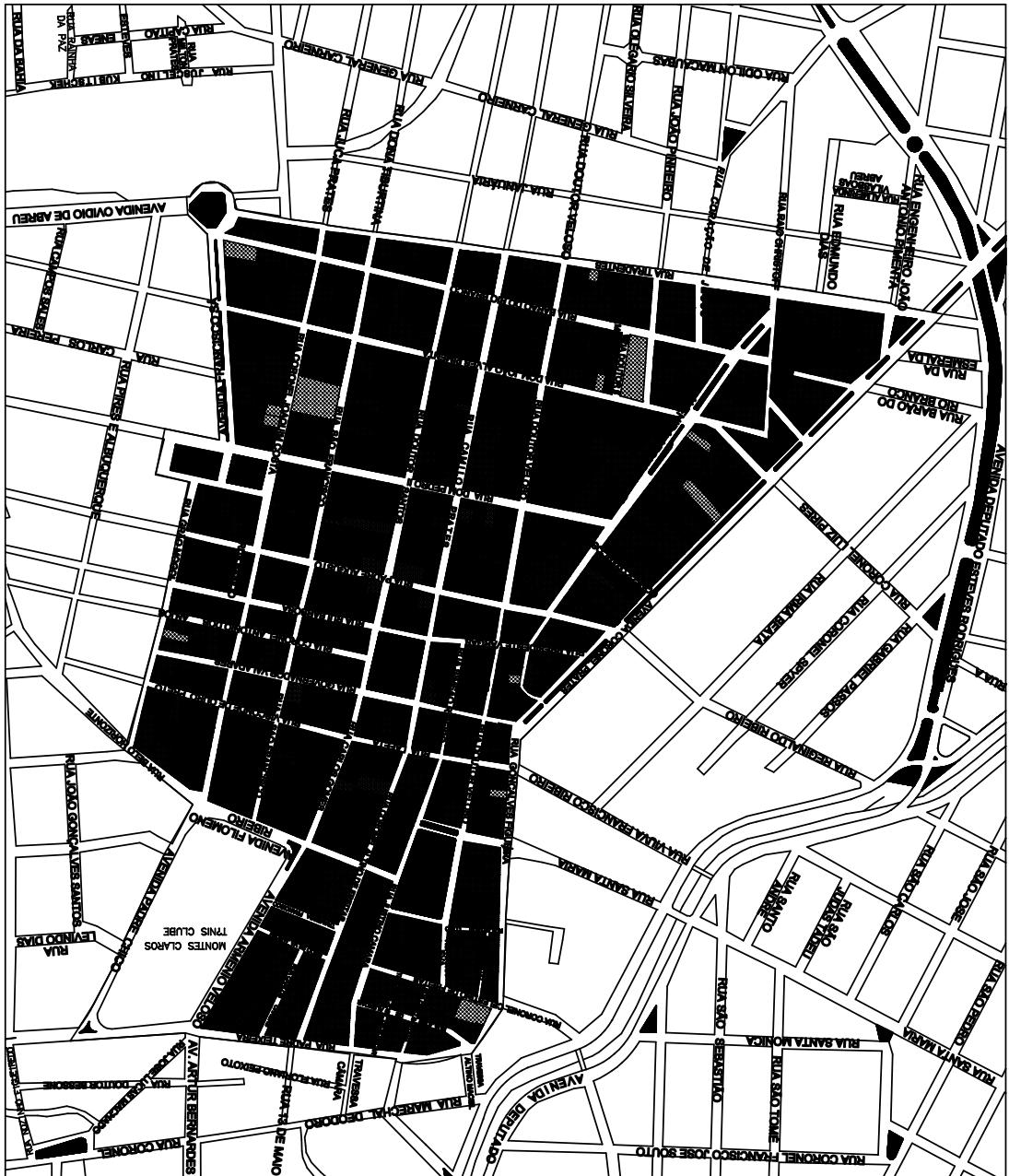
This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

Basas Cartográficas Sepa/PMC
Julio de 2006
Eldorado: MEDEIROS, Abraão Abaccheli.
Organizadora: FRANÇA, I. S. de. (2006)

ESCALA 1:5.250



LEGENDA:

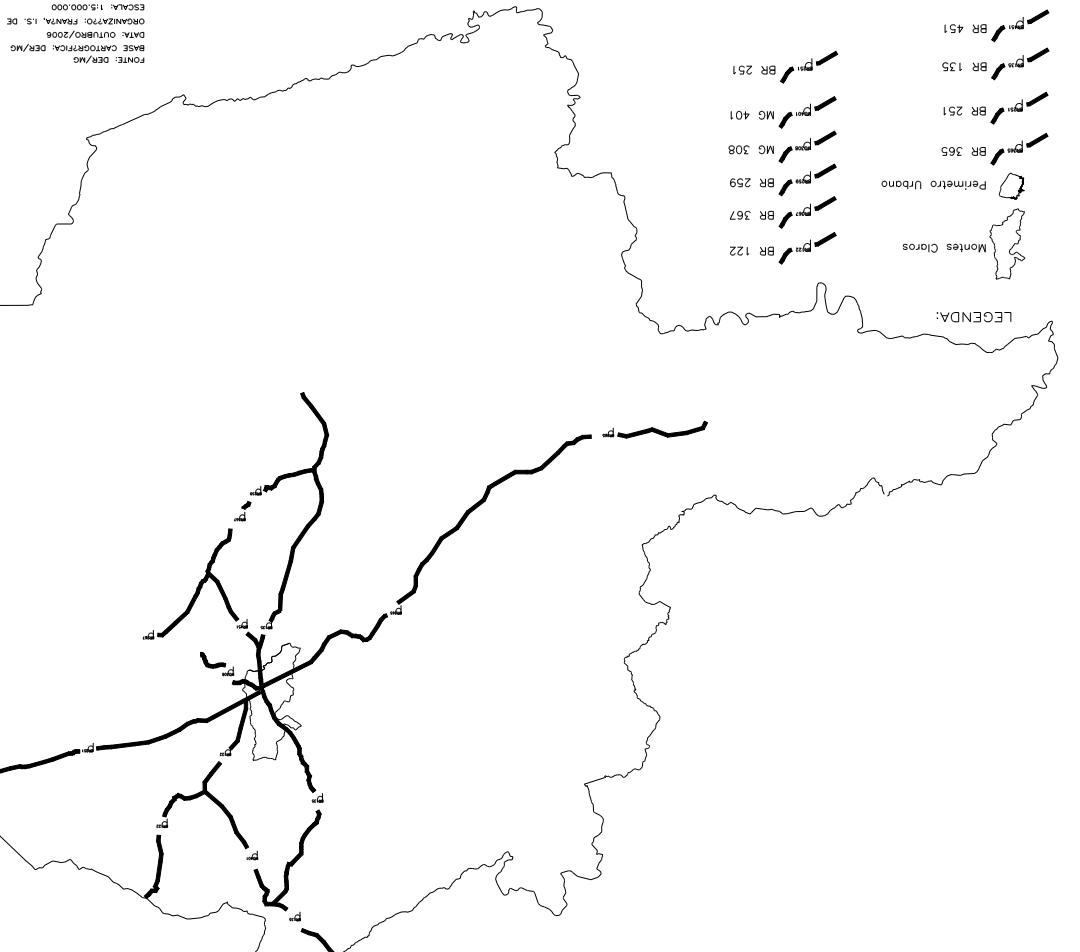


(Por unidade de quartel) no pavimento (free)

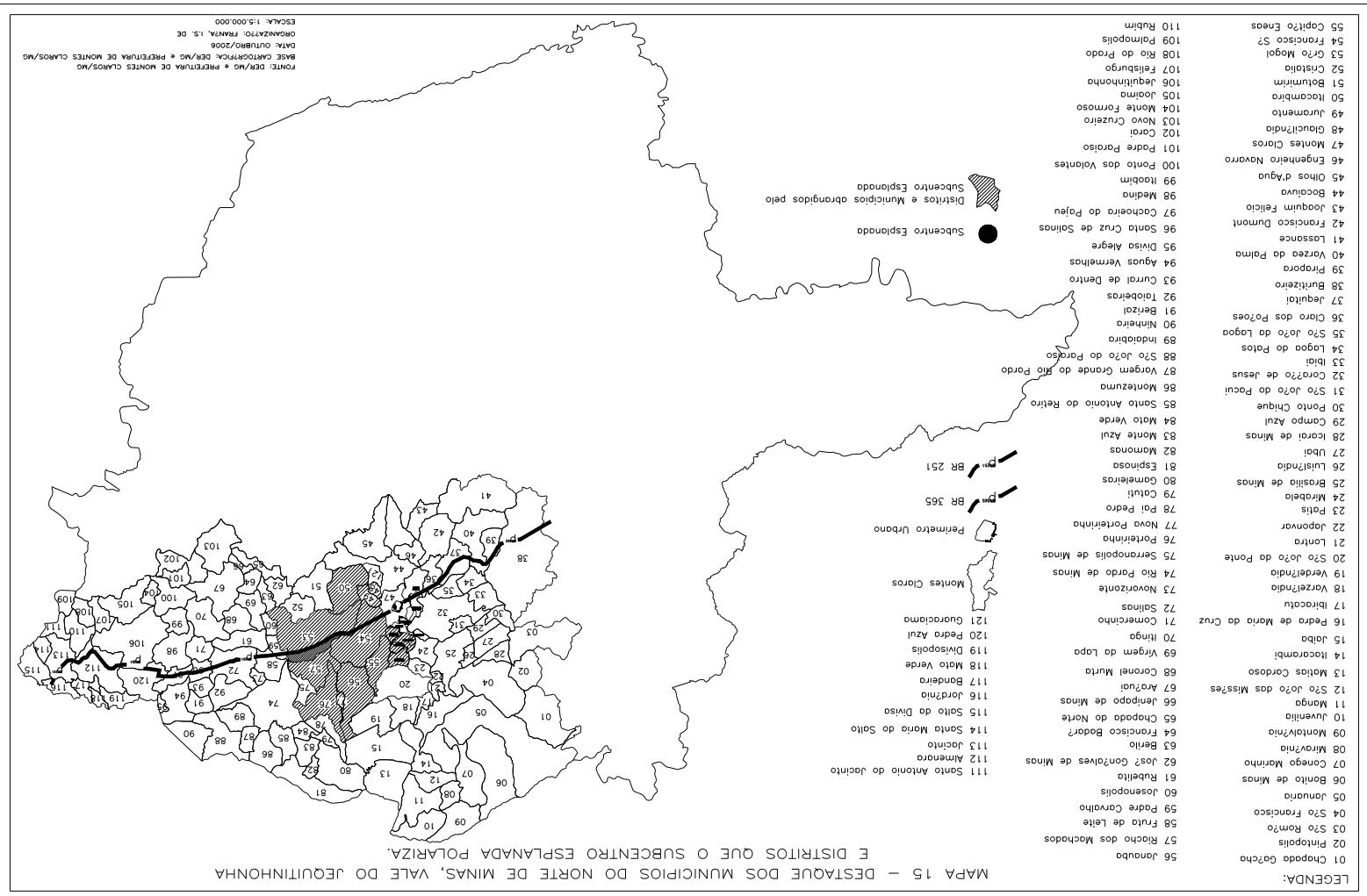
MONTES CLAROS/MG - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA REGIÃO CENTRAL 2006:

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

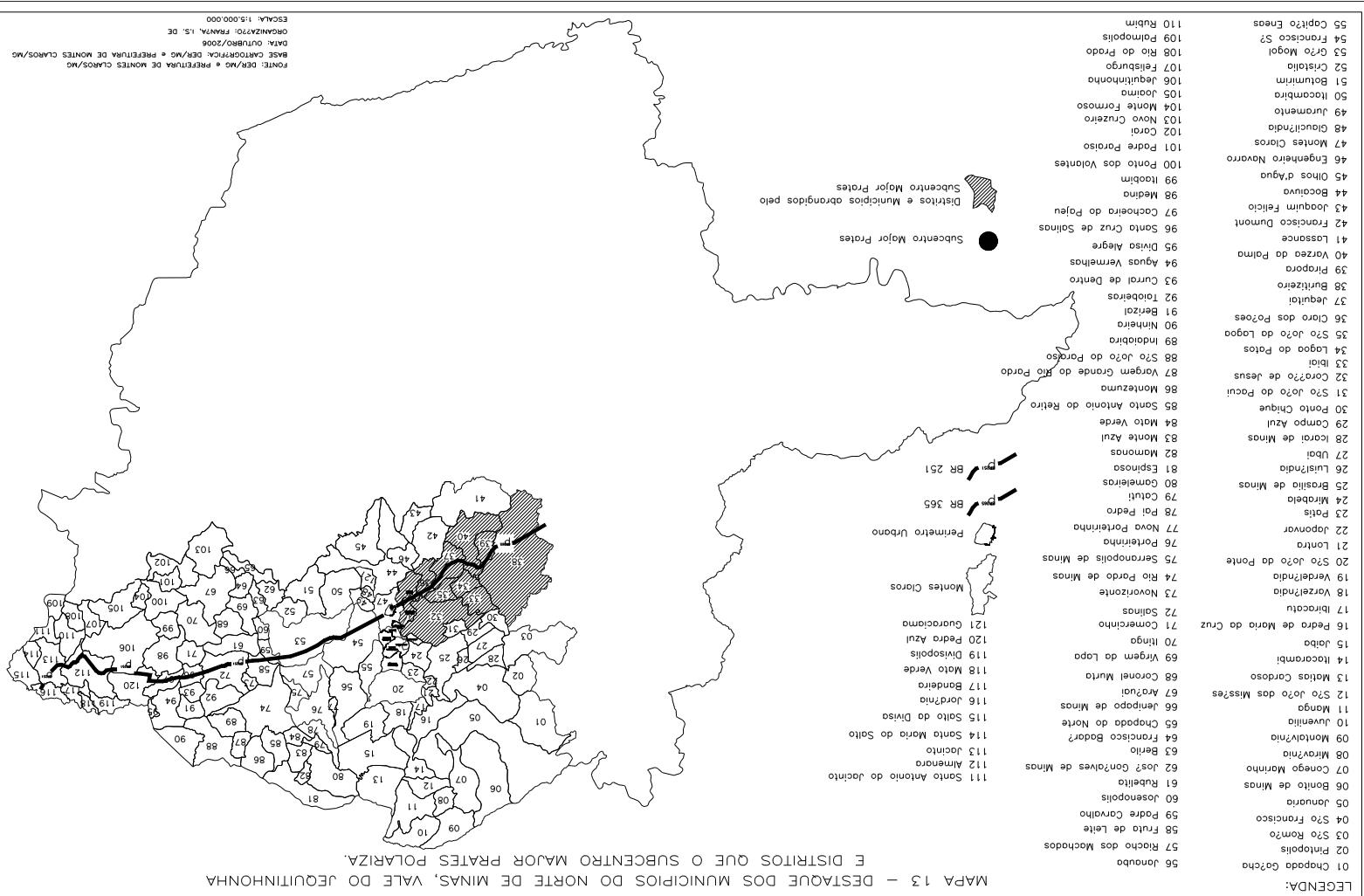
MAPA XX - MONTES CLAROS O SEGUNDO MAIOR INTROCAMENTO RODOVIÁRIO DO BRASIL



This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.



This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.



This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.